

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

**OS GRUPOS DOS ONZE: POLÍTICA, PODER E
REPRESSÃO NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI –
RS 1947/1968**

ELENICE SZATKOSKI

Passo Fundo, janeiro de 2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

OS GRUPOS DOS ONZE: POLÍTICA, PODER E
REPRESSÃO NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI –
RS 1947/1968

ELENICE SZATKOSKI

Dissertação de Mestrado na área de História Regional, apresentada no Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História, sob a orientação do prof. Dr. Astor Antônio Diehl.

Passo Fundo, janeiro de 2003

MENSAGEM

As coisas não continuarão
a ser como são.
Depois de falarem os dominantes
falarão os dominados.
Quem pois ousa
dizer: nunca?
De quem depende que a opressão prossiga? De nós.
De quem depende que ela acabe? Também de nós.
O que é esmagado,
que se levante!
O que está perdido, lute!

Bertolt Brecht
Elogio da dialética

DEDICATÓRIA

Para meus pais Emílio e Beatriz, com carinho e gratidão.

Para meus filhos Luis Henrique e Guilherme Antônio, pela paciência, paciente.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para que este trabalho chegasse ao seu final. Neste momento lembro com carinho e agradeço a todos. Minha gratidão ao prof. Dr. Astor Antônio Diehl, pelo incentivo, amizade e orientação firme que me dedicou neste período.

À Universidade de Passo Fundo, através da Coordenação do curso de mestrado, representada pela Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, e aos demais professores.

À Capes, pela oportunidade de concessão da bolsa, sem a qual o trabalho não chegaria ao final.

Aos meus irmãos Sérgio, Clarice e Solange. Vocês são, indiscutivelmente, parte desta conquista por todo o apoio que me deram. Às minhas sobrinhas, Fernanda e Gabriela, que me auxiliaram nas minhas “pequenas” dificuldades com o computador. E à Maria Emília, pela alegria. Aos meus cunhados Valnei, pela atenção com meus filhos, e Odila, pela ajuda.

Às minhas famílias passo-fundenses Silvana, Jairo, Marcelo, Marcelino e Fellipe. Obrigada pelo café quente e pela conversa amiga. Eu e meus filhos lhes seremos eternamente gratos. À minha amiga Gisele Tonin, pela hospedagem e pelas recordações de tempos atrás, obrigada pela acolhida. A você, Kuki, ao Jorge e ao Giorgio, minha gratidão.

Aos meus colegas do curso de mestrado, pelos momentos em que aprendemos juntos trocando experiências e informações. Aos meus colegas de trabalho e amigos, pela paciência, especialmente Carla, Jorge Brizola, Maria Bernardinis, Madalena, Agládiis, Jane Zachí, Cristiane Huppes. A todos, a minha consideração.

Aos advogados Tobias Crestanello e ao Ismael DalPiva, pelas portas abertas e as explicações relacionadas à área do direito.

Quero agradecer ao Cláudio Colmanet, pelo carinho e pelas mensagens enviadas por *e-mail* da Itália.

RESUMO

Os Grupos dos Onze: poder, política e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968.

Esta dissertação tem por objetivo compreender o processo de repressão política como forma de disputa e permanência no poder de grupos dominantes locais. Procura mostrar que a repressão política parece ter ocorrido através da tortura psicológica desencadeada por meio de acusações de ordem pessoal e política, como o envolvimento na corrupção e atividades ligadas a ideologias comunistas. Este instrumento de coação, que caracterizava perseguição, foi utilizado por militantes do PSD, partido que detinha o poder político em Frederico Westphalen, a fim de manter o controle político, econômico e cultural no município, tirando de cena lideranças renomadas na comunidade, cuja atuação era reconhecida em nível estadual e federal. A intriga política que se desencadeou no período foi consequência de desentendimentos entre grupos dominantes, de partidos ideologicamente antagônicos, desde os anos 40 do século XX, momento que marcou o antever da emancipação de Frederico Westphalen, conquistando o desmembramento do município-mãe – Palmeira das Missões. Os acusados de práticas subversivas e comunistas pertenciam ao PTB e integravam distritos que, posteriormente, se tornaram municípios da região do Médio Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul. Os acusadores eram membros do PSD, coligados com UDN (União Democrática Nacional), PDC, PL, os quais buscavam vantagens eleitorais e tinham o apoio da Igreja Católica, bem como das instâncias políticas estaduais e federais. Este estudo discute a postura dos acusados de pertencerem a partidos da esquerda no período, caracterizados como comunistas-marxistas, de integrarem Grupos dos Onze; no entanto, demonstraram-se, em sua maioria, simples camponeses e fervorosos partidários do PTB, cuja liderança no período era exercida por Leonel de Moura Brizola.

Palavras-chave: história (RS); poder; política; repressão; partidos.

ABSTRACT

The eleven groups: Power, Politics and Repression in the area of Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968.

This dissertation has a goal the understanding about the process of political repression as dispute form and permanence in the power from local dominant groups. It tries to show that the political repression seem to have happened throught the psychological torture, unleashed throught personal and political order accusation, as the involvement in the corruption and tied activities from ideology communists. The coercion instrument, that characterized persecution, was used by PSD militants, which faction detained the politic power in Frederico Westphalen, in order to maintain the political, economical and cultural control in the municipal district, removing from the scene renowned leaderships in the community, whose performance was recognized in state and federal level. The political intrigue that was unchained in the period was consequence of misunderstanding among dominant groups from antagonic factions since the forties in the century XX, moment that morked the precedence from the emancipation of Frederico Westphalen, conquered the municipal mother district – Palmeira das Missões. The acused of subversive practices and communists belonged to PTB, and they integrated districts, that posteriorly became into municipal districts of the area of Médio Alto Uruguai, of the state of Rio Grande do Sul. The accused were members of PSD, associated with UDN, PDC, PL, which ones were looking for electoral advantages and they had the support of the catholic church, as well as of the state and federal political instances. This work discusses the acussed's posture to belong to factions of the left in the period characterized as communist – Marxistas, who integrated "Groups of Eleven", however, in the majority, this people were simple farmers and fervorous backers of PTB, whose leadership, in the period, was exercised by Leonel de Moura Brizola.

Keywords: History (RS); power; politics; repression; faction.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO	13
1. DISPUTAS POLÍTICO-ELEITORAIS DE 1947 A 1966: DO ESTADUAL AO LOCAL	28
1.1 A alternância no poder entre os partidos: anti-PTB e PTB no Rio Grande do Sul.....	28
1.2 O trabalhismo/populismo varguista de 1930-1945.....	36
1.3 Formação partidária pós-1945 – PSD, UDN, PTB e PCB no Brasil.....	43
1.4 Os principais partidos políticos regionais no pós-45.....	47
1.5 Do contexto nacional ao local: de Dutra às “eleições dos boletins” no território Palmeirense	52
2. O PTB E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1951	63
2.1 O PTB nas eleições federais e locais.....	63
2.2 Josino de Assis e a emancipação de Frederico Westphalen.....	68
2.3 O governo de JK e as eleições municipais de 1958.....	79
2.4 O governo de Jânio: renúncia e golpe	88
2.5 A Campanha da Legalidade.....	92
2.6 A fraude eleitoral de 1963 nas eleições municipais	98
3. OS GRUPOS DOS ONZE E O APOIO ÀS REFORMAS DE BASE.....	104
3.1 A experiência parlamentarista (1961-1963) e o retorno ao presidencialismo (1963-1964).....	104
3.2 Da carta ao discurso: o IPM e os Grupos dos Onze	114
3.3 Leonel Brizola e a organização dos Grupos de Onze Companheiros	117
4. OS GRUPOS DOS ONZE NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI.....	124
4.1 O IPM é instaurado em Frederico Westphalen.....	124
4.2 A Cooperativa Tritícola como uma instituição corrupta e subversiva	137
4.3 Os comunistas de Pinheirinho	144
4.4 A manifestação do líder do Grupo dos Onze: Vitalino Cerutti responde às acusações	149

5	OS GRUPOS DOS ONZE: EXÍLIO E CLANDESTINIDADE	154
5.1	A clandestinidade e o exílio do militante político	154
5.2	O exílio de José Balestrin e o fechamento do Bar Harmonia	159
5.3	A Igreja Católica e o poder local.....	169
	CONCLUSÃO	185
	FONTES	193
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
	ANEXOS	204

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Comício político de Leonel de Moura Brizola em 1958 na Praça da Matriz de Frederico Westphalen 33
- Figura 2 – Convite para enterro que faz referência à derrota eleitoral do PSD, à vitória do PTB nas eleições municipais de 1951, produzido por partidários do PTB 61
- Figura 3 – Quadro com a imagem do Getúlio Vargas, que ocupa um lugar de honra na residência da família de Arquelino Marcon, petebista e defensor do trabalhismo de Getúlio Vargas 64
- Figura 4 – Lançamento da pedra fundamental pelo prefeito Josino de Assis para o calçamento da Rua do Comércio de Frederico Westphalen..... 72
- Figura 5 – Propaganda política do candidato Ivone Martini do PRP 79
- Figura 6 – Loja de Vergínio Cerutti, com as propagandas políticas do PTB..... 82
- Figura 7 – Hino alusivo à Campanha da Legalidade. Autoria: Paulo César Pereios. Composição: Demóstenes Gonsales e Lara Lemos. 93
- Figura 8 – Símbolo da Campanha da Legalidade..... 94
- Figura 9 – Panfleto político da campanha para prefeito de Frederico Westphalen de 1963, tendo como candidatos: Vitalino Cerutti – PTB e Henrique Caovilla – PRP 98
- Figura 10 – Os trabalhistas acusados de integrar o Grupo dos Onze, da direita para a esquerda: (João Mariotti – MDB), os petebistas, encontro com cinco dos acusados de compor o Grupo dos Onze: Arquelino Marcon, José Balestrin, Vitalino Cerutti, Dionysio Cerutti, João Balestrin (Aires Zobot – PMDB) 160
- Figura 11 – Encontro entre Leonel de Moura Brizola e José Balestrin em Goiânia em 1981, momento em que recordaram os idos de 1964..... 168

LISTA DE SIGLAS

- ADP – Ação Democrática Popular
- ADP – Aliança Democrática Popular
- AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
- AHM – Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen
- AI – Atos Institucionais
- ALN – Ação Libertadora Nacional
- AP – Ação Popular
- Arena – Aliança Renovadora Nacional
- ARS – Aliança Republicana Socialista
- BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CD-AIB/PRP – Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira e do Partido da Representação Popular
- Cepal- Comissão Econômica para a América Latina
- CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
- CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
- CIA – Central Intelligence Agency
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNP – Conselho Nacional do Petróleo
- CODI – Centro de Operação de Defesa Interna
- Colina – Comando de Libertação Nacional
- CPC – Centro Popular de Cultura
- CPM – Código Policial Militar
- CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
- CTG – Centro de Tradições Gaúchas
- Deops - Departamento Estadual de Ordem Política e Social
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DOI – Destacamento de Operações e Informações
- Dops - Departamento da Polícia Política Federal
- DSN – Doutrina de Segurança Nacional
- ESG – Escola Superior de Guerra
- FAG – Frente Agrária Gaúcha
- FAS – Fundo de Ação Social
- FD – Frente Democrática
- FEB – Força Expedicionária Brasileira
- FMI – Fundo Monetário Mundial
- FMP – Frente de Mobilização Popular
- Gacav – Grupo de Artilharia a Cavalo

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC – Instituto Brasileiro do Café
Ipes – Instituto Brasileiro de Pessoas Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
JAM – Junta Militar
JUC – Juventude Universitária Católica
KGB – Komitet Gosudárstvennoy Bezopásnosti
LEC – Liga Eleitoral Católica
Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
Oban – Operação Bandeirantes
OEA – Organização dos Estados da América
Olas – Organização Latina Americana de Solidariedade
PAN – Partido Agrário Nacional
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Polop – Política Operária
PRP - Partido da Representação Popular
PSB – Partido Social Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDA – Partido Social Democrático Autonomista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Salte – Saúde Alimentação Transporte e Energia
Saps – Secretaria Segurança Pública
SNI – Serviço Nacional de Informações
Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito
TFP – Tradição Família e Propriedade
Tiar – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
VAR – Vanguarda Armada Revolucionária
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata da repressão política e da formação dos Grupos dos Onze na região do Médio Alto Uruguai (RS), sob o título *Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947-1968*. Parte do pressuposto de que a repressão política manifestou-se através de denúncias e de acusações de ordem política com envolvimento na corrupção e em atividades ligadas às ideologias comunistas, bem como na formação dos Grupos dos Onze, desencadeando um processo de perseguições aos militantes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

A denominação “Grupos dos Onze” tem caráter popular e refere-se, como ficou conhecido na memória do povo, aos grupos de pessoas que se organizavam sob o comando do deputado federal Leonel de Moura Brizola, com o objetivo de defender as reformas de base pregadas pelo governo de João Goulart. É importante registrar que, embora, oficialmente, como consta na documentação pesquisada, a denominação seja “Grupo de Onze” ou “Comandos Nacionalistas”, optamos, como pesquisadora, por trabalhar com a expressão popular “Grupo dos Onze”. Ocasionalmente, nas citações e para fins de esclarecimentos, poderá aparecer “Grupo de Onze” ou “Comandos Nacionalistas”, ambas as denominações referindo-se ao episódio ocorrido em 1964, que é objeto de nosso estudo.

Os envolvidos nas denúncias de estarem ligados à formação dos Grupos dos Onze pertenciam ao PTB. As acusações partiam dos membros do PSD (Partido Social Democrático), da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Democrata Cristão (PDC), os quais levavam vantagens eleitorais e tinham o apoio da Igreja Católica, bem como das instâncias políticas estaduais e federais. Discursos de caráter político cujo conteúdo apontava para a formação dos Grupos dos Onze, bem como prisões e acusações de os militantes políticos do PTB estarem envolvidos com ideologias comunistas foram instrumentos largamente utilizados em Frederico Westphalen para a manutenção do

controle político, econômico e cultural no município e região pelos partidos liberal-conservadores.

A intriga política que se desencadeou foi consequência de desentendimentos entre grupos dominantes de partidos antagônicos desde a década de 1950, momentos antes da emancipação do distrito de Frederico Westphalen do município de Palmeira das Missões. Os acusados de serem comunistas, agitadores, subversivos e de pertencerem aos Grupos dos Onze, não passavam de partidários do PTB, cuja liderança partidária era exercida por Leonel de Moura Brizola.

A repressão e as acusações das quais foram vítimas os perseguidos políticos afastaram-nos de todas as atividades sociais, privando-os de seus direitos como cidadãos e tornando-os, por longos anos, conhecidos como comunistas, pessoas perigosas e malvistas na comunidade. Para desenvolver o tema, fazemos uma breve análise dos contextos nacional e estadual no período em estudo, buscando o entendimento dos fatos locais, bem como de formação dos partidos políticos, de suas concepções e ideologias nos contextos nacional, estadual e local, envolvendo as disputas eleitorais, candidatos e lideranças partidárias.

Analisamos a participação e o envolvimento das instituições sociais no período, como igrejas, associações de agricultores, cooperativa, Câmara de Vereadores, Exército, Brigada Militar e Polícia Civil. Pesquisamos sobre o modo como as informações sobre os acontecimentos políticos eram passadas e absorvidas pelo imaginário local e como a mentalidade política, a partir dos episódios, era formada, levando em consideração os meios de comunicação locais, como jornais e as transmissões pelas rádios de abrangência regional. Por fim, objetivamos entender a participação dos simpatizantes do “brizolismo”, suas ligações ou não com o comunismo e a existência dos chamados Grupos dos Onze no município de Frederico Westphalen e na região do Médio Alto Uruguai.

O tema ora pesquisado é importante para a compreensão da história política e para o curso de mestrado em História da UPF, cuja área de concentração é História Regional, pois prioriza a pesquisa e a história em nível regional, favorecendo, assim, estudos que contemplem assuntos de várias regiões do estado do Rio Grande do Sul. Com tal objetivo, destacamos a importância desta pesquisa por mostrar conflitos políticos em uma região que está sendo resgatada pela historiografia estadual e nacional. A partir de estudos como este, poder-se-ão se abrir espaços para pesquisar a história da região e a história que os homens constroem no campo da política.

O tema integra a área de pesquisa de “Relações de poder, representações e práticas políticas e culturais”, que se dispõe a discutir o tema “história política”, linha de pesquisa em que nos incluímos. Investigamos as relações de poder tal como nos aponta a nova história política, privilegiando as inter-relações entre cultura e política, considerando metodologias e formas de poder que se apresentam formal e não formalmente institucionais, o papel do Estado, os aparatos repressivos, o pensamento político-historiográfico e as organizações de sistemas de idéias políticas quanto às construções imaginárias, do simbolismo e do ritualismo na política histórica. Essa busca por conhecer os acontecimentos que envolveram a década de 1960 avançará ainda mais ao tratarmos do regime militar porque entendemos que a historiografia do Rio Grande do Sul encontra-se com uma dívida social no que tange a produções que abordem o tema aqui relatado, especialmente sobre os Grupos dos Onze. Nesses termos, fica clara e se justifica a relevância social e técnica da pesquisa.

Para estudar a história política que marcou o período entre 1947 e 1968, é necessário buscar um referencial teórico capaz de sustentar a pesquisa. No século XIX, a história política contava com vasto prestígio, pois estava ligada ao poder exercido pelo Estado, e os acontecimentos eram considerados eventos políticos.¹ Assim, o Estado, na condição de “objeto por excelência da produção histórica”, aglutinou o saber e a realização da história política. Mesmo no século XX, com as manifestações antipositivistas, o Estado, como objeto, continuou liderando a história política, de tal modo que foi somente na década de 1930 que começou a ocorrer um declínio nessa liderança.

¹ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 61-68. Ver mais sobre teorias, debates e discussões acerca do tema história política em RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Ver também BORGES, Vavy Pacheco. História política, totalidade e imaginário. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, v. 9, 1996. p.151-159. BORGES, Vavy. História política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.12, n. 23/24, p. 7-18, set. 1991, ago. 1992. FOUCAULT, Michel. *Revista Mexicana de Sociologia*, 3/88 Instituto de Investigaciones Sociales/Unam, año 1, n. 3, jul, sep. 1988, p.3-20. CAPELATO, Maria Helena. História política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p.161-165. FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-1990*. *Logos*, Canoas, v. 11, n. 1, maio 1999, p. 5-11. FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. *Revista Catarinense de História*, n. 5, 1998, p. 49-64. GOMES, Ângela de Castro. Política, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 59-79. ELMIR, Cláudio Pereira História política e história presente: uma contribuição para o debate. *Logos*, Canoas, v. 11, n. 1, maio 1999, p. 33-40. CORBELLINI, Juliano. Encontros e desencontros entre história e ciência política. *Logos*, Canoas, v. 11, n.1, maio 1999, p. 25-32. GERTZ, René E. História política. Canoas: *Logos*, v. 11, n. 1, maio 1999, p. 13-23. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das letras, 1987, p. 9-23. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, 1992, p. 265-271.

A fundação dos *Annales*, em 1929, serviria para o questionamento acerca da produção histórica na área do universo político, substituída pelas novas concepções na área do universo econômico e do social. Uma das principais críticas à “história política tradicional” partiu da França e foi defendida por Jacques Julliard, que apontou a história política como elitista, psicológica, qualitativa, que ignorava as séries e a comparação; é narrativa, sem análise, idealista, parcial, ideológica.² Para Julliard, essa seria uma história factual, com uma visão ingênua, que sustenta seu enfoque na aparência.

Ela é ideológica, pois deixa-se influenciar pelos próprios documentos produzidos pela elite política, pelos documentos oficiais. A história política tradicional, com seus defeitos, foi renegada por uma nova geração de historiadores, pois não foi capaz de responder às questões de seu tempo adequadamente. Sendo assim, os *Annales* ignoraram esta produção, e os marxistas apontavam-na como desvinculada da totalidade do processo histórico. A Nova História surge questionando a historiografia contemporânea, onde os *Annales* e o Marxismo são hegemônicos; não negando a teoria, ela procura respostas que as duas correntes citadas não apresentariam a seu gosto, recusando os sistemas globais de explicação, sendo contrária aos aspectos quantitativos e à história estrutural.³

Nesse contexto de retorno aos estudos políticos e suas implicações, a pesquisa sobre o Grupos dos Onze ganha respaldo, pois a repressão política, que se evidencia em atos como impossibilitar a participação em partidos políticos considerados contrários à ideologia nacional vigente no período, perpassa as ações do poder público constituído, configura-se na força dos partidos políticos elitistas, da Igreja Católica, bem como do Exército, da Brigada Militar e da Polícia Civil ao efetuarem prisões e inquéritos com base em denúncias, evidenciando a mera perseguição política. Isso também fica nítido nas relações que se estabelecem entre os poderes locais, que excluem e colocam à margem social os envolvidos com a “Campanha da Legalidade”, formação dos “Grupos dos Onze” e outras manifestações políticas.

A repressão política apresentava-se também através da tortura psicológica, entendida aqui como a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou de mais pessoas, atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações ou confessar algo. Enfim, a tortura é tudo aquilo que, deliberadamente, uma pessoa pode fazer a outra, produzindo dor, pânico, desgaste moral ou desequilíbrio

² Ver mais sobre este assunto em JULLIARD, Jacques. A política. In: GOFF, Jacques Le; NORA, Pierre. (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

³ RIBEIRO, Maria Eurydice. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História*. Brasília: UnB, 1994.

psíquico, provocando lesão, contusão, funcionamento anormal do corpo ou das faculdades mentais, bem como prejuízo à moral.⁴ Diante desse conceito e dos acontecimentos relatados oralmente e registrados em depoimentos é que acreditamos na existência da tortura psicológica, pela qual foram vitimadas dezenas de pessoas.

Outro fator a considerar no presente estudo acerca da história política regional, dentro do tema os Grupos dos Onze, são as acusações de envolvimento com corrupção e com atividades ligadas às ideologias comunistas. Eram discursos utilizados largamente pelos produtores da história oficial e reproduzidos pela elite dominante de Frederico Westphalen e região a fim de manter o controle político, econômico e cultural no município.

Em contrapartida, podemos observar algumas formas de resistência que surgiram no período como resposta aos atos e às práticas autoritárias do governo militar na região. Uma delas eram os enfrentamentos dos acusados de práticas subversivas em responder às acusações de que eram vítimas. Outra prática de resistência foi a mudança de residência, pois vários dos perseguidos políticos exilaram-se voluntariamente por causa das perseguições locais, fixando residência no exterior, mais especificamente na Argentina, em outros estados do Brasil ou em cidades do Rio Grande do Sul. Também foi forma de resistência a negação de envolvimento com os fatos e de manter relações com pessoas que faziam parte do PTB da época e eram simpatizantes do brizolismo. Como forma de fugir da repressão encontramos declarações de acusados alegando a impossibilidade de prestarem depoimentos em razão de doenças, a negação de conhecimento dos fatos e o juramento de inocência diante do inquérito policial militar.

Assim, o estudo desse recorte da história regional ressuscitará o que durante décadas se tentou ocultar, destacando e apropriando-se da história política, da história biográfica, da história factual, da história dos mitos e de heróis, da história positivista, enfim, da história econômica. Com este estudo, certamente, a história política regional terá um novo fôlego para discussão. É necessário, aqui, buscarmos uma melhor compreensão acerca da importância do estudo sobre este recorte regional. Lucien Febvre, mostrando a importância do estudo histórico que aborda a temática regional, afirma que “[...] da minha parte, eu não soube jamais e não sei a não ser um meio, um só, de bem compreender, de

⁴ ARNS, D. Paulo Evaristo. *Um relato para a história: Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 281-282.

bem situar a grande história. É aquele de possuir a fundo, em todo o seu desenvolvimento, a história de uma região, de uma província [...]”.⁵

Com o mérito atribuído à história regional, destacamos a importância deste estudo por mostrar conflitos políticos em uma região sobre a qual houve pouca produção no campo da historiografia estadual e nacional. Assim, a partir de estudos como este, será possível encontrar espaço para mostrar a história dos homens e das mulheres que a construíram política, coletiva e cotidianamente.

Aqui perpassamos assuntos que tratam das relações de poder, de representações e suas práticas políticas e culturais. Essa é a linha de pesquisa que abraçamos: investigar as relações de poder tal como nos aponta a nova história política, privilegiando as inter-relações entre cultura e política, considerando metodologias e formas de poder que se apresentam formal e não formalmente institucionais; o papel do Estado, os aparatos repressivos, o pensamento político e historiográfico e as organizações de sistemas de idéias políticas quanto às construções imaginárias, do simbolismo e do ritualístico na política histórica. Esse resgate sobre a repressão avançará ainda mais no conhecimento de um dos episódios que marcou no século XX a história recente do Brasil. Nesses termos, fica clara a importância desta pesquisa.

No que tange à pesquisa e à questão metodológica, trabalhamos com os componentes regulativos da pesquisa, que são a heurística, a crítica e a interpretação. Ao trabalharmos com a heurística dentro da pesquisa histórica, defrontamo-nos com duas concepções importantes, ou seja, a forma negativa e a forma positiva. Na forma negativa, há a possibilidade de elevar nossos questionamentos para além do que já é conhecido, do que já está estabelecido dentro da ciência histórica e que exige sempre inovações metodológicas e novas técnicas. Dentro da concepção negativa, podemos observar as orientações heurísticas para que a pesquisa que se pretende empreender possa levar a resultados que representem as necessidades de orientação no momento histórico presente; aqui aparecerão lacunas que poderão definir impossibilidades ou a formação de novos caminhos a serem tomados dentro da pesquisa.

Já, no aspecto positivo, é necessário atribuir uma atenção especial às fontes para que, na medida do possível, forneçam respostas às hipóteses levantadas, baseadas num

⁵ FEBVRE, Lucien. Autour d'une bibliothèque (pages offertes à M. Charles Oursel, Dijon, 1942). In: WESTPHALEN, Cecília Maria. História nacional, história regional. *Estudos Brasileiros*, Curitiba, n. 3, jun. 1977. p. 31.

prévio conhecimento histórico e que possa ser ampliado, dando à pesquisa um sentido histórico coerente, que poderá, no transcorrer do tempo, oportunizar diferentes formas de olhar ou, até mesmo, proporcionar ao historiador uma mudança nas suas concepções estabelecidas *a priori*. Dessa forma Astor Antônio Diehl escreve: “Heurística não é apenas a concepção metodológica sobre aquilo que deve ser sabido. A heurística será, então, procedimento do buscar as fontes, cuja estrutura e teor de informações devem ser necessários e satisfatórios para a resposta ao questionamento histórico proposto e para a solução do próprio problema histórico.”⁶

Diehl também registra que a heurística é o início de toda a pesquisa histórica; é o procedimento de coletar, de juntar de forma sistemática, de classificar as fontes relevantes e examinar seu potencial informativo, que estará relacionado com o questionamento histórico e com o estabelecimento de hipóteses sobre o passado ainda existente, o qual será submetido ao critério de controle e concretização empírica.

Dentro da pesquisa histórica, em se tratando de metodologia, deve-se ainda levar em conta a crítica na análise dos históricos do passado, considerando a verdade da ação humana.

Metodologicamente, temos um terceiro componente da pesquisa, que é a Interpretação. Aqui nos valem da crítica das fontes, das quais coletamos as experiências do passado e que foram evidenciadas pelo questionamento histórico. Todos os passos examinados, devem ser explicados, levando-se em consideração sua perspectiva teórica, suas condições e suas conseqüências.⁷

Baseando-nos teoricamente em Diehl, iniciamos a pesquisa através da heurística, pela qual coletamos materiais relevantes à pesquisa, como documentos, fotografias, artigos de jornais etc. em diferentes espaços, desde fontes particulares até as públicas. Classificar, examinar e confrontar documentos considerados importantes possibilita dar respostas às hipóteses formuladas. É um processo que não é efetuado somente uma vez, mas diversas, inclusive com documentos que, a princípio, não seriam necessários, mas que se mostram fontes importantíssimas no decorrer da pesquisa.

No caso da pesquisa ora apresentada, também fizemos uma crítica criteriosa de toda a documentação a que tivemos acesso, começando pelo levantamento de todas as fontes disponíveis, como discursos nas sessões das Câmaras de Vereadores e materiais existentes em prefeituras municipais da região de abrangência do Médio Alto Uruguai.

⁶ DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. Passo Fundo: Ediupf, 1997. p. 33-34.

⁷ DIEHL, *Do método histórico*, 1997. p. 21-22.

Realizamos uma análise em arquivos paroquiais, procurando observar a atuação da Igreja no processo político do período em estudo. Foi de fundamental importância buscar informações nos jornais do período, bem como nos que tratam do assunto recentemente através de reportagens históricas. Os arquivos públicos foram outra importante fonte de pesquisa, onde passamos horas selecionando e catalogando materiais relevantes à pesquisa e que tratavam especificamente da região do Médio Alto Uruguai.

Assim, no Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen (AHM), buscamos analisar o maior número possível de documentos em arquivos pessoais existentes na instituição; já, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura em Porto Alegre, catalogamos informações referentes ao período de 1964, sobre prisões políticas ou dados que possibilitassem o estudo dos fatos em nível regional. Ainda, no Museu Municipal Wilson Jehovah Lutz Farias de Frederico Westphalen, garimpamos informações junto à documentação que pudessem ser somatórios na pesquisa oral.

Nos documentos da Inspetoria de Terras de Frederico Westphalen, mapeamos o lugar relativo à formação da região do Médio Alto Uruguai antes e após a emancipação de Frederico Westphalen de Palmeira das Missões. No Arquivo do Centro da Ação Integralista Brasileira e do Partido da Representação Popular (CD-AIB/PRP), em Porto Alegre, selecionamos documentação inédita, não disponível localmente, sobre o integralismo na região, bem como sobre o Partido da Representação Popular (PRP), que possuía uma expressiva representação na região. Em razão do número significativo das fontes neste arquivo, optamos por fotografar quarenta documentos úteis à pesquisa, dos quais, posteriormente, com ajuda de lupa, fizemos a leitura e a análise. Outro recurso de que nos utilizamos foi a internet, pois havia depoentes residindo em Goiânia e que consistiam em peças fundamentais para a pesquisa. Assim, evitamos deslocamentos, utilizando essa ferramenta ora disponível, que auxilia na economia do tempo e de recursos financeiros. Os *e-mails* trocados com a família de José Balestrin e os seus depoimentos foram cruciais para a elucidação dos fatos pesquisados.

Na documentação do Cartório Eleitoral de Frederico Westphalen buscamos informação sobre os processos eleitorais. No arquivo de 1964 da Delegacia de Polícia Civil de Frederico Westphalen, também localizamos informações sobre o período, retirando dados que foram importantes, teoricamente, para a pesquisa. No Centro de Estudos Genealógicos de Nova Palma, o contato foi com o padre Luisinho Sponchiado, que foi

sacerdote em Frederico Westphalen por longo período. Em Porto Alegre, foi-nos útil a Biblioteca da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pois seu acervo possibilitou-nos a busca e o entendimento da legislação militar e da Constituição em vigor no período em estudo.

No Centro Cultural Mozart Pereira de Palmeira das Missões e na Câmara Municipal de Frederico Westphalen, buscamos informações acerca de história política regional. No Museu do Som e Imagem de Frederico Westphalen estudamos, através da iconografia, as imagens registradas dos momentos políticos que marcaram o período. Na biblioteca e no acervo documental do 27 GAC – Exército de Ijuí obtivemos explicações sobre o Inquérito Policial Militar (IPM) realizado em Frederico Westphalen em 1964, momento em que fizemos levantamento dos dados disponíveis com a ajuda e a presença constante do tenente Bênis.

Do IPM resgatado na Justiça Militar Federal localizada em Santa Maria, armazenado no arquivo particular do advogado Ismael Dalpiva, o qual se dedica a processos indenizatórios referentes às perseguições políticas que ocorreram no período do regime militar, retiramos os depoimentos, que foram classificados em grupos de assuntos: em primeiro lugar, depoimentos relacionados com a organização e as lideranças dos Grupos dos Onze; em segundo, depoimentos que observaram ações sobre fraude eleitoral; em terceiro, assuntos sobre a corrupção na Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen; em quarto, dados sobre a condenação dos militantes do PTB acusados de serem “os cabeças” do movimento na região, surgindo, então, o arquivo “Comunistas de Pinheirinho”. Por último, extraímos do IPM toda a participação da Igreja como instituição e ações que envolviam os padres no conflito político do período, realizados nos depoimentos.

Localizamos também nos arquivos pessoais dados relevantes para a pesquisa. Foram importantes o contato e a cedência de documentos dos arquivos pessoais de Adjalmo Cerutti, da família de Arquelino Marcon, do historiador Breno Antônio Sponchiado, que nos ajudaram a clarear os dados armazenados nos arquivos públicos. Por fim, servimo-nos da história oral, cujos depoimentos serviram para dar ênfase ao objeto de estudo, buscando na memória dados históricos importantes sobre a ação humana no passado. No caso da pesquisa sobre os Grupos dos Onze, muitos documentos puderam ser confrontados e apurada a veracidade da ação humana, pois encontramos e registramos depoimentos de pessoas que viveram o processo. Com esse material em mãos, partimos

para a última etapa, que foi a interpretação criteriosa da documentação coletada, das fontes e da crítica que fomos capazes de realizar.

Assim, apropriando-se de toda a rede de possibilidades que a história oferece nas mais variadas dimensões, em termos teóricos e metodológicos, elaboramos um estudo dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, intitulado: “Disputas político-eleitorais de 1947-1966: do estadual ao local”, analisamos a alternância no poder no estado do Rio Grande do Sul dos partidos que compuseram alianças, a fim de manter uma postura anti-PTB e o PTB, partido este que realizava uma disputa eleitoral opondo-se a partidos liberal-conservadores.

Apontamos os principais partidos políticos e sua influência social, a alternância no poder em nível estadual e a permanência no poder nesse nível de partidos liberal-conservadores, como PSD, UDN, PL (Partido Libertador). Esse poder político partidário caracterizou a não-presença de partidos políticos considerados na época como comunistas ou de ideologias de esquerda. Esse tipo de organização partidária e as próprias lideranças foram combatidos não somente por serem considerados partidos ideologicamente comunistas, mas por ter se criado a aversão ao PTB e seus aliados, no caso, aqui, o PRP, constituindo em nível local o anticomunismo, mas também o antipetebismo, processo em que Igreja Católica teve forte influência.

Tratamos também do comportamento eleitoral durante o multipartidarismo na região do Médio Alto Uruguai 1945-1966, estabelecendo esse recorte temporal para traçar o perfil de voto do eleitor regional, desde a eleição presidencial de 1945, que mostraria, desde então, a postura regional pela preferência em candidatos identificados com partidos liberal-conservadores. Essa preferência, que o voto mostra após o escrutínio das urnas, foi pautada por ações e campanhas políticas que apresentavam o apoio de líderes regionais tanto na esfera política como nas instituições civis e religiosas. Exporemos a organização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com alguns aspectos significativos de sua trajetória, como um partido político urbano, e a inexistência dessa organização político-partidária na região do Médio Alto Uruguai. Mostramos ainda que o PRP tinha uma boa representatividade regional e local e que fazia o contraponto no que tange às eleições, buscando aliança ora com PSD,UDN, PL, PDC, ou, com mais frequência, com o PTB.

Tratamos também da construção do Estado populista, do fortalecimento do populismo e da legitimação dessa prática política especialmente com a postura de Vargas,

através do nacionalismo e do trabalhismo e da sua influência em nível regional, da institucionalização dos partidos políticos que deram sustentação ao trabalhismo de Vargas, bem como da oposição feita ao governo Vargas, destacando a UDN.

No que tange à política nacional do pós-45, ao mesmo tempo em que Dutra assumiu como presidente do Brasil, apoiado por Vargas, as eleições municipais na região do Médio Alto Uruguai levaram ao fortalecimento do PSD e da Igreja Católica, como instituição, através do pároco local, padre Vitor, que apoiava os partidos liberal-conservadores e se contrapunha ao PTB. Dessa maneira, ocorreu a “Campanha dos Boletins”, uma disputa entre o PTB e o PSD que culminou com a vitória do PSD, apoiado pela Igreja Católica local.

No segundo capítulo “O PTB e as eleições municipais de 1951”, analisamos a vitória do PTB nas esferas nacionais, estaduais e locais, quando Vargas retornou ao poder em nível nacional; Ernesto Dornelles foi governador do estado pelo PTB e Josino de Assis, prefeito palmeirense pelo PTB, cuja vitória foi a única que este partido conseguiu no período em nível regional. Desvendamos, portanto, as dificuldades encontradas pelo governo Vargas, o líder trabalhista, nos campos social, político e econômico, que culminaram com seu suicídio e a publicação da “Carta Testamento”, cujo conteúdo reforça o trabalhismo, a imagem do “Pai dos Pobres”, tornando-se motivo de comoção nacional. Nesse contexto político de instabilidade, aconteceu a emancipação de Frederico Westphalen, território que pertencia a Palmeira das Missões.

Abordamos ainda os conflitos políticos ocorridos entre os emancipacionistas e os opositores à emancipação, entre eles o prefeito municipal Josino de Assis. Observamos aqui a configuração de um quadro que culminou na articulação dos partidos liberal-conservadores para a tomada do processo administrativo do município, começando as primeiras articulações e as primeiras disputas políticas mais acirradas no novo município entre PTB, aliado ao PRP, e os demais partidos, denominados “liberal-conservadores”.

Com o município emancipado, as primeiras eleições deram vitória ao candidato liberal-conservador João Muniz Reis. O Brasil elegeu para presidente Juscelino Kubitschek, que chegou ao poder acenando com desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco”. Na região, o PSD local não apoiou JK, e o candidato favorito foi Juarez Távora, da coligação UDN/PDC. Eleito, JK primou pela implantação da “teoria desenvolvimentista”, contexto também marcado por problemas de ordem econômica, política e social. No governo de JK, ocorreu a eleição municipal em Frederico Westphalen, bem como em

outros municípios. Então, Vergínio Cerutti, do PTB, perdeu as eleições para Arisoly Martelett, representante dos partidos liberal-conservadores articulados, demonstrando o fortalecimento do candidato Martelett.

Expomos também sobre a construção do processo a partir do governo Jânio Quadros, que iria desencadear o golpe de 1964. Tratamos da sua renúncia e da implantação da “Campanha da Legalidade”, como instrumento de constitucionalidade, coordenada pelo então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, e que se constituiu num movimento de repercussão social e política que marcou o período.

Nesse momento delicado da vida política nacional, abordaremos as eleições municipais de 1963, marcadas por turbulências, caracterizadas nos documentos históricos como as mais conturbadas do período. Concorreram, então, Vitalino Cerutti pelo PTB, apoiado pelo PRP, e novamente João Muniz Reis, como candidato dos partidos liberal-conservadores coligados. Decorridas as eleições, João Muniz Reis venceu o pleito eleitoral em decorrência de uma possível fraude eleitoral. Contudo, Frederico Westphalen não seria o único município a enfrentar problemas eleitorais, pois Iraí e Palmeira das Missões também tiveram candidatos cassados e impedidos de exercerem seus mandatos, todos representantes do PTB.

No terceiro capítulo, intitulado “Os Grupos dos Onze e o apoio às reformas de base”, abordamos a tentativa da experiência parlamentarista e a resposta do povo nas urnas através do plebiscito que reintegrou o presidencialismo no país. Fracassados esses processos, veremos como a direita política brasileira, amparada por organismos e instituições sociais, políticas, militares e econômicos nacionais e internacionais, principalmente norte-americanos, implantou o regime militar no Brasil.

Portanto, Jango enfrentou a grande imprensa, a ala conservadora da Igreja Católica, as ações americanas através dos Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), instituição que recebia verbas da Central Intelligence Agency (CIA). A pregação da necessidade de combate ao comunismo e a possível propagação dessa ideologia política, difundida pelos organismos repressores, apoiados pela ala conservadora da Igreja Católica, foram algumas das causas da derrocada do governo Goulart. Outros fatores merecem destaque no texto, como o comício da Central do Brasil e a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Outro episódio que marcou o período com manifestações que agravaram a situação política no Brasil foi a greve dos marinheiros e o apoio a esta manifestação por parte do presidente Goulart, o que descontentou os militares.

Nesse contexto, os ventos da ditadura militar sopraram sobre Frederico Westphalen, e o prefeito municipal publicou uma carta pela qual manifestou que as Forças Armadas do Brasil estavam tomando as providências e expulsando todos os agitadores do país. Analisando a carta do prefeito João Muniz Reis, escrita em 1964, e o discurso do vereador Ênio Flôres de Andrade, nota-se que ambos, defensores das idéias pedessistas e udenistas, abriram as portas para as investigações realizadas pela Brigada Militar destacamento de Três Passos, pelo Exército brasileiro – principalmente de Ijuí e Santa Maria, pela Polícia Civil – Departamento Estadual de Ordem Política (Deops) e por outros órgãos, coniventes e de respaldo ao golpe militar.

Descrevemos ainda no terceiro capítulo como foi a criação do Grupo dos Onze pelo então deputado federal Leonel de Moura Brizola, a influência política desse líder no Rio Grande do Sul, que foi palco de inúmeras tentativas de formação dos também chamados “Comandos Nacionalistas”. Veremos como Brizola fazia o chamamento do povo para que se organizasse, utilizando a Rádio Mayrink Veiga, na chamada “Rede do Esclarecimento”, na qual colocava os objetivos dos Grupos dos Onze, entre os quais estavam a defesa das reformas de base pregadas pelo presidente Goulart.

No quarto capítulo, buscamos um entendimento sobre os Grupos dos Onze na região do Médio Alto Uruguai, abordando o processo de instalação do IPM em Frederico Westphalen, tendo como locais a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, o que resultou em prisões, em depoimentos forçados e voluntários, bem como na constante pressão psicológica vivida pelos acusados de integrarem tais grupos. Com a análise de fontes documentais também buscamos mostrar por que a Cooperativa Tritícola foi vista como uma instituição corrupta e subversiva, em razão dos interesses políticos e econômicos que estavam em jogo dentro do processo eleitoral local e regional, pois sua direção era totalmente encabeçada por cidadãos do PTB, opositores do PSD-UDN-PL. Os camponeses, que, com a sua simplicidade e falta de instrução, buscavam a participação política e a luta por uma associação que respaldasse sua atividade econômica, bem como a busca pela terra através da reforma agrária, especialmente a de Nonoai, foram tratados como agitadores nos autos do IPM, como participantes de movimentos e atividades ligadas ao comunismo, por isso, tiveram de prestar esclarecimentos diante da Comissão de Inquérito.

Mostramos como ocorreu o processo de busca pelas lideranças dos Grupos dos Onze e a quem o Exército atribuiu tal prática, destacando-se os camponeses de Pinheirinho

e de outras localidades, os quais tiveram de comparecer na sede do Exército em Santa Maria de 1964 a 1968. Relatamos como foi a reação de Vitalino Cerutti, acusado de ser a liderança maior na organização dos Grupos dos Onze na região do Médio Alto Uruguai, como respondeu às acusações e a sua postura anticomunista diante do IPM, além das marcas sociais, políticas e econômicas que sofreram todos os que foram acusados de fazerem parte do envolvimento em atividades subversivas.

No quinto e último capítulo, com o título “O Grupo dos Onze: exílio e clandestinidade”, expomos sobre a clandestinidade e o exílio político dos militantes durante o processo de instalação da repressão política no Brasil. Abordamos a repressão e a violência exercida pelos organismos repressores do Estado sobre os militantes políticos, sobre as organizações de esquerda no período e sobre os principais grupos guerrilheiros. Dissertamos sobre a guerra psicológica instalada no governo militar, quando os arrependidos eram apresentados nos meios de comunicação, e a frustração dos militantes políticos diante do fracasso de seus objetivos.

Mostramos também que o exílio e a clandestinidade atingiram militantes na região do Médio Alto Uruguai, como no caso específico de José Balestrin, militante político do PTB, o qual apoiou as atividades que antecederam o golpe de 64, defendeu o brizolismo e exerceu o direito de expressão, participando de discussões políticas frequentes no Bar Harmonia. Isso tudo culminou no seu exílio político voluntário, pela intimidação das perseguições de que todos estavam sendo vítimas.

Também não há como abordar qualquer assunto na área política no período de 1947-1968 em Frederico Westphalen e região sem tratar da influência da Igreja Católica, ou da sua presença nas questões ligadas a assuntos políticos. A Igreja, uma instituição que exercia um controle social presente e marcante no imaginário coletivo, espiritual, era responsável pela criação de mitos, como o do comunismo e a necessidade de seu combate. O padre Vitor, em todos os momentos políticos desses debates, na organização de eleições, no apoio a candidatos e partidos liberal-conservadores, utilizou a Igreja e os meios de que dispunha para fazer valer suas orientações.

Este trabalho constitui uma das primeiras pesquisas acerca da história política regional na região do Médio Alto Uruguai, o que justifica a ausência de bibliografias sobre o assunto em termos regionais. Sobretudo quanto aos Grupos dos Onze, são poucos os trabalhos realizados, que se limitam a breves comentários ou apenas a citações com pouco

valor de análise. Assim, a necessidade de estudos mais aprofundados poderá ser evidenciada no transcorrer das páginas desta investigação.

O objeto deste estudo impôs uma delimitação temática e temporal um tanto ampla e ambiciosa, pois não teríamos como trabalhar o tema limitando-o apenas à formação do Grupo dos Onze, sem explicar as formas de política, de poder e de repressão que se estabeleceram na região do Médio Alto Uruguai. Buscamos, então, também a origem de toda a movimentação política no pós-45, especificamente a partir de 1947, com as eleições envolvendo o estado e a região.

1 Disputas político-eleitorais de 1947 a 1966: do estadual ao local

Estudos anteriores mostram a importância eleitoral do trabalhismo através da hegemonia do PTB, tanto em nível da dominação partidária quanto da presença do PTB nas polarizações partidárias locais e também pela sólida implantação eleitoral do trabalhismo no conjunto do Estado.

Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll

1.1 A alternância no poder entre os partidos: anti-PTB e PTB no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, a partir de Getúlio Vargas, mais especificamente após a revolução de 1930, passaria a ocupar um posto de liderança político-partidária em nível nacional, o que leva Cortés⁸ a trabalhar com o termo “gauchização” da política nacional. Sobre isso Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll escrevem: A expressão se refere à investida que é feita com a ida de Getúlio Vargas para o Governo Provisório seguido de um número significativo de líderes políticos locais. Nem todos ocuparam postos-chave, nem ficaram ao longo do processo que, em 1954, levou Vargas ao suicídio, mas marcaram sua atuação, como Collor, Aranha, Flores, Neves.⁹

Também é interessante a análise que Love¹⁰ faz sobre as forças político-partidárias do Rio Grande do Sul, bem como sobre a organização da política interna do estado:

⁸ CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964)*. Albuquerque – México: University of New México Press, 1974. In: TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Universidade e Sulina, 1991. p. 56.

⁹ TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul, partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Sulina, 1991. p. 56.

¹⁰ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Nos anos 1945-1964 a política interna do Rio Grande do Sul tendeu a girar na órbita populista PTB (criação do próprio Vargas) e de uma coalizão AntiPTB. As forças populistas e conservadoras de certa forma se equilibraram. O poder do PTB concentrava-se em Porto Alegre, em umas poucas áreas urbanas restantes e em alguns municípios da fronteira onde os estancieiros ainda determinavam em quem seus dependentes deviam votar. A oposição conservadora encontrava-se, na maior parte, no resto das comunidades estancieiras e na zona colonial, a norte e a oeste da Capital do Estado.¹¹

Trindade e Noll¹² trabalham as três especificidades na conformação do sistema partidário rio-grandense pós-45, articuladas aos padrões básicos de comportamento eleitoral do estado. Em primeiro lugar, o PSD, em nível nacional, aparecia como o principal partido, com 58,8% de representação na Câmara Federal; obteve no Rio Grande do Sul quase três quartos do eleitorado estadual nas eleições presidenciais, significando 71,5% dos votos e, nas eleições senatoriais, 73,8% da votação. Já os partidos adversários ficavam reduzidos a um nível eleitoral nunca superior a 10%. A força do PSD encontrava-se em São Paulo e em Minas Gerais; em terceiro lugar estava o Rio Grande do Sul.

A segunda especificidade apresentou-se no pós-45, enquanto o padrão nacional de confrontação partidária traduziu-se na polarização PSD-PTB e UDN, levando a que os udenistas no estado do Rio Grande do Sul ocupassem o décimo lugar nas eleições de 1947. A explicação para esse fato é que o liberalismo regional concentrou-se tradicionalmente no PL, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo também no retardamento da fundação do PDC, concretizado somente em 1954.

A terceira especificidade é a evolução eleitoral do PTB no Rio Grande do Sul, que antes de 1947 ocupava a última posição. A partir de então, deu um salto espetacular multiplicando por mais de seis vezes sua votação, atingindo o patamar dos 40%, índice que se manteria até 1962. Assim explanam Trindade e Noll: “A ascensão vertiginosa do PTB, combinada com a mediocridade dos outros perfis partidários individualmente, estabelece a originalidade do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período multipartidário de 1945/62.”¹³

A ascensão do PTB foi um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças regionais, que viam perigo na sua hegemonia eleitoral, com o que surgiu uma aglutinação das forças anti-PTB, nucleadas em torno do PSD “udenizado”, que não aceitava a aliança nacional com o PTB. O antipetebismo costurava-se através da coligação que incorporou,

¹¹ LOVE, *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. 1975, p. 275.

¹² TRINDADE; NOLL. *Rio Grande da América do Sul, partidos e eleições*. 1991, p. 66-67.

¹³ TRINDADE; NOLL, op. cit., p. 68-69.

num primeiro momento, a UDN e o PRP e, mais tarde, o PL. Com a candidatura de Leonel Brizola ao governo do estado em 1958, formou-se a Frente Democrática, composta pelo PSD-PL-UDN e PRP, que mais tarde denominou-se Aliança Democrática Popular (ADP), com o PSD, PL, UDN, PDC e PSP.

Trindade e Noll¹⁴ delineiam um perfil fundamental do comportamento político-eleitoral gaúcho que se estrutura em dois traços persistentes no pós-45, os quais mostram o nível de maturidade do sistema partidário regional. Em primeiro lugar estaria a dicotomização das preferências partidárias alicerçadas em dois pólos, visto que mais de três quartos dos votantes estavam entre o PTB e anti-PTB. Esse fato também se refletiu nas eleições para a Assembléia Legislativa, influenciadas pelas coligações locais para as eleições municipais entre 1951-1963. Sobre isso relatam Trindade e Noll:

O teste da reprodução das coligações PTB/AntiPTB nas eleições para prefeito mostrou que, nas 398 alianças partidárias no período, 88% (352) estabeleceram-se dentro do padrão esperado, inclusive ampliando o arco do conglomerado conservador liberal em torno do partido local mais forte, na medida em que a força do PTB se ampliava.¹⁵

Em segundo lugar, essa polarização bipartidária ocorreu num espaço marcado pela distribuição de preferências eleitorais relativamente estáveis. Esse traço pode ser localizado tanto nos conglomerados de partidos populistas (PTB, MTR – Movimento Trabalhista Renovador – PSB (Partido Socialista Brasileiro), PSP e na terceira força (PRP) e PDC. Observamos que o MTR, que surgiu de uma cisão do PTB, integrou-se mais tarde ao antipetebismo.

Trindade e Noll¹⁶ trabalham a questão da tradição de um padrão bipartidário existente na política gaúcha, mostrando que, na seqüência das eleições entre os anos de 1947 e 1962, quando o cargo de governador estava na disputa eleitoral, seguiu-se um ritmo de rigorosa alternância no poder entre PTB e anti-PTB. Vejamos o que ilustra a respeito a Tabela 1:

Tabela 1: Alternância no poder para governo do estado do Rio Grande do Sul entre PTB e anti-PTB de 1947 a 1962

Ano da	Candidatos	Partido	Percentual de	Apoio	Resultado do
--------	------------	---------	---------------	-------	--------------

¹⁴ TRINDADE; NOLL. *Rio Grande da América do Sul, partidos e eleições*. 1991. p. 71.

¹⁵ TRINDADE; NOLL, op. cit., p. 72.

¹⁶ Ibid., p. 75-76.

eleição			votos	partidários	pleito eleitoral
1947	Walter Jobim	PSD	41,2 %	PL e UDN	Eleito governador
1947	Alberto Pasqualini	PTB	37,6%	PTB	Sobrepujado
1950	Ernesto Dornelles	PTB	45,8%	Apoio de Vargas	Eleito governador
1950	Cylon Rosa	PSD	39,5%	Anti-PTB	Sobrepujado
1954	Ildo Meneguetti	PSD	46,2%	UDN/PL	Eleito governador
1954	Alberto Pasqualini	PTB	42,5%	PTB	Sobrepujado
1958	Leonel Brizola	PTB	55,2%	PRP	Eleito governador
1958	Perachi de Barcelos	Frente Democrática-FD	41,2%	PSD, PL, UDN, PSD	Sobrepujado
1962	Ildo Meneguetti	Aliança Democrática Popular-ADP	37,1%	PSD, PL, PDC, UDN, PSP	Eleito governador
1962	Egídio Michaelson	PTB	35,5%	PTB	Sobrepujado
1962	Fernando Ferrari	MTR	21,4%	Cisão do PTB	Sobrepujado

Fonte: NOOL, Maria Izabel e TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul-1945-1994*. Porto Alegre: Universidade. [s.d].

A tabela demonstrativa permite-nos visualizar com maior propriedade o que foi a disputa eleitoral que envolveu partidários do PTB e do anti-PTB nos pleitos eleitorais no período de 1947 a 1962. Podemos observar ainda na Tabela 1 que estão colocados os principais grupos que disputavam o poder no estado. Frisamos que, em 1954, os candidatos do PRP, do PSP e do PSB somaram juntos 9,4% dos votos. A coligação entre PTB e PRP nas eleições de 1958 justificou-se pelo fato de o PRP ter boa influência nas zonas de imigração alemã e italiana, onde, por esse motivo, ocorreu uma crescente aceitação da candidatura de Leonel Brizola. Na última eleição do multipartidarismo, em 1962, antes da instalação do regime militar, ocorreu uma ruptura no PTB, com o que surgiu um candidato pelo então criado MTR, Fernando Ferrari; assim, os votos do PTB se dividiram, dando a vitória ao candidato anti-PTB Ildo Meneguetti e derrotando, por consequência, Egídio Michaelson, do PTB.

Na região do Médio Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul, o comportamento eleitoral nas eleições de 1947 para governador do estado confirmaria a tendência eleitoral do restante do estado e o respaldo seria dado a Walter Só Jobim, da coligação PSD, PRP e PCB, ficando Alberto Pasqualini, que concorreu pelo PTB, em segundo lugar.

Já, na eleição para governador do estado em 1950, o candidato da coligação PSD, UDN, PRP, Pompilho Cylon F. da Rosa, atingiu um índice de votação de 61,5% da preferência regional. O candidato da coligação PTB, PSDA (Partido Social Democrático Autonomista), PSP, Ernesto Dornelles, obteve 29% dos votos. Portanto, na região do Médio Alto Uruguai, Ernesto Dornelles não se saiu vitorioso, porém foi eleito governador do estado com 329 884 votos, ou seja, 45,85% da preferência do eleitorado gaúcho.

Nas eleições para governador do Rio Grande do Sul em 1958, concorriam pelo PTB-PRP Leonel de Moura Brizola e, pela FD, Walter Peracchi Barcelos, este que obteve preferência regional. O PTB-PRP, com o candidato Leonel de Moura Brizola, perdeu na região por um percentual baixíssimo, com o que reforçou a disputa acirrada pelos votos, inclusive no que tange a brancos e nulos. Porém, a Frente Democrática (PSD-UDN-PL) saiu do pleito vencedora. Em nível estadual, Leonel de Moura Brizola fez 670 003 votos, ou seja, 55,18%, e foi eleito governador do estado.



Fonte - Arquivo Histórico municipal de Frederico Westphalen.

Figura 1 - Comício político de Leonel de Moura Brizola em 1958 na Praça da Matriz de Frederico Westphalen.

Nesse momento de eleições, 1958, as disputas seriam acirradas e as distâncias políticas se ampliariam entre brizolistas e defensores da Frente Democrática. O PRP, coligado com o PTB, com seu apoio a Leonel Brizola, solicitou ao senhor Antônio Pires, membro do Diretório Estadual do PRP, encaminhamento de uma biografia de Leonel Brizola para que pudesse ser utilizada na campanha política. Antônio Pires escreveu, então, a Nívio Ludwig:

[...] Lamentamos informar que não existe nada escrito de maneira coordenada que se possa chamar de Biografia de Leonel Brizola. Entretanto, sua carreira política é tão meteórica, sua obra administrativa é tão atual que todo o Rio Grande sabe de cor. Além disso, o que mais interessa neste momento é saber suas credenciais de homem público, de administrador, e isso o caro companheiro poderá obter adquirindo o “Carreiro do Povo” do dia 17 do corrente, onde está uma súmula da grandiosa obra de Brizola, bem como de sua impressionante carreira política e a perspectiva de sua futura administração como Governador do Rio Grande.¹⁷

Para Augusto Tagliapietra¹⁸, peerepista, “naquele tempo a política era diferente, cada um defendia mesmo o seu partido e seu candidato”. O PRP local apoiou o candidato Leonel de Moura Brizola ao governo do estado do Rio Grande do Sul.

Os peerepistas de Frederico Westphalen, a exemplo do que ocorria em áreas de colonização alemã e italiana, deram apoio à candidatura ao governo do estado de Leonel de Moura Brizola, que concorreu pelo PTB em 1958. Desse modo, no ano de 1959, escreveram ao governador do estado reivindicando melhorias para o município em todos os setores. Eles comentavam o seguinte:

O governo passado e a atual administração municipal causaram a este povo, quer por dissídio, abandono ou má gestão dos nossos interesses públicos, danos irreparáveis. Foram 4 anos de frustrações e desencantos. Nada de novo foi feito. O que havia sido realizado, foi relegado ao abandono. Teremos que partir da estaca zero. As poucas e mal traçadas estradas foram abandonadas; o nosso sistema de escola está as ruínas; a nossa agricultura atravessa a fase mais negra de sua história; perda total da safra de trigo, falta de sementes e ausência de agrônomos. O crédito oficial ainda não é conhecido nesta zona essencialmente agrícola.¹⁹

¹⁷ PIRES, Antônio C. Ofício-resposta ao pedido do presidente do Diretório Municipal do PRP, senhor Nívio Ludwig de 25 ago. 1958. Documentação do CD-AIB/PRP.

¹⁸ TAGLIAPIETRA, Augusto. Entrevistado por Elenice Szatkoski em 2 jul. 2002.

¹⁹ Carta Reivindicatória do Município de Frederico Westphalen ao Exmo. Sr. Governador do estado Eng^o Leonel Brizola. p. 1 e 2 de 5 mar. 1959, contendo 11 páginas datilografadas, foi assinada por Vergínio Cerutti, presidente do PTB; Nívio Ludwig, presidente do PRP, e João Sucolotti, citado como presidente do PSP, porém não consta sua assinatura. Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. Porto Alegre - RS.

Para as eleições a governador do estado do Rio Grande do Sul em 1962, surgiu a ADP, que reuniu PSD-PL-PRP-PDC e UDN, e cujo candidato seria Ildo Meneguetti, que obteve em Frederico Westphalen 50,3 % da preferência do eleitorado. O candidato do PTB, Egydio Michaelson, ficou em segundo lugar, com 31,4% num total de 7.785 eleitores. Em Iraí e em Palmeira das Missões, a ADP também se saiu vitoriosa no pleito, obtendo o maior percentual de votos.

Ao analisarmos o comportamento eleitoral do estado do Rio Grande do Sul e da região do Médio Alto Uruguai no período do multipartidarismo, compreendido entre 1947 e 1968, observamos os partidos de expressão regional, bem como apoios e coligações para as candidaturas nas diversas eleições do período. Isso se faz necessário para melhor compreendermos o desenrolar dos fatos políticos quanto à formação dos Grupos dos Onze e a repressão estabelecida em nível regional, especialmente a partidários do PTB.

A partir de 1966, especialmente nas eleições para senador da República, a região passaria a ser composta por municípios, antes distritos, emancipados, que mantiveram a tradição de voto em candidatos e em partidos dissidentes e de uma tendência liberal-conservadora. Desse período em diante, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) passaria a obter os maiores percentuais de votos, dominaria os pleitos eleitorais e teria as prefeituras regionais sob sua administração. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na região, constituir-se-ia de ex-partidários do PTB e, com algumas exceções, de membros outros partidos que apoiavam uma tendência mais democrática nas ações políticas do período.

Esse comportamento eleitoral de dominação da Arena em âmbito regional ocorreu também nas eleições para Câmara Federal em 1966. Em nível estadual, o MDB levou uma pequena vantagem, ficando com 15 cadeiras na Câmara Federal, ao passo que a Arena obteve 14. Nas eleições para a Assembléia Legislativa de 1966, a Arena também dominou a tendência de votos regionais; já, em nível estadual, o MDB levou uma pequena vantagem, ficando com 28 cadeiras na Assembléia, e a Arena, com 27.

As análises sobre o período do multipartidarismo no Rio Grande do Sul têm enfatizado que a polarização partidária não se manifestava apenas nas eleições para o governo do estado e o Senado, mas reproduzia-se também nas coligações locais, fomentando uma competição bipartidária de fato por trás do sistema formalmente multipartidário. A polaridade PTB/anti-PTB representava o perfil dominante do período, com a tendência a aglutinar mais partidos à medida que a força do PTB se expandia. Os

dois pólos partidários constituíram-se, esquematicamente, com a seguinte configuração: de um lado, em torno do bloco populista, estava o PTB, com seu aliado periférico, o PSP de Adhemar de Barros e, excepcionalmente, em 1958, com Brizola atraindo o PRP para melhor penetrar na zona de colonização alemã e italiana; de outro, no bloco conservador liberal, o PSD nucleava a UDN e o PL, às vezes o PRP e, mais tarde, o PDC. Esses dois blocos acabaram formando a base dos dois novos partidos: o da Arena, aglutinando partidos conservador-liberais, e o do MDB, com os partidos populistas.

Com o AI-2, em 1965, decretando o fim do sistema que se estruturou com a transição democrática de 1945 e a imposição do bipartidarismo, assegurou-se a tendência de que os partidos conservador-liberais, agora aglutinados na Arena, continuassem a se manter no poder na região do Médio Alto Uruguai, ao contrário do que ocorria na maioria dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, onde as forças políticas do PTB mantinham uma sólida dominação. Noll salienta que “o PTB se enfraquece no Estado após as perdas sofridas pelo bloco populista em decorrência das cassações políticas pós-golpe militar, quando são afastadas suas principais lideranças”.²⁰ O enfraquecimento do PTB na região do Médio Alto Uruguai ocorreu em razão dos fatores apresentados por Noll, como cassações políticas e afastamento das principais lideranças regionais do PTB.

1.2 O trabalhismo/populismo varguista de 1930-1945

Essas especificidades da política estadual estavam inseridas no contexto do fortalecimento do populismo/nacionalismo de Vargas após 1930. Essa política populista perpetuar-se-ia até o final do governo Goulart com a implantação da ditadura militar e a perseguição política aos dirigentes e militantes do PTB, que, em virtude do envolvimento com as manifestações da Campanha da Legalidade em 1961, bem como do movimento para a formação dos Grupos dos Onze em 1964, foram enquadrados como subversivos, comunistas.

Portanto, ao propormos um estudo sobre política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai (RS) entre 1947 e 1968, torna-se relevante abordar o contexto histórico onde se originou o populismo, antecedendo os fatos que culminaram no regime militar. Quando se realizam análises sobre o populismo, o primeiro passo é entender que

²⁰ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais: comparativas do Rio Grande. 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994. p. 145.

tipo de prática foi implementada em torno dessa política, qual foi o papel do PTB e do PSD dentro do contexto eleitoral nacional, estadual e local; também devemos entender a relação existente entre os integrantes dos Grupos dos Onze e as perseguições políticas que se acirraram com a implantação do regime militar de 1964 e os partidários do PTB.

E foi justamente a maneira de Getúlio Vargas²¹ governar que ficou conhecida como populismo, porém não foi adotado a somente por Vargas. Isso ocorreu com outros governos da América Latina, especificamente o de Juan Domingo Perón, que assumiu a presidência da Argentina de 1946 a 1955, levou a população daquele país a um culto histórico pelo líder da nação, ficando conhecido como um político populista. Assim escreve Capelato: “O varguismo e o peronismo, analisados em conjunto ou separadamente, foram considerados as expressões mais típicas do populismo na América Latina.”²²

O populismo adotado por Getúlio Vargas intitulou-se “trabalhismo”. Farias e Barros explicam que “[...] o setor da política trabalhista tendeu a concretizar a obra iniciada nos anos posteriores à revolução de 1930. Getúlio Vargas conjugou com bastante sucesso uma intensa repressão ao movimento operário. Ao mesmo tempo em que criava um conjunto de leis que representava um certo avanço para os trabalhadores. A institucionalização das relações entre Estado e a classe operária não se fez sem a elaboração de uma ideologia, o trabalhismo”.²³

Nesse Estado populista, que começou a ter uma configuração mais urbana a partir de 1930, quando se acentuou o número de trabalhadores que atuavam nos setores industriais, houve necessidade de garantir direitos básicos, de leis que contentassem a massa de operários e os mantivessem sob o controle estatal. Assim, Getúlio aprovou leis

²¹ “A era Vargas”, assim denominada pela historiografia, compreende o período de 1930 a 1945. O governo provisório de Vargas, instalado em 1930, teria a função de promover a transição política, porém, em 1932, aconteceu a Revolução Constitucionalista; em 1933, a Assembléia Constituinte e, em 1934, com a promulgação da nova Constituição, Vargas permaneceu no poder. Essa nova fase do governo foi chamada de Governo Constitucional de 1934-1937, período marcado por duas fortes correntes políticas: a Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista, e a Aliança Nacional Libertadora. Já no final desse governo, começou a campanha anticomunista e a origem da ditadura do Estado Novo de 1937-1945. Naquele período, ocorreu a fundação do PSD e do PTB, entre outras manifestações políticas, como a UDN, reconhecidamente de oposição a Vargas. A partir desse último período, centraremos nossos estudos, não descuidando da influência dos períodos anteriores. Ver mais em SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. 3. ed. Petrópolis: Vozes. 1981.

²² CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998. p. 21.

²³ FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz. *Getúlio Vargas e sua época*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986. p. 51.

trabalhistas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), levando em consideração os dispositivos trabalhistas da Constituição de 1937, foi inspirada na “Carta del Lavoro”,²⁴ criada pelo ditador fascista italiano Benito Mussolini, garantindo férias remuneradas, proibindo o trabalho infantil nas fábricas, concedendo aposentadoria para os operários, entre outros benefícios. Em 1940, foi decretada a lei da criação do salário mínimo, que já havia sido contemplado na Constituição de 1934. O trabalhismo, de acordo com Capelato, “constituiu um dos traços definidores da política varguista. A constituição do Ministério do Trabalho, a lei do sindicalismo, a legislação social compõem a estrutura da nova cultura política”.²⁵

Nem todos os princípios da CLT, entretanto, serviam a todos os brasileiros. A população brasileira concentrava-se, em sua grande maioria, no campo e nenhum latifundiário pagaria salário mínimo para um peão, tampouco lhe concederia o direito a uma aposentadoria. As relações capitalistas eram lentas no campo e pouquíssimos trabalhadores rurais eram assalariados. Segundo Ianni,²⁶ o modelo de industrialização que se colocava em prática a partir de 1930 manifestava os primeiros conflitos sociais inerentes ao modo de produção vigente no campo, surgindo as primeiras organizações, bem como a necessidade da proteção do trabalho rural. Para o autor, tanto o trabalho do setor industrial como o rural e as suas relações eram formalizados em termos conseqüentes com o mercado de trabalho capitalista, no espírito do modelo getuliano, com base no populismo.

Nesse contexto do campo, não se pode deixar de registrar a presença forte do coronel, que coibia qualquer possibilidade de reivindicações no interior. Já, na cidade, as relações pessoais se davam na fábrica,²⁷ onde o operário dialoga com seus companheiros, está unido pelo processo de produção. Ali, nesse ambiente, construíram-se formas de relações, pelo contato com colegas, com estudantes, com revolucionários profissionais e

²⁴ FARIA; BARROS, op.cit. A Constituição de 1937, que nos seus dispositivos trabalhista era inspirada na “Carta del Lavoro” italiana, dava somente aos sindicatos reconhecidos pelo Estado o direito de representar sua categoria, proibindo a greve e o *lock out*. A lei trabalhista estabelecia o papel dos sindicatos no ano de 1939, submetendo-os à tutela do Estado, com o objetivo de preservar a vida interna dos sindicatos da contaminação pelos maus elementos sociais, da presença de estranhas e corruptoras ideologias e também de colaborar com os poderes públicos, buscando o desenvolvimento, a solidariedade das classes produtoras e harmonização dos interesses sociais. Em 1º de maio de 1943, o governo instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho, que reuniu todas as resoluções tomadas desde 1930 na área trabalhista.

²⁵ CAPELATO. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 1998. p. 175.

²⁶ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 45.

²⁷ Sobre o trabalho e as relações de trabalho, bem como a organização dos operários, ver DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1889 a 1930*. 12. ed. São Paulo: Atual, 1991, p.

com militantes comunistas que divulgavam idéias através de conversas ou de jornais, estimulando a luta contra os patrões, propondo a criação de sindicatos combativos, mobilizando os trabalhadores para as greves, enfim, a luta contra o capitalismo.²⁸

O governo populista soube combater todas essas ações: prendeu comunistas, proibiu as greves, mas, acima de tudo, ofereceu aos trabalhadores as leis trabalhistas em troca da submissão. Criou-se, então, a idéia da “doação” dos direitos, sendo Getúlio o grande doador desses direitos. Esquecia-se que, antes das leis trabalhistas, os operários haviam realizado greves, em 1917, 1918 e 1919, com as quais tinham conquistado alguns direitos básicos.²⁹

Getúlio Vargas, com sua política trabalhista, almejava que os trabalhadores confiassem no governo. Essa era a essência do pacto populista. Os trabalhadores exerciam as suas atividades com docilidade, e o governo, em contrapartida, oferecia as leis trabalhistas. A ideologia do trabalhismo³⁰ mitificou a figura de Vargas, que passou a ser o doador de toda a legislação trabalhista, retirando o operariado de sua situação de total esquecimento e abandono. Os trabalhadores não lutavam por seus direitos; simplesmente aguardavam, passivamente, a boa vontade do Estado populista, como cita Capelato ao se referir ao poder político:

O poder político define, em última instância, os parâmetros relativos à liberdade. Sob um regime democrático, há espaço para a diversidade de produção, contestação de valores, expressão das tensões e dos movimentos contraditórios; nos regimes autoritários prevalece o controle da produção em nome de determinados valores (unidade nacional, identidade coletiva, ordem) e a censura é justificada como a guardiã dos princípios que o poder político se arvora em defensor, apresentando-os como universais e eternos.³¹

A propaganda oficial criada pelo governo mostrava Getúlio como o “Pai dos Pobres”, o líder que conhecia as necessidades do seu povo e que garantia direitos fundamentais; quanto ao povo, respondia aos apelos do “Pai”, pois aceitava a sua forma

95. Ainda em BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 7. ed. Porto Alegre: Vozes, 1986. p. 38-39.

²⁸ Para aprofundar estudos sobre o capitalismo no Brasil, ver SODRÉ, Nélon Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. Ou BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 1986. Pode-se ainda buscar informações em PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, bem como em ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial: 1929-1945. Cap. I, p. 11-49. In: BORRIS, Fausto (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986, v. 4, 1930-1964.

²⁹ FARIA; BARROS, *Getúlio Vargas e sua época*. 1986. p. 52.

³⁰ FARIA; BARROS, op. cit., p. 51-52.

³¹ CAPELATO, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 100.

populista de governar e, em vez de uma classe trabalhadora madura, que acreditava em suas potencialidades, o populismo gerou um povo dependente, à espera de alguém que lhe alcançasse os direitos e esperançoso de um grande líder para libertá-lo. Dessa relação estreita que se estabelecia entre Estado e povo, Capelato conclui:

A relação direta homem/poder público é assim qualificada pelo trabalho como uma relação cidadão/Estado. Na democracia estadonovista, o cidadão não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais, e a realização plena da cidadania deveria ocorrer pela promoção da justiça social. Mas a realização da justiça social dependia da reforma do Estado, ficando, portanto, colocada como perspectiva de realização no futuro. O presente estava voltado para a nova organização estatal.³²

Tentando entender e conceituar melhor o que significava o povo trabalhador sobre o qual Getúlio Vargas exercia o seu poder “paterno”, observa-se que o trabalhismo considerava trabalhadores apenas os operários. Os desempregados, os mendigos, os marginais em geral eram excluídos dessa concepção; portanto, o “Pai dos Pobres” era o pai dos trabalhadores e não de todo o povo brasileiro, num sentido mais coletivo.

Essa política trabalhista de Getúlio Vargas era fortalecida pela máquina de propaganda criada durante o Estado Novo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) cuidava de divulgar a imagem positiva do governo. Ninguém fazia referências negativas a Getúlio, toda a imprensa era controlada e estava sob censura. Em todas as instituições, tais como escolas, quartéis, fábricas, estádios de futebol, programas do rádio, sessões de cinema, a população era bombardeada com mensagens publicitárias exaltando o governo varguista. As manifestações culturais do Brasil, como músicas e livros didáticos, exaltavam o maior brasileiro de toda a história. Assim relata Capelato:

Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. Havia íntima relação entre censura e propaganda. As atividades de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado.³³

Outra forma de manter os trabalhadores respaldando o governo foi o controle que Vargas exerceu sobre os sindicatos, os chamados “sindicatos pelegos”, que, através dos operários dirigentes, acabavam defendendo o interesse dos patrões e do governo em vez

³² CAPELATO, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 173-174.

dos interesses dos trabalhadores. Para manter a máquina sindical a seu lado e reforçar o “peleguismo”, Vargas criou, em 1940, o imposto sindical, que consistia no pagamento, pelos trabalhadores, de um dia de trabalho anual ao sindicato que representava sua categoria profissional. A lei ainda estabelecia a unicidade sindical, que significava a existência de somente um sindicato de cada categoria profissional por região; dessa forma, os dirigentes não teriam de se preocupar em solicitar contribuições para manter o sindicato, pois o grande volume de dinheiro coletado anualmente mantinha a máquina sindical “pelega” funcionando.

Assim, vinculados aos favores do Estado e dos patrões, os sindicatos deixaram de fazer greves e de lutar em favor dos trabalhadores. Muitos sindicatos viraram assistencialistas, oferecendo serviços como colônia de férias, quadra de esportes, assistência médico-odontológica etc. O imposto sindical foi responsável pelo estreitamento da subordinação dos sindicatos ao Estado, contribuindo para a marginalização da classe trabalhadora.

Outro aspecto importante é que outras instituições da sociedade civil, além dos sindicatos e da imprensa, como as Igrejas, com seus quadros apoiando o integralismo, e as escolas defendiam a ideologia do governo getulista do país e repassavam a sua visão de mundo. Assim, na escola, as crianças aprendiam que Vargas era o maior dirigente do Brasil e, na Igreja, os padres alertavam que os comunistas queriam destruir os valores da família, mas que o dirigente do Brasil tomara medidas para impedir que isso ocorresse.³⁴

Durante o populismo getulista, destacou-se o nacionalismo, que, em meio à crise internacional, sustentava a defesa do capital nacional e ganhava popularidade. Por muito tempo difundiu-se a idéia de que Getúlio Vargas era um presidente nacionalista, pois fazia a defesa do Brasil em relação ao capital internacional. Por essa prática, Getúlio Vargas recebeu apoio de muitos setores da esquerda brasileira.

No período varguista, o Estado passou a interferir fortemente na economia. A crise de 1929 foi responsável pela adoção de novas políticas econômicas pelos Estados Unidos, que abandonaram o liberalismo econômico e adotaram as novas teorias

³³ CAPELATO, op. cit., p. 75.

³⁴ O Integralismo – doutrina política de caráter totalitário representada pela extinta Ação Integralista Brasileira. Ver sobre integralismo, seu caráter ideológico, cultural e religioso, bem como sua fundação e extinção em: CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 193-216.

keynesianas³⁵, as quais condenavam o *laissez-faire* de Adam Smith. Essas novas concepções serviriam de base econômica para os países latino-americanos e, em especial, para o Brasil.

Assim Vargas marcou suas administrações, tanto no período do Governo Provisório, como no governo constitucionalista, afirmando as concepções do populismo/nacionalismo. Na terceira fase do seu governo, no fim do Estado Novo, foi

publicado o manifesto mineiro em 1943. Também a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, mobilizou milhares de estudantes pedindo o fim da ditadura de Vargas; diante das reivindicações não atendidas, a UNE organizou uma passeata em 1943. Escreve Carone sobre o movimento estudantil: “A UNE e os seus diretórios acadêmicos nos Estados continuam a sua luta, comemorando e agindo em todos os momentos e em todas instituições ligadas ao esforço de guerra e na luta pela democracia [...] De nada adiantando, resolve-se fazer passeata, onde os estudantes, caminham de braços dados e com o lenço na boca, simbolizando o amordaçamento da palavra.”³⁶

Diante de tantas manifestações, Vargas acabou com a censura, anistiou os presos políticos e marcou eleições para a Assembléia Constituinte, tentando permanecer no poder. Enquanto a população do Brasil pensava que iria escolher um novo presidente, Vargas mobilizava suas bases e começou um movimento chamado “Queremismo”,³⁷ no qual seus

³⁵ A doutrina keynesiana, formulada pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), contestava as idéias dos pensadores liberais e neoliberais clássicos quanto à minimização da interferência do Estado na economia. Conforme os keynesianos, em determinados momentos históricos, especialmente quando ocorresse escassez de investimentos por parte da iniciativa privada, gerando um quadro recessivo com problemas sociais, seria recomendável que o Estado aumentasse os investimentos públicos. Essa teoria foi defendida e seguida pelos países capitalistas até os anos 70, e os investimentos eram direcionados para a construção civil para a absorção da mão-de-obra e para os setores sociais, originando o chamado “Estado do bem-estar social”. Ver mais em KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992. p. 24-36. Também em SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 186.

³⁶ CARONE, *O Estado Novo (1937-1945)*. 1976. p. 88.

³⁷ Sob a orientação de Moscou, o PCB apoiou o Queremismo, postura adotada também por seu líder no Brasil Luís Carlos Prestes, o “Cavalheiro da Esperança”, perseguido por Vargas, que teve sua esposa, Olga Benário, comunista alemã, entregue aos nazistas pela polícia de Vargas. O apoio de Prestes a Vargas ocorreu por sua luta contra os países do Eixo, colaborando com a derrota dos regimes autoritários e também por Vargas ter aprovado a Lei Malalaia, segundo a qual o governo poderia confiscar as grandes empresas estrangeiras que não estivessem atendendo aos interesses da população. Essa lei agradava aos Comunistas e desagradava aos capitalistas americanos. Ver mais sobre o assunto em MORAIS, Fernando. *Olga*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediciones Altaya, 1994, ou ainda GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989, bem como em CARONE. *O Estado Novo (1937-1945)*. 1976.

partidários foram às ruas gritar “queremos Getúlio”, defendendo a eleição de um novo presidente somente após a promulgação da Nova Constituição.

Os projetos de Getúlio não deram certo e, em 1945, o general Góis Monteiro afastou Getúlio da presidência. O governo foi entregue a José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal, que, após, passou o cargo ao general Eurico Gaspar Dutra, eleito por voto secreto e direto, ex-varguista e ex-simpatizante da Alemanha Nazista. Dutra, apoiado por Vargas no trabalhismo e no populismo, auferiu milhões de votos.³⁸ Com relação ao fim do Estado Novo e à queda de Getúlio Vargas, Carone explica:

O golpe e a queda de Getúlio Vargas representam luta entre as duas facções das classes dirigentes, cada uma delas tentando alianças e conchavos para permanecer ou conquistar o poder. Só que as alas vencedoras, a de Eduardo Gomes e as da UDN, que neste momento se aconchavam com Dutra e os do PSD, representam uns e outros, civis e militares, os grupos mais reacionários e anticomunistas, os grupos mais entreguistas e desnacionalizadores, que vão tomar conta do poder e destruir, um a um, grande parte das conquistas econômicas e sociais estruturadas nos quinze anos anteriores. O que se pretende é novamente governos elitistas, onde a palavra “democracia” seja privilégio de uma minoria, como no passado.³⁹

Nesse clima de pós-guerra, de instabilidade política e de uma nova perspectiva de governo, agora com Dutra e não mais com o ditador Getúlio Vargas, os partidos políticos começaram a se aglutinar pensando em representações de classes e na defesa de interesses de minorias. Nesse momento, com o PCB na clandestinidade, o PTB surgiria como um partido de aglutinação das massas populares e os políticos mais fiéis e ardorosos do trabalhismo/populismo de Vargas permaneceram defendendo as idéias pregadas por seu idealizador. No interior do Brasil, e com maior intensidade no Rio Grande do Sul como um todo, por ser berço do presidente Vargas, a defesa política do trabalhismo seria fortemente defendida por uma nova classe de políticos que começava a surgir, representada principalmente por João Goulart e Leonel de Moura Brizola.

1.3 Formação partidária pós-1945 – PSD, UDN, PTB e PCB no Brasil

³⁸ O índice de votos de Dutra nas eleições de 1945 foi de 55% do total dos votos, com apoio do PSD e do PDT; a máquina de votos pessedista e o apoio de Vargas deram a vitória tranqüila a Dutra. Eduardo Gomes obteve 35% dos votos e concorria pela UDN; pregou na sua campanha a honestidade, porém recebeu apoio de Adhemar de Barros, líder do PSP, que admitia roubar, porém fazia obras, sendo considerado um dos políticos mais corruptos do período. Yedo Fiúza obteve 10% da votação e concorria pelo PCB, político desconhecido, e os conhecidos não tinham força eleitoral no período. FÁRIA; BARROS. *Getúlio Vargas e sua época*. 1986. p. 64-65.

³⁹ CARONE, op. cit., p. 349.

No final da ditadura do Estado Novo, quando Getúlio Vargas fez a transição do regime ditatorial para a democratização do país, já se formavam novos partidos. Todavia, no cenário político que se desenhava, quatro partidos se destacariam no período, três dos quais – a UDN, o PSD e o PTB – estavam constantemente no poder, tanto no Congresso Nacional como nas eleições para disputa da presidência do Brasil.

O PSD era composto por industriais, banqueiros e latifundiários que haviam se beneficiado com os favores políticos do governo varguista durante o Estado Novo. Muitos políticos do PSD ganharam cargos de destaque no governo durante a ditadura varguista, que iam desde interventores estaduais, ministros até assessores diretos, os quais utilizavam toda a máquina pública para conquistar votos nas eleições. Essa prática ficou conhecida como clientelismo eleitoral, tornando a máquina administrativa do governo uma máquina eleitoral.

Também entre os latifundiários, a maioria apoiava o PSD e influenciava milhares de eleitores camponeses, formando os chamados “currais eleitorais”. Nesse contexto, o PSD foi o maior partido do Brasil no período, o que mais obtinha votos. Foi nesse período de afirmação político-partidária que políticos como o paulista Ulisses Guimarães, o mineiro Tancredo Neves (ministro da Justiça de Vargas em 1953) e Juscelino Kubitschek começaram a fazer parte do cenário da política nacional. Sobre o PSD Skidmore relata:

O PSD foi o terceiro dos três principais partidos criados em 1945. Seus primeiros dirigentes foram recrutados entre os administradores de alto nível e os oligarcas políticos favorecidos pela ditadura do Estado Novo. Por sua ideologia e atuação, era um partido de centro, tendo à direita a UDN e à esquerda o PTB. Pretensamente pragmáticos e pacificadores por natureza, os líderes possedistas não fizeram jus às suas louvadas virtudes de conciliadores quando os ânimos políticos se inflamaram em 1954.⁴⁰

Já a UDN era arquiinimiga dos partidários do getulismo. Aceitou, *a priori*, até estabelecer um diálogo com socialistas democráticos, que, contudo, acabaram se afastando e fundando o PSB, sem muita repercussão nacional e que não assumia um caráter marxista.⁴¹ A UDN também pregava o liberalismo econômico; não era a favor do nacionalismo e da intervenção do Estado na economia; questionava o trabalhismo e as leis trabalhistas e colocava-se contra leis governamentais que aumentassem salários ou que

⁴⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 200. p. 27.

⁴¹ ROMANO, Roberto. *História do pensamento: cultura contemporânea*. São Paulo: Nova cultural, 1987. p. 548-568. v. 4.

protegessem a indústria nacional. Por todas essas práticas, os udenistas eram odiados pelos getulistas e pelos comunistas.⁴² Enfim, os políticos da UDN apoiavam o liberalismo e uma política ditatorial e o seu discurso fascinava a classe média, porém não atingia as classes populares, pois era de cunho elitista, moralista, anticomunista.

Os políticos da UDN detestavam greves e mobilizações sindicais, acusavam os sindicalistas e grevistas de subversivos. Para os militantes da UDN, esses movimentos eram organizados por “vermelhos antipatrióticos”, como se referiam aos comunistas. Também os políticos pertencentes à UDN tinham uma excelente oratória, vestiam-se bem e, em sua maioria, tinham concluído cursos superiores. Com tudo isso, a UDN ficou conhecida como o “Partido dos Bacharéis”.

O político que mais se destacou dentro da UDN foi Carlos Lacerda, habilidoso no jogo político e que, por meio do seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, atacava todo mundo, fazia denúncias envolvendo os getulistas ou até mesmo a pessoa de Getúlio Vargas. A UDN reunia banqueiros e magnatas da grande imprensa brasileira, como Assis Chateaubriand, dono do jornal *Diário e Associados*, bem como Júlio Mesquita, do jornal *O Estado de São Paulo*, e tinha o apoio da família Marinho, do jornal *O Globo*. Já, na política, a UDN iria ser berço de políticos como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães. Para Skidmore, “os antipopulistas eram capitaneados pela UDN, o principal partido conservador. Em 1954, era a força antigetulista por excelência e tinha como seu mais ardoroso porta-voz Carlos Lacerda, talentoso jornalista que através do seu vespertino, *Tribuna da Imprensa*, desfechava contra Vargas todo o tipo de ataque político e pessoal”.⁴³

Quanto ao PTB, em sua trajetória de 1945 a 1965, vale registrar que foi inicialmente criado por Getúlio Vargas com o objetivo de ganhar o voto dos operários e da classe média baixa, de todos os que acreditavam no mito do “Pai dos Pobres”, pois os votos dos camponeses e dos sindicatos afinados com o governo eram passados ao PSD. Getúlio Vargas e seus aliados confiavam que as massas urbanas votariam no PTB e não nos comunistas, passando, assim, este partido a ser uma trincheira contra o socialismo. Na Câmara e no Senado Federal, era o terceiro maior partido, atrás do PSD e da UDN, quadro que somente se alterou da década de 1960, quando ocorreu um crescimento na votação.

⁴² ROMANO, op. cit., p. 548-568. O PCB no Brasil foi fundado em 25 de março de 1922. Intelectuais e fundadores como Astrojildo Pereira, Caio Pardo Jr., Graciliano Ramos, entre outros, foram atuantes e fundamentais para desenvolverem as ações políticas e divulgarem o pensamento comunista no Brasil.

⁴³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). p. 24.

O PTB sempre manteve fortes ligações com o Estado, tanto que em suas mãos, através dos seus burocratas, estavam setores como a Previdência Social e o Ministério do Trabalho. Nesse contexto clientelista, encontravam-se os sindicalistas e os sindicatos pelegos, que mantinham ligações políticas próximas com o governo trabalhista. Após 1954, especificamente depois da morte de Vargas, o PTB passou a assumir um caráter de esquerda,⁴⁴ defendendo o nacionalismo, as leis trabalhistas e, a partir de 1960, a reforma agrária, com ligação com os comunistas. Dessa corrente pedetista participaram políticos como João Goulart e Leonel de Moura Brizola. Skidmore registra que “o PTB seguia as linhas dos partidos socialistas democráticos europeus, e chegou a ser o principal partido de esquerda, mas era marcado pelo personalismo e seu matiz ideológico variava de um Estado para outro.”⁴⁵

Para entender a atuação do PCB, precisamos nos reportar a 1945, quando os membros do PCB e, especialmente, as lideranças foram libertadas da prisão após o Estado Novo e quando a lei autorizava a existência do partido. O Partido Comunista atraía simpatizantes em virtude da vitória da União Soviética sobre as forças nazistas, com o que importantes intelectuais europeus haviam aderido ao partido, a exemplo de Picasso, Sartre, Brecht, Aragon, Foucault, Hobsbawm, entre outros. No Brasil destacava-se a participação de intelectuais como Oscar Niemeyer, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Caio Prado Jr. e Candido Portinari, que já haviam se filiado ao Partido Comunista. Na época, ser comunista tinha um certo charme, denotava um ar de intelectualidade e, ao mesmo tempo, sugeria sentimentos humanistas, bem como a manifestação de revoltas contra o sistema vigente e a condenação das injustiças sociais.

No Brasil o Partido Comunista no Brasil seguia as teorias marxistas, mas não vislumbrava uma revolução socialista, pois seus dirigentes pregavam a necessidade do desenvolvimento do capitalismo nacional, que deveria anteceder a revolução. Por causa desse fato não ocorreram as alianças na década de 1960 entre o PCB e o PTB. No fundo, ambos defendiam o capitalismo nacional, as empresas estatais, as leis trabalhistas e a

⁴⁴ BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995. Direita e esquerda são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre ideologias e entre movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. São excludentes no sentido em que nenhuma doutrina ou nenhum movimento poder ser, simultaneamente, de direita e de esquerda. E são exaustivos, pois um movimento ou uma doutrina pode ser apenas ou de direita ou de esquerda. Ver também BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de la politica*. México: XXI Siglo Veintiuno, 1981. v.1. Também BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de la politica*. México: XXI Siglo Veintiuno, 1982. v. 2.

reforma agrária. Assim, não viam com bons olhos a UDN, a qual defendia, econômica e socialmente, o oposto.

É importante registrar que o PCB, nas eleições de 1945, teve uma excelente votação em várias cidades brasileiras: elegeu um senador, Luis Carlos Prestes, e 17 deputados federais, somando mais de meio milhão de votos, o que o tornou o partido nacional das massas, com duzentos mil filiados. Todas essas conquistas abalaram o governo Dutra, que, em 1947, colocou o PCB na clandestinidade, proibindo a existência e as atividades políticas do partido. Essa situação levou que durante anos o PCB atuasse clandestinamente e, depois de todas as crises e do regime militar, a partir de 1979 se reestruturasse no Brasil.

Essa organização dos partidos em nível estadual e nacional no pós-45 também influenciou a forma como se estruturaram as agremiações partidárias na região do Médio Alto Uruguai, bem como os rumos e as posturas políticas favoráveis e contrárias à presença e à manutenção do PTB como governo municipal. Na região, todos os partidos consolidados no pós-45 estavam representados, registrados e com diretórios organizados, como PL, PDC, UDN, PSD, PTB, PRP. Cabe, porém, observar que não foram encontrados registros de nenhuma atividade do PCB; portanto, inexistiram movimentos sociais no período que configurassem a existência e a organização comunista regional. Na região do Médio Alto Uruguai, também foi acirrada a disputa eleitoral entre o PTB e os partidos anti-PTB. Desses confrontos políticos-partidários, principalmente durante os processos eleitorais, surgiu uma disputa pelo poder, com os partidos anti-PTB saindo vitoriosos dos pleitos eleitorais, bastante tumultuados. O PTB regional manteve a fidelidade ao trabalhismo/populismo, bem como a defesa de Vargas, perpassados e defendidos por líderes como Goulart e Brizola. Essa postura de fidelidade partidária levou o PTB, em 1964, a ser extinto por perseguições políticas e a acusações a lideranças regionais na formação dos Grupos dos Onze.

1.4 Os principais partidos políticos regionais no pós-45

Para compreendermos melhor como ocorreram as disputas políticas regionais entre o PTB e o anti-PTB, faz-se necessário um entendimento sobre o que define e constrói um partido político, ou melhor, como são as bases de sustentação de uma agremiação

⁴⁵ SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). 2000. p. 23.

partidária. Gláucio Ary Dillon Soares, ao trabalhar conceitos de partidos políticos, esclarece-nos: “Os partidos políticos não nascem feitos. Eles começam em algum lugar, com algumas pessoas, com alguns recursos; às vezes com alguma ideologia e alguma proposta para a sociedade que desejam construir. Se bem-sucedidos, crescem; se não, definham, vegetam ou desaparecem.”⁴⁶

Soares expõe dois conceitos básicos na organização dos partidos: organização e estruturação partidária. Quanto à organização, é fundamental entender a sua importância dentro de um país com as características regionais e locais do Brasil: “A organização dos partidos também não nasce feita: um país federativo requer diretórios regionais (estaduais); um país com municípios requer uma extensa rede de diretórios municipais. A fundação de um diretório é apenas o início da organização de um partido, que é um processo longo.”⁴⁷

No que tange à estruturação de um partido, a implicação principal, segundo Soares, é “a criação de vínculos com meios de comunicação de massa, com organizações civis (como os sindicatos e as religiões organizadas), além da criação de diretórios”.⁴⁸

A construção da matriz político-partidária da região do Médio Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul teve forte influência da política exercida no município-mãe, Palmeira das Missões, e foi perpassada pelo processo de emancipação, hierarquicamente executado. Essa matriz político-partidária que se construiu na região não difere do quadro que se apresenta em geral no estado, onde, no período entre 1947 e 1962, observou-se uma dominação do trabalhismo. Trindade e Noll escrevem: “Estudos anteriores mostram a importância eleitoral do trabalhismo através da hegemonia do PTB, tanto em nível da dominação partidária quanto na presença do PTB nas polarizações partidárias locais e também pela sólida implantação eleitoral do trabalhismo no conjunto do Estado.”⁴⁹

Dos 156 municípios gaúchos no período do pós-1945, caracterizado pelo multipartidarismo, o PTB passou a ter liderança em 1986, ou seja, em 55,1%, fato que reforça a forte presença do trabalhismo no estado. Diante disso, observamos que o antipetebismo não conseguiu liderar em municípios com população superior a cinquenta

⁴⁶ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 65.

⁴⁷ SOARES, op. cit., p. 65.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 65.

⁴⁹ TRINDADE; NOLL. *Rio Grande da América do Sul, partidos e eleições (1823-1990)*. 1991. p. 84.

mil habitantes; isso posto, a dominação dos partidos antipetebistas atingiu 17,3%. Trindade e Noll relatam que, na época, a situação dos anti-PTB era exclusivamente representada pelo PSD, cuja tendência era um recuo na maioria absoluta dos municípios e não representava crescimento eleitoral, salvo em raros casos.⁵⁰

O PTB apresentava no período uma tendência de evoluir na conquista do eleitorado nos municípios de pequeno e médio porte e não perdia espaço político-eleitoral em municípios de grande porte. Diante disso, para minar o avanço de partidos de tendência popular, foi utilizada uma estratégia de mudança no sistema partidário, decorrente da intervenção militar de 1964. Concluem Trindade e Noll: “Na realidade, a estratégia de mudança do sistema partidário decorrente da intervenção militar de 1964, com o novo projeto de “restauração da democracia”, sob a inspiração do “autoritarismo instrumental” busca desarticular a “tendência à hegemonia, no sistema partidário de um partido político com apelo popular”. Bloqueia-se a possibilidade do PTB tornar-se o principal partido na coligação tradicional da democracia populista (PSD-PTB), abrindo-se o caminho para a tentativa frustrada de, através de novos partidos conservadores governistas (ARENA/PDS), revitalizar eleitoralmente o PSD.”⁵¹

Esses fatos marcantes na mudança do sistema partidário no Brasil, do multipartidarismo para o bipartidarismo, especificamente antes de 1947 e após 1964, permitem entender a lógica da estratégia do poder, segundo a qual o sistema partidário sofreria alterações sempre em que houvesse riscos iminentes de partidos populistas e/ou populares ameaçarem a ruptura da dominação tradicional do partido conservador.

Em nível regional, também ocorreu uma alternância de poder entre PTB e anti-PTB em relação às eleições de 1947 e 1951. No caso de Frederico Westphalen, o município integrava a fração territorial do município de Palmeira das Missões, que apresentava uma forte tradição pessebista. Vejamos a Tabela 2, que demonstra a evolução eleitoral político-partidária de Frederico Westphalen e região antes e após a emancipação, ou seja, a partir de 1947.

Tabela 2 - Administrações municipais de Palmeira das Missões, de 1947 a 1951, e de Frederico Westphalen, após a emancipação, de 1955 a 1968

⁵⁰ TRINDADE; NOLL. op. cit., p. 84-85.

⁵¹ Ibid., p. 89

Data eleição	Candidatos	Partidos	Apoio / coligação	Votos	Resultados do pleito eleitoral
1947	Pompilho Gomes Sobrinho	PSD	PSD	5 684	Prefeito eleito
1947	Vergínio Cerutti	PTB	Demais partidos	1 248	Sobrepulado
1951	Josino de Quadros Assis	PTB	UDN, PRP, PSD	Não disponível	Prefeito eleito
1951	Alarico Leite do Amaral	PSD	PL	Não disponível	Sobrepulado
1954	Ivone Martini	PRP	PTB	1 491	Sobrepulado
1954	João Muniz Reis	PSD	UDN/PL	2 193	Prefeito eleito
1958	Virgínio Cerutti	PTB	PRP	Não disponível	Sobrepulado
1958	Arisoly Martellet	PSD	UDN/PL	Não disponível	Prefeito eleito
1963	Vitalino Cerutti	PTB	PRP	4 103	Sobrepulado
1963	João Muniz Reis	PSD	UDN/PL	4 113	Prefeito eleito
1968	Edegar Marques de Mattos	MDB	MDB	Não disponível	Sobrepulado
1968	Nerone Campo	Arena	Arena	Não disponível	Prefeito eleito

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen – AHM.

Quanto à composição da Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen, entre os períodos de 1955 e 1964,⁵² período que antecedeu a implantação do regime militar, a maioria das cadeiras estava concentrada nas mãos dos partidos anti-PTB. Com isso, tanto o Poder Executivo municipal quanto o Poder Legislativo eram aliados e combatiam as ações do PTB, que tinha o apoio significativo da maioria do PRP. A Câmara Municipal de Frederico Westphalen, através dos vereadores identificados como anti-PTB, desencadeou o processo de acusação que resultou na implantação do Inquérito Policial Militar (IPM) que apurou os fatos sobre a formação dos Grupos dos Onze na região do Médio Alto Uruguai.

Tabela 3 - Composição da Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen

Ano da eleição	Partido	Número de cadeiras
1955	PSD	03
	PTB	03
	PRP	02
	PL	01
1956	PSD	05
	PTB	02
	UDN	01
	PRP	01
1960	PSD	03
	UDN	02
	PTB	03
	PRP	01
1964	PTB	03
	PSD	03
	ADP	03
1969	MDB	04

⁵² Os dados que constam em 1964 são relativos à composição da Câmara Municipal antes do bipartidarismo; portanto, as cadeiras de vereadores eram divididas entre PTB, PSD e ADP.

	Arena	05
--	-------	----

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen – AHM.

Com esses dados, fica visível a disputa eleitoral entre o PTB e partidos anti-PTB, porém, a partir de 1955, com a emancipação de Frederico Westphalen, não mais ocorreu a alternância no poder em nível local, como acontecia na esfera estadual. O PSD passou a governar sozinho o município, pois obteve vitória em todos os pleitos municipais. Na Câmara de Vereadores, podemos afirmar que os partidos liberal-conservadores sempre obtiveram a maioria. O PSD/UDN constituía uma força política contra o anti-PTB e, após a implantação da ditadura, a Arena obteve maior número de cadeiras na Câmara Municipal.

É necessário, entretanto, entender por que, após a emancipação de Frederico Westphalen, em 1955, a vitória do PSD ocorreu em todos os pleitos eleitorais, mesmo que o PTB tivesse, aparentemente, a maior base eleitoral. Nesse sentido, Noll e Trindade explicam que o PSD tinha sua mais forte implantação eleitoral na metade norte do estado, exceto na Serra do Sudeste, zona em que preponderavam pequenas e médias propriedades rurais, mas também o latifúndio serrano.⁵³

Convém salientar que o PSD, mesmo sendo o principal partido, seguido pelo PTB, caracterizado pela perda significativa do eleitorado, conseguia manter-se dominante num pequeno número de municípios situados no norte do estado, parte da região conhecida como Médio Alto Uruguai, onde se localizam Frederico Westphalen, Iraí, Seberi e outros municípios emancipados de Palmeira das Missões.

O terceiro partido em força e expressão política regional foi o PRP, que disputou eleições e também compôs coligações e apoios significativos dentro da política municipal e regional. Assim, nas eleições de 1955 para prefeito municipal, o PRP lançou candidato único e, nas eleições de 1959, disputou coligado com o PTB, porém o apoio do PRP no início da disputa não estava definido, pendendo ora para o lado do PTB, ora para a FD. Assim, o Diretório Municipal dirigiu-se aos líderes estaduais do PRP comunicando:

Nos reunimos na semana passada, com a presença de diversos companheiros e abordamos o assunto referente às próximas eleições municipais. Analisamos a possibilidade de irmos com candidato próprio, porém dependeria do apoio maciço de uma das

⁵³ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héglio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande*. 1994. p. 17.

duas forças políticas que predominam no município, PTB e FD. Os primeiros já nos deram a entender que irão lançar candidato próprio e que nos dariam a vice. Esta, porém, se criando, dentro do PTB, uma corrente contrária ao candidato que alguns cogitam em lançar e, caso isso se der, haverá dissidência entre trabalhistas, caso em que a maioria deles apoiariam um candidato nosso. Surgindo a divisão no PTB, não irá adiantar muito, pois a FD nos derrotaria facilmente. O que teremos que procurar é harmonizar o PTB para nos lançarmos juntos na luta com o vice nosso e com a garantia, da parte deles, de serem repartidos os cargos de confiança na prefeitura. Existe, ainda, a possibilidade, sobre a qual estamos fazendo todo o empenho, de harmonizar as divergências surgidas com um CANDIDATO NOSSO para prefeito. Lamentavelmente, ainda não podemos fornecer dados mais concretos aos prezados companheiros sobre a questão do prefeito. Tudo faremos para que saia de nossas fileiras, teremos, porém, que aguardar mais alguns dias, até que a situação se clareie um pouco mais. Já fomos, também, sondados de “leve” por elementos da FD, os quais também nos dariam a vice. Nós devemos jogar justamente com eles porque, caso o PTB se acerte nas divergências, a FD provavelmente, ou melhor, é quase certo que irá apoiar um candidato nosso, para não ver a Prefeitura em mãos do PTB.⁵⁴

A manifestação do PRP, partido tratado como sendo o fiel da balança entre a (FD) PSD/UDN/PL/PDC/PTB, revela a preocupação com as primeiras eleições municipais de Frederico Westphalen, com os acordos políticos que poderiam se estabelecer entre o PRP a FD ou o PTB. Assim, o PRP, não conseguindo acordos com a FD, aliou-se ao PTB, sendo que o candidato a prefeito foi Ivone Martini (PRP) e o vice ficou com o PTB, concorrendo Flodoaldo Cruz Netto.

1.5 Do contexto nacional ao local: de Dutra às “eleições dos boletins” no território palmeirense

Nas eleições para presidente da República em 1945, concorreram Eurico Gaspar Dutra pelo PSD, apoiado por Vargas, seguido por Eduardo Gomes, da coligação UDN PL, e Yeddo Fiúza, pelo PCB. Álvaro Rolim Telles, pelo Partido Agrário Nacional (PAN), não obteve votos na região do Médio Alto Uruguai, nem mesmo o PCB. Sobre a organização do PCB no Brasil, Soares registra: “Ao que tudo indica, a estratégia organizacional do PCB foi concentrar seus recursos nas áreas que, por suas características socioeconômicas, tinham maior probabilidade de proporcionar-lhe um apoio eleitoral substancial a curto

⁵⁴ LUDWIG, Nívio. Ofício datado de 29 out. de 1958 a lideranças estaduais do PRP Mario Maestri, Alberto Hoffmann e Antônio Pires relatando a situação das eleições municipais e as disputas políticas entre as três forças políticas principais. Documento do CD-AIB/PRP - Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira e do Partido da Representação Popular, Porto Alegre - RS.

prazo: daí sua penetração nas grandes cidades, em contraste com sua irrelevância ou ausência eleitoral nos municípios rurais.’⁵⁵

Eleito respaldado por Getúlio, o governo Dutra (1946-1951), no que tange à política econômica, organizou e desenvolveu o plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Salte), englobando áreas estratégicas da administração pública. Contudo, a maioria da população mostrava um descontentamento acentuado em razão da fracassada e desconexa política econômica, que acabou frustrando os planos das elites conservadoras e exigiu uma modificação das diretrizes governamentais.⁵⁶

Politicamente, o decreto-lei nº 9070/46 defendia a existência de setores de atividades essenciais que estavam proibidos de fazer greves. Esse decreto-lei englobava até setores de comércio, significando que ninguém poderia fazer greves. O governo Dutra foi extremamente repressor em relação ao movimento operário, intervindo em mais de quatrocentos sindicatos e acabando com a tentativa de união sindical através da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), fundada em 1946.

As relações exteriores do Brasil “esquentaram” naquele período, pois começou a ser desencadeada a Guerra Fria.⁵⁷ Para Faria e Barros,⁵⁸ os maus ventos da Guerra Fria enfunaram as velas dos setores mais reacionários e propiciaram o aval necessário para o violento comportamento do governo Dutra. A tentativa do governo de reordenar a vida política brasileira, dispensando o recurso do apelo às massas trabalhadoras, foi um fracasso. Nesse contexto, foi fundada a Escola Superior de Guerra (ESG), que recebeu ajuda do presidente Truman dos Estados Unidos, através do envio de militares para auxiliar na formação da escola, a qual começou a funcionar em 1949. Essa escola não ensinava somente táticas e estratégias militares, por isso os civis também podiam participar, estudando idéias econômicas, políticas, culturais dos militares. Enfim, era apresentada a visão de mundo dos militares sobre o Brasil e o restante do globo.

⁵⁵ SOARES, *A democracia interrompida*. p. 76.

⁵⁶ FARIA; BARROS, *Getúlio Vargas e sua época*, p. 69.

⁵⁷ A Guerra Fria foi um conflito entre as duas maiores potências militares e econômicas do planeta, registrado no período entre 1945 e 1981. Esse conflito mostrava a divisão do mundo entre países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e países socialistas, liderados pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nunca houve um conflito efetivo entre as duas potências, mas intervenções militares em países, bem como disputas no campo econômico, cultural, esportivo, nas experiências espaciais, corrida armamentista, fabricação de armas nucleares, colocando o restante do mundo em alerta e despertando preocupação. Valia tudo para demonstrar força e poder.

⁵⁸ FARIA; BARROS, *op.cit.*, p. 69.

Essa política de alinhamento com os americanos ficou mais evidente quando da assinatura, em 1946, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR),⁵⁹ com o objetivo de combater o comunismo. De acordo com esse tratado, se algum país da América tivesse um governo nacionalista que ferisse os interesses das empresas norte-americanas, poderia ser invadido pelos demais países que haviam assinado o documento. “O resultado desse acordo foi a proibição em 1947, por parte do Governo Dutra, do PCB-Partido Comunista Brasileiro de funcionar, cassando o registro eleitoral do PCB, que chegou a ter, em 1946, 200 mil militantes. Seus deputados foram cassados, vários dirigentes presos, enfim, o PCB foi atirado na clandestinidade”.⁶⁰

Nas primeiras eleições municipais do pós-1945, o PCB não teve nenhuma participação regional, o que é explicado por dois motivos: primeiro, porque inexistia em zonas rurais, como era o caso da região, e, segundo, por estar na clandestinidade em nível federal. Naquele contexto político-partidário, nas eleições para a Assembléia Legislativa, para o cargo de deputado estadual, concorreu Pompilho Gomes Sobrinho, prefeito de Palmeira das Missões, eleito para legislar a partir de 1948. Esse foi o candidato mais votado, com 6.796 votos, pelo PSD, nas eleições de 3 de outubro de 1950, passando o cargo de prefeito para o vice, Dary Kurtz, que governou Palmeira das Missões até 1952. Nessa linha, o PSD vinha perdendo eleitorado em Palmeira das Missões para o PTB; mesmo assim, persistia na região uma vocação para eleições de administrações que favoreciam a vitória do PSD.

Nesse âmbito, Breno Sponchiado analisa a primeira eleição municipal de 15 de novembro de 1947 como a “Campanha dos Boletins”,⁶¹ aludindo a três personalidades que atuavam nas áreas religiosa, política e econômica e que tinham envolvimento na disputa pelo Executivo Municipal, ou seja, padre Vitor, João Muniz Reis e Vergínio Cerutti, que concorria pelo PTB a prefeito, contra o candidato de interesse do padre Vitor, João Muniz Reis. Então, faziam-se acusações através da publicação destes “Boletins”. Explica Sponchiado:

Vergínio Cerutti, meses antes do pleito, aproveitando as declarações de conduta que a seu favor haviam assinado João Muniz Reis e Pe. Vitor, mandou publicá-las em forma de boletins para propaganda de sua candidatura. Em vista disso, por sua vez, estes publicaram dois boletins: Pe. Vitor (23.10.1947) sem caráter político e João

⁵⁹ SCHIMIDT, Mário. *História crítica do Brasil*. São Paulo: Nova Geração, 1998. p. 294.

⁶⁰ FARIA; BARROS, *A democracia interrompida*. p. 69.

⁶¹ Os anexos I, II, III e IV apresentam os boletins relativos à campanha política municipal de 1947.

Muniz Reis (27.10.1947) de caráter eminentemente político, protestando, ambos, contra a atitude e fazendo nova explanação sobre a personalidade e os méritos de Vergínio. Segundo Pe. Vitor “Estes dois boletins foram os eixos da derrota do candidato da coligação das oposições.”⁶²

Podemos fazer algumas observações acerca da conduta “apolítica” de padre Vitor, citada pelo historiador Breno Sponchiado, visto que, se um padre expõe seu pensamento sobre um paroquiano, não tem razão para mudá-lo se este utilizá-lo como expressão de valor, de boa conduta. Nesse sentido, a posição de contrariedade do padre Vitor à postura do candidato oponente ao seu partido (PSD) e aos seus amigos partidários foi clara. Tanto Muniz Reis como o padre Vitor colaboraram para a derrota de Vergínio Cerutti, pois ambos tinham poder político e de mando na região e eram apoiados pelo PSD de Palmeira das Missões, representado por Pompilho Gomes Sobrinho.

As famosas “Eleições dos Boletins” custaram caro para Carlos Luiz Vendrusculo, redator de jornais regionais, que se manifestou através da imprensa escrita, mais precisamente do jornal *Diário de Notícias*,⁶³ expressando um sentimento que tomava conta de parte da comunidade, sobretudo dos apoiadores do candidato ao PTB, Virgínio Cerutti, ao cargo de prefeito municipal de Palmeira das Missões, prejudicado eleitoralmente pela posição do padre Vitor, defensor do PSD e apoiador de Pompilho Gomes Sobrinho. Carlos Vendrusculo escreveu: “O Rio Grande do Sul, desde 19 de janeiro p.p., ficou conhecendo, através das colunas deste matutino, o caudilhismo incorrigível do pároco de FREDERICO WESTPHALEN (EX-BARRIL).”⁶⁴ [sic] No texto, o colunista procurava mostrar a verdade, destacando que os fatos ocorridos na campanha passada refletiam a realidade sobre a postura adotada pelo padre Vitor: “Reflexos de partidarismo malgrado ou insinuações de mal avisados. Mas a verdade cristalina é também que o Pe. Vitor Battistella deu largas margens a isso e sobre ele recai, em causa, a culpabilidade. O que nos enche de assombro é que, como se da vez passada não tivesse sido suficientemente escarmentado, mais aberta e abusivamente se tenha imiscuído na campanha do dia 15.”⁶⁵

⁶² SPONCHIADO, Breno Antônio. *Pa. Vitor Battistella na história do “Barril”*. Passo Fundo: Berthier, 1989. p. 92.

⁶³ VENDRUSCULO, Carlos Luiz. Protesto contra novas ingerências do pároco na vida política de Frederico Westphalen (Ex-Barril). *Jornal Diário de Notícias*, Palmeira das Missões, 3 jan. 1948, escrito em 20 dez. 1947.

⁶⁴ VENDRUSCULO, Protesto contra novas ingerências do pároco na vida política de Frederico Westphalen, 1948.

⁶⁵ VENDRUSCULO, op. cit.

Para Vendruscullo, essa postura não era de defesa dos direitos da Igreja ou da pátria, mas justamente em detrimento de ambas, visto que assim haviam deixado de ser eleitos cidadãos e católicos exemplares em favor de outros menos dignos. Tomando tal atitude, o padre confundira o eleitorado e, conseqüentemente, motivara a alarmante abstenção verificada na eleição. Ainda Vendruscullo registrava:

O crescente surto democrático irrompe das massas populares, a campanha de desmoralização, terror, calúnia e coação – únicas armas de alguns políticos que se cognominam de “fiéis do governo”, o reduzido senso de discernimento da maioria do nosso eleitorado requer uma força moderadora, uma ataláia que, impávida, assistia ao embate das opiniões contrárias e, em cujo cimo, irradie, uniforme e imparcialmente, a luz que a todos guie ao cumprimento fiel e consciente dos seus deveres de cidadão.⁶⁶

Essa missão de guiar com imparcialidade, segundo a matéria de Vendruscullo, teria sido confiada por Cristo ao seu clero e à Igreja, instituição com leis severíssimas a esse respeito. Entretanto, a população de Frederico Westphalen sentira-se atingida em seus princípios de católico e cidadão quando o boletim assinado pelo padre Vitor Battistella circulara por todo o município, conforme condenava Vendruscullo:

Provocantes motejos à coligação PTB-PRP-PL-UDN iam aos ares através da sua *Broadcast*, no recinto da Igreja. Temos em mãos outros argumentos irrefutáveis e provas apodíticas de que tanto direta como indiretamente ele influenciou na campanha de 15. Desta vez ele tinha todos os motivos para se manter neutro, por dever ele grande obrigações aos dois candidatos, especialmente ao senhor VERGÍNIO CERUTTI, que viveu e trabalhou sempre a seu lado, que o auxiliou em todos os seus empreendimentos. Entretanto não se sabe porque fobia ou mania política ou personalista tenha espezinhado os favores recebidos esquecido que de muitos outros ele irá necessitar. Estamos fartos de política e enjoados de, sempre que vamos a Igreja, para cumprirmos os nossos deveres de católicos, toparmos com o púlpito transformado em agência noticiosa extremamente prolixa e enfadonha. Queremos evangelho e não massadas.⁶⁷

Portanto, a nota publicada por Carlos Luiz Vendruscullo registrava que Frederico Westphalen precisava de união e de concórdia para levar a bom termo os empreendimentos que faziam falta à comunidade, e o papel do padre deveria ser de um elo de união que drenasse a força proveniente de todas as camadas e ideologias a uma finalidade construtiva

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ VENDRUSCULLO, Protesto contra novas ingerências do pároco na vida política de Frederico Westphalen (Ex-Barril). 1948.

e útil. Se isso não ocorria, em razão de o padre não ter a cautela necessária, a situação tornava-se complexa, como registrou Vendrusculo:

Entre as fileiras dos partidos coligados há inúmeros católicos exemplares, que com a atitude provocante do Pe. Vitor Battistella, estão ofendidos e melindrados. A religião e o interesse espiritual da paróquia devem estar acima dos interesses e ressentimentos do Pe. Vitor Battistella. Ele é o pároco de todos os Barrilenses, qualquer seja o seu partido e não protetor e defensor de alguns preferidos e pistolões, que outrora lhe foram causantes de muitas mágoas.⁶⁸

Manifestando seu pensamento e sendo um porta-voz das insatisfações de uma parcela da população, descontente com as atitudes políticas tomadas pelo padre Vitor, Vendrusculo ainda alertava:

As autoridades diocesanas já estão cientes do que acima expusemos. É de estranhar que, pelo que sabemos, nenhuma providência tenha sido tomada. Estamos em condições de levar avante uma campanha cerrada, capaz de sustar qualquer represália, caso o pároco não troque de conduta. O Pe. Vitor dia a dia mais vem perdendo o prestígio e popularidade que gozava ao seio de seus paroquianos. Deveria entrar na cabeça que os tempos do cabresto, dos gritos e das imposições peremptórias já se foram. E para derrocar estes restos de ditadura que fazemos chegar aos rio-grandenses o nosso protesto patriótico, católico.⁶⁹

O protesto descrito resultou em um movimento regional de apoio ao padre Vitor, que começou a ser organizado através de uma nota publicada no jornal *A Razão*, também registrada como “apedido”, dando um tom de imparcialidade do jornal quanto aos fatos. Nessa nota, intitulada “Repulsa do povo e autoridades de Palmeira contra os difamadores do Pe. Vitor Battistella”, a manchete chamava a atenção da comunidade declarando que as acusações eram inconsistentes e mentirosas, razão pela qual mereciam um enérgico repúdio popular. Assim as altas autoridades solidarizaram-se com a população, organizando brilhante manifestação de apreço ao padre Vitor, ocasião em que uma passeata consagrou o religioso e sua atuação na vila Barril e na região.

A matéria publicada no jornal *A Razão* destacava, a princípio, os quinze anos de atuação do padre Vitor na região desde 1932 e também todo o seu trabalho junto aos colonos, que estavam abandonados, desassistidos por um sacerdote. O texto relembra obras construídas pelo padre, tais como o Colégio das Irmãs e o Pré-Seminário, bem como a sua atuação na construção do hospital; enalteciam o padre Vitor destacando que os promotores de tal movimento de estima e desagravo eram ilustres conterrâneos, como João Muniz Reis, tenente Araújo Pujol, Augusto Tagliapietra, João Sponchiado, André Rubin,

⁶⁸ VENDRUSCULO, op. cit.

Primo Bordignon, entre outros. Assim se lia na matéria: “De todos os recantos do distrito, e mesmo dos vizinhos, começaram a chegar cerrados grupos de povo, uns em caminhões, outros em brilhantes cavalarias. Mais de 12 caminhões trouxeram representantes das mais longínquas localidades.”⁷⁰

Nessa ocasião, dirigiram-se ao distrito de Frederico Westphalen o prefeito municipal de Palmeira das Missões eleito no pleito de 1947, Pompilho Gomes Sobrinho, além do representante da Câmara Municipal, Alcides Morais, e os vereadores Romano Zanchet e Valdemar Barros. Depois de todos estarem a postos no centro da vila, uma comissão dirigiu-se à Casa Canônica, convidando o padre Vitor a comparecer na Praça da Matriz, onde foi recebido por uma vibrante e prolongada salva de palmas da multidão presente.⁷¹

Todas as autoridades fizeram pronunciamentos de apoio ao padre Vitor, bem como o vereador do PSD, Valdemar Barros, comerciante do distrito de Osvaldo Cruz, politicamente considerado esclarecido e inimigo político do candidato Vergínio Cerutti, do PTB, também comerciante da vila Barril. Aquele assim se manifestou: “Apesar do resultado das eleições de 15 de novembro, ainda houvesse gente sofrendo do papo grosso coisa feia, tal epidemia deveria ser cuidadosamente extirpada.”⁷²

O “apedido” do jornal *A Razão* também relatava que, no discurso proferido pelo padre Vitor, sua oração fora longa e impressionante, arrancando a cada pouco estrondosos aplausos.⁷³ Em certo momento, ele afirmara: “Justamente na hora em que os ânimos, agitados pela última campanha eleitoral, começavam a serenar, alguém, sem outra intenção que a de servir a desejos mesquinhos de vindita, não tendo sabido perder com dignidade serena uma campanha política, se tenha lembrado de estampar num diário de vasta circulação um libelo atrevido e ultrajante.”⁷⁴

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Repulsa do povo e autoridades de Palmeira contra os difamadores do Pe. Vitor Battistella. *A Razão*. 22 jan. 1948, p. 4. [Apedido, intitulado]

⁷¹ Repulsa do povo e das autoridades de Palmeira contra os difamadores do Pe. Vitor Battistella. *A Razão*, 1948.

⁷² Ibid. Cabe aqui registrar que a filha do vereador Valdemar Barros, Ernertina Barros Girardello, em declaração feita para Elenice Szatkoski no dia 25 de outubro de 2002, contou que seu pai, quando se aproximava as eleições, trazia pessoas analfabetas, correligionários do PSD, para ela e a irmã Gládis, juntamente com outra professora que se hospedava na residência dos Barros, alfabetizarem, para que tais pessoas se tornassem aptas a votar, porém, elas não alfabetizavam os do PTB, que continuavam analfabetos.

⁷³ Repulsa do povo e das autoridades de Palmeira contra os difamadores do Pe. Vitor Battistella. *A Razão*. 1948.

⁷⁴ Repulsa do povo e das autoridades de Palmeira contra os difamadores do Pe. Vitor Battistella.

Na continuidade do seu discurso, o religioso complementava: “Acusam-me de imiscuir-me na vida política? Todo o pastor de almas é obrigado, por sua missão de mestre do povo a influir prudentemente e colaborar sabiamente com o saneamento da política entendida como arte de governar e para que sejam eleitos aqueles homens, que, não a paixão partidária, mas as circunstância de pessoa, de lograr de tempo, de ambiente prometem fazer governo melhor e mais acertado, mais conforme com os interesses da paz, da tranqüilidade, da ordem, da religião, da economia e do bem geral.”⁷⁵

Os deputados Tarso Dutra e Hermes Ferreira Souza, ambos do PSD, que (principalmente Dutra) haviam ganho apoio do padre Vitor Battistella, enviaram-lhe telegrama de protesto e solidariedade: “[...] artigo de Carlos Vendrusculo literalmente cheio de calúnias, grosseiras mentiras, berrante falsificação da verdade [...] sem projeção, sem caráter, sem educação, orgulhoso, presumido, peitado, elementos derrotados, desejosos mesquinha desforra.”⁷⁶

Otávio Guidini, partidário do PTB, mestre-de-obras quando da construção da catedral e que esteve sempre em contato direto com o padre Vitor, contou-nos em entrevista, em 1994, que Monsenhor Vitor sempre queria que os da turma dele ganhassem.⁷⁷ Em outra ocasião Szatkoski escreveu: “Pe. Vitor ganhava recursos, através do deputado Federal Tarso Dutra, e em troca, fazia propaganda, mesmo esta sendo chamada de “aconselhamento ao povo”, para votar nos melhores candidatos. Tarefa esta realizada no púlpito, onde louvava, sem citar nomes, as qualidades dos seus preferidos e criticava os adversários.”⁷⁸

Na mesma ocasião, dom Antônio Reis, bispo de Santa Maria, enviou telegrama ao padre assim se manifestando: “Pedimos acolher nosso veemente protesto, formal repulsa artigo Diário Notícias [...] repleto falsidades, mentiras soezes, afirmações infantis contra nome aureolado, crédito inatacável, ação enérgica, esclarecida e serena Pe. Vitor Battistella.”⁷⁹

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ SZATKOSKI, Elenice. *A história da construção da catedral de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Marin. 1994. p. 57.

⁷⁸ SZATKOSKI. *A história da construção da catedral de Frederico Westphalen*. p. 57.

⁷⁹ Repulsa do povo e autoridades de Palmeira contra os difamadores do Pe. Vitor Battiestella. *A Razão*. 1948.

A manifestação de repulsa e apoio organizada em favor do padre Vitor, contrariamente à manifestação escrita de Carlos Luiz Vendruscullo, não pode ser desvinculada do contexto político de 1947, de readaptação à democracia, bem como do caráter extremamente político da manifestação pública, que foi, na sua essência, organizada e dirigida por elementos pertencentes ao quadro do PSD. Excluiu-se Augusto Tagliapietra, que pertencia ao PRP, cuja aproximação com padre Vitor justificava a sua postura política diante dos fatos, mesmo tendo ocorrido violentas perseguições aos peerrepistas na localidade por integrantes do PSD.

Carlos Luiz Vendruscullo, ao defender o PTB, seu partido, e a lisura do processo político, que haviam sido consideravelmente abalados pela postura do padre Vitor, foi classificado como um redator que utilizou uma “linguagem violenta e intempestiva, fruto da irreflexão juvenil despida de madureza, o artiguete se desmanda em ataques e acusações de toda a espécie contra Pe. Vitor Battistella”⁸⁰. Esse episódio marcou o início das campanhas políticas acirradas entre PSD e PTB na história de Frederico Westphalen como distrito de Palmeira e, posteriormente, como município emancipado. Os resquícios políticos dessa campanha são a justificativa pela qual Vergínio Cerutti afastou-se da Comissão Pró-Emancipação de Frederico Westphalen, trabalhando com seus contatos políticos, porém afastado dos “inimigos políticos locais”.

Em 1949, após a eleição tumultuada dos “boletins”, ocorreu uma tentativa de conciliação entre o padre Vitor e Vergínio Cerutti, num processo mediado por vários intermediários. Então, o religioso assim escreveu a Vergínio Cerutti: “Atendendo à solicitação que me fizestes por intermédio do sr. Ângelo Michelin de vos expor a melhor maneira de solucionar as divergências surgidas em tempos turbulentos que já se passaram. Faço de bom coração por ser minha obrigação como pároco restabelecer a paz e a caridade cristã sempre e em todas as ocasiões onde seja possível.”⁸¹

Nas eleições de 1951, que definiriam quem assumiria a Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões a partir de 1952, circulou no então distrito de Frederico Westphalen, que já trabalhava a possibilidade da emancipação política, um panfleto em que se

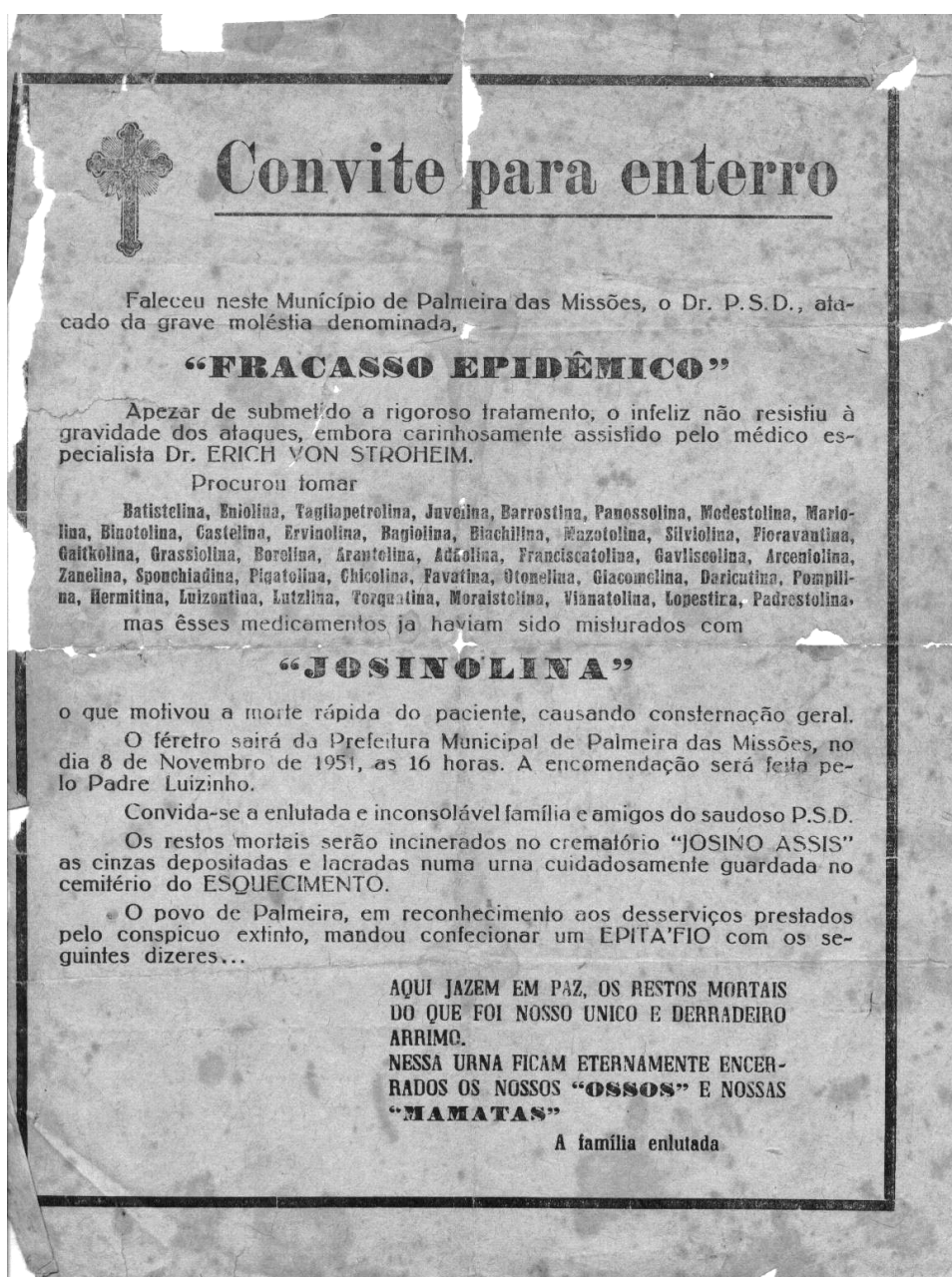
⁸⁰ Repulsa do povo e autoridades de Palmeira contra os difamadores do Pe. Vitor Battistella.

⁸¹ Carta de Pe. Vitor a Vergínio, conforme consta em documentação do Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen. op. cit. datada de 4 jan.1949.

convidava a população para o “enterro” do PSD e, junto com o fracasso do partido, citava todas as pessoas, pelo sobrenome das famílias, que o apoiavam no distrito. Assim constava no referido documento: “Convida-se a enlutada e inconsolável família e amigos do saudoso PSD. Os restos mortais serão incinerados no crematório ‘JOSINO ASSIS’ as cinzas depositadas e lacradas numa urna cuidadosamente guardada no cemitério do ESQUECIMENTO.”⁸²

Esse convite, pelas suas palavras, evidencia o conflito político e a disputa de poder existente entre partidários do PSD e do PTB em nível regional. Registramos também aqui que Josino de Assis foi vencedor no pleito eleitoral pelo PTB, visando colocar o PSD no esquecimento político, o que não acabou acontecendo em nível regional. O PTB foi audacioso no documento quando fez críticas aos “desserviços prestados” na administração do PSD e também no que se referia às “mamatas” políticas das quais se beneficiavam os pedessistas.

⁸² Documento intitulado “Convite para enterro”, confeccionado pelos partidários do PTB em desagravo ao PSD, que perdera as eleições de 1951 para a Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões. O documento encontra-se no Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen – AHM.

Figura 2 - Convite para enterro que faz referência à derrota eleitoral do PSD, à vitória do PTB nas eleições municipais de 1951, produzido por partidários do PTB.

Lembramos que tanto o candidato anterior, Pompilho Gomes Sobrinho do PSD quanto Josino de Quadro Assis, do PTB, que polarizaram a política no período, eram oriundos de famílias abastadas, proprietárias de extensas áreas de campo e que exerciam um controle político regional. Portanto, as perseguições e as pressões políticas aconteceram em ambos os lados. No relato de Lourdes Franciscato Scapin e Benilda Franciscatto Zachi isso fica bem manifesto: “Nosso pai, José Franciscatto, com uma prole

numerosa para sustentar, exercia a função de veterinário. Como funcionário estadual, vacinava o gado, pois acontecia um ataque de morcegos. Porém, ele era do PSD e, aconselhado pelo Pe. Vitor, não fez campanha para Josino de Assis, candidato do PTB. Acabou perdendo o emprego e, para pagar as despesas da casa e os estudos dos filhos, que somente a agricultura não dava conta, começou a vender pedaços da terra.”⁸³

Os dados trabalhados neste capítulo mostram a dimensão das disputas políticas partidárias nas três esferas – federal, estadual e municipal – onde os principais partidos configurados no pós-45 tinham influência e participaram das eleições em nível estadual e municipal, excluindo o PCB. Outro aspecto a considerar é o fato de que, nas eleições locais e regionais, a disputa pelo poder acentuou-se entre partidários do PTB e anti-PTB, além do acirramento político, o que iria ocasionar as perseguições políticas regionais contra os militantes do PTB, bem como a integração dos petebistas, que ocorreria em 1964, no “Grupo dos Onze”, como forma de resistir às pressões políticas regionais.

⁸³ SCAPIN, Lourdes Franciscatto; ZACHI, Benilda Franciscatto. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski em julho de 2001. Contam elas também que, após vacinar o gado, José Franciscatto e outros pregavam os morcegos em tábuas pequenas e fixavam-nas ruas da vila Barril para, politicamente, demonstrar que estava sendo feito algo para combater os “ataques dos morcegos ao gado”.

O PTB E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1951

Na época, o jovem Leonel Brizola exibia uma postura bem mais radical do que a própria esquerda gostaria, era um incendiário, um caudilho ao lado do povo. Sua oratória inflamada e nacionalista sempre empolgava a multidão. Cerca de 500 mil voluntários gaúchos atenderam seu apelo e apresentavam-se nos jardins do Palácio Piratini, para defender a posse de João Goulart. Vieram armados de garruchas, revólveres e facões.

Júlio César Chiavenatto

2.1 O PTB nas eleições federais e locais

A eleição de Josino de Assis para prefeito do extenso município de Palmeira das Missões aconteceu entre o governo Dutra e o retorno de Vargas às eleições federais de 1951. O PTB, como partido nesse período, encontrava-se em franca expansão, pois estava à frente das administrações públicas federais, com Getúlio no poder; das estaduais, com Ernesto Dornelles, apoiado por Vargas no Rio Grande do Sul, e da municipal, com Josino de Assis, no governo municipal de Palmeira das Missões.

Nem bem o governo Dutra tinha findado seus dias, já iniciavam as articulações para a retomada do governo por Getúlio Vargas, que iria cumprir o que prometera, de voltar ao Palácio do Catete nos braços do povo.

Bota o retrato do velho outra vez

Bota no mesmo lugar

O sorriso do velhinho

Faz a gente se animar, oi

Eu já botei o meu

E tu não vais botar?

Já enfeitei o meu

E tu vais enfeitar?

O sorriso do velhinho

Faz a gente trabalhar

Fonte: Residência da família de Arquelino Marcon.

Figura 3 - Quadro com a imagem do Getúlio Vargas, que ocupa um lugar de honra na residência da família de Arquelino Marcon, petebista e defensor do trabalhismo de Getúlio

Vargas.

Nas eleições para presidente para o período 1951-1954, Getúlio Vargas foi eleito pela primeira vez pelo voto popular direto e secreto, concorrendo pelo PTB. Os partidários do PSD abandonaram a candidatura de Cristiano Machado para apoiar Getúlio Vargas. Contudo, os dirigentes do PCB, irritados com o fechamento e a clandestinidade em 1947, realizaram uma campanha pregando o voto nulo. E a UDN, sempre em oposição a Vargas, começou a articular campanha para tirar Vargas do poder.

Nessas eleições para presidente da República, que ocorreram em 1950, a junta apuradora de votos para a região do Médio Alto Uruguai era a de número 37 e incluía os votos de Palmeira das Missões, Iraí, Três Passos. Em nível regional, a votação respaldou o candidato do PSD, Cristiano Monteiro Machado, com 45,4% dos votos; já, no estado do Rio Grande do Sul, o candidato com maior percentual de votação foi da coligação PTB, PSDA e PSP (Partido Social Progressista) de Getúlio Dornelles Vargas. Observa-se também uma tendência regional a um antigetulismo, que fez um total de votos regionais de 30,5% apenas. Ainda, a aliança UDN-PL-PRP teve expressão regional, com 21,65% do candidato Eduardo Gomes, que, em nível estadual, faria somente 20,51% dos votos.

Apesar de pregar uma política econômica nacionalista, Getúlio, que apoiava a entrada de capital estrangeiro, percebeu que precisava levantar a bandeira do nacionalismo e ganhar apoio popular, uma postura que dividia o líder entre a convicção e o oportunismo político. Nesse contexto, as empresas estrangeiras começaram a ver oportunidades de lucros para seus investimentos; quanto ao que seria melhor para o Brasil, não estava na pauta de seus interesses... O jogo de interesses era grande e as negociações e pressões sobre os políticos também, pois as empresas estrangeiras queriam uma grande fatia do mercado nacional.

Esse interesse ficou claro quando ocorreu a discussão sobre a exploração do petróleo em território brasileiro, o qual as empresas estrangeiras também poderiam explorar. Os nacionalistas, que reuniam partidários do PTB, estudantes da UNE e do PCB, que estavam na clandestinidade, mas atuavam, envolveram-se na campanha “O Petróleo é Nosso”, mobilizando milhares de pessoas. Assim, Vargas assinou o decreto de criação da Petrobras, em 1953, pelo qual estabelecia que o petróleo no Brasil somente poderia ser explorado por uma única empresa, a estatal Petrobras. Essa medida revoltou os empresários americanos, bem como o governo dos Estados Unidos, iniciando-se uma forte oposição ao governo de Getúlio Vargas, através de aliados políticos, bem como de empresas contrárias às políticas nacionalistas.

Os militares entraram, então, em cena e estavam divididos entre nacionalistas e antinacionalistas, o que não queria dizer que apoiassem Getúlio ou estivessem afinados com a UDN. Havia militares antigetulistas, mas nacionalistas; alguns defendiam uma legalidade democrática; outros eram favoráveis a uma ditadura militar. Porém, mesmo tendo alguns mínimos resquícios de comunistas nos meios militares, a maioria era absolutamente contra os comunistas. Assim, em 1954, surgiu o “Manifesto dos Coronéis”, redigido pelo general Golbery do Couto e Silva, no qual se advertia o presidente da República sobre a possível infiltração comunista na sociedade e nas Forças Armadas; também se reprovavam os aumentos de salários para os operários, que, especializados, passariam a ganhar salários equivalentes aos de um tenente. Silva aborda em sua obra *O Poder militar* a influência de generais, coronéis e oficiais na política brasileira, bem como a ligação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica nos partidos políticos alinhados com a direita, como foi o caso da agremiação partidária UDN .

Não bastassem os setores sociais, Vargas enfrentou a oposição ferrenha de Carlos Lacerda, líder da UDN, que durante a campanha eleitoral declarou: “O Senhor Getúlio Vargas não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar [...]” Em seu programa oposicionista, Lacerda utilizava todo o tipo de recurso para enxovalhar o governo de Vargas. Seu jornal *A Tribuna da Imprensa* tornou-se o veículo de comunicação caracterizado pela oposição ao governo getulista, atitude que agradava aos udenistas.

Além de Lacerda, Vargas enfrentava muitos outros problemas: o descontentamento dos cafeicultores com o confisco cambial; os industriais, por causa da onda de greves e da falta de controle do governo; a crise do nacionalismo; a preocupação dos operários com o seu padrão de vida, que caía a cada dia que passava; a indignação da classe média com a corrupção da UDN; a Guerra Fria que impregnava o Exército Nacional; a imprensa contra Getúlio; as acusações dos comunistas de que era conivente com o imperialismo americano. O clima, portanto, não estava nada fácil para Getúlio poder governar.

Por fim, o atentado da rua Toneleiros motivou a emissão de um manifesto por parte dos generais exigindo a renúncia de Vargas. A UDN estava eufórica com a possibilidade da renúncia do velho Vargas. O líder populista, “pai do trabalhismo”, estava derrotado. Assim, Vargas tirou a última carta da manga. Na manhã de 24 de agosto de 1954, fazendo uso de seu revólver colt 32, o presidente disparou contra o seu próprio coração. O povo, quando soube da morte de seu líder, tomou as ruas; ninguém chorava pelo Vargas ditador, mas pelo “Pai dos Pobres”, pelo autor das leis trabalhistas, pelo nacionalista.

A Carta-Testamento, publicada pelo jornal getulista Última Hora, acentuou a comoção da população e todos tentavam justificar o suicídio do presidente Vargas. Na Carta-Testamento, Vargas dizia que tinha sido derrubado pelos inimigos do trabalhismo, por aqueles que não concordavam com o aumento do salário mínimo, com as empresas nacionalizadas à Petrobras e à Eletrobras e pelo controle da remessa de lucros em dólares ao estrangeiro das empresas com filiais no Brasil. Manteve o populismo em suas últimas palavras quando afirmou:

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado [...] Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Diante de tudo, o povo saiu às ruas e protestou promovendo quebraadeiras, assaltos e incêndios, principalmente nas dependências do jornal O Globo e nas sedes da UDN; também tentou invadir a embaixada norte-americana, que foi protegida pelo exército. Quanto a Carlos Lacerda, escondeu-se. Assim, a UDN, que tanto provocara e aniquilara o governo Vargas, estava desestruturada.

Depois da tragédia, começaram as articulações para o novo governo, assumindo Café Filho, do PSD, mas com a maioria dos ministérios nas mãos da UDN. Nesse contexto, foi redigida pelo ministro Eugênio Gudin, ligado aos interesses estrangeiros, juntamente com Otávio Gouveia de Bulhões, a Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito-Sumoc, que facilitava as importações. Por esse motivo, as empresas brasileiras que desejassem os benefícios da lei deveriam se associar aos estrangeiros. Portanto, colocava-se um fim no nacionalismo pregado durante longos anos por Vargas.

2.2 Josino de Assis e a emancipação de Frederico Westphalen

Nesse período, caracterizado por uma política nacional efervescente, o grande acontecimento político-administrativo do governo municipal de Josino de Assis (PTB) foi a consagração do processo pela emancipação político-administrativa de Frederico Westphalen e a configuração de um novo território, momento esse em que as lutas e disputas políticas iriam se acirrar entre os favoráveis e os contrários à emancipação.

Os emancipacionistas, cujas principais lideranças estavam alinhadas à UDN/PSD e fiéis ao antipedetismo, embasavam-se na lei nº 2 116, de 24 de dezembro de 1953, que autorizava o Estado a decidir sobre o desmembramento ou não dos territórios emancipados. Os municípios que tinham áreas a serem emancipadas desejavam que a Assembléia Legislativa aprovasse as resoluções das Câmaras Municipais sobre a incorporação ou desmembramento de municípios ou os acordos celebrados nesse sentido. Segundo Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti, “outro aspecto contra o qual lutavam os reclamantes era que os plebiscitos que revelariam a vontade popular restringiam-se aos habitantes dos territórios emancipados e não abrangiam os cidadãos de todo o município do qual era pleiteado o desmembramento”.⁸⁴

Nesse sentido, é que podemos entender a postura do prefeito municipal Josino de Assis quando se opunha ao processo emancipatório de Frederico Westphalen que reduziria o território de Palmeira das Missões. Assim Rizzatti escreveu: “O Prefeito Municipal de Palmeira, Josino Assis na época em questão, juntamente com o Prefeito de Carazinho, constituiu-se figura de destaque, a ponto de serem ambos conhecidos como “reacionários municipais”, uma vez que tudo fizeram para impedir a emancipação de seus distritos.”⁸⁵

Conforme foi publicado pelo Jornal *Correio do Povo*, a possibilidade de mudança da sede do município de Palmeira das Missões para a vila de Frederico Westphalen a fim de impedir o processo de emancipação suscitou desencontros e vivos comentários a respeito do comportamento do prefeito municipal Josino de Assis. Assim o jornal registrou:

⁸⁴ RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. *Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Marin, 1996. p. 69.

⁸⁵ RIZZATTI, *Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen*. p. 71.

Com o fim de tratar de assuntos de relevante interesse para a comuna e principalmente, de temas relacionados com a campanha emancipacionista que se avizinha, seguiu ontem para essa capital uma grande comissão composta dos elementos mais representativos da política e da administração municipais. Está ela assim constituída: Dr. Josino Assis, Prefeito Municipal; Srs. Félix P. Sampaio, Presidente da Câmara de Vereadores; João José da Silva Martins e Benjamim Fiad, vereadores pelo PTB; Nassib Nassif e Valdomiro Ardenghi, vereadores pelo PSD; Levino Lautert, vereador pelo PRP; Perfirio Farias de Oliveira, vereador pela UDN; João Manoel de Lima, vereador pelo PL; Cel. Vercidino Camargo, presidente da UDN; Antônio Brasil Gonçalves, vereador pelo PTB, e Cândido Westphalen, oficial do Registro de Imóveis. Nessa capital a referida comissão desenvolverá suas atividades junto a Assembléia Legislativa, Comissão de divisão territorial e outros órgãos da administração estadual.⁸⁶

Por essa razão e temendo que a emancipação fosse realmente barrada, o presidente da Comissão, Ênnio Flôres de Andrade (PSD), enviou a Vergínio Cerutti (PTB), que se encontrava em Porto Alegre, o seguinte telegrama: “Fale urgente deputado Mondin ameaça Dr. Josino transferir sede município Palmeira para Fred. Westphalen poderá calçar emancipação. Convém impetrar mandato de segurança? Como fazer?”⁸⁷

Outras lideranças estaduais, como os deputados Vitor Graeff e Vieira da Cunha, receberam telegramas do presidente da Comissão de Emancipação, que expressava sua preocupação com as atitudes de Josino, bem como da Câmara Municipal de Palmeira das Missões. O conteúdo do telegrama enviado a Leonel Brizola era o seguinte: “Enviamos Vossencia veemente protesto contra deselegante anti-democrática atitude Prefeito Câmara Palmeira extinguindo distritos, ameaçando transferir Sede Município para Frederico Westphalen, claro propósito atrapalhar emancipação. Aguardamos providência legais.”⁸⁸

Em 21 de dezembro de 1953, o jornal *A Palmeira*⁸⁹ publicou a manchete: “Enfim, as Emancipações”, referente à matéria que relatava que buscavam a emancipação 21 territórios do estado do Rio Grande do Sul, além da vila Frederico Westphalen. Na região

⁸⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 9 set. 1953. Suscita desencontros e vivos comentários a idéia da mudança da sede do município para Frederico Westphalen. Documentação do Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen (AHM).

⁸⁷ Documentação do Arquivo Histórico Municipal (AHM). Telegramas de Ênnio Flôres de Andrade a lideranças estaduais, solicitando auxílio no processo de emancipação de Frederico Westphalen.

⁸⁸ Telegrama da documentação AHM, Ênnio Flôres de Andrade, presidente da Comissão de Emancipação, a Leonel Brizola, em 1952, o qual era secretário do Interior.

do Médio Alto Uruguai, nesse mesmo período e com os mesmos objetivos, encontravam-se Palmitinho, Caiçara, Seberi e Vicente Dutra. O resultado do plebiscito está demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4: Resultado do plebiscito pró-emancipação de Frederico Westphalen

Local de votação	Eleitores	Sim	Não	Não compareceram	Distrito
Grupo Escolar	282	142	00	140	Frederico Westphalen
Inspetoria de Terras	290	164	00	126	Frederico Westphalen
Clube Harmonia	243	164	00	79	Frederico Westphalen
Clube Itapagé	288	151	01	136	Frederico Westphalen
Taquaruçu do Sul	302	167	14	121	Frederico Westphalen
Oswaldo Cruz	259	097	10	152	Frederico Westphalen
São José	172	116	00	56	Frederico Westphalen
Castelinho	205	132	02	71	Frederico Westphalen
Grupo Escolar	231	84	44	103	Palmitinho
Subprefeitura	250	63	48	139	Palmitinho
Vista Alegre	199	128	15	56	Palmitinho
São Paulo	191	59	09	123	Palmitinho
Linha 16	85	21	11	53	Palmitinho
Pinheirinho	252	115	43	94	Palmitinho
Capivara	156	88	16	52	Palmitinho
Mesa R. Markoski	121	26	66	29	Seberi
Grupo Escolar	385	149	02	234	Caiçara
Grêmio Esportivo	153	132	02	19	Caiçara
Mendes	175	46	02	127	Caiçara
Perau	368	131	12	225	Caiçara
Pescoço	65	37	01	27	Caiçara
Vila	429	141	35	253	Caiçara
Boa Esperança	249	80	16	153	Vicente Dutra
Laranjeiras	371	28	78	265	Vicente Dutra
Colheres	68	38	11	19	Vicente Dutra
Resultado geral	5.789	2.499	438	2.852	

⁸⁹ Vieram, enfim, as emancipações. *A Palmeira*, Palmeira das Missões, 24 dez. 1953. Jornal semanário de propriedade de Franklin Moura Assis, direção e redação de Carlos L. Vendrusculo.

Fonte: Documentos encontrados no processo relativo à emancipação de Frederico Westphalen. Parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen (A.H.M)

Especificamente, os emancipacionistas do distrito de Frederico Westphalen obtiveram a maioria dos 2 508 votos, contra 438 dos votos necessários à legalização da emancipação. O total de eleitores aptos a votar somou a quantia de 5 699 e apenas 2 906 votaram no plebiscito, manifestando-se contrariamente ou em favor da emancipação. Tais números demonstram o alto índice de abstenção, justificável pela distância das urnas, localizadas nas sedes das vilas ou no centro das comunidades do interior. A distância e a falta de maiores informações conscientizando os moradores acerca da importância do processo constituem-se em justificativas históricas para a geração de indicadores tão baixos no que se refere às pessoas favoráveis ao processo de emancipação. Fatos políticos foram omitidos do universo dessas justificativas. Assim publicou o jornal *A Palmeira*: “Os emancipacionistas obtiveram uma maioria de 2 508 votos contra 438. Dos 5 699 eleitores, apenas 2 906 votaram – Quase 50% de abstenção – cordialidade e ordem – fala o prefeito Josino de Assis.”⁹⁰

Os emancipacionistas tinham dificuldades de penetração em algumas áreas regionais que, geograficamente, passariam ao novo município, como mostra a Tabela 4, porém, politicamente, estavam atreladas ao PTB de Palmeira das Missões, representado no momento pelo prefeito Josino de Assis. Sobre isso, Rizzatti escreve: “Importa, porém, registrar a insegurança da comissão emancipatória em discutir a emancipação em determinadas localidades emancipadas. Nos distritos de Palmitinho e Vicente Dutra, mesmo com a oposição de forças pró e contra, não houve contratemplos.”⁹¹

O complexo processo de emancipação enfrentava as disputas políticas bem como o poder coronelístico⁹² exercido por Palmeira das Missões, poder que, na pessoa do prefeito Josino de Assis, manifestava a forte contrariedade em relação à emancipação do município. A “Velha e Legendária Palmeira” (expressão popular caracterizando o tempo de história

⁹⁰ Vieram, enfim, as emancipações. *A Palmeira*. Palmeira das Missões, ano 1, n. 27, 24 dez. 1953.

⁹¹ RIZZATTI, *Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen*, p. 68.

⁹² Ver sobre coronelismo FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Ver também em SZATKOSKI, Elenice; LUFT, Celito Urbano. *Frederico Westphalen, Comissão de Terras e coronelismo*. Frederico Westphalen: Marin, 1994.

que o município de Palmeira das Missões possui e evidenciando o fato de seus “filhos” serem mantidos sob cabresto) não iria abrir mão de distritos prósperos, como era o caso da vila Frederico Westphalen. Após o plebiscito de 1953, Josino Assis assim se pronunciou: “[...] verificando o pleito e seu resultado, mais uma vez chegamos à dolorosa conclusão de que o povo, que habita as áreas emancipadas, não foi consultado e que seu desejo outro não era o de ficar com Palmeira [...].”⁹³

Em 23 de agosto de 1953, foi eleita a Comissão Pró-Emancipação,⁹⁴ que teria plenos poderes para articular toda a campanha que viesse a culminar em êxito para os municípios no processo emancipatório. Pré-requisito para fazer parte da Comissão Pró-Emancipação era “esclarecimento e dinamismo”, razão que levou as lideranças políticas da época a centralizarem o poder de decisão. Também se pode observar que o PSD tinha na Comissão Pró-Emancipação a maioria dos membros, contrapondo-se aos componentes em minoria de partidos como PTB, PRP; o PL não estava representado.

Sobre o processo emancipatório, Augusto Tagliapietra enfatiza: “O trabalho árduo do tesoureiro, angariando fundos para os gastos decorrentes do processo emancipacionista.” E complementou “que havia um descaso de Palmeira com o distrito e logo que os boatos da emancipação começaram a surgir, o Prefeito Josino mandou calçar a rua principal.”⁹⁵

⁹³ ASSIS, Josino de. Entrevista publicada no jornal *A Palmeira*, n. 27, 24 dez. 1953.

⁹⁴ Faziam parte da Comissão Pró-Emancipação conforme documentação do Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen (AHM), presidente Ênio Flores de Andrade (PSD), vice-presidente Padre Vitor Battistella (apoiava politicamente o PSD), secretário Alcides Cerutti (PTB), tesoureiro Augusto Tagliapietra (PRP/PSD) João Muniz Reis (PSD), Nelson Pigatto (PSD), Arisoly Martellet (PSD), Alfredo Haubert, Lindo Ângelo Cerutti (PTB/PSD).

⁹⁵ TAGLIAPIETRA, Augusto. Entrevistado por Elenice Szatkoski, Museu Municipal de Frederico Westphalen, em 6 fev. 1998.



Fonte: Arquivo Histórico de Frederico Westphalen.

Figura 4 - Lançamento da pedra fundamental pelo prefeito Josino de Assis para o calçamento da Rua do Comércio de Frederico Westphalen

Lindo Ângelo Cerutti relatou sobre “o papel decisivo de Pe. Vitor, bem como o trabalho constante de Vergínio Cerutti e de Nelson Pigatto, realizando muitas viagens até a Capital para solucionar problemas e agilizar os trabalhos.”⁹⁶ Caso especial dentro da comissão foi o de Vergínio Cerutti (PTB), que acabou dela se retirando, mas trabalhou com afinco e êxito nos bastidores. Sem o trabalho de Vergínio Cerutti e seu interesse, seria praticamente impossível a vitória da causa, pois o comerciante tinha um círculo de amizades políticas muito influente, como mostram as correspondências expedidas por ele a várias lideranças estaduais.

Ora, então por que Vergínio se retirou da comissão? As disputas de poder em Frederico Westphalen transitavam e estavam centralizadas nas mãos de três pessoas: o

⁹⁶ CERUTTI. Lindo Ângelo. Entrevistado por Elenice Szatkoski, Museu Municipal de Frederico Westphalen, em 6 fev. 1998.

poder religioso, nas mãos de padre Vitor, que utilizava de todo seu prestígio como pároco local, exercendo um controle social na comunidade; o poder político, nas mãos de João Muniz Reis, que exercia o controle da ordem social; e o poder econômico, com Vergínio Cerutti, um comerciante forte que negociava com todos os agricultores da região a compra dos produtos agrícolas, fazia depósito e a guarda de valores monetários e vendia gêneros básicos, como tecidos, querosene etc.

Essas três forças, por vezes, uniam-se e, em outras, entravam em conflito, o que aconteceu quando ocorreu disputa interna pelo poder. O padre Vitor, em suas próprias cartas, deixou claros os atritos existentes e a preocupação com uma possível exacerbação de poder por parte de Vergínio Cerutti, que, com sua influência local e dentro do próprio PTB, poderia vir a ser o primeiro prefeito. Esse fato descontentaria Reis, o padre Vitor e o próprio PSD da época; portanto, ao contrário do afirmado em algumas análises, Vergínio não saiu da comissão por causa da sua amizade com Josino Assis, prefeito de Palmeira das Missões, do mesmo partido de Vergínio - o PTB, pois a sua atuação na emancipação, mesmo estando fora da comissão, foi de postura favorável. Pelo que constatamos, as solicitações e as correspondências enviadas por Vergínio eram de conhecimento do prefeito Josino de Assis.

Em se tratando de um processo emancipacionista, muitas lideranças do distrito se envolveram, surgindo as subcomissões de emancipação, até então esquecidas nas citações historiográficas locais, que teriam a função de auxiliar os trabalhos relativos à causa da emancipação. Essas lideranças foram eleitas aos nove dias do mês de outubro de 1953.⁹⁷

Com um território vasto e de difícil acesso, o trabalho não poderia ficar restrito a algumas pessoas; por isso, foram eleitas subcomissões nas comunidades do interior. É

⁹⁷ A subcomissão na sede do município foi composta por: Luiz Panosso, padre Afonso Corrêa, Henrique Caovilla, Vitalino Cerutti, Alfredo Sanvido, Pedro Teston, Flodoaldo da Cruz Netto, Alberto Jacobus, Jacob Librelotto, Luiz B. Milani, Velocino Camargo, Adão Krzizaniack, Ângelo Milani, Alexandre Tiburski, João Mazzotti, Bernardino Centenaro, Jacó Binotto, Pe. Luiz Sponchiado, Arsênio Pinheiro, Hélio Grassi, Augusto Locatelli, José Piovesan, Antônio Manfio, Elí Medeiros, Pedro Binotto, Abel Felin, Antenor Felin, Elido Tosetto, Humberto Biachi. A subcomissão na comunidade do interior na Linha São João do Porto ficou representada por Aloizio Wróbel, Estanislau Gawlinski, Miguel Prevedello, Tranquilo Balém. Na Linha Perau, os membros escolhidos foram Antônio Viroski, Francisco Gadonski, João Gatkoski, Calisto Ceolin, João Mallieiro, Floriano Prikoa, Augusto Fontana. No distrito de Castelino, a responsabilidade ficou com João Wicsorek, Manoel Farias, Albino Barbosa, Agostinho Sponchiado. No distrito de Osvaldo Cruz, coube a Pedro Trezzi, Santo Pasué, Balduino Maglia, Celeste Chiogna, Antônio Baldino, Augusto de Aguiar, Eugênio Gambin. No distrito de Vista Alegre João Sponchiado, André Robin, Henrique Zanatta, Celeste Piaia, Leoides Ottonelli, Antônio Marchior. No distrito de Taquarussu, os encarregados foram Arlindo Cerutti, Emílio Dal Piva, Primo Zanatta, Nívio Ludvig, Caetano Zanchet e José Zanatta.

importante salientar que os membros das subcomissões, tanto da sede do distrito de Frederico Westphalen como das comunidades do interior do distrito que comporiam o futuro município, faziam parte de diversos partidos políticos representados em nível regional, como PSD, UDN, PTB, PL, PRP, PDC.

Frederico Westphalen conquistou sua emancipação através da lei n. 2.523, de 15 de dezembro de 1954. No artigo 1º da referida lei consta:

É criado o município de Frederico Westphalen, com sede na localidade do mesmo nome, constituindo os atuais distritos de Frederico Westphalen e Palmitinho, no município de Palmeira das Missões e os de Caiçara e Vicente Dutra, no município de Iraí e cuja instalação far-se-á no dia 28 de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955).⁹⁸

Após a consolidação da emancipação, o prefeito de Palmeira das Missões remeteu telegrama de saudação pela conquista ao padre Vitor Battistella com o seguinte conteúdo:

Minha qualidade palmeirense e administrador município, fiel ao juramento que fiz perante povo, procurei, na medida meu esforço, terreno democrático, até mesmo receando judiciário, evitar desmembramento desse vasto território tão necessário quanto útil maior progresso e desenvolvimento torrão palmeirense. Nesta hora, tomado conhecimento pronunciamento mais alta corte justiça nosso país, com minha consciência tranqüila, formulo os melhores votos pelos destinos da nova comuna, rogando a Deus que oriente seu povo e seus futuros, dirigentes de modo que a emancipação tão desejada por esta população sirva estímulo e seu bem-estar. Que o

Rio Grande conte, daqui por diante com o novo município e seja pelo mesmo servido como vem sendo a tradicional Palmeira. As minhas congratulações aos demais membros dessa comissão, representada pelo grande número de dignos filhos de minha terra natal.⁹⁹

Em resposta a Josino de Assis, o padre Vitor Battistella enviou este telegrama: “Agradecemos seu atencioso telegrama. Apreciamos devidamente conceitos relativos sua

⁹⁸ Conforme documentação da emancipação do AHM.

⁹⁹ ASSIS, Josino. Telegrama ao padre Vitor Battistella, vice-presidente da Comissão de Emancipação de Frederico Westphalen. Acervo do AHM.

atitude face movimento emancipação. Nosso sincero propósito trabalhar modelar organização novo município, plena harmonia com povo Palmeira.”¹⁰⁰

Nessa disputa entre Palmeira das Missões e a vila Frederico Westphalen por sua emancipação, ficaram evidentes a disputa política, as ligações partidárias, bem como uma aparente sintonia entre os envolvidos mais diretamente no conflito, apesar de posturas político-partidárias diferentes. Após a lei que homologou a emancipação de Frederico Westphalen, em meados de dezembro do ano de 1954, o presidente da Comissão Pró-Emancipação, Ênnio Flôres de Andrade (PSD), emitiu convite a todos os partidos representados nesse trabalho para discutirem a possibilidade de uma candidatura única para a eleição do primeiro prefeito de Frederico Westphalen.

Pelas análises documentais e históricas, o PSD já tinha como candidato único João Muniz Reis e desejava obter o apoio dos demais partidos para oficializar essa candidatura. Foram representantes do PSD, designados por Nelson Pigatto, presidente do partido, os delegados: Florenal José Ferreira, Rodolfo Zenatti, Pedro J. Zambenedetti, Pedro Teston, Siro Binotto, João Eugênio Mazzotti. Em documentos datados de 18 de dezembro de 1954, encontramos a seguinte manifestação do PTB: “Designando-o após reunião para representar o PTB, para discutir candidatura única para prefeito e vice e para a presidência da câmara do Novo Município de Frederico Westphalen, bem como discutir dar sugestões e resolver todos os assuntos que se fizerem necessário.”¹⁰¹

Por sua vez, o PTB indicou Pedro Lizoski, Alcides Cerutti, Armindo Giovenardi, Vitalino Cerutti e seu presidente, Alberto Lizot.

Quanto ao PL, assim se manifestou: “O portador do presente está credenciado para tomar parte da reunião dos partidos para a solução do problema das eleições como representante do PL, podendo falar em nome do mesmo.” Assim, foram indicados Darci Farias, Antônio Farias, Aristóteles F. Santos e Torqueto Peretti.

Em 20 de dezembro de 1954, a UDN indicou para a reunião para a formação de uma candidatura única Henrique Christmann, Aquiles Milani, Casemiro Fiametti, Ângelo Pizzoni, Ângelo Franciscatto. A correspondência foi datada e assinada pelo presidente do partido, Germano Cerutti.

¹⁰⁰ BATTISTELLA, Vitor. Telegrama ao prefeito municipal de Palmeira das Missões, Josino de Assis. Acervo do AHM.

¹⁰¹ Conforme documentação do AHM de Frederico Westphalen relativa à emancipação do município.

No tocante ao PRP, foram designados para a reunião, com a finalidade de organizar uma candidatura única, Henrique Caovilla, Nívio N. Ludvig, Augusto Tagliapietra, Domingos Bernardino Centenaro, Elemar Guilherme Pagel e Casemiro Ferigollo. Em se tratando de resultados dessa reunião, que objetivava a indicação de um candidato único, e observando o quadro relativo aos candidatos ao cargo de prefeito e vice-prefeito, percebe-se que não houve consenso por parte dos partidos e que a disputa eleitoral que começava a se descortinar era de posturas e forças que se aglutinavam em torno do PTB e anti-PTB.

O PRP enviou correspondência a Arno Arnt,¹⁰² do Diretório Estadual, salientando que o Diretório Municipal estava arcando com grandes responsabilidades em face da candidatura própria para prefeito e vice-prefeito do novo município de Frederico Westphalen. O partido salientava também que seus membros não poderiam desanimar nem um minuto sequer até o final da luta, da qual sairiam vitoriosos. Registrava ainda o PRP: “Esperamos ganhar esta batalha porque contamos, sem compromisso, com os votos dos integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro. Esses, por sua vez, afirmaram e afirmam o irrestrito apoio ao nosso candidato sem receber nada em compensação.”¹⁰³

Nessa mesma correspondência, o PRP ventilou a possibilidade de o candidato Ivone Martini concorrer ao cargo de prefeito pelo partido; para a vaga de vice, não havia cogitação de nomes, e o PTB deixou o diretório do PRP escolher; não importava de que partido fosse, mas, ao mesmo tempo, “lembrava” o nome de Flodoardo Cruz Netto, funcionário público da 5ª seção do Ministério da Agricultura, com sede em Frederico Westphalen. O PTB escrevia ainda: “Interessante seria que se indicado aceitasse a nossa legenda para não dar avazas aos da Frente Democrática de dizerem que andamos ligados com compromissos com os do Partido Trabalhista, um tanto adversos a uma pessoa de influência nesta cidade.”¹⁰⁴

Isso mostra as intrigas eleitorais e políticas que se construía nesse cenário pró-emancipação e pós-emancipação. O documento continuava fazendo a seguinte observação:

Segundo comentários que correm, os candidatos a prefeito e a vice-prefeito pela Frente Democrática são, respectivamente, João Muniz Reis e Arisoly Martellet. A esses, muitos dos nossos companheiros têm suas reservas, porquanto perseguiram o Integralismo, digo,

¹⁰² Documentação do PRP, que se encontra no CD-AIB/PRP. enviada por Domingos Bernardino Centenaro, secretário do Diretório Municipal do PRP, a Arno Arnt, em 27 dez. 1954.

¹⁰³ Documentação do PRP.

¹⁰⁴ Ibid.

Integralistas na época de 35 e 37, prendendo e tirando bens daqueles que hoje fazem parte do PRP. Esses, até hoje, recebem ou receberam as simpatias de uma pessoa influente daqui, mas não são bem vistos pelos católicos, porquanto eles não o são e se fossem não demonstraram ser, e esta região é na sua totalidade formada de católicos e isso cairia em desagrado aos mesmos.¹⁰⁵

O PRP explicava que, quanto ao acordo que fracassara na mesa-redonda sobre a possibilidade de um candidato único, informava ao Diretório Estadual que

[...] não saiu acordo porque a Frente Democrática, achando-se majoritária em votos (mas não em moral) achou conveniente impor ao P.R.P. e ao P.T.B. candidatos a seu bel-prazer e que esses dois não embarcaram na canoa furada que já vinha preparada há muito tempo. Após o fracasso da mesa redonda, fomos procurados diversas vezes e com insistência pelos integrantes da Frente Democrática e pelos candidatos deles já apontados para um acordo com o P.R.P. Mas via-se em parte a maldosidade das intenções desses que nos procuravam [...] Esperamos ter explicado [...] sobre parte dos desmanches políticos, aqui, realizados nestes últimos meses.¹⁰⁶

Após a ditadura de Vargas e o fim da Segunda Guerra Mundial, estava estabelecido um projeto de redemocratização do Brasil e, nesse sentido, as eleições, tanto em nível federal quanto no estadual e no municipal, desencadearam novas posturas políticas, bem como discussões envolvendo os setores que compunham a sociedade. Nesse período, o processo eleitoral municipal ocorria vinculando a região de Frederico Westphalen a Palmeira das Missões.

A partir de 1955, com o município constituído e não sendo possível, pelas razões expressas nos documentos do PRP, um consenso sobre a candidatura única para primeiro prefeito, concorreram João Muniz Reis (PSD, PL e UDN) e Ivone Martini (PRP-PTB), saindo-se vencedor o primeiro. Sobre a personalidade de Reis, o padre Vitor escrevia: “Nasceu em Itaqui, em 4 de abril de 1905 [...] João houve de acompanhar o pai e trabalhar para ajudá-lo. Poude assim cursar mal apenas as primeiras letras. Em 1923

¹⁰⁵ Documentação do PRP que se encontra no CD-AIB/PRP. Cabe registrar aqui a personalidade caudilha de João Muniz Reis, que nasceu em Itaqui, foi delegado de polícia e subdelegado na vila Barril, constando em diversos depoimentos o seu envolvimento em perseguições no combate aos integralistas, principalmente aos da Linha Sete de Setembro. Ver mais em BATTISTELLA, Pe. Vitor. *Painéis do passado*. Frederico Westphalen: Marin. 1969, p. 119-120, bem como em SPONCHIADO, Breno Antônio. *Pe. Vitor Battistella na história do “Barril”*. 1989.

¹⁰⁶ Documentação do PRP, que se encontra no CD-AIB/PRP.

estourou a revolução assistida [...] pediu ao pai para incorporar voluntário às milícias governistas [...] conseguiu galgar a escala brigadiana até alcançar o posto de Tenente.”¹⁰⁷

Continuava o padre Vitor em seu relato registrando que João Muniz Reis combatera na Revolução de 1923, bem como à Coluna Prestes, em 1925. Também descrevia o prefeito municipal como um excelente administrador: “Com acerto e em escala de progresso as terras que o coronel Dico de Barros, prefeito de Ijuí, seu velho amigo e protetor, lhe cedera, em condições extremamente favoráveis, a título de ajuda e recompensa, na costa do lajeado Pulador, em Ijuí [...].”¹⁰⁸

Reis estabeleceu-se em Frederico Westphalen em 1935, quando convidado pelo prefeito de Palmeira das Missões, Paulo Westphalen, e pelo coronel Valzumiro Dutra, que era subchefe de polícia, para assumir o cargo de subprefeito e subdelegado, funções que perduraram até 1945. O padre Vitor escreveu sobre isso: “Aceitou a candidatura a primeiro prefeito de nosso município, saindo vitorioso pela diferença de 790 votos contra seu opositor, o professor Ivone Martini.”¹⁰⁹

Pelas posturas militares e de perseguição aos integralistas na vila Frederico Westphalen, Muniz Reis constituiu-se na figura do coronel local, que atrelava o poder militar que possuía ao poder político, construído através da influência de coronéis, como Valzumiro Dutra, Frederico Westphalen e Coronel Dico. Muitos estudos¹¹⁰ mostram as ações desses cidadãos em nível regional, especialmente durante a República Velha.

¹⁰⁷ BATTISTELLA, *Painéis do passado*. p. 119-120.

¹⁰⁸ BATTISTELLA, op. cit., p. 120.

¹⁰⁹ Ibid., p. 120.

¹¹⁰ FÉLIX, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 1996; SZATKOSKI; LUFT, *Frederico Westphalen, Comissão de Terras e coronelismo*, 1994.

2.3 O governo de JK e as eleições municipais de 1958

Em 1955, ocorreram as eleições presidenciais. O PSD convenceu o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, o JK, a concorrer a presidente, e o gaúcho João Goulart, o Jango, a concorrer a vice, o que ressaltou o caráter getulista da chapa. Já a UDN concorreria com Juarez Távora, e Adhemar de Barros candidatou-se pelo PSP.¹¹¹ O PCB, em dúvida, sem candidato e contrariado, acabou por apoiar Juscelino Kubitschek.

Na região do Médio Alto Uruguai, o candidato Juarez Távora, da UDN/PDC, saiu vitorioso nos três principais municípios, ou seja, em Iraí, Palmeira das Missões e Frederico Westphalen. JK fez o maior percentual de votos em Iraí e Palmeira das Missões; em Frederico Westphalen, o candidato do PRP, Plínio Salgado, ficou em segundo lugar, com 17% dos votos, e JK, com 16%, um ponto percentual a menos, ficou em terceiro lugar. Nessa eleição, especialmente em Frederico Westphalen, não obtiveram votos suficientes para respaldar uma vitória os candidatos alinhados com o populismo getulista, no caso JK. Outro ponto importante era a influência do PRP, partido que conseguiu o segundo lugar em votação para o seu candidato, Plínio Salgado.

O jornal *Diário de Notícias* divulgou a matéria enviada do município de Iraí com a manchete “Política em Frederico Westphalen”, na qual constava:

No vizinho município de Frederico Westphalen, tanto o prefeito como o pároco local ausentaram-se da cidade, para não assistirem às comemorações em regozijo pela posse dos Sr. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Nesse dia, o PTB realizou festividades comemorativas, constando de um churrasco e lançamento de fogos de artifício à noite. Desta cidade, seguiu para Frederico Westphalen uma grande caravana de petebistas, a fim de participar das festividades [...] O prefeito de Frederico Westphalen, Sr. João Muniz Reis, eleito pela Frente Democrática, retirou-se desta cidade no dia 30 de janeiro, para não assistir à festa [...] o Pe. Victor Battistella, ardoroso líder pessedista, segundo também fomos informados, viajou na véspera para as Águas do Prado, temendo que fosse bombardeada a casa Canônica pelos foguetes dos petebistas, mas nada houve de anormal durante os festejos.¹¹²

¹¹¹ SCHIMIDT, *História crítica do Brasil*. 1998. p. 292. O PSP, criado por Adhemar de Barros, tinha força eleitoral entre os paulistas. Adhemar era tido como o fazedor de obras. Também ficou conhecido como um dos políticos mais corruptos de seu tempo, cujo lema era: “Rouba, mas faz”.

¹¹² QUADROS, Danilo Carlos de. *Diário de Notícias*. Conforme documentação do AHM.

Decorrido o pleito eleitoral, o fantasma de Vargas ajudou na eleição de JK, que era apoiado pela coligação entre PSD e PTB¹¹³. A partir de então, marcadamente nas décadas de 1950 e 1960, surgiu a “teoria desenvolvimentista”¹¹⁴ na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, que rapidamente se propagou e se consagrou no mundo todo.

Na América Latina, a teoria foi desenvolvida e defendida pelos economistas que faziam parte da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da ONU que estudava meios de desenvolvimento para as regiões. Essa prática influenciou economistas famosos, como Celso Furtado e, particularmente, JK, razão pela qual seu governo foi chamado de “nacional-desenvolvimentista”.

Nesse conjunto de teorias, a prática de JK foi criar o Plano de Metas, com o lema da propaganda “Crescer 50 anos em 5”. Para isso, o Estado passaria a investir pesado em indústria siderúrgica, na construção de estradas e de usinas hidroelétricas, além de financiar investimentos privados na construção de fábricas e proporcionar a entrada e investimentos de capital estrangeiro no Brasil. Essa entrada de capitais estrangeiros no Brasil diferenciou o governo JK do de Getúlio Vargas; o nacionalismo de Vargas era diferente do nacionalismo de JK, que defendia que ser nacionalista era desenvolver o Brasil, o que contemplava a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil e todas as conseqüências advindas desse processo.

Os investimentos começaram a transformar o Brasil no palco das multinacionais de todos os setores, especialmente de eletrodomésticos e de automóveis. Foi a alegria da classe média, que passava a consumir e a apoiar o desenvolvimento pregado pelo governo de JK, pautado em uma excelente propaganda política.

Uma das práticas mais conhecidas de JK, político mineiro habilidoso, foi a construção de Brasília, desenvolvendo o interior do Brasil e evitando a proximidade do governo federal com a população crítica e volumosa do Rio de Janeiro, antiga sede do governo e centro político nervoso e, por conseqüência, evitando as ondas de protestos. Quanto ao governo de JK, Skidmore escreve:

¹¹³ Juscelino Kubitschek, com a coligação PSD - PTB, venceu apertado as eleições de 1955; fez 36% dos votos válidos contra 30% de Juarez Távora – UDN e contra 26% de Adhemar de Barros – PSP. SCHIMIDT, Mario. *História crítica do Brasil*. 1998. p. 302.

¹¹⁴ SODRÉ, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 1990. p. 203. A base da teoria desenvolvimentista é a divisão dos países em dois grupos, ou seja, mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Os países desenvolvidos estão em um patamar adiantado economicamente.; já os subdesenvolvidos são países que ainda baseiam sua economia em modelos agroexportadores. Os desenvolvidos são países industrializados e é nesse contexto que entravam as políticas de JK.

Seu governo foi caracterizado pelo rápido crescimento econômico e pela criatividade que resultou em inovações, como a construção da nova capital federal em Brasília e a criação da SUDENE, a repartição incumbida de executar a política de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro [...] promoveu ruidoso rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1959, por se recusar a aceitar o programa ortodoxo de estabilização e, com isso, desencadeou uma onda de exaltado nacionalismo em todo o país.¹¹⁵

Ficou comprovado, entretanto, que a aplicação da “teoria desenvolvimentista” não surtia efeito em um país subdesenvolvido, servindo apenas de paliativo para os grandes e graves problemas sociais que se apresentavam no Brasil. Quando JK percebeu que não conseguiria levar adiante seu Plano de Metas, rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que ganhou especial sentido porque se aproximavam as eleições presidenciais de 1960. Para reverter, ou tentar reverter o quadro, buscou dinheiro emprestado nos bancos internacionais a juros elevados, dobrando o valor da dívida externa; emitiu papel moeda, causando inflação, o que acabava com o salário das classes menos favorecidas. Assim, ao concluir seu governo, JK deixou o país mergulhado em uma atmosfera de insegurança econômica, política e social.

Durante o governo de JK, ocorreram as eleições municipais de 1958, nas quais em Frederico Westphalen concorreram Arisoly Martellet, pelo (PSD/UDN/PL), e, novamente, Virgínio Cerutti, para prefeito, pelo PTB, com apoio do PRP. Arisoly Martellet saiu-se vitorioso no pleito. Vergínio Cerutti-PTB, o candidato derrotado, marcou pela sua vida pública, pela campanha em favor do trabalhismo/nacionalismo. Inclusive, ele manifestava essa tradição na vitrine de sua loja de comércio, cobrindo-a com cartazes e folhetos sobre o retorno de Getúlio Vargas, bem como sobre campanha ao governo estadual de Leonel Brizola.

¹¹⁵ SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). p. 27-28.



Fonte: Arquivo Municipal de Frederico Westphalen, (AHM).

Figura 6 - Loja de Vergínio Cerutti, com as propagandas políticas do PTB.

Tanto Vergínio Cerutti como Vitalino Cerutti tornar-se-iam grandes expressões políticas dentro do PTB em Frederico Westphalen, ocupando cadeiras na Câmara de Vereadores ainda quando o município era distrito de Palmeira das Missões e concorrendo ao cargo de prefeito municipal, fazendo sempre o contraponto durante o período do multipartidarismo municipal. Sobre os “Cerutti” e a influência política, Adjalmo Cerutti relata:

João Cerutti, pai de Vitalino, era do PSD, mudou de partido para acompanhar o filho no partido que o filho escolheu. Vergínio Cerutti iniciou suas atividades políticas com o PSD, depois, com a formação do PTB, ele começou a participar desse partido. Eram getulistas. Getúlio Vargas fez opção pelo PTB, eles também seguiram Getúlio. Já Lindo Ângelo Cerutti oscilou entre o PTB, PSD e outros.¹¹⁶

¹¹⁶ CERUTTI, Adjalmo. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski em 17 mar. 2002.

Para Ivan Cerutti, filho de Diunysio Cerutti, membro do PTB, poderia se dizer que tinha dois grupos de Cerutti: “Uns que estavam com o PTB, e outros, do PSD; uns com poucos recursos financeiros, e outros que possuíam mais recursos.”¹¹⁷

O candidato Tarso Dutra, deputado estadual do PSD, sempre teve amplo apoio político da região e, inclusive, era o candidato oficial de padre Vitor, que aconselhava os eleitores no púlpito da igreja a votar em Dutra. No que diz respeito às ligações políticas, Tarso Dutra escreveu para Arisoly Martellet:

Arisoly amigo: não podendo mais esperar o amigo, estou regressando de Porto Alegre e Rio. Deixo um relatório relativo à construção da Escola do Sertãozinho, da qual é o fiscal do Ministério. A nomeação foi pessoal e não em razão do cargo de Chefe da Inspeção. Deixo, também, o apelo quase dramático dos companheiros de Frederico Westphalen, para que aceite sua candidatura. A manifestação é anônima. O PRP aceitará, possivelmente, segundo tudo indica. Sua recusa virá criar graves dificuldades e evitar que a Prefeitura fique em mãos honradas e seguras.¹¹⁸

Outro apelo significativo, o candidato Arisoly recebeu de Nerone Campo: “O amigo deve compreender a necessidade de sua candidatura para a nossa vitória. Não que não tenhamos aqui outros nomes. Mas o seu é o que mais probabilidades de vencer nos apresenta. Com a sua candidatura, teremos, aqui, vitória estrondosa.”¹¹⁹

No quarto ano da administração municipal de Arisoly Martellet, os presidentes dos partidos da ADP-Ênnio Flôres de Andrade, João Muniz Reis (PSD), Carlos H. Christmann (UDN) e Nerone Campo (PDC) enviaram correspondência ao governador do estado, Ildo Meneguetti, da ADP, eleito em 1962, após a saída de Leonel Brizola (PTB), solicitando algumas modificações e indicando nomes ao novo governador para ocuparem cargos de importância em Frederico Westphalen, substituindo pessoas ligadas ao PTB de Brizola. Assim se manifestaram:

Tem V. Exia. reafirmado a intenção de fazer um governo partidário, cercado de homens pertencentes aos partidos que colaboraram com a eleição de V. Exia. Julgamos esta atitude de V. Exia. acertadíssima, porquanto assim procedendo, a administração marchará melhor, já que

¹¹⁷ CERUTTI, Ivan. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski em 24 jan. 2002.

¹¹⁸ Documentos pessoais de Arisoly Martellet, parte do acervo do AHM. Carta escrita de próprio punho por Tarso Dutra para Arisoly Martellet.

¹¹⁹ Documentos pessoais de Arisoly Martellet, parte do acervo do AHM. Carta para Arisoly Martellet enviada por Nerone Campo em 6 junho. 1959. Campo fundou o PDC no município, depois foi vereador em 1963 pela UDN e presidente da Câmara Municipal; prefeito municipal pela Arena em 1968.

poderá contar com pessoas de inteira confiança e de reconhecido valor em todos os pontos de importância. Assim sendo, senhor Governador, tomamos a liberdade de sugerir a V. Exia. Certas modificações nos pontos de confiança neste município.¹²⁰

Essas correspondências mostram o teor político, bem como o poder de influência partidária local. Fato curioso é que a correspondência foi assinada por todos os presidentes de partidos que apoiaram a FDP, mas não pelo PRP, haja vista o apoio que havia dado a Brizola, bem como a divisão dentro do PRP local, que se acirrava.

Também na correspondência ao governador Meneguetti, os missivistas referiram-se à Cooperativa Tritícola Frederico Westphalen, cuja administração havia cometido algumas irregularidades lesivas ao erário público estadual. Como a cooperativa estava em mãos de correligionários do governo anterior, o processo encaminhado tinha sido engavetado por atrelamentos políticos. Então, eles solicitavam o reexame do caso e a aplicação das penalidades previstas em lei, pois era necessário que a cooperativa pagasse aos cofres públicos os impostos devidos.

No documento, solicitavam ainda que, assim que Arisoly Martellet (PSD) concluísse seu mandato como prefeito municipal, fosse reconduzido ao cargo de chefe da Inspeção de Terras e que Ênnio Flôres de Andrade (ADP) fosse reintegrado na chefia do posto de saúde local. No entanto, o assunto que gerou maior discussão envolvia a educação, pois os presidentes dos partidos de sustentação ao governador Ildo Meneguetti solicitaram uma ampla reorganização na estrutura do magistério primário, alegando que havia excesso de professores na cidade, todos protegidos politicamente pelo PTB do ex-governador Brizola; já no interior, ao contrário, faltavam professores. Por essa razão, as lideranças políticas solicitavam o retorno imediato dos professores aos locais nos quais haviam sido lotados. Também solicitavam a retomada das direções das escolas, que, em muitos casos, estavam nas mãos de pessoas despreparadas em razão de protecionismo político, deixando de lado professores mais bem capacitados, que poderiam dirigir os estabelecimentos de ensino.

Quanto ao Ginásio Estadual, era interesse da ADP substituir tanto a direção quanto o corpo docente, uma vez que todos teriam sido admitidos por serem partidários do governo, sem considerar a sua capacidade. Dentre esses não havia nenhum “companheiro”, ou seja, nenhum professor da ADP/PDC/PSD fazia parte da direção e do magistério; dessa

¹²⁰ Documentação do Arquivo Histórico Municipal (AHM).

maneira, sugeriam a nomeação para a direção e corpo docente do Ginásio Estadual de nomes ligados politicamente a novos partidos que exerciam o mandato em nível de estado e município.

A correspondência que descrevemos desagradou muito o PRP local, ou seja, os políticos que haviam dado sustentação ao governo do PTB, levando Henrique Caovilla a escrever ao deputado Alberto Hoffmann nestes termos:

Seguiu, hoje, em mãos de políticos desta cidade, Prefeito, Dr. Ênnio Flôres de Andrade etc. grande, volumoso, dossiê endereçado ao novo governador, contendo, no dizer deles, reivindicações da população deste município [...] acontece, porém, que entre elas, existem reivindicações de cunho puramente político e não basta isto, são vingativas muitas, e outras impregnadas de vergonhoso favoritismo em prol de duas ou três famílias da cúpula de nossos adversários de ontem e que vem em prejuízo de pessoas até boas, que serviram no governo recém extinto.¹²¹

No documento, Henrique Caovilla expressava que as reuniões para a organização do “dossiê” haviam sido realizadas secretamente e que só posteriormente solicitara-se a assinatura do PRP, que não aceitou fazê-lo, pois nada tinha contra o destacamento da Brigada Militar, muito menos contra o corpo docente do Ginásio Estadual, o qual, argumentava, seria composto então pela “panelinha deles”.¹²² Como presidente do PRP, considerava injusta a atitude de mudar ou transferir professores por parte dos representantes do PSD/UDN/PDC/ADP e, mais ainda, criticava a falta de elementos do PRP na indicação dos cargos.

Outra preocupação exposta por Caovilla eram as eleições municipais que se avizinhavam, sobre o que assim se expressava:

Outra informação que acham importante levar ao seu conhecimento é o esboço da campanha municipal, que já estão aparecendo os primeiros sintomas e aparecendo, ao meu ver, de um modo muito esquisito. Parece-me que tomaram o exemplo do governador:

¹²¹ CAOVIALLA, Henrique. Carta enviada por Henrique Caovilla ao deputado Alberto Hofmann em 2 fev. 1962. Documento do arquivo CD-AIB/PRP.

¹²² A expressão “panelinha deles”, utilizada na carta endereçada a Alberto Hoffmann por Henrique Caovilla referia-se aos integrantes do PSD/ADP/UDN/PDC.

imposição. Dizem que querem o apoio do PRP, dando em troca a candidatura a vice-prefeito, mas o candidato tem que ser Fulano...(R.Weis). Ora o senhor deve saber qual é o conceito deste cidadão dentro das fileiras leais e sinceras, entre os elementos fieis do PRP. É péssimo, é considerado traidor, como aconteceu nas eleições municipais passadas. Ora, muito difícil será aprovar o nome deste elemento, que, digamos de passagem, do PRP [...] alerta sobre futuros acontecimentos do nosso município, porque nós jamais seremos pedaços de pau, atrelados atrás de uma junta de boi.¹²³

O PRP, nas eleições municipais, teve duas tendências: uma parte do partido fez acordos políticos e apoiou João Muniz Reis (PSD-UDN) para prefeito municipal e, como vice, Augusto Tagliapietra (PRP); já outra parte ficou com Vitalino Cerutti (PTB) e apoiou para vice Henrique Caovilla (PRP). Também ocorreram desentendimentos internos com outros membros, como foi o caso de Ireno Arno Arent e Nívio Ludwig, que apoiaram a decisão de parte dos peerrepistas de permanecerem dando apoio aos trabalhistas.

Sobre sua candidatura e apoio a Muniz Reis (PSD), o candidato a vice do PRP, Augusto Tagliapietra, assim justificava a sua decisão ao deputado estadual e líder do PRP Alberto Hoffmann:

Após diversas marchas e contramarchas, foi realizada a nossa convenção, na qual o partido deveria manifestar sua preferência por um ou outro candidato, dos dois já apresentados – o senhor João Muniz Reis, pela ADP, e o senhor Vitalino Cerutti, pelo PTB. Com surpresa geral, a convenção resolveu apoiar o senhor Vitalino. Para que assim acontecesse, veículos de propriedade de elementos trabalhistas transportaram os convencionais, muitos dos quais não eram inscritos pelo nosso partido. O voto era reconhecido mediante simples assinatura de uma ata. Tal situação transformou nossa convenção em uma assembléia faciosa, pois alguns companheiros que tentaram levantar seu protesto foram até ameaçados de agressão física.¹²⁴

Segundo consta nesse documento, Augusto Tagliapietra teria sido aconselhado por Alberto Hoffmann a concorrer na chapa de João Muniz Reis como vice-prefeito, bem como outros amigos ligados ao PRP também haviam insistido para que ele aceitasse a coligação. Assim se manifestou: “Dadas às circunstâncias do momento, e mesmo porque

¹²³ CAOVIALLA, Carta enviada por Henrique Caovilla ao deputado Alberto Hofmann em 2 fev. 1962. Op. cit.

¹²⁴ TAGLIAPIETRA, Carta a Alberto Hoffmann de 9 set. 1963. Documento do Arquivo CD-AIB/PRP-Porto Alegre.

nosso partido continua integrando essa coligação de partidos, resolvi aceitar a candidatura, manifestando, desse modo, minha desaprovação ao resolvido na faciosa convenção.”¹²⁵

Com a vitória da ADP em nível estadual, em 1962, e com a vitória de João Muniz Reis do PSD, apoiado pela UDN e PL, em 1963, em nível municipal, as relações com o PRP deixaram de ser amistosas. Mesmo tendo Augusto Tagliapietra (PRP) como vice-prefeito municipal, Henrique Caovilla enviou um ofício a Romeu Perussini, secretário do PRP estadual, em que incitava: “[...] companheiros nossos, por pura e exclusiva perseguição política, estão sendo transferidos, quando não “degolados” de seus cargos. Assim, diversos professores foram vítimas dessas indignidades administrativas. [...] temos a impressão de que a nossa tarefa é cavar votos para eleger e depois...depois...chicote! [...]”¹²⁶

Também o candidato a vereador Reinaldo Weis (PRP) concorreu pela legenda da ADP, discordando, segundo Tagliapietra, da maneira como o processo da convenção fora realizado. Consta ainda no teor da correspondência:

Para evitar quaisquer explorações sobre esta minha atitude estou lhe fazendo esta comunicação. Minha deliberação em nada afeta minha linha partidária, pois continuo pertencendo ao nosso Partido, sempre pronto a combater ao seu lado nas futuras batalhas que o nosso PRP vier a manter em benefício do Brasil. Essa é, também, a deliberação do vereador Weis e dos demais companheiros que estão nos acompanhando nesta nossa divergência interna com a chefia municipal do Partido. Todos eles continuam integrados ao PRP. Não concordamos, porém, que o PRP venha contribuir para uma possível vitória do Partido Trabalhista, de atitudes visceralmente opostas às nossas, que queremos ver nossa Pátria continuar, livre, democrática e cristã.¹²⁷

¹²⁵ TAGLIAPIETRA, op. cit.

¹²⁶ CAOVIALLA, Carta a Romeu Perussini, datada de 9 mar. 1964. Arquivo da CD-AIB/PRP. Porto Alegre-RS.

¹²⁷ CAOVIALLA, Carta a Romeu Perussini. 1964. Tagliapietra esteve ligado mais à Igreja local em virtude de sempre ser um colaborador do padre Vitor, principalmente na função de tesoureiro. Aprendeu a ler e a escrever com o padre, bem como a ciência da matemática, por isso pouco se sabe na história sobre sua ligação com o PRP. Muitas pessoas o viam como integrante do PSD/UDN. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski em 2 jul. 2002.

Um outro episódio que marcou as divergências do PRP no período foi a exclusão das fileiras do partido de Ireno Arno Arend,¹²⁸ o qual era solidário com a posição adotada por Juracy de Assis Machado, no sentido de continuar dando apoio ao PTB a partir de 1962, contrariando, assim, a decisão do Diretório Estadual. Arend, que se tornou amigo pessoal de Vitalino Cerutti, bem como participou ativamente em sua campanha para prefeito municipal, sofreu a repressão política no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Nesses acontecimentos históricos, são visíveis as articulações políticas entre as três maiores forças eleitorais do município de Frederico Westphalen: PSD, PRP e PTB. O PRP¹²⁹ teve uma importância significativa porque tinha representações em todas as comunidades do interior, bem como seus líderes eram pessoas de influência local, regional e estadual. Essas disputas políticas entre PTB e anti-PTB em nível municipal e regional levaram à radicalização política em 1964, quando os componentes do anti-PTB acusaram os integrantes do PTB de pertencerem aos “Grupos dos Onze”.

¹²⁸ Documentação de Romeu Perussini para Ireno Arno Arend, datada de 30 jun 1962 e 13 dez. 1962. Ireno era funcionário público, chefe da Inspetoria de Terras; chegou de Porto Alegre e, segundo depoimentos, era possuidor de grande cultura e conhecimento, o que teve influência na cidade.

¹²⁹ Conforme documentação do arquivo da CD-AIB/PRP de Porto Alegre, eram integrantes da convenção municipal do PRP em 22 mar. 1959 os senhores: Nívio Narciso Ludwig; Augusto Tagliapietra; Domingos Bernardino Centenaro; Reinoldo Weiss; José Rubin (vereador do Distrito Caiçara); Rudi Ervino Kirchoff (representante do distrito de Vicente Dutra); Emílio Dal Piva (Taquarussu); Afonso Senger (Pinheirinho); Iolare Caovilla; Venceslau Bernardo Buzzanello (Castelinho); Genésio Augusto Trevisan (Caiçara); Marcos Zanella (São José); Alvino Stein (Linha Capivara), Elimar Guilherme Pagel; Maximino Freo; Francisco Dal Piva; Reinoldo Rubin; João Caetano Rubin; Ernesto Dalla Nora; Aldo Sponchiado; Afonso Willy Sworowski, Eugênio E. Kuhn; José Mazutti; Antônio Trevisan; Casemiro Ferigollo; Aloísio Heck; João Trevisan; Antônio G. de César; Guilherme Guerra; Hédio David Weber; Walter Nyland; Antônio Sponchiado; Antônio Chielli; Celso Trevisan; Amadeo Roggia; Wilson Ferigollo; Girolomo Noé Manfio; Aleixo Ferigollo. Os peerrepistas “camisas- verdes” do Estado Novo, segundo documentos do arquivo, usavam *sigmas*, que modificaram com o período, bem como tinham uma saudação que era: “ANAUE” (ave ou salve). Seu lema: “Deus, Pátria e Família” ou “Pelo Bem do Brasil!”, constaria nos documentos até a década de 1960.

3 OS GRUPOS DOS ONZE E O APOIO ÀS REFORMAS DE BASE

Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e dentre eles um é escolhido para capitão ou comandante da equipe; todos sabem neste caso deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos.

Leonel de Moura Brizola

3.1 A experiência parlamentarista (1961-1963) e o retorno ao presidencialismo (1963-1964)

O Congresso Nacional decidiu que Jango poderia assumir, mas sem poderes, e que o Brasil passaria a ser um Estado parlamentarista,¹³⁰ onde quem passaria a governar seria o primeiro-ministro, indicado e nomeado pelo presidente. Todavia, a indicação deveria ser aprovada pelo Parlamento brasileiro, ou seja, por isso a indicação do presidente deveria estar de acordo com os interesses do Congresso Nacional.

O Brasil, de 1961 a 1963, viveu a experiência parlamentarista, com a indicação de quatro nomes dos quais três foram aprovados pelo Congresso Nacional. O primeiro foi Tancredo Neves, mineiro, do PSD, que compôs um gabinete de maioria udenista. Tancredo, visitou os Estados Unidos e expressou ser contra as ideologias comunistas, com o que conseguiu empréstimos, principalmente para ajudar as oligarquias nordestinas. Como primeiro-ministro ficou pouco tempo no poder, de 1961-1962.

Para substituir Tancredo, Jango indicou o mineiro San Tiago Dantas, do PTB, ex-ministro do Exterior daquele. San Tiago Dantas participou da conferência da Organização dos Estados da América em Punta del Este, na qual os Estados Unidos pediram a expulsão de Cuba da organização. Ele se absteve de votar, e o Parlamento vetou seu nome como primeiro-ministro. Cogitou-se, então, o nome do senador paulista Auro de Moura Andrade.

¹³⁰ Sobre parlamentarismo ver VANNUCHI, Paulo; BETTO, Frei. *O plebiscito de 1993: monarquia ou república, parlamentarismo ou presidencialismo*. Rio de Janeiro: Iser, 1993. p. 72.

O clima social e político no Brasil não era nada calmo: estourou uma greve de 24 horas nas empresas estatais que controlavam as refinarias de petróleo; paralisaram-se os transportes coletivos, como trens e ônibus; os estivadores suspenderam as atividades nos portos por serem contra a nomeação de Auro de Moura Andrade, que era considerado conservador demais na visão dos movimentos sociais do período, o que seria um empecilho para a efetivação das reformas de base do governo Jango. Nesse confronto, ficaram claros o sentido da greve, que era político, e a força que o PTB tinha, bem como o PCB, de mobilizar politicamente as massas operárias, ainda mais que Jango, herdeiro do populismo, aliado dos sindicatos, mantinha apoios importantes, até mesmo entre os dirigentes sindicais.

Com a rejeição ao nome de Auro de Moura Andrade, Jango nomeou o gaúcho Brochado da Rocha, do PSD, que assumiu o governo por dois meses; antes mesmo de deixar o cargo de primeiro-ministro, assumiu Hermes Lima, que propôs ao Congresso um plebiscito sobre o parlamentarismo. O Congresso aceitou a proposta e, em 1963, o povo decidiu sobre os poderes de João Goulart. O presidencialismo saiu-se vitorioso; portanto, Goulart tinha amplos poderes para governar. “Goulart assumiu o governo com seus poderes reduzidos e encontrou os credores do Brasil em estado de profundo ceticismo. As negociações tiveram que ser recomeçadas, e os credores haviam tomado boa nota da desagradável luta política que precedera a posse do novo presidente. Não deixaram de notar também sua orientação esquerdista – um grave risco aos olhos dos banqueiros internacionais.”¹³¹

Assumindo com poderes presidenciais, Jango propôs as reformas de base, que foram criadas, conforme Skidmore,¹³² pelos melhores cérebros da esquerda moderada, como San Thiago Dantas e o economista Celso Furtado, plano que ficou conhecido como “Plano Dantas-Furtado”. Esse plano contemplava a redução da inflação e propunha corte nos gastos do governo, diminuindo os subsídios sobre as importações e aumentando os impostos sobre as grandes fortunas. Também contemplava a renegociação da dívida externa com os banqueiros internacionais para dar fôlego à economia do Brasil. Além disso, planejava uma reforma agrária que ampliava a produção agrícola e o mercado consumidor. No comício do dia 13 de março de 1964, Jango falou: “É claro que não poderíamos começar a Reforma Agrária, para atender aos anseios do povo, nos Estados do Amazonas ou do

¹³¹ SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). p. 36.

Pará. A Reforma Agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o escoamento.”¹³³

Jango precisava do apoio de todos os setores, mas reformas como essas se chocavam com interesses econômicos de uma pequena classe. Os conflitos entre as classes sociais no Brasil estavam se tornando muito acirrados, e o governo perdia o controle da situação dia após dia. As reformas de base mexeriam com os privilégios de muita gente articulada com o poder político e econômico nacional e internacional.

As reformas de base propostas por João Goulart ficaram conhecidas no Brasil inteiro e eram comentadas por todos. O PTB, a UNE,¹³⁴ o PCB e os sindicatos eram a favor; já a UDN, grande parte do PSD e a grande imprensa, assim como grandes empresários e militares conservadores, eram contra.

Dentre as reformas de base propostas por Jango estava a polêmica reforma agrária, pois interferiria na acumulação capitalista e nas relações de poder no campo. Já a reforma urbana visava a um controle dos aluguéis de imóveis e à possibilidade de os inquilinos comprarem os imóveis. Essa reforma também abalou as estruturas das cidades, principalmente os proprietários de imóveis, que viam nesse tipo de transação econômica a sustentação de seu *status quo*. A classe média alta, detentora de inúmeros imóveis, sentiu-se ameaçada e não concordou com as possíveis perdas que poderia ter.

Quanto à reforma política, Jango pretendia dar direito de voto a analfabetos,¹³⁵ sargentos e patentes inferiores das Forças Armadas, o que descontentou as forças militares e a classe alta, que consideravam o analfabeto incapaz de votar, ou seja, ele somente estaria apto a trabalhar.

No conjunto das reformas de cunho nacionalista estava incluída a proibição às empresas estrangeiras de atuarem em setores como energia, eletricidade, frigoríficos, indústria de remédios, refinaria de petróleo e telefones. Isso para contemplar o

¹³² SKIDMORE, op. cit., p. 37.

¹³³ CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 1995. p. 16.

¹³⁴ A União Nacional dos Estudantes foi fundada em 1937 e seu objetivo era a união dos estudantes universitários na luta pela melhoria do ensino no país. Sabia-se, no entanto, que o ensino estava relacionado com as questões mais globais; para tanto, os integrantes da UNE sempre manifestaram suas posições políticas, principalmente nos acontecimentos mais importantes do Brasil, como nas manifestações contra a ditadura do Estado Novo, bem como contra a ditadura militar de 64.

¹³⁵ FAUSTO, Borris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986. p. 383-416. Os analfabetos no Brasil na década de 1960 chegavam à proporção de 50%; nesse percentual, sabia-se que muitas pessoas não podiam exercer o direito ao voto.

desenvolvimento interno e impedir que as multinacionais simplesmente operassem visando a lucros.

Outro ponto das reformas era o ensino, que tinha o apoio total da UNE, pois havia a necessidade de mais escolas e universidades que priorizassem os estudos sobre o Brasil e colaborassem nas soluções para os graves problemas sociais, políticos e econômicos que o país vivia. Pensar o Brasil, essa era a meta.

Nesse turbilhão de conflitos, surgiram as ligas camponesas, que organizavam milhões de camponeses nordestinos, proprietários de pequenos lotes rurais, ou que viviam em pequenos pedaços de terras, muitas vezes cedidos pelos patrões ou coronéis do latifúndio nordestino. Esses lhes arrendavam a terra a preços elevados e ainda os obrigavam a trabalhar de graça em certos dias preestabelecidos, prática que ficou conhecida como “cambão”.

Como, na década de 1960, o campo já começava a se mecanizar e era comum ouvir falar de caboclos expulsos das terras pelos jagunços. Nesse contexto histórico da luta pela terra, surgiu a figura de Francisco Julião, um advogado pernambucano que liderava as ligas camponesas, com o fim de levar os caboclos a lutarem por seus direitos e exigirem a reforma agrária. Segundo Skidmore,¹³⁶ o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, era uma das figuras políticas nacionais que pedia ações radicais e que defendia uma política direta, embora paciente, de redistribuição drástica de renda e de riqueza, especialmente da terra.

Em 1963, milhares de trabalhadores das usinas de açúcar em Pernambuco, realizaram greves, exigindo o direito de ganhar salário mínimo. Apesar de reprimidos com violência pelos jagunços dos coronéis, saíram vitoriosos. Os trabalhadores rurais no Brasil da década de 1960 continuavam, no entanto, a não possuir direito algum e não existia nenhum sindicato rural. O Brasil do pequeno camponês era esquecido, não tinha por que existir. Atendendo a esses anseios, nesse mesmo ano, Jango sancionou a Lei do Estatuto do Trabalhador Rural, mostrando que as leis trabalhistas começavam a chegar ao campo. Por essas leis os trabalhadores rurais passariam a ter salário mínimo, carteira de trabalho assinada, repouso semanal e férias remuneradas. Entretanto, os latifundiários não aceitavam as leis e cada vez mais rejeitavam o governo de Jango.

¹³⁶ SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). p. 42.

Esse país que começava a se levantar era um país que buscava, por meio da organização sindical, das greves, que eram muitas e em vários setores, os direitos sociais. Na visão dos partidos políticos, dos dirigentes sindicais, nada do que estava ocorrendo era errado, pois, finalmente, estava-se construindo um país que nunca antes tinha sido cogitado. Assim, em 1962 foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), cujo objetivo era unificar as lutas no Brasil; no mesmo ano, foi aprovada a lei do 13º salário, fato que incomodou os empresários brasileiros.

A UNE desempenhava, no início da década de 1960, um papel muito importante. Um dos seus líderes, o goiano Aldo Arandes, pertencia à Ação Popular (AP), dissidente da Juventude Universitária Católica (JUC), que, na sua origem, não aderira ao marxismo, estando muito mais atrelada ao marxismo chinês. Aldo Arantes permaneceu na direção da UNE até 1964; a partir daí, a entidade passou a ser dirigida por José Serra. Esses estudantes levaram muito a sério a luta política, pois era através dela, na concepção estudantil, que se construiria um mundo melhor; por isso, a UNE era importante e, ao mesmo tempo, perigosa para a elite brasileira.¹³⁷

A juventude da UNE acreditava que o povo deveria ter acesso à cultura, que o ensino deveria extrapolar os muros das universidades; para isso, criou-se o Centro Popular de Cultura (CPC), que levava a cultura ao povo através do teatro, do cinema, da música etc., como forma educativa e também de reflexão sobre o imperialismo norte-americano, bem como para dar apoio às reformas de base.

No Congresso Nacional, a força política de apoio a Jango era o PTB e destacava-se o deputado federal Leonel Brizola, eleito pela Guanabara, o que prova a sua popularidade. Foi constituída a Frente Parlamentar Nacionalista, que unia os deputados e senadores favoráveis às reformas de base. Brizola desentendia-se com o seu cunhado Jango, pois desejava que este avançasse mais nas reformas, nacionalizando monopólios, fazendo a reforma agrária etc. Para isso, e para ajudar a defender as idéias brizolistas, chamava os militantes do brizolismo para se unificarem em grupos de onze pessoas, como times de futebol, que teriam como tarefa ser sentinelas das reformas de base. Diante do clima tenso que caracterizava o governo Goulart, Brizola agia sabendo das necessidades de apoio popular para sustentar as propostas.¹³⁸

¹³⁷ SKIDMORE, op. cit. (1964-1985). p. 42-43.

¹³⁸ CHIAVENATO, *O golpe de 64 e a ditadura militar*. p. 12-13.

No PCB, a atuação de Luiz Carlos Prestes era grande. Prestes era uma figura pública que palestrava e se manifestava nas rádios através de entrevistas; mesmo com o partido na ilegalidade, elegeu deputados e vereadores pela legenda do PTB. Apesar disso, a força dos comunistas era limitada. Consideravam que o Brasil não estava preparado para a implantação do socialismo e apoiavam as reformas de base por entenderem que proporcionariam uma reorganização no capitalismo nacional. Ao contrário do que a direita e os militares propagavam, a infiltração comunista nos setores da política nacional não ocorria. Os comunistas, no fundo, eram muito poucos, mas o estardalhaço que faziam era intenso. Diante dessas práticas e dessa conscientização coletiva que estava impregnando o Brasil, a direita reagiu violentamente, apoiada no golpe militar. Skidmore escreve: ‘Com efeito, uma guerra civil disfarçada já estava ocorrendo, com grupos para militares anticomunistas de São Paulo (MAC, CCC) intimidando líderes estudantis de esquerda, e proprietários de terras pagando pistoleiros para executarem os organizadores da massa camponesa.’¹³⁹

Em síntese, os latifundiários eram contra o governo Goulart pela possibilidade da realização da reforma agrária. Os empresários estavam contra o governo em razão dos aumentos salariais e de outros benefícios concedidos aos trabalhadores, além da instabilidade constante em decorrência das greves, sem falar no imposto pesado sobre as grandes fortunas.

No Congresso nacional, a UDN e outros deputados conservadores formavam a Ação Democrática Parlamentar para bloquear as reformas de base. Alguns deputados da Ala Moça do PSD, como era o caso do político Ulisses Guimarães, entre outros, e da Ala Bossa Nova da UDN, de que participava José Sarney, entre outros, aceitavam algumas reformas. Grande parte do Congresso, porém, indiscutivelmente, estava contra o presidente; o PSD e a UDN cada vez se uniam mais.

Jango enfrentava a grande imprensa, que era contra o seu governo, e ainda tinha de levar em conta a postura da Igreja Católica, onde ventos de mudanças começavam a soprar, contrapondo-se a sua característica sempre tão reacionária. O papa João XXIII, nas encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961, e *Pacem in Terra*, de 1963, atacava o comunismo, mas defendia a necessidade de mudanças graduais na sociedade. O Concílio Vaticano II confirmou essas idéias, e o papa Paulo VI permitiu que os católicos se engajassem em projetos de reformas de cunho não socialista. A maioria do clero, entretanto, continuava

¹³⁹ SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985), p. 44.

muito reacionária. O papel da Igreja Católica no Brasil, historicamente, quando setores mais progressistas, diante da situação social do país, apóiam as reformas, especialmente a agrária, é de reiterar a desapropriação por interesse social, situação analisada por Fausto: “Além de somar-se às forças partidárias das reformas anunciadas pelo governo Goulart, a mensagem da CNBB representou, em termos de equilíbrio de forças internas à Igreja, clara desaprovação à ala integrista do episcopado, cujos corifeus eram D. Geraldo Sigaud e D. Castro Mayer, autores do livro “Reforma agrária, questão de consciência.”¹⁴⁰

Essas figuras da Igreja Católica, consideradas de extrema direita, como Dom Castro Mayer e dom Geraldo Sigaud, tiveram relação com a organização católica fascista Tradição Família e Propriedade (TFP), e apoiavam o golpe militar de 1964. No Nordeste, os padres tentaram formar sindicatos rurais controlados pela Igreja e contrários às ligas camponesas. Já no Sudeste, ao se aproximar o golpe militar, padres e freiras organizaram passeatas apoiando o golpe militar.

Precisamos também analisar a postura americana em relação ao governo Goulart. Os americanos não concordavam com o controle do envio das remessas de lucros para o exterior, nem que a Petrobrás realizasse o refino do petróleo e, muito menos, com o projeto de estatizar diversas companhias norte-americanas.

Para completar a situação delicada, em 1959 estourou a Revolução Cubana, pela qual se implantou o socialismo, com circunstâncias de guerrilhas etc. Os americanos, então, consideraram que deveriam proteger o Brasil, para o que destinaram verbas a fim de financiar políticos e propagandas através do Ibad. Centenas de candidatos tiveram a campanha eleitoral financiada pelo Ibad, que recebia dinheiro diretamente dos Estados Unidos através da CIA e das grandes multinacionais instaladas no Brasil. Esse dinheiro era repassado ao Ibad e a seus associados pelo Fundo de Ação Social (FAS), criado em São Paulo em 1962.

Outro instituto que estava configurado ao Ibad era o Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (Ipes), que congregava militares, políticos e empresários. Fundado em novembro de 1961, com fartos recursos internacionais, tinha como função a elaboração estratégica, sobre o que escreve Dreifuss: “No curso de sua oposição às estruturas

¹⁴⁰ FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*. p. 370.

populistas, o complexo Ipes/Ibad se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.”¹⁴¹

Para Sônia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes,¹⁴² o Ipes/Ibad iniciou acirrada campanha contra o que considerava a “bolchevização” do país, tendo como lemas básicos a segurança interna e a construção “racional” do desenvolvimento. Seu âmbito de ação era nacional, aglutinando setores industriais urbanos, nacionais e associados, grandes e pequenos, e atingindo as oligarquias rurais pelo viés da reforma agrária. Acrescentavam que “suas argumentações eram: a) que obstáculos ao capital internacional significariam uma brecha para restrições mais amplas a qualquer capital; b) que as manifestações populares desorganizavam a produção e, no limite, subvertiam a ordem e até a hierarquia militar”.¹⁴³

É dessa época a acusação de envolvimento do embaixador norte-americano Lincon Gordan em conspiração com os militares brasileiros a fim de articular o golpe militar, pois Gordan tinha entrada livre nos quartéis e na imprensa brasileira. Assim, a embaixada norte-americana no Brasil virou o palco das manipulações golpistas em 1964. É claro que os militares, por sua própria formação nas academias, tinham aprendido que greves, protestos, manifestações de qualquer ordem eram fatores de indisciplina, e isso afetava a ordem, que era indispensável para o desenvolvimento do Brasil na sua concepção. Outro aspecto é que os militares, oriundos da classe média e em grande maioria simpatizantes da UDN, condenavam a ação dos sindicatos e a política de Jango e desejavam garantir o *status quo* que o Exército lhes proporcionava.

O Exército também condenava, no início da década de 1960, a corrupção e divulgava a idéia de que a honestidade era de cor verde-oliva, ou seja, a cor da sua farda. Sabemos que, com o passar dos tempos, quanto menor o poder da população para fiscalizar as ações dos governos, mais fácil é a corrupção; por isso, os militares não conseguiram combatê-la e, muito menos, a população, que tinha permissão para olhar, mas não para falar.

A formação anticomunista pregada nas academias do Exército era forte, de modo que qualquer greve significava uma armação comunista. Para isso, muitos oficiais das

¹⁴¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 164.

¹⁴² MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente 1964-1992*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 15.

¹⁴³ MENDONÇA; FONTES, *História do Brasil recente 1964-1992*.

Forças Armadas do Brasil freqüentaram cursos de aprimoramento militar nas academias norte-americanas, inclusive na Escola do Panamá, fundada em 1951. Em 1949, no Brasil, foi fundada a Escola Superior de Guerra (ESG),¹⁴⁴ onde se desenvolveu a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), cujas normas foram seguidas pelo golpe militar e pela ditadura.

A DSN considerava que a Terceira Guerra Mundial já havia iniciado com a Guerra Fria: era a guerra dos países capitalistas desenvolvidos contra o comunismo internacional. O lado do bem era o dos valores da civilização ocidental cristã, como a propriedade privada, o individualismo, o capitalismo, as liberdades, a democracia. Já o inimigo era o mundo do mal, o ateísmo, a imoralidade, a socialização dos meios de produção, o Estado totalitário, a ditadura monstruosa dos comunistas, que eram subversivos, infiltravam-se nos setores da sociedade e, aos poucos, formavam guerrilhas, promovendo a guerra revolucionária e aspirando ao poder, que era vermelho. O Brasil, assim, tornar-se-ia uma provável Rússia.

A DSN desejava reconstruir o Brasil, criar um novo país e, para tanto, tinha uma visão geopolítica ligada à teoria de que o destino de um país estava relacionado com suas condições geográficas, e o Brasil, por sua posição, tornar-se-ia a grande potência do Cone-Sul; por isso, os militares assumiriam o poder, mobilizando os recursos econômicos, políticos e sociais.

Mesmo com um clima totalmente desfavorável ao governo de Goulart, no dia 13 de março de 1964 aconteceu o comício da Central do Brasil,¹⁴⁵ e João Goulart reafirmou a necessidade das reformas de base, as quais teriam de passar pela aprovação do Congresso Nacional, por bem ou por mal. Isso inquietou a oposição a seu governo, que saiu às ruas, com milhares de pessoas participando da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade.”

Naquele mesmo período, os marinheiros que tinham criado o sindicato resolveram comemorar o aniversário de dois anos de fundação. No episódio, ficou conhecida a figura do cabo Anselmo,¹⁴⁶ que, na verdade, era um agente da CIA infiltrado para coletar informações sobre a situação o Brasil. Ficou comprovado que não havia nem um agente da

¹⁴⁴ CHIAVENATO, *O golpe de 64 e a ditadura militar*. p. 45.

¹⁴⁵ Ver na íntegra o discurso proferido por Goulart no comício de 13 mar. 1964, em SILVA, *Golpe ou contragolpe*. 1978. p. 457.

¹⁴⁶ SILVA, op. cit., p. 23.

KGB-Komitet Gosudárstvennoy Bezopásnosti, a polícia secreta russa, mas, sim, um agente americano. Os fuzileiros navais foram chamados para reprimir o movimento dos marinheiros, porém se congratularam com os companheiros e obtiveram a anistia de Jango. No entanto, as Forças Armadas não aceitaram essa atitude do governo.

A culminância do golpe ocorreu no dia 31 de março de 1964, quando o general Olímpio Mourão Filho, com o apoio do governador mineiro Magalhães Pinto, comandou o golpe militar. Assim, sem outra alternativa, Jango voou de Brasília para Porto Alegre e, vendo que não tinha como reverter o quadro, exilou-se no Uruguai. Antes mesmo de ele renunciar, o senador Auro de Moura Andrade já anunciava o novo presidente: Ranieri Mazzilli, da Câmara dos Deputados.

Começou, então, a repressão, a caça às bruxas, com os decretos e os atos institucionais cassando os direitos dos cidadãos. O Brasil mergulhou, por aproximadamente três décadas, no regime político que ficou conhecido como “ditadura militar”. Começou, então, um novo tempo, como escreveu Drumond:

Este é tempo de divisas,
Tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
Obscenos gestos avulsos.
[...]
É tempo de meio silêncio,
De boca gelada e murmúrio,
Palavra indireta, aviso na esquina.
Tempo de cinco sentidos num só.
O espião janta conosco.¹⁴⁷

As propostas de Goulart deram lugar a um modelo de concentração de renda e de desnacionalização da economia. O Brasil passou a viver o tempo do “milagre brasileiro”, modelo econômico que somente poderia ser viável em condições econômicas fortalecidas. Para tanto, implantaram-se os atos institucionais (os chamados AIs), que cassaram direitos políticos, demitiram funcionários públicos e abriram inquéritos policial-militares. O governo criou o Serviço Nacional de Informações (SNI); as eleições para presidente tornaram-se indiretas; a Justiça Militar foi estendida aos civis e o Congresso Nacional passou a ser fechado sempre que os militares julgassem necessário. Com o AI-2 apenas dois partidos tornaram-se legais: a Arena e o MDB, este que realizava uma oposição *light* ao governo militar, não criando maiores problemas para a ditadura militar.

¹⁴⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo: poema nosso tempo*. Rio de Janeiro: Record. 1997. v. 2. p. 29-37.

Costa e Silva substituiu Castelo Branco, assumindo a presidência e aprovando uma nova constituição, que concedia amplos poderes ao governo federal; assim, o SNI ganhou maior importância. Costa e Silva era um general da chamada “linha dura” dos militares, de modo que seu governo foi rigoroso, tanto que nele foi editado o AI-5, com prazo indeterminado para vigorar, colocando o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores em recesso. Dessa maneira, o governo federal desarticulou os movimentos populares que contestavam o regime implantado, bem como as forças políticas de oposição, forçando muitos à clandestinidade.

3.2 Da carta ao discurso: o IPM e os Grupos dos Onze

Em 3 de abril de 1964, o prefeito municipal João Muniz Reis publicou uma carta¹⁴⁸ ao povo de Frederico Westphalen, tranquilizando a população, pois as Forças Armadas do país estavam garantindo a Constituição Federal e restabelecendo a paz no Brasil. Registrava o prefeito Reis que os agitadores tinham tido o destino merecido, principalmente após o Comício do dia 1º de abril em Porto Alegre, quando as intenções do brizolismo haviam ficado bem claras ao gritarem “paredão, paredão”,¹⁴⁹ e as Forças Armadas, cumprindo o seu papel, tinham expulsado todos do país.

Segundo o prefeito municipal, a população de Frederico Westphalen tinha passado por momentos muito graves com a existência de pessoas mal-intencionadas, chefiadas pelo Grupo dos Onze, mas o poder público municipal garantiria a paz e a ordem para que todos pudessem trabalhar com tranquilidade. Para isso, solicitava que todos continuassem atentos e vigilantes para garantir a liberdade da pessoa humana; ainda, solicitava a interferência de Deus Todo-Poderoso para que iluminasse todos os responsáveis pelos destinos do Brasil.

A repressão política em Frederico Westphalen, quando da instauração da ditadura militar, foi fortemente marcada por um pronunciamento do então vereador Ênnio Flôres de

¹⁴⁸ REIS, João Muniz. *Carta ao povo de Frederico Westphalen*, conforme documentação do AHM.

¹⁴⁹ Após a revolução cubana de 1959, Fidel Castro e o grupo de revolucionários tiveram de tomar algumas medidas. A mais drástica foi julgar e, eventualmente, punir com pena máxima membros do aparato de Fulgêncio Batista, ex-ditador cubano, que, juntamente com militares atrelados ao seu governo, fora responsável por torturas e crimes contra cidadãos cubanos, opositores de Batista. Essa atitude de Fidel mobilizou a opinião pública nacional e internacional, que condenou a pena imposta a 150 agentes de Batista, dos quais alguns preferiram o suicídio; outros foram executados e poucos conseguiram fugir. Durante o tribunal, que era público, os cubanos gritavam “Paredón! Paredón!”. A imprensa internacional noticiava os vereditos como atos de barbárie em um banho de sangue. Ver mais em: FURIATI, Claudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida, do subversivo ao estadista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 35-37. Tomo II.

Andrade,¹⁵⁰ que acusava, em 22 de maio de 1964, os senhores Vitalino Cerutti e Diunysio Cerutti de serem comunistas, traidores da pátria e formadores do Grupo dos Onze.

O conteúdo do discurso feito por Ênnio Flôres de Andrade¹⁵¹ na sessão da Câmara dos Vereadores de Frederico Westphalen no dia 22 de maio de 1964 destinava-se a esclarecer a opinião pública sobre a revolução de 1964 e criar nos brasileiros a “verdadeira consciência” do que significava o momento político pelo qual o Brasil estava passando. Tratava-se, em seu dizer, de um processo em que estavam envolvidas as mais altas expressões da vida intelectual, administrativa e educacional do país.¹⁵² Para o vereador, que era médico, a revolução de 1964 era uma mensagem de saneamento, de desinfecção, de limpeza das bolsas de pus, de podridão e excrementos da ideologia comunista.

Também aparecem no discurso as principais meta da ideologia comunista, que seriam, na concepção do vereador Ênnio Flôres de Andrade, a confusão de valores, a anarquização do pensamento, a destruição de conceitos de ética, a substituição da honradez administrativa pelo suborno, o endurecimento das paixões e a queda do princípio da autoridade. Por isso, na visão do vereador, era necessária a mobilização militar, pois se fazia necessária uma “sacudida” nas mentes e nas consciências debilitadas pela infiltração da ideologia.

O discurso era um chamamento a todos os brasileiros para serem soldados da revolução e combaterem com o marxismo, que estava impregnado em todos os lugares da pátria. A “Revolução Branca”, como se referia o vereador ao processo do qual tratava, objetivava esclarecer, desanuviar as dúvidas que, porventura, existissem, visando restabelecer supremos princípios da moral cristã de decência administrativa e do respeito à autoridade. Assumindo a responsabilidade, como representante e defensor do povo westphalense, o vereador entendia que era necessário varrer, limpar, arejar os possíveis depósitos de doutrinas e de práticas que pudessem afetar o normal funcionamento do organismo democrático e cristão no município de Frederico Westphalen.

A revolução de 31 de março acontecera, na leitura, visão e entendimento de Ênnio Flôres de Andrade, para acabar com a infiltração comunista, com a corrupção e a

¹⁵⁰ Ênnio Flôres de Andrade, formado em medicina, clínico geral, conhecido como médico de família, foi candidato a vice-prefeito nas eleições de 1955 e 1959 pelo PSD, contra o PTB, cujos representantes eram membros da família Cerutti.

¹⁵¹ No Anexo V, Ata nº 164 datada, de 22 jul. 1964 da Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen, consta a referida denúncia na íntegra.

¹⁵² Ênnio Flôres de Andrade., Op. cit.

subversão em todas as esferas do país. Nesse sentido, o vereador convocava a Comissão de Inquérito para investigar os chefes da corrupção e da subversão do município de Frederico Westphalen, que não teriam sido fiéis em depoimentos anteriores, omitindo o que realmente sabiam sobre os fatos.

Esses chefes da subversão do município teriam utilizado pessoas pouco esclarecidas na propagação e formação do Grupo dos Onze, que teria sido organizado dentro do Escritório da Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen, instituição que agregava mais de dois mil sócios de todos os partidos políticos. Ênnio fazia referência em seu discurso à estreita ligação entre líderes da subversão e o ex-governador Leonel Brizola. Afirmava ainda que já estavam destinadas ao “paredão” ou “enforcamento”, pelos líderes do Grupo dos Onze no município, as principais figuras políticas, todos integrantes do PSD. No seu caso, se lhe fosse dado o direito de escolher a pena de morte, ficaria com o “paredão”. Acusava os supostos líderes da subversão de Frederico Westphalen de receberem dinheiro de membros comunistas e apoio de elementos que, no momento da eleição para a diretoria da cooperativa, teriam passado pela vila de Taquaruçu dando vivas a Fidel Castro.

O principal nome das acusações feitas pelo vereador era Vitalino Cerutti, líder do PTB na época e presidente de entidades sociais no município, o qual foi alvo de acusações de desvio de verbas das instituições, de não defender os interesses dos sócios, de não ser imparcial nas eleições de 1963, de ser líder do Grupo dos Onze, de fazer parte da subversão e de ter relacionamentos políticos com comunistas.¹⁵³

Após várias denúncias envolvendo a cooperativa de Frederico Westphalen, o vereador solicitou a intervenção naquela instituição, bem como o enquadramento dos denunciados e a sua punição conforme a Lei de Segurança Nacional. Solicitou ainda que a Câmara enviasse cópias da sua intervenção ao Departamento da Polícia Política Federal (Dops), à Comissão Militar de Inquérito, ao comando do III Exército, à direção do Banco do Brasil, à Secretaria da Fazenda, da Economia e ao prefeito municipal.¹⁵⁴

¹⁵³ Anais da Câmara Municipal de Frederico Westphalen. Ata nº 164, 22 jul. 1964, síntese do pronunciamento do vereador Ênnio Flôres de Andrade no dia 22 maio. 1964.

¹⁵⁴ Dops – Delegacia de Ordem Política e Social – consistia em uma subdivisão de informações da Polícia Civil e em uma polícia de controle social cujos mecanismos de repressão eram acionados pelo Estado, tendo como objetivos centrais a manutenção da ordem estabelecida e a identificação dos “inimigos do regime”. As Delegacias de Ordem Política e Social tinham como objetivo impedir que indivíduos camuflados viessem perturbar a paz social e atentar contra a ordem e a autoridade constitucional. A partir daquele momento,

3.3 Leonel Brizola e a organização dos Grupos de Onze Companheiros

Os Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas¹⁵⁵ começaram a ser organizados por Leonel Brizola momentos antes da implantação do regime militar e tiveram respaldo dos militantes do PTB nas mais longínquas comunidades, principalmente do interior do Rio Grande do Sul. Esses grupos seriam compostos por dez homens e um líder, treinados para a luta de guerrilhas. Caso fosse deflagrada a guerra civil, os seus chefes comunicar-se-iam, formando núcleos combatentes mais amplos, de acordo com a necessidade. Os grupos, além do potencial guerrilheiro, desempenhariam o papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário.

Os grupos, no entanto ficaram apenas no planejamento de sua organização; nunca passado à ação. O que, porém, viria a ocorrer seria a perseguição em massa daqueles que se identificaram com a organização, como componentes ou líderes dos Grupos dos Onze Companheiros. Além disso, referência ao número onze reporta à organização de um time de futebol, em que, além dos componentes, um líder organiza e comanda o grupo.

Na época, organizaram-se listas, seguindo apelos feitos por Brizola pela Rádio Mairynk Veiga, em 1963, quando após ter sido governador do Rio Grande do Sul, foi eleito deputado pela Guanabara. Brizola fazia pronunciamentos conclamando o povo a se organizar para garantir a continuidade do governo de Jango, bem como para assegurar as reformas de base.

Conforme documento¹⁵⁶ que definia a organização dos Grupos dos Onze Companheiros, ou Comandos Nacionalistas, eles se centravam em três princípios básicos:

começou a aparecer a expressão “indesejável”, como uma identificação nos arquivos das Dops, sendo referência para operários, agitadores estrangeiros ou pessoas que militavam em sindicatos e partidos políticos.

Diante disso, o objetivo inicial das delegacias era formar um arquivo de indesejáveis, onde constava o nome do delinqüente, a sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia. As Dops, ou o Dops, expressão mais utilizada, foi sem dúvida a estrutura repressiva mais temida de todo o regime militar no Brasil. Ler mais sobre a Dops em CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997. Ler também: CHAUI, Marilena. *Cultura popular e autoritarismo*. In: *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986. COSTA, Adolpho Mariano da. *O DOPS e os trabalhadores. Cadernos da UPT*, Curitiba: UPT, ano 1, n. 1, 1993.

¹⁵⁵ A organização conhecida popularmente como Grupo dos Onze teve a denominação também de Comandos Nacionalistas, expressão esta encontrada nos documentos oficiais, bem como a preferida entre os componentes dos Grupos dos Onze.

¹⁵⁶ No Anexo VI, Caderneta intitulada: *Organização dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Arquivo CD-AIB/PRP-Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira e do Partido da Representação Popular: Porto Alegre. No Anexo VII consta lista com assinaturas cujo cabeçalho trata dos Comandos Nacionalistas ou Grupo dos Onze.

defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Para compor esses grupos era necessário registrar em ata a organização do grupo, a qual era padrão, já vindo impressa no documento, onde eram registrados os nomes do comandante e também do subcomandante, além do objetivo, que era: “Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional.”¹⁵⁷

A sede do Comando seria a residência de qualquer um dos seus membros; posteriormente, far-se-ia a formação do grupo registrado, dos nomes e endereços dos componentes. O registro do comando em ata deveria ser comunicado ao deputado Leonel Brizola, a cargo da Rádio Mayrink Veiga, localizada na rua Mayrink Veiga, nº 15, no Rio de Janeiro, estado da Guanabara.

Para entender melhor como se organizou o Grupo dos Onze, temos de compreender a justificativa elaborada no documento, item 1 do título, que diz: “Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”. Nele se registra uma argumentação baseada no momento histórico decisivo por que o Brasil estava passando e que se refletia na vida de cada pessoa. O arrazoado apelava também para as razões que teriam levado à morte Getúlio Vargas, o qual, postulando seu sacrifício, deixar uma mensagem registrada em carta-testamento. Segundo tal justificativa, Getúlio tinha decidido morrer para que o povo despertasse; por isso, convocava todos os brasileiros para a luta contra a espoliação internacional de nossa pátria, pois a exploração internacional era a origem das injustiças, dos sofrimentos, das angústias e da pobreza, que tornavam a vida humana insuportável no país. São palavras do texto:

Hoje, ninguém mais nos ilude, porque sabemos que os preços sobem, que a inflação se acelera, que não vêm as reformas, que nosso povo se marginaliza e tem de lutar desesperadamente para sobreviver e que a nossa própria soberania se degrada, em consequência do monstruoso processo espoliativo, do saque internacional que leva para fora de nossas fronteiras os frutos do trabalho e da produção do povo brasileiro. Uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até os negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Essa minoria é hoje o que podemos chamar de antipovo, de antinação.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Cartilha, op. cit.

Esse controle, esses grupos e pessoas a quem o texto se refere também seriam obstáculos às reformas e não deixariam vingar os interesses nacionais, pois isso significaria a libertação do povo e o fim dos privilégios. O texto argumentava que a vida do povo estava cada vez mais difícil, o custo de vida aumentava, a crise econômica e a elevação dos preços eram fatores do empobrecimento social do povo brasileiro.

Essa situação social levaria a um desfecho singular. O povo começaria a promover intensas manifestações sociais de inconformidade, tais como protestos, lutas por reajustes salariais e vencimentos, greves, choques no campo, alastramento da luta nacionalista. O antipovo, a maioria privilegiada e dominante, iria reagir às manifestações populares em defesa de seus privilégios, apertando o cerco, procurando manter o controle da situação. Essa minoria que controlava o povo classificava a maioria de agitadores, extremistas, radicais, subversivos, fidelistas, comunistas, entre outras denominações.

Para reprimir o povo, as autoridades estabeleceram o Estado de Sítio, por meio do qual procuraram restringir as liberdades públicas e individuais, classificando-o como medida para um governo forte, para o golpe e a ditadura. Em seus discursos defendiam sempre que tais medidas destinavam-se à defesa da ordem, da democracia, do desenvolvimento econômico, da liberdade, da família brasileira e da tradição cristã. O texto do documento trazia:

Ordem para esta minoria é a ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo; em matéria de liberdade, a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios; família, sim, desde que não se trate da família do povo, degradada pela crise, pela angústia, pela fome e a doença, pela mortalidade e pela injustiça social; e tradições cristãs, também como se Cristo tivesse surgido no mundo como um homem de negócios ou com privilégios do patriciado romano e não de uma família de operários, como se o filho de Deus tivesse vindo à terra para confraternizar em festins e bons negócios com os espoliadores romanos que então dominavam e oprimiam o povo hebreu.¹⁵⁹

Segundo o texto, para o povo brasileiro, nada disso deveria importar; eram tantas as injustiças que já vinha sofrendo, que nada poderia impedir que defendesse o país, bem como todos os seus direitos. Eram sabedores de que, sem justiça social, somente ocorreria a submissão, o atraso, a marginalidade, a exploração do homem pelo homem, e, sem emancipação social, não haveria uma verdadeira soberania nacional. Cada cidadão deveria, portanto, decidir se estava com o povo ou com o antipovo; se seria patriota ou traidor.

¹⁵⁸ Cartilha, *Organização dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*.

¹⁵⁹ Op. cit.

Todos os discursos e ações realizadas eram no sentido de esclarecimento da nação, dos setenta milhões de brasileiros, sobre o momento histórico pelo qual o país estava passando. Naquele momento, todas as organizações expressivas, como sindicatos de trabalhadores, estudantes e camponeses, líderes populares, intelectuais, muitos militares estavam empenhados numa tarefa: “[...] milhões e milhões de brasileiros esclarecidos e inconformados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma coisa, clamando por uma tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização, que viria justamente do impulso, e canalizar a força invencível que representa o povo mobilizado.”¹⁶⁰

A mobilização da população era a grande meta daquele momento, e uma tarefa urgente e imprescindível, pois “povo desorganizado é povo submetido”.¹⁶¹ Cada um deveria assumir uma posição, e a organização era a grande palavra de ordem no momento. O documento apelava para “a iniciativa de cada um, ao gênio criador de nosso povo, à sua própria capacidade de organização”.¹⁶²

Foi a partir dessa tomada de consciência do povo, do esclarecimento sobre a situação e a necessidade de organização, que se criaram os Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, divulgados através da Rádio Mayrink Veiga e das demais emissoras da “Rêde do Esclarecimento”¹⁶³ [sic]. Esses se reuniam numa organização simples, ao alcance de todos, mesmo nas áreas ou localidades mais isoladas e distantes, o que possibilitava a articulação e a reunião de imensos contingentes da população brasileira em organizações existentes como:

FMP (Frente de Mobilização Popular), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Sindicatos, UNE (União Nacional de Estudantes) e suas organizações, organização dos SEMTERRA, e “LIGAS CAMPONESAS” e outras organizações locais ou regionais, dentro do objetivo de consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares, de todos os getulistas e trabalhistas que se consideram convocados pela CARTA DE VARGAS [...].¹⁶⁴

¹⁶⁰ Cartilha, op. cit.

¹⁶¹ Op. cit.

¹⁶² Op. cit.

¹⁶³ Op. cit.

¹⁶⁴ Ibid.

Homens e mulheres do Brasil foram convocados a lutar pelas reformas de base e pela libertação do povo da espoliação internacional. A idéia da organização do Grupo dos Onze Companheiros inspirou-se na situação pela qual estava passando o país. A organização popular deveria acontecer para que ocorressem a compreensão do povo e a possibilidade da unificação; nesse sentido, o futebol foi o exemplo de organização tomado, pois era conhecido e difundido, bem como praticado em todo o território nacional:

Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e, dentre eles, um é escolhido para capitão ou comandante da equipe; todos sabem, neste caso, deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos.¹⁶⁵

A força da expressão “equipe” era um exemplo, pois valia muito mais pela coesão, pelo trabalho de conjunto. Essa exemplificação a partir do futebol estava ao alcance de todos, pois tinha significação, funcionalidade e denotava ações organizadas, uma vez que as pessoas não poderiam mais falar, pensar ou agir individualmente, ou em grupos reduzidos. Esses, por sua pequena composição ou por sua atuação restrita, não alcançavam grandes objetivos, ao contrário daqueles a que se propunham, os Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas. Consta no texto:

Um grupo de onze companheiros pode parecer pequeno dado o grande número, os milhões e milhões de patriotas e nacionalistas existentes, em nosso País, e dispostos a cumprir as tarefas que a Pátria comum está exigindo de nós. Pode parecer pequeno, mas também pequeno é um simples tijolo. E é exatamente com pequenos tijolos reunidos, somados, interligados, cada um com sua função e adequadamente dispostos é que se fazem as construções ou se complementam os grandes edifícios de concreto armado [...]. Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos de sua vizinhança (em primeiro lugar), de fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um “Grupo dos Onze”, reunir-se e fundar a organização.¹⁶⁶

Para Diunysio Cerutti, acusado de datilografar o cabeçalho das listas para formar o Grupo dos Onze em Frederico Westphalen, a definição sobre a organização poderia ser explicada assim:

A Organização dos “Grupos dos Onze” era de base popular, de conteúdo fundamentalmente democrático, porque com uma finalidade expressa, aberta, pública, de lutar contra e qualquer golpe, qualquer interrupção da ordem constitucional e de bater-se por uma democracia autêntica e pelas reformas de base.

¹⁶⁵Caderneta intitulada, “Organização dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”.

¹⁶⁶Caderneta intitulada, op. cit.

Não era uma organização clandestina. Era uma organização aberta, pública. Não havia nenhuma organização escusa, nem uma organização secreta nacional ou internacional. Puramente de conteúdo nacionalista e democrático.¹⁶⁷

Assim, seguindo as orientações e escutando as palestras pela “Rede do Esclarecimento”, cuja veiculação se transformou em tarefa obrigatória da Rádio Mayrink Veiga, às sextas-feiras, a partir das 21h30min, após a meia-noite, também nas sextas-feiras eram lidas as comunicações enviadas pelos companheiros dos Comandos Nacionalistas, bem como eram passadas instruções para as atividades da organização.

Tratando do Grupo dos Onze, o general de Divisão do Exército Adolpho João de Paula Couto,¹⁶⁸ na obra *Revolução de 1964: a versão e o fato*, através de documentos secretos cuja fonte não especifica, explica que Brizola pretendia fundar o Exército Popular de Libertação. Escreve Couto que as instruções secretas das quais faz uso eram assinadas por uma instituição chamada “Comando Supremo da Libertação Nacional”.

Os Grupos dos Onze, para Couto, seriam a Vanguarda avançada do movimento revolucionário, a exemplo da Guarda Vermelha e da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética. Ainda segundo Couto, os participantes dos Grupos dos Onze deveriam ser bem selecionados por serem autênticos revolucionários, que não temiam a própria morte. Couto fazia referência ao *Paredón Cubano*, processo em que os inimigos contrários às idéias pregadas por Brizola deveriam ser sumariamente fuzilados a fim de que não denunciasses seus opositores.

Couto cita instruções secretas nas quais constavam os dois primeiros objetivos dos Grupos dos Onze:

Os Grupos dos Onze Companheiros têm por finalidade precípua servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário que libertará o país da opressão capitalista internacional e de seus aliados internos, com a finalidade de instituir no Brasil um governo do povo, pelo povo e para o povo. Os G-11 serão, como foi a “Guarda Vermelha” da Revolução Socialista de 1917 da União Soviética – da qual seguirá o vitorioso exemplo – os agentes e aríetes da libertação do nosso povo do capital espoliativo norte-americano.¹⁶⁹

¹⁶⁷ CERUTTI, Diunysio. Definição para a organização dos Grupos dos Onze, cujo embasamento teórico retirou da revista *O Cruzeiro*, de 11 jul. 1964, o qual foi entregue para Elenice Szatkoski em 18 jan. 1996. O estado emocional de Diunysio Cerutti não permitiu que prestasse depoimento.

¹⁶⁸ COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

¹⁶⁹ Caderneta intitulada. “Organização dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”.

O autor expõe que a intenção de Brizola era ser candidato à presidência da República, porém, contrariado por Jango, criara o movimento para a organização da revolução armada, uma luta fratricida no Brasil, cujas ações seriam seqüestro, mortes, atentados. Quanto ao apoio recebido por Brizola no movimento de 1964 pela “Quarta Internacional Trotskista”, Couto assevera que se devia à posição contrária ao imperialismo e ao capitalismo. Couto trabalha conforme sua posição de general em relação ao golpe de 1964, questionando a versão apresentada por pessoas perseguidas, torturadas, e outras contrariedades referentes ao episódio, mas não faz citações da origem dos documentos por ele trabalhados.

Nesse sentido, o Rio Grande do Sul constituiu-se em berço de inúmeros Grupos dos Onze ou Comandos Nacionalistas, que existiram em várias regiões, como a região do Médio Alto Uruguai, o que discutiremos em capítulo à parte. Essa organização teve, inicialmente, duas denominações, pois o nome definitivo seria escolhido entre as pessoas que organizaram os referidos grupos e que enviavam as sugestões de nomes ao comando geral, a cargo de Leonel de Moura Brizola, no Rio de Janeiro; a preferência, no entanto, apontava para “Comandos Nacionalistas”, que passou a constar em alguns documentos oficiais, e “Grupo dos Onze”, como tais grupos ficaram mais popularmente conhecidos.

4 OS GRUPOS DOS ONZE NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI

Sua participação na formação dos chamados Grupo dos Onze foi confeccionar, a pedido de diversos, listas para a formação do dito grupo, que as datilografava em horas fora do expediente, na Cooperativa Tritícola deste município. Que acreditava que a formação dos grupos era para dar apoio às reformas de base pregadas pelo Sr. Leonel Brizola.

Diunisyo Domingos Cerutti

4.1 O IPM é instaurado em Frederico Westphalen

O pronunciamento do vereador Ênnio Flôres de Andrade no dia 22 de maio de 1964 motivou o inquérito realizado no município de Frederico Westphalen, no qual os supostos envolvidos foram ouvidos pela Brigada Militar, pela Polícia Civil e pelo Exército.

Após o envio dessa acusação ao Exército, assim registrou o major da Cavalaria encarregado do inquérito policial militar (IPM):

Seguimos para Frederico Westphalen, aonde chegamos por volta das 17 horas. Falamos com o Prefeito, Sr. João Muniz Reis, que providenciasse alojamento, com o Tenente Heitor, da J A M e com o Delegado, Sr. Áureo Pereira. Durante o fim do dia e a noite do dia 17, nos acomodamos no hotel. Procuramos dar uma demonstração de força, colocando patrulhas, digo, patrulhas pela cidade, desde a noite do dia 17, durante todos os dias, portanto houve patrulhas (de manhã, à tarde e à noite). No dia 18, pela manhã, tomamos contato com os diversos casos de agitadores, os “GRUPOS DE ONZE” e começamos a ouvir vários indivíduos, quase todos ignorantes.¹⁷⁰

Os inquéritos policiais militares fizeram parte do grupo de forças repressivas criado pelos governos militares na implantação da ditadura militar. Com base no artigo 8º do Ato Institucional nº 1, Castelo Branco publicou, no dia 27 de abril de 1964, o decreto-lei nº 53 897, que criava e regulamentava os IPMs. Nilson Borges Filho relata: “Com a instalação dos diversos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), o Governo Militar instituía o mecanismo

¹⁷⁰ Justiça Militar Federal – Santa Maria - RS. Arquivo particular do advogado Ismael Dalpiva, o qual se dedica na região a causas indenizatórias dos crimes do regime militar. Ano de acesso à documentação para pesquisa 1998. Conforme consta na cópia do Relatório do Ministério da Guerra – III Exército – 1ª Divisão de Cavalaria – 7º G Can 75 A R.

legal que buscava eliminar ‘o inimigo interno’, como primeiro passo para a implantação do Estado de Segurança Nacional.”¹⁷¹

No caso específico de Frederico Westphalen, o IPM esteve a cargo do major Raimundo Rodrigues Sobrinho e do primeiro-tenente Manoel Odofrido Gama Junior, o qual desempenhou a função de escrivão. Nesse sentido, Maria Helena Moreira Alves explica: “Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de fato para o grupo de coronéis designados para coordenar ou chefiar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um Aparelho Repressivo (AR) em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais linha dura dentro do Estado de Segurança Nacional.”¹⁷²

Borges Filho, ainda tratando sobre o papel desempenhado pelos IPMs, registrou:

Na maioria dos casos, as conclusões dos IPMs não se respaldavam em qualquer base jurídica; ao contrário, os responsáveis pelos inquéritos se utilizavam de critérios pessoais para justificarem as punições. O testemunho da opinião pública era, regra geral, o único elemento em que os chefes dos IPMs fundamentavam suas decisões. [...] De 1964 a 1968, dos diversos IPMs instalados, foram baixados 40 atos punitivos, atingindo 3.720 pessoas com perda dos direitos políticos [...]¹⁷³

Todos os cidadãos inquiridos¹⁷⁴ em Frederico Westphalen foram delatados através da denúncia do vereador Ênnio Flôres de Andrade, ou citadas pelo tenente Heitor, responsável pela Junta Militar local, ou, ainda, pelo próprio prefeito municipal, João Muniz Reis, bem como nomes que estavam nas listas para solicitação de recontagem de votos da eleição municipal de 1962, também para organização dos Comandos Nacionalistas. No mesmo relatório, o major Raimundo Rodrigues Sobrinho mandou escrever:

Ainda na manhã do dia 18, compareceu à delegacia onde estávamos, o Sr. DANIEL FREITA DE OLIVEIRA, defendeu-se a todo o pano e, quando lhe disse à queima roupa que era fichado no DOPS, mostrou-se surpreso, dizendo que iria a Porto Alegre verificar autenticidade desse fato, foi então que fiz um ofício [...] apresentando-o na DOPS. Logo que saiu, consegui um contato, via rádio, com a DOPS e fiquei sabendo que, na realidade, ele não era fichado [...] em conversa com o Tenente Heitor, que o nome deste vereador havia sido mandado por ele (Ten. Heitor) para o III EXÉRCITO, como elemento suspeito.¹⁷⁵

¹⁷¹ BORGES FILHO, *Os militares no poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994. p. 102.

¹⁷² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 57.

¹⁷³ BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. 1994. p. 102.

¹⁷⁴ Ver ficha dos inquiridos no Anexo VIII.

¹⁷⁵ Justiça Militar Federal. Arquivo particular do advogado Ismael Dalpiva, o qual se dedica na região a causas indenizatórias dos crimes do regime militar. 1998

O relatório registra, ainda, que Daniel não mais regressara à delegacia, devendo ter ficado detido no Dops para onde fora a fim de saber se as acusações a seu respeito eram cabíveis.

As indagações dos militares a todos os que foram inquiridos centravam-se em saber se as pessoas eram conhecedoras das assinaturas coletadas em listas para formar o Grupo dos Onze, bem como quem seriam as lideranças desses grupos. Outro aspecto levado em consideração pelo poder militar era se seriam mandadas armas para os grupos e se o seriam pelo deputado Leonel Brizola. O Exército também indagava sobre uma possibilidade de reforma agrária na qual as terras dos ricos seriam tomadas e distribuídas aos pobres. Também indagava sobre a cooperativa, procurando saber quem confeccionar a lista dos onze e, sobretudo, se Vitalino Cerutti era o chefe dos Grupos dos Onze em Frederico Westphalen.

Em depoimento para a Brigada Militar no dia 29 de maio de 1964, Vitalino Cerutti disse que, embora militante do PTB, jamais tomara parte de qualquer movimento de caráter subversivo, a exemplo da formação dos chamados Grupos dos Onze, dos quais tinha conhecimento por intermédio da imprensa falada e escrita. Disse ainda que, levando em conta a sua formação religiosa, nos últimos tempos discordava frontalmente das idéias de Leonel Brizola e reafirmou “nunca ter aliciado elementos para a formação dos chamados Grupos dos Onze, sendo que certa vez foi pelo Sr. Bispo local, advertido dos perigos que poderiam advir na formação dos chamados grupos dos onze”.¹⁷⁶

Ao ser indagado se sabia que seu irmão Diunysio Cerutti confeccionar listas da formação de Grupos dos Onze na cooperativa, declarou “desconhecer se seu irmão Diunysio confeccionava listas da formação de Grupos dos Onze na cooperativa onde o mesmo trabalhava”.¹⁷⁷ Entretanto, segundo Ivan Cerutti, filho de Diunysio Cerutti, seu pai confeccionava tais listas:

Meu pai foi levado preso, a prisão se localizava atrás da prefeitura velha. Todos juntos, inclusive, para fazer as necessidades fisiológicas pelo fato de o recinto ser muito pequeno, enquanto tomavam o depoimento dos outros presos políticos, o castigo para meu pai, foi o de ficar se equilibrando com os pés em cima de dois tijolos dentro do sanitário, chamado de “patente”, improvisado durante horas e não poderia se desequilibrar, pois senão cairia nas fezes que ali se depositavam... (lágrimas). Emociono-me ao lembrar disso, pois tinha apenas 12 anos, era um garoto. Fui levar alimentação para meu pai e me escorraçaram de dentro da

¹⁷⁶ CERUTTI, Vitalino. Depoimento dado à Brigada Militar, destacamento de Três Passos em 29 maio 1964, conforme consta no IPM (Inquérito Policial Militar) 2002/65. Os IPMs juntavam depoimentos da Polícia Civil, Brigada Militar e Justiça Militar 3ª Auditoria da 3ª CJM de Santa Maria - RS.

¹⁷⁷ CERUTTI, op. cit.

prefeitura velha, fui empurrado, e a marmita que minha mãe tinha preparado caiu no chão. Uma professora passou, me viu e me mandou ir embora, foi um gesto humano, pois vi meu desespero. Quando os presos tomavam banho de sol, pessoas ilustres da comunidade, inclusive compadres do meu pai, passavam e xingavam eles, chamando-os de macacos, pois estavam todos agachados próximos à cerca do pátio da prisão. Quando foi instaurada a revolução de 1964, os sinos da Catedral tocaram, saudando a revolução, numa atitude de concordância e fortalecimento da ditadura que se instalava e para anunciar que o Brasil tinha se livrado dos comunistas. Após anos de ditadura, quanto da reabertura democrática, fui até a Catedral, para tocar os sinos pela volta da democracia, porém fui impedido, têm pessoas vivas que podem confirmar isso.¹⁷⁸

Para muitos militantes, especialmente do PTB, como José Balestrin, que convidara Luís Maskeski para integrar o Grupo dos Onze, a formação do grupo consistia em uma possibilidade de defesa do governo federal para a garantia das reformas, entre as quais estava a distribuição de terras.¹⁷⁹ Questionado sobre de quem seria a idéia da formação do Grupo dos Onze no município de Frederico Westphalen, Balestrin explica: “A idéia para a criação do Grupo dos Onze foi iniciativa própria, uma vez que ouvia as palestras do Brizola e do Jango, a união de grupos para ver a grandeza do Brasil, sob a direção de líderes nacionalistas do quilate dos referidos políticos, mas que não tem nada a ver se os mesmos descambavam para a esquerda.”¹⁸⁰

Para José Balestrin, a postura de esquerda adotada por Leonel Brizola nos seus discursos não era aceita pelo depoente. O inquirido relatou ainda “que ligeiramente trocou idéias com Diunysio Cerutti sobre a criação dos grupos, mas nada de positivo ficou acertado, pela falta de união dos elementos do PTB neste município”.¹⁸¹ E concluiu dizendo: “Nas últimas palestras do deputado Leonel Brizola, verifiquei, que ele pregava abertamente a revolução, que o Grupo do Onze seria para tomar parte ativa com a que o depoente não concordaria sob hipótese alguma, mais uma razão para que suspendesse a sua idéia de fundação dos referidos grupos.”¹⁸²

Como vimos anteriormente, Diunysio Domingos Cerutti, que prestou um de seus depoimentos no dia 28 de maio de 1964, foi acusado de ter confeccionado no escritório da cooperativa o cabeçalho das listas dos onze ou Comandos Nacionalistas. O depoimento de Diunysio foi registrado nestes termos: “Sua participação na formação dos chamados Grupo

¹⁷⁸ CERUTTI, Ivan Benhur. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski no dia 24 jan. 2002.

¹⁷⁹ BALESTRIN, José. Depoimento que consta no IPM datado de 27 maio 1964. José Balestrin era comerciante, proprietário do Bar Harmonia; após o IPM, saiu do Brasil, passando a residir na Argentina por longo período.

¹⁸⁰ BALESTRIN, op. cit.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid.

dos Onze foi confeccionar, a pedido de diversos, listas para a formação do dito grupo, que as datilografava em horas fora do expediente, na Cooperativa Triticola deste município. Que acreditava que a formação dos grupos era para dar apoio às reformas de base pregadas pelo Sr. Leonel Brizola.”¹⁸³

O cabeçalho das listas datilografadas por Diunysio e enviadas ao deputado federal Leonel Brizola era o seguinte:

Os abaixo-assinados, trabalhistas e perrepeistas¹⁸⁴ autênticos desse município, ainda inconformados com o resultado do pleito de dez de novembro, solicitam a interferência no sentido da recorrer e acompanhar Corte Superior, recontagem urnas apuradas realizadas exclusivamente, elementos adversários antecedida de suborno, coação oficial. Povo sente-se espezinhado, lavrando descontentamento geral, pois sente-se esbulhado vitória líquida e certa de Vitalino Cerutti. Se perdurar atual situação, poderão surgir graves incidentes, motivo de perseguições. Estamos organizando inúmeros “Comandos Nacionalistas” visando dar cobertura heróica campanha vossência.¹⁸⁵

É importante observar que, no cabeçalho da lista, havia duas referências: a primeira fazia apelo à recontagem dos votos da eleição para prefeito de Frederico Westphalen de 1962 e a segunda era a formação de “Comandos Nacionalistas”. Isso levou a inúmeras declarações no sentido de que os assinantes estariam dando aval para uma ou outra solicitação, porém o que percebemos é que eram feitas duas solicitações em uma listagem cujas assinaturas passavam de onze pessoas e onde constavam também alguns nomes de mulheres, demonstrando envolvimento político também por parte do sexo feminino. No depoimento de Odário José de Cimas lemos:

Que efetivamente assinou uma lista referente à formação dos chamados Grupos dos Onze, lista essa lhe foi entregue pelo seu vizinho de nome Daniel de tal, que seria chefe do grupo. Que ignorava as verdadeiras finalidades do referido Grupo dos Onze e que segundo o Sr. Daniel, o mesmo destinava-se a dar apoio às reformas de base, pregadas pelo Sr. Leonel Brizola e organizaram-se em cooperativas a fim de serem auxiliados pelo Governo Federal.¹⁸⁶

Percebemos nos depoimentos a importância do rádio, meio de comunicação que não estava ao acesso de todos, mas pelo qual as pessoas, reunidas nas casas dos que o tinham, escutavam o pronunciamento da autoridade, que era o ex-governador Leonel

¹⁸³ CERUTTI, Diunysio. Depoimento que consta no IPM, datado de 28 maio 1964.

¹⁸⁴ O PRP de Frederico Westphalen tinha membros que deram apoio à candidatura de Leonel Brizola a governador em 1958, bem como Henrique Caovilla (PRP), que foi vice na chapa de Vitalino Cerutti do PTB.

¹⁸⁵ CERUTTI, Adjalmo. Documento do arquivo pessoal de Adjalmo Cerutti, filho de Vitalino Cerutti.

Brizola, então ocupando o cargo de deputado federal e cuja oratória tinha ampla aceitação. Assim foi o conteúdo do depoimento de José Alves de Oliveira:

Pertence ao PTB, e que sempre trabalhou para seus candidatos, mas que, nos últimos acontecimentos políticos, não tomou parte em coisa nenhuma. Era comandante do Grupo dos Onze, assumiu o referido comando por instruções recebidas através da rádio Mayrik Veiga, sem interferência de quem quer que fosse, organizou uma relação, que foi datilografada por Domingos Piovesan, a qual foi preenchida com onze nomes e remetida à rádio Mayrik Veiga, subscrita com o nome o Deputado Leonel Brizola. Apenas recebeu um telegrama do deputado Leonel Brizola, uns quinze dias antes do movimento, e que o mesmo dizia ao depoente que aguardasse instruções por carta, carta esta que não recebeu até a presente data.¹⁸⁷

Para José Alves de Oliveira, a finalidade da lista dos onze era a organização de uma sociedade que considerasse os direitos do povo, como um sindicato ou outra instituição. Após a deposição do governo do estado, verificou que a organização tinha um caráter subversivo, com o qual não concordava, e tratou de dissolver o grupo, que somente existia no papel, pois seus membros nunca tinham chegado a se reunir.

Ignácio Pietrovski foi depoente no dia 28 de maio de 1964, quando relatou que, no dia 6 de março do ano de 1964, encontrava-se em Porto Alegre a serviço e, aproveitando a ocasião em que o deputado Leonel Brizola palestrava na sede do diretório do PTB, fora escutá-lo. Então, ao entrar na portaria, um cidadão identificara-se como repórter do *Jornal Panfleto* e, sabedor da cidade de origem de Ignácio, convidara-o para ser representante do periódico no município. Ignácio fora também apresentado ao deputado Leonel Brizola, que, nessa ocasião, lhe dissera para fazer parte do Grupo dos Onze, que tinha a finalidade de unir os companheiros para um caso de emergência, e que deveria distribuir material entre os correligionários do município. Declarou Ignácio: “Não formei grupos, mas sim distribuí os materiais recebidos em Porto Alegre, jornal *Panfleteo*, cartazes, mensagens do deputado Brizola e o estatuto do Grupo dos Onze.”¹⁸⁸ Em depoimento, Ignácio disse ainda que “a finalidade principal era de natureza comercial, pois recebia determinada comissão na angariação de assinaturas para o jornal”.¹⁸⁹

Os peerrepistas que haviam dado apoio ou feito coligação com mais empenho para a candidatura de Vitalino Cerutti também foram chamados a prestar esclarecimentos sobre a possível formação do Grupo dos Onze, como foi o caso de Ireno Arno Arend,

¹⁸⁶ CIMAS, José Odário de. Depoimento que consta no IPM, datado de 28 maio 1964.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, José Alves. Depoimento que consta no IPM, datado de 29 maio 1964.

¹⁸⁸ PIETROVSKI, Ignácio. Depoimento que consta no IPM, datado de 28 maio 1964.

¹⁸⁹ PIETROVSKI, Depoimento que consta no IPM, datado de 28 maio 1964.

que participava da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e que deixara de pertencer a ela por acreditar que tinha caráter comunista. O depoimento de Arend foi assim registrado: “Filiado ao PRP, entretanto foi candidato da coligação PTB/PRP, tendo concorrido pela legenda do PTB, não tomou parte ativa em nenhum, limitando-se a trabalhar pela candidatura do Sr. Vitalino Cerutti à Prefeito Municipal, tem conhecimento do chamado Grupo dos Onze por intermédio da rádio, diz ser protestante e que não aceita de maneira alguma a ideologia comunista.”¹⁹⁰

Alcides Antônio Bernardes,¹⁹¹ em seu depoimento, disse que nunca estivera envolvido nos últimos acontecimentos políticos, nem no chamado Grupo dos Onze. Recebera uma relação de um parente de nome Júlio Dalanora e conseguira mais ou menos umas 24 assinaturas. Todavia, tal lista era destinada ao deputado Leonel Brizola, solicitando que intercedesse junto ao Tribunal Eleitoral a fim de que fosse realizada a recontagem dos votos do PTB da eleição de 1962 no município. Somente mais tarde é que “[...] ficou sabendo que a lista era para a formação do Grupo dos Onze e para o afastamento do Monsenhor Vitor. Teve conhecimento do Grupo dos Onze, através da rádio e das palestras de Brizola [...] devido a sua formação religiosa nunca concordou com a orientação dada pelo Brizola, que, a seu ver, estava errado”.¹⁹²

É notória, nos depoimentos, a tentativa das pessoas, no momento em que se viram frente à Justiça Militar ou Civil, de se justificarem de alguma maneira para fugir da repressão, através de declarações negando o conhecimento dos fatos e o envolvimento com pessoas que eram expressões políticas municipais ligadas ao PTB. Observamos um grande número de depoimentos em que os depoentes mencionam terem votado no candidato Vitalino para a prefeitura municipal, aí estava toda a chave da repressão, pois Vitalino e o PTB local haviam questionado a lisura do processo eleitoral de 1962. Emílio Dal Piva confessou: “Assinou a lista que o Sr. Astórico Garcia lhe trouxe e que, segundo ele, destinava-se à recontagem de votos. Ignorava a formação dos chamados Grupos dos Onze. Nunca foi convidado para fazer parte de qualquer grupo. Votou no Sr. Vitalino Cerutti e era amigo do mesmo, no entanto nunca autorizou a usar seu nome em política.”¹⁹³

Beijamim Dalpiva, filho de Emílio Dalpiva, foi inquirido e preso em 1964 sob a acusação de fazer parte de movimentos comunistas na região, bem como de pertencer ao

¹⁹⁰ AREND, Ireno Arno. Depoimento que consta no IPM, datado de 28 maio 1964.

¹⁹¹ BERNARDES, Alcides Antônio. Depoimento que consta no IPM, datado de 27 maio 1964.

¹⁹² BERNARDES, op. cit.

Grupo dos Onze. As prisões foram feitas pelo Batalhão da Brigada Militar de Três Passos nos dias 27, 28 e 29 de maio de 1964; os detidos foram mantidos presos em um cubículo, que se denominava Cadeia da Delegacia de Polícia do Município de Frederico Westphalen, que funcionava junto à prefeitura municipal, em local de acesso. Dalpiva relata:

A perseguição política é braba. Chegaram na minha casa com três jipe do Exército. Entravam como bichos na casa. Tinha filha com 40 dias. Procuravam até as facas da cozinha. Viraram até os colchões. Prenderam uma arma de caça. Na residência do Dr. Ênio Flôres de Andrade, encontraram armas. Naquele período levaram 35 pessoas para a cadeia, as pessoas eram inocentes da vida, não sabiam por que estavam sendo tratadas daquela forma; somente quando se encontravam, conversando, é que começavam a entender. A cadeia era de madeira, atrás da prefeitura velha; era o tempo de *Corpus Cristi*, dia 28 de maio de 1964. Giusto Damo, que era PTB, proprietário do frigorífico Damo, mandou pão e salame para todos nós. Todos os indiciados eram oponentes do prefeito João Muniz Reis. Os comícios do PTB eram lotados de pessoas, as mulheres também participavam. O grande poder do PSD vinha da aliança que ele tinha com a Igreja. Na rádio, o padre Vitor advertia os fiéis sobre o voto. Existiam pessoas pagas pelo PSD para gritarem “paredão, paredão” e a palavra “comunista”, se referindo à Revolução Cubana. Foi montado um acampamento do Exército no distrito de Osvaldo Cruz; tinha uma razão especial geoestratégica, pois era o entroncamento de diversas vias que davam acesso aos demais distritos e municípios. Falavam da cooperativa, mas a cooperativa sempre pagava o preço do dia do feijão.¹⁹⁴

Léo Pedroso, motorista do candidato Vitalino Cerutti, tendo trabalhado com Edgar Marques de Mattos, vereador por Frederico Westphalen e deputado estadual, contou-nos que

os perseguidos políticos da região não eram comunistas, pois não tinham acesso às teorias marxistas, não sabiam nada da Rússia de 1917 e não liam sobre Lênin, Trotski ou Stálin. Não poderiam fazer leituras tão elevadas, pois o único com ginásio completo era ele. O que aconteceu foi uma perseguição partidária, pois todos pertenciam ao PTB da época, coordenado por Leonel de Moura Brizola, então governador do Estado do Rio Grande do Sul. Por serem brizolistas, eram caçados como comunistas. Por solicitarem a recontagem de votos da eleição fraudada, foram acusados de formarem Grupos dos Onze. Trabalhávamos pelo PTB, pela política, as relações eram interpessoais, não nos importávamos de sermos chamados de brizolistas, mas de comunistas, sim.¹⁹⁵

No distrito de Vista Alegre, havia dois cidadãos registrados com o nome de Santo Piaia, dos quais um foi interrogado pelo Exército. Por causa de uma confusão no nome, o

¹⁹³ DALPIVA, Emílio. Declaração à Brigada Militar em 28 maio 1964, que consta no IPM.

¹⁹⁴ DALPIVA, Bejamin. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski em 24 jan. 2002.

¹⁹⁵ PEDROSO, Léo. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski, em Vicente Dutra, em 1997. Publicada no jornal *Alto Uruguai*, matéria no Caderno Especial, com o título de “Brizolista, sim; comunista, não!”, 25 out. 1997. p. 8.

cidadão que era simpatizante do PSD, nas eleições de 1962 para prefeito, teria votado em candidatos do PTB; já o outro Santo Piaia votara e era simpatizante do PTB.

O militante do PSD Vitório Piaia¹⁹⁶ ignorava qualquer movimento com relação ao chamado Grupo dos Onze, porém, na última eleição municipal, teria votado no candidato do PTB porque acreditava que era o melhor; nunca fora convidado a fazer parte de nenhum grupo. Declarou que era pai de família e jamais aceitaria a ideologia comunista. Santo Piaia manifestou-se dizendo: “Em relação ao chamado Grupo dos Onze, nada tem a declarar; é eleitor do PSD, no entanto votou no Sr. Vitalino Cerutti, nas últimas eleições, pois acreditava que era o melhor. Nunca foi convidado para fazer parte em qualquer grupo. É católico e jamais aceitaria ideologias comunistas. Jamais lutaria contra seus irmãos brasileiros.”¹⁹⁷

Sobre Luiz Antônio Botezini ficou registrado que assinara uma lista para a formação do Grupo dos Onze a qual lhe fora entregue por Astórico Garcia da Rosa, porém ignorava a verdadeira finalidade do grupo. Afirmou que a informação que lhe fora passada era para a recontagem dos votos da eleição municipal de 1962 e que não era nem nunca fora comunista, que jamais aceitaria tal ideologia, pois era católico e chefe de família.¹⁹⁸

A negação às ideologias comunistas foi outra referência forte nos depoimentos. Percebemos nisso a vocação católica da região, bem como a influência da Igreja no combate ao comunismo e a falta de compreensão filosófica dessa doutrina. O depoimento de Severino Candatem registrou: “Efetivamente pertence ao PTB, no entanto nunca fez parte de qualquer grupo político. Não tem conhecimento da formação do chamado Grupo dos Onze.”¹⁹⁹

Henrique Rossatto²⁰⁰ afirmou que não era filiado a nenhum partido político, mas votara nos candidatos do PTB. Também recebera convite para integrar o Grupo dos Onze, mas nunca chefiara nenhum desses grupos, e a única relação que assinara fora para solicitar a recontagem de votos da eleição municipal de 1962.

José Balestrin aconselhou Luiz Makoski, seu primo-irmão, a deixar de denunciar colonos como pertencentes ao PTB, Grupo dos Onze ou Partido Comunista, a fim de não perder a sua freguesia, pois julgava que não havia comunistas no município. Ao ser

¹⁹⁶ PIAIA, Vitório. Depoimento que consta no IPM, datado de 28 maio 1964.

¹⁹⁷ PIAIA, Santo. Depoimento que consta no IPM, datado de 28 de maio 1964.

¹⁹⁸ BOTEZINI, Luiz Antônio. Depoimento à Brigada Militar, em 28 maio 1964, que consta no IPM.

¹⁹⁹ CANDATEM, Severino. Depoimento à Brigada Militar, em 28 maio 1964, que consta no IPM.

indagado sobre a liderança de Vitalino Cerutti na formação do Grupo dos Onze, respondeu “que não existia tal liderança em absoluto”.²⁰¹

Com referência à existência do jornal *Panfleto* e do “Estatuto” para a formação do Grupo dos Onze, Rodolfo Conterno declarou: “O senhor Ignácio Pietrowski deixou em sua casa um exemplar de cada a fim de ler e fazer uma assinatura do jornal, porém não se interessou e desenvolveu ao Sr. Pietrowski tal material. Declarou, também, que o Sr. Pietrowski lhe dissera que estivera em Porto Alegre e que lá falara com o Sr. Leonel Brizola, que o encarregara de vender assinaturas do *Panfleto*.”²⁰²

Ainda no que tange à entrega do Estatuto para a formação do Grupo dos Onze ou Comandos Nacionalistas, no depoimento de Ignácio Pietrowski consta: “Ao abrir o pacote, nesta cidade, encontrou também, alguns exemplares do Estatuto do Grupo dos Onze. Tentou vender as assinaturas do Jornal *Panfleto*, deixando com algumas pessoas exemplares do jornal e do Estatuto. Conseguiu vender apenas uma assinatura para o Sr. Antônio Boscardin. Durante a conferência, aquele senhor se referiu à formação dos grupos por diversas vezes.”²⁰³

Também vários depoentes registraram que Ignácio Pietrowski distribuía o jornal *Panfleto*, bem como o estatuto para formação do Grupo dos Onze. Nesse sentido José Furlanetto declarou: “Recebeu do Senhor Ignácio Pietrowski um exemplar do Estatuto do Grupo dos Onze, e uma proposta para assinatura do Jornal *Panfleto*, não aceitando porém. Esse material foi apreendido pela polícia local, em sua oficina mecânica dentro de uma gaveta junto com ferros e parafusos, conforme testemunho do Sr. Inspetor de Polícia.”²⁰⁴

Alberto Loose²⁰⁵ afirmou conhecer Vitalino Cerutti, porém desconhecer suas atividades políticas e comerciais. Declarou-se simpatizante do PSD, registrando que Gentil Antônio dos Santos era um extremado petebista, o qual vivia a pregar as idéias de Leonel Brizola e de João Goulart, lutando para converter todas as pessoas que não concordassem com as idéias políticas do primeiro. Isso, para Alberto Loose, eram idéias subversivas, pois o fanatismo que caracterizava Gentil levava-o, às vezes, até o limite das ofensas pessoais. Como Loose, que desconhecia as atividades políticas de Vitalino, outros depoentes

²⁰⁰ ROSSATTO, Henrique. Depoimento à Brigada Militar, em 28 maio 1964, que consta no IPM.

²⁰¹ BALESTRIN, José. Depoimento que consta no IPM, datado de 23 jul. 1964.

²⁰² CONTERNO, Rodolfo. Depoimento que consta no IPM, datado de 23 jul. 1964.

²⁰³ PIETROWSKI, Ignácio. Depoimento que consta no IPM, datado de 23 jul. 1964.

²⁰⁴ FURLANETTO, José. Depoimento que consta no IPM, datado de 23 jul. 1964.

²⁰⁵ LOOSE, Alberto. Depoimento que consta no IPM, datado de 23 jul. 1964.

manifestaram-se dizendo não acreditar que Vitalino Cerutti tivesse sido o mentor intelectual na formação do Grupo dos Onze no município de Frederico Westphalen.

Outro assunto que merece destaque neste estudo são os depoimentos de alguns perseguidos no sentido de terem preenchido uma ficha na Inspeção de Terras para se habilitarem a um pedaço de terras em Nonoai através da reforma agrária. O depoimento de Alziro Camargo menciona esse aspecto: “Disseram que era necessário reunir-se com outros para que isso se concretizasse, fez ele mesmo uma lista do Grupo dos Onze. A lista que fez foi completamente preenchida e entregue ao Sr. Flávio para remeter ao Sr. Leonel Brizola. Lembra-se de alguns nomes das pessoas que assinaram a lista, porém não quer que nenhuma delas seja castigada, pois é ele o único responsável.”²⁰⁶

Quando o assunto é reforma agrária, aparece a declaração de José Liscoski, que, conforme registro do IPM, sendo a quinquagésima segunda testemunha, manifestou o seguinte: “[...] disse que Luiz Jacoboski fez uma lista de Grupos de Onze, porém não sabe se conseguiu assinaturas. Aquele senhor é um elemento arruaceiro, apesar dos muitos conselhos dados pelo declarante que é seu primo-irmão. No momento ainda mais calmo. Declarou que o Sr. Magalski fez também uma lista e conseguiu preencher. Ambos, Luiz Jacoboski e Magalski, estiveram na concentração de Nonoai, para invasão de terras.”²⁰⁷

A reforma agrária foi uma das bandeiras de luta de Brizola como governador do estado do Rio Grande do Sul e também como deputado federal pela Guanabara. Aqui, no Rio Grande do Sul, o ex-prefeito de Nonoai Jair Calixto pertencia à chamada “ala esquerda” do PTB e teve um papel importante na questão da terra no estado. Para entender esse processo, é preciso registrar que, em 1960, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) em Encruzilhada do Sul, organizado pelo prefeito Milton Serres Rodrigues.

Em 1962, o Master articulou a organização de doze acampamentos de agricultores sem terra no estado e realizou dez grandes concentrações, destacando-se dois acampamentos importantes: o da fazenda Sarandi, que consistia numa propriedade de 26 mil hectares, em Nonoai, e o do Banhado do Colégio, em Camaquã. Em Nonoai, os responsáveis pela organização do acampamento, localidade de Rincão da Cascavel, foram o ex-prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres, e o ex-prefeito de Nonoai, Jair

²⁰⁶ CAMARGO, Alziro. Depoimento que consta no IPM.

²⁰⁷ LISCOSKI, José. Depoimento que consta no IPM, datado de 30 jul. 1964, Câmara Municipal de F.W./Exército.

Calixto: “A idéia era fazer o governador Leonel Brizola desapropriar a Sarandi, que pertencia a uruguaiois. Pelo plano, o governador chegaria e desencadearia o processo de insurreição dos acampados. Eles voltariam para casa e depois seriam chamados quando as terras fossem desapropriadas.”²⁰⁸

Essa era a determinação a ser seguida, porém Jair Calixto, articulando-se com João Sem-Terra e outros companheiros, promoveu uma resistência, permanecendo no local como forma de pressão a Brizola, a fim de terem a promessa de assentamento garantido através da reforma agrária.

O governo Ildo Meneghetti deixou a intenção de realizar a reforma agrária somente no papel e ordenou ao coronel da Brigada Militar Ganzolino Guri de Carvalho que montasse um esquema para acabar com os seis acampamentos de agricultores sem-terra que existiam no estado; o principal era o de Passo Feio, em Nonoai, com uma concentração de camponeses sem terra estimada em cinco mil.

Os agricultores sem terra ficaram sitiados, e a situação ficou tensa. O governador Ildo Meneghetti, que sucedeu Brizola, desencadeou um processo de desmonte, perseguição e repressão de acampamentos e lideranças, que, com o advento do regime militar, caíram na clandestinidade, sendo perseguidas. O clima político era tenso, e as manifestações eram as mais variadas, como Giacomo Librelotto declarou: “Ouvii o Sr. Vitalino falar em frente à catedral que o Sr. Meneghetti, Governador do Estado e o Sr. João Reis, Prefeito Municipal, iriam cair dentro de no máximo trinta dias. Que as armas fotografadas por um jornal de Porto Alegre e ditas terem sido apreendidas de elementos do PTB não passavam de armas emprestadas por um futuro genro do Sr. Vergínio Cerutti.”²⁰⁹

Sobre a existência de lista para recontagem de votos, no depoimento de Leonildo Rigo²¹⁰ consta que assinara uma lista no mês de novembro para solicitar a recontagem de votos, a qual, posteriormente, deveria ser remetida a Leonel Brizola. Afirmou ainda que essa lista fora-lhe apresentada por Vitório Argenta, candidato a vereador. Quanto à lista do Grupo dos Onze, não tinha conhecimento algum.

Avelino José Favín²¹¹ declarou ter assinado uma lista para recontagem de votos da eleição para prefeito na qual havia mais ou menos quarenta a cinquenta assinaturas, entre

²⁰⁸ WAGNER, Carlos. *A saga do João Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 18.

²⁰⁹ LIBRELOTTO, Giacomo. Depoimento que consta no IPM.

²¹⁰ RIGO, Leonildo. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²¹¹ FAVIN, Avelino José. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

as quais a de Brizola. Quem lhe apresentara a lista fora Vitório Chimello. Ao saber que a lista era do Grupo dos Onze, procurara a polícia para explicar suas razões, ocasião em que o delegado de polícia respondera-lhe que somente o Exército brasileiro resolveria a sua situação.

A comunidade de Alto Alegre, do ponto de vista de Vitório Chimello, tinha problemas com Alaíde Cocco, que era inspetor de quarteirão. Consta no depoimento desse cidadão: “É a seu ver, o responsável pela denúncia feita, pois persegue os colonos daquela região, porque não acompanham o seu grupo. Declarou também que os moradores de Alto Alegre já fizeram um abaixo-assinado, com aproximadamente 44 assinaturas, dirigido ao Sr. Prefeito, solicitando a retirada do Sr. Alaíde Cocco das funções de inspetor de quarteirão. O prefeito, naquela época, Arisoly Marttelet, não atendeu a solicitação feita.”²¹²

Observa-se nos depoimentos prestados durante o IPM, que os depoentes manifestavam a sua participação na organização dos Grupos dos Onze na confecção das listas, como ouvintes das palestras de Brizola transmitidas pela rádio, na busca pela terra, através da reforma agrária, bem como eram, na sua maioria, militantes do PTB, fato que levou a serem perseguidos pelos líderes dos partidos liberal-conservadores.

4.2 A Cooperativa Tritícola como uma instituição corrupta e subversiva

A Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen foi uma instituição criada em 10 de novembro de 1957, sobre a qual padre Vitor e as demais lideranças do PSD não tinham nenhum tipo de influência. Assim, quando indagado no IPM sobre os elementos que passavam dando “Vivas a Cuba e a Fidel Castro”, Vitalino Cerutti afirmou desconhecer os que o haviam apoiado em sua eleição à diretoria da cooperativa, e que, ao passarem por Taquaruçu, tinham dado vivas a Cuba e a Fidel Castro.²¹³ No depoimento prestado, José Balestrin registrou “não possuir ligação com a cooperativa Tritícola, não sabendo, portanto, de irregularidades ali”.²¹⁴ Já José Furlanetto disse “ser associado da Cooperativa

²¹² CHIMELLO, Vitório. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²¹³ CERUTTI, Vitalino. Depoimento que consta no IPM, datado de 29 maio 1964.

²¹⁴ BALESTRIN, José. Depoimento que consta no IPM, datado de 29 maio 1964.

Tritícola e não tem absolutamente queixa alguma contra a Administração. Atualmente não mais faz transações com a mesma, porque deixou de ser agricultor”.²¹⁵

No depoimento de Augusto Locatelli consta:

É associado da Cooperativa Tritícola e presidente do Sindicato dos Pequenos Produtores. Confirmou que realmente denunciou a carga de feijão ao Fiscal Estadual, feijão esse que não estava devidamente legalizado, o que provocou ser multada aquela cooperativa; foi candidato de oposição, porém, poucos dias antes das eleições, alteraram possivelmente os estatutos e distribuíram para os eleitores dos Cerutti e, dentro da nova caderneta dos estatutos, ia a chapa do Sr. Cerutti. Só podiam votar os portadores da nova caderneta. Muitos dos que votaram eram possivelmente associados “frios”. Durante a assembléia, só teve a palavra o grupo dos Cerutti. Eles mesmos anularam as eleições de dois dos pertencentes ao Conselho Fiscal anteriormente. Sabe o declarante que há movimentos, atualmente para empossarem dois elementos da oposição, em substituição, sendo que, um deles, Sr. Matiuzzi, já está assinando documentos da Cooperativa, e o outro, Anselmo Franciscatto, afirma que não assinará documento nenhum da cooperativa.²¹⁶

Leonildo Rigo, em seu depoimento, manifestou descontentamento, bem como questionou o pagamento do preço do dia que os agricultores não recebiam. A diferença entre o preço do dia da entrega para depósito e o preço do dia em que o pagamento do feijão era feito chamava-se de “retorno”. Tal retorno, que muitos afirmaram não receber, seria motivo de descontentamento de alguns ou de falta de esclarecimento de que o dia do pagamento não era, necessariamente, o dia da venda do feijão ou da entrada do dinheiro do comprador do produto. A manifestação de Rigo no IPM foi de que era sócio da Cooperativa Tritícola há três anos e que deixara de negociar com a instituição porque vendera feijão para a cooperativa, o que, depois de pesado em sua casa, apresentara uma diferença de peso de 38 quilos, o que o desgostara.

Declarou também que era grande a demora para o pagamento do produto e, quando isso ocorria, embora o produto tivesse aumentado de preço, era pago pelo preço antigo. Comparecera à Assembléia da eleição, que julgava não ter sido muito correta, pois havia muita gente do comércio que dizia ter votado, além de outras pessoas que só teriam se associado à cooperativa no dia da eleição, sem mesmo apresentar os documentos exigidos normalmente. Declarou também que, durante os dois anos anteriores, os agricultores haviam entregue seus cereais para depósito, aguardando melhor preço; no entanto, na

²¹⁵ FURLANETTO, José. Depoimento que consta no IPM, datado de 23 jul. 1964.

²¹⁶ LOCATELLI, Augusto Zacarias. Depoimento que consta no IPM, datado de 23 jul. 1964.

ocasião da venda desses produtos, a cooperativa pagara aos depositantes o preço da época do depósito e não o preço do dia da venda.²¹⁷

Lindo Ângelo Cerutti confirmou em seu depoimento as reclamações de alguns colonos. O texto documentado registra: “Quanto à Cooperativa Tritícola, acha que não está cumprindo a sua finalidade, pois, os agricultores reclamam o retorno e os preços pagos pelos produtos porque verifica-se ser o preço mais baixo do que o do comércio local. Ouviu falar muito a respeito do preço pago aos colonos pelo feijão em depósito.”²¹⁸

O depoimento do agricultor Avelino José Favin, nessa mesma linha, documenta reclamações sobre o preço pago pelo feijão depositado na cooperativa: “Não negocia com a cooperativa porque, quando entregavam seus produtos, recebiam somente parte da importância correspondente, e o restante ficava para uma data posterior e, vencido o prazo, era marcada uma nova data etc. Confirma que o preço pago pelo feijão, entregue para depósito, era o mesmo da data do referido depósito e não o do dia da venda do produto.”²¹⁹

Ainda em tom de protesto, Fausto Bortoli afirmou que “muitos colonos reclamam da cooperativa, a questão do pagamento do retorno”.²²⁰ Vários depoimentos, no entanto, mostram outra face da instituição, registrando que a cooperativa fortalecera a união dos agricultores, facilitara as vendas, trouxera-lhe maior assistência, com o que eles puderam passar a adquirir produtos básicos, como tecidos, com preços inferiores aos do comércio local. Esse fato, porém, gerara descontentamento entre outros

comerciantes, que não aceitavam o monopólio que a cooperativa exercia sobre uma parcela de consumidores oriunda do meio rural. O depoimento de Vitório Chimello continha o seguinte teor:

É sócio da cooperativa, negocia com ela e não tem queixa alguma da mesma. Recebia o respectivo retorno, mas ultimamente, não tem procurado o mesmo, pois deixou-o na firma para retirá-lo quando se fizer necessário. Entrega seus produtos e recebe uma parte do dinheiro, e o restante, em outra data marcada. Compra na loja da Cooperativa e tem verificado que o preço das mercadorias é mais baixo que no comércio local. Compareceu à Assembléia que elegeu a atual Diretoria, mas não sabe se realmente foram admitidos sócios de última hora.²²¹

O depoimento de José Alves de Oliveira, na mesma linha do de Chimello, registra:

²¹⁷ RIGO, Leonildo. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²¹⁸ CERUTTI, Lindo Ângelo. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²¹⁹ FAVIN, Avelino José. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964..

²²⁰ BORTOLI, Fausto. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²²¹ CHIMELLO, Vitório. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

É sócio da Cooperativa Triticola, negocia tanto vendendo cereais quanto comprando na loja da mesma. O preço pago pelos cereais é aproximadamente igual ao do comércio local, porém os preços da loja são bem mais baixos. Esteve na assembléia da eleição da nova Diretoria da Cooperativa, não sabe da situação financeira atual da Cooperativa, porém julga que, se não houvesse cooperativa, estavam os colonos muito mal. Nunca recebeu retorno por não ter procurado. Tem no entanto, as notas para receber quando quiser.²²²

Izidoro Zampirolo manifestou-se apenas dizendo “ser filho do sócio da Cooperativa Triticola. Compareceu à assembléia para eleição da nova Diretoria, mas não votou, porque é somente filho do sócio”.²²³

Para Berto da Silva Moraes, a cooperativa também vinha em benefício do agricultor. Em seu depoimento consta: “É sócio da Cooperativa Triticola e acha que a sorte do colono é a sua existência, tanto na venda de cereais como na compra de mercadorias, na loja da mesma. Não compareceu na Assembléia da eleição da nova Diretoria da Cooperativa Triticola.”²²⁴

O vereador Ênnio Flôres de Andrade, oponente político da direção da cooperativa, fez declarações a respeito do comércio ilegal do feijão, assunto que fora tratado, inclusive, pela revista *O Cruzeiro* de setembro de 1962, praticamente dois anos antes dos depoimentos, em razão de a região do Médio Alto Uruguai ter sido classificada como produtora nacional de feijão. Ênnio Flôres de Andrade declarou:

O Sr. Albino Damo, sócio do Frigorífico Sto. Antônio, de Frederico Westphalen, RS, residente em Porto Alegre, estando no Rio de Janeiro, presenciou um oferecimento, por parte da Cooperativa Triticola de Frederico Westphalen, de uma partida de feijão, desde que pagassem Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), por fora, em cada bolsa. Que o Sr. Carlos Müller Rangel, Fiscal Federal de Cereais, declarou, na casa comercial Cerutti Sanvido, que a cooperativa havia vendido a um intermediário, uma partida de feijão, com subfaturamento de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), por bolsa de 60 Kg. Antes das eleições para Presidente da República, em 1960, após preparar a documentação necessária (cartão do agricultor, etc.), solicitou por ofício, sua admissão como sócio da cooperativa. Como não foi atendido, tornou fazer nova solicitação, mas nem assim conseguiu solução para o caso. Resolveu, então, impetrar mandato de segurança, o que não fez devido à eclosão do movimento em consequência da renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros. O mesmo caso aconteceu ao Sr. Lindo Cerutti, residente em Taquarussu.²²⁵

Na continuidade do seu discurso relatou:

²²² OLIVEIRA, José Alves. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²²³ ZAMPIROLO, Izidoro. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²²⁴ MORAES, Berto da Silva. Depoimento que consta no IPM, datado de 26 jul. 1964.

²²⁵ ANDRADE, Ênnio Flôres de. Depoimento que consta no IPM, datado de 1º ago. 1964.

Conversou com vários colonos a respeito do recebimento, do retorno da cooperativa, apurando que a grande maioria não recebia. Como era o caso do Sr. Henrique Graeff e de três dos irmãos Cienta, todos eram sócios da cooperativa, residentes em Taquarussu e venderam, na mesma hora, ao mesmo caminhão da cooperativa, o mesmo tipo de feijão, respectivamente, 50 bolsas e 10 bolsas cada irmão, ao preço de Cr\$ 3.500,00 a bolsa. No entanto, somente o Sr José Cienta, um dos irmão, recebeu a diferença de preço de Cr\$ 1.500,00 por saco. Também relatou o caso de Amaro Peres da Silva, funcionário da Prefeitura, e sócio da Cooperativa Tritícula, o qual, nas vésperas das eleições municipais, ocasião em que a cooperativa estava pagando o retorno aos sócios, procurou também receber, ocasião em que ficou sabendo que seu nome não fazia parte da lista dos que iriam receber o referido retorno.²²⁶

E mais:

Certo número de sócios apresentou um documento com vários quesitos para serem respondidos (pleiteavam), na Assembléia de eleição da nova diretoria, não sendo atendidos. Disse que achava que a Cooperativa deve funcionar, mas com boa administração, pois representa uma necessidade para o colono agricultor. Não existe democracia dentro da Cooperativa, tornando-se aquilo uma oligarquia do Presidente e Gerente. Acha que, para descobrir-se o subfaturamento nas vendas de feijão para o Rio de Janeiro, poderia ser comparado o preço de compra ao agricultor com o preço do dia cotado na bolsa de mercadoria. Além disso, comparar esse preço com o preço de venda no Rio. O quadro social da Cooperativa foi sempre mantido em sigilo.²²⁷

No seu depoimento, João Muniz Reis, do PSD, arquiinimigo de Vitalino Cerutti, preferiu ser mais cauteloso, mencionando os benefícios da cooperativa, a necessidade dela para os colonos, e fazendo observações sobre bens pessoais de Vitalino. Seu depoimento registra:

É sócio da Cooperativa Tritícula. Esteve presente à assembléia que elegeu o Sr. Vitalino Cerutti, por maioria absoluta. Nada sabe a respeito da situação financeira e da Administração da Cooperativa. Não sabe como o Sr. Vitalino Cerutti conseguiu sua fortuna, como desconhece também os métodos adotados por muitas outras pessoas da cidade para enriquecer. Sabe que houve grandes facilidades na Cooperativa, que provavelmente permitiram ganhos particulares. Para ser sócio da Cooperativa, basta ser produtor, pois a associação de encarrega de tirar para o sócio os documentos na Exatoria. Acha ser uma necessidade a existência da Cooperativa, pois é um grande benefício para o colono. Não tem queixas da cooperativa, achando apenas irregular e difícil de entender a razão do não-funcionamento do retorno, necessitando uma sindicância por parte de pessoal técnico. Sabe que houve uma fase difícil na Cooperativa, quando da questão com o SAPS (Secretaria Segurança Pública), do Rio de Janeiro, tendo mesmo sido passado cheques sem fundo pela Administração da mesma.²²⁸

²²⁶ ANDRADE, Ênnio Flôres de. Depoimento que consta no IPM, datado de 1º ago. 1964.

²²⁷ ANDRADE, Depoimento que consta no IPM, datado de 1º ago. 1964.

²²⁸ REIS, João Muniz. Depoimento que consta no IPM, datado de 2 ago. 1964.

Segundo o depoimento de Nerone Campo, que não era sócio da entidade, mas fundador do PL em Frederico Westphalen, partido que sempre se coligara com a UDN e o PSD, os problemas da cooperativa estavam centrados nas porcentagens de lucros que os dirigentes da cooperativa recebiam, além de que ocorriam irregularidades no pagamento dos produtos vendidos pelos colonos para a cooperativa. Não deixando de lado a referência ao PTB, assim ele se manifestou:

Diariamente, é procurado por associados que reclamam a má administração da Cooperativa de tudo, o que acha mais absurdo é o fato de haver sido resolvido em Assembléia, que o presidente, o Gerente e mais um funcionário da cooperativa, absorvessem, além de seus ordenados, mais 37% dos lucros, ferindo, assim, a lei da cooperativa. Pelo que lhe consta, cada um deles, ganhou, em 1963, a quantia aproximadamente de Cr\$ 3.500.000,00, sem levar em conta seus ordenados. Outro fato de seu conhecimento é que o associado vende seus produtos, porém não recebe o pagamento, sendo obrigado a ir várias vezes reclamá-lo. No fim, para se ver livre do associado, a cooperativa entrega-lhe um cheque no valor correspondente, porém com apenas a assinatura do Presidente ou do Gerente, quando, na realidade, o banco só desconta com as duas assinaturas. Sabe, por intermediário de terceiros, pois não é sócio da cooperativa, que nas assembléias não permitem perguntas, e que há discriminação, até mesmo com elementos do PTB.²²⁹

Durante o IPM, Vitalino foi interrogado sobre as porcentagem e os ordenados que o presidente, o gerente e o contador da cooperativa recebiam. O depoimento registra como fala de Vitalino Cerutti:

Como presidente, ainda não recebeu nenhuma porcentagem, pois só é distribuída no fim do exercício financeiro. Recebeu como gerente tais porcentagens por ter conhecimento apenas dos estatutos. Foi um dos organizadores da Cooperativa e trabalhou os três primeiros anos sem remuneração (1958,1959 e 1960). Por orientação do Sr. José Cafruni, da Secretaria de Economia, é que foi resolvido, então, remunerar a administração com uma porcentagem sobre os lucros.²³⁰

O depoimento de Leonel Flores da Rosa segue a mesma linha dos demais componentes dos partidos de oposição a Vitalino Cerutti, ou seja, PL, PSD e UDN, sendo eles o vereador Ênio Flôres de Andrade, o prefeito João Muniz Reis, Nerone Campo e padre Grassi, os quais, aproveitando-se de uma crise econômica pela qual passava a cooperativa, resolveram bombardeá-la com acusações. Outro dado, e fator principal, era a rivalidade política que a cooperativa representava por aglutinar uma grande quantidade de associados. Não podemos perder de vista também que, no ato de fundação da entidade,

²²⁹ CAMPO, Nerone. Depoimento que consta no IPM, datado de 2 ago. 1964.

²³⁰ CERUTTI, Vitalino. Depoimento anexado ao IPM, realizado no dia 13 ago. 1964 na sala de espera da Prefeitura Municipal.

conforme consta nas atas, as maiores cotas haviam sido integralizadas por Vergínio Cerutti e Vitalino Cerutti. Assim, no depoimento de Rosa consta:

Com referência à Cooperativa Tritícula, não conhece a vida administrativa, uma vez que não é sócio e não frequenta as assembléias. O que sabe, por conversas, é que a cooperativa se transforma em casa de comércio de seus dirigentes. Segundo informações, a cooperativa utiliza dois critérios no pagamento do retorno aos associados pagando para uns e deixando de pagar para outros. O pagamento dos produtos aos colonos é feito por cheque, porém apenas o Presidente ou o Gerente assina, quando deveria ser assinado por ambos, para que o Banco desconte. Sabe que havia notas de promessa de pagamento, dadas pelo Sr. Vitalino Cerutti, presidente, datadas para após as eleições municipais e, quando os detentores das notas foram descontá-las, o Sr. Vergínio Cerutti, diretor gerente, escreveu no verso: “Vitalino que a pegue do bolso dele”, pois não reconhecia tais notas. Não sabe se os colonos receberam mais tarde o dinheiro que lhes pertencia. Não é o Sr. Vitalino, nem nunca foi, agricultor, bem como seu tio, Vergínio Cerutti, que são respectivamente, presidente atual e ex-presidente da cooperativa, que é uma entidade feita especialmente para os agricultores. No caso do feijão, a cooperativa comprava a razão de até Cr\$ 4.500,00 a bolsa, enquanto o comércio, na mesma época, chegou a pagar até Cr\$ 7.000,000 a bolsa. Se o comércio pagava esse preço, só poderia estar vendendo nos centros consumidores (Rio e São Paulo), no mínimo, por nove ou dez mil cruzeiros a bolsa. Pelo mesmo preço, deveria, também, estar vendendo a cooperativa. Caso, nos documentos de venda, não conste o preço na base em que vendia também o comércio local, naqueles centros, só poderá ser o caso de subfaturamento, o que é bem provável. A cooperativa comprava feijão de Santa Catarina, tendo sido denunciada pelo Sr. Augusto Locatelli, resultando um processo. Distribuem aproximadamente 38% dos lucros líquidos, entre 3 ou 4 dirigentes, ferindo a Lei das cooperativas. A cooperativa já foi multada por 2 vezes, em aproximadamente 8 e 17 milhões de cruzeiro. Segundo comentários, do seu conhecimento, a cooperativa aluga, desde a época em que o Sr. Vergínio Cerutti era presidente, um prédio deste Senhor, por aproximadamente Cr\$ 120.000,00, para funcionar a Loja e o Escritório quando, também por informações bastaria uma pequena modificação no silo, e tais repartições poderiam funcionar ali, sem ser necessário pagar aluguel. Na campanha eleitoral para Prefeito, a Cooperativa foi utilizada como arma política, não possuindo nenhum funcionário que não fosse do PTB.²³¹

No depoimento de Gentil Mattiuzzi, percebe-se a relação de poder que havia entre Muniz Reis e alguns membros da comunidade, que procuravam o caudilho para aconselhamentos:

Fez parte, na eleição de 25 de Janeiro, da Chapa de oposição, porém como foi reeleito um dos membros do conselho, contrariando os estatutos, assumiu em seu lugar, algum tempo depois da posse da nova Diretoria. Tem comparecido às reuniões do Conselho. Assinou um balancete e, como não sabia se estava certo ou errado, procurou o Sr. João Reis, prefeito municipal, para se informar se era necessário

²³¹ ROSA, Leonel Flores da. Depoimento que consta no IPM datado de 2 ago. 1964. Leonel Flores da Rosa formou-se em direito, militante do PSD; foi prefeito municipal nomeado de Camaquã em 1938; após, foi prefeito do município de Getúlio Vargas entre 1941-1947. Atuou no Legislativo municipal de São Pedro em 1950, pelo PSD, e foi reeleito em 1954. A partir de 1956, estabeleceu residência em Frederico Westphalen exercendo atividades na área do direito, com o cargo de consultor jurídico da Prefeitura Municipal. Foi eleito vereador na segunda legislatura de Frederico Westphalen. Na historiografia regional são poucas as citações sobre Leonel Flores da Rosa, porém esteve sempre ao lado dos pedessistas, bem como no IPM realizado em 1964.

solicitar uma pessoa técnica, tendo então sabido por intermédio daquele Sr. que os balancetes sempre estão certos, pois em Porto Alegre são revisados, e nunca houve furos. As reuniões têm sido em conjunto com o Conselho de Administração. Ganha Cr\$3.000,00 por reunião, como auxílio de transporte e alimentação, por aprovação do Conselho Fiscal e de Administração. Anteriormente, eram pagos Cr\$ 2.000,00 e, após a sugestão e um dos membros do Conselho Fiscal, foi aumentado. Durante o tempo em que está no Conselho, não foi ventilado o assunto da porcentagem ganha pelo Presidente e pelo Gerente da cooperativa, e não pode dar esclarecimentos anteriores, pois nunca havia feito parte de um conselho. Os sócios de sua região não têm reclamações. Sempre recebeu o dinheiro de produtos vendidos, às vezes com um pouco de atraso, por motivos alheios à vontade da Diretoria.²³²

O depoimento de Emilio Dal Piva registra:

Foi eleito para suplente, mas assumiu o cargo por haver, o efetivo, sido reeleito, o que contraria os estatutos. As contas da cooperativa, nas reuniões, são apresentadas pelo contador da cooperativa, que lhes dá as explicações necessárias, após assinam a ata correspondente. Não fiscalizou ainda o Livro de Matrículas de associados. Até então não teve queixa de nenhum particularmente, nem em assembléia. Percebe Cr\$2.000,00 por seção, de auxílio para transporte e alimentação. Falou numa das seções do Conselho que Cr\$ 2,000,00 era muito pouco, porém desconhece se já foi aumentada. Sabe da porcentagem recebida pelo Presidente e Gerente da Cooperativa e que foi resolvido em assembléia, porém não estava presente. Antigamente tal porcentagem era de 15% sobre os lucros, mas atualmente é de 10%. Alguns sócios reclamavam a questão do pagamento dos produtos vendidos, porém, particularmente não tem queixas. O agricultor não é obrigado a vender somente à cooperativa, podendo escolher o preço que mais lhe convenha. Não sabe se no ano passado, a cooperativa pagou pelo feijão preço mais baixo do que o comércio local. Sabe, porém, que vendeu à cooperativa o seu feijão por Cr\$ 4.500,00 a bolsa, sendo o melhor preço encontrado na praça.²³³

A Cooperativa Tríticola de Frederico Westphalen, fundada em 1957, foi motivo de disputas políticas entre partidários do PTB e o grupo político identificado como anti-PTB. O andamento das atividades econômicas e administrativas, causava um desconforto político entre os membros dos partidos liberal-conservadores, os quais tentaram de diversas maneiras destituir e enfraquecer a diretoria da cooperativa, que congregava elementos, em sua maioria, do PTB. Contudo, a instituição sobreviveu a todas as crises econômicas e, sobretudo, políticas, cumprindo o seu papel fundamental, que era servir ao produtor agrícola.

4.3 Os comunistas de Pinheirinho

Leonel de Moura Brizola, Plauto Antonio da Silva e Ismail Fernandes foram acusados de cometer o crime prescrito no artigo 24 da lei nº 1 802, de 1953, combinado

²³² MATTIUZZI, Gentil. Depoimento que consta no IPM, data provável 2 ago. 1964.

com o artigo 33 do CPM e o 1º, além do artigo 40 da lei nº 1 802, por serem “os cabeças”. Essa autuação foi realizada 19 de julho de 1965, e a sentença foi assim proferida:

O ex-deputado Leonel de Moura Brizola, é público e notório, fomentava a criação e organização de Grupos dos Onze companheiros, ou também denominados, Comandos Nacionalistas, fornecendo, inclusive, formulários e instruções de como deveriam ser organizados, todos sob o comando direto do organizador e indiretamente subordinados ao referido Brizola. Em obediência a essas determinações de Leonel Brizola, os dois outros denunciados, Plauto Antônio da Silva e Ismail Fernandes, organizaram grupos de onze companheiros na cidade de Rio Grande, organizações essas que obedeciam diretamente às ordens de cada um desses denunciados, que tinham, em seus grupos respectivos, o comando do mesmo e cuja feitura obedecia às instruções de Leonel Brizola, que inclusive mandou cartas a Plauto se congratulando com a organização de seu grupo em Rio Grande.²³⁴

Os comunistas tachados de serem “os cabeças” do movimento na região foram Adão Martins, conhecido como “Madruga”, que residia no Km 14 da localidade de Pinheirinho, e Dalmiro da Rosa, do Km 15, também dessa localidade. No distrito de Palmitinho, foi enquadrado João Manuel de Freitas e, em Frederico Westphalen e Vicente Dutra, Luiz Jacoboski, Izidoro Magalski, Abel da Rosa e José Alves de Oliveira. Quanto às denominações “Km 16” e “Km 14”, é mister registrar que o motivo de serem assim conhecidas

devia-se ao fato de terem se estruturado no caminho que ligava Porto Novo a Seberi. Sobre a composição étnica dessas localidades, Armando Enderle registrou que “as famílias do Km 16 são predominantemente luso-brasileiras, manifestando-se, também, a presença de negros e de italianos”.²³⁵

Enderle, em sua obra, não se detém com profundidade nos aspectos políticos, porém registra em breves palavras que, “no caso de Palmitinho, durante muito tempo, registrou-se a bipolarização entre os partidários do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e os Partidários do Partido Social Democrático (PSD)”.²³⁶ Dessa bipolarização surgiram disputas e acusações, mesmo que os partidos tivessem o mesmo fundador, no caso, Getúlio

²³³ DALPIVA, Emílio. Depoimento que consta no IPM, data provável 2 ago. 1964.

²³⁴ Conforme documentação relativa ao processo judicial de Leonel de Moura Brizola, datado de 1965 e que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, Porto Alegre. BRASIL. Superior Tribunal Militar. Região, 5. Crime político. Art. 24 da lei nº 1 802, de 1953 c/c. art. 33 do CPM e o 1º, ainda com o art. 40 da lei nº 1 802, por ser o “cabeça” da organização do Grupos dos Onze. Processo na data de 19 jul. 1965. Apelação n. 37 441 – E. Rio Grande do Sul. Relator: Min, Dr. João Mendes da Costa Filho. Apelante: a Procuradoria Militar da 3ª Auditoria da 3ª RM, 10 out. 1969.

²³⁵ ENDERLE, Armando Triches. *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*. Frederico Westphalen: URI, 1996. p. 238.

²³⁶ ENDERLE, *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*. 1996. p. 350.

Vargas; a ideologia e os grupos humanos, bem como a defesa de interesses divergiam e levavam ao acirramento político. Não é de estranhar, pois, que o lado mais fraco, ou seja, dos trabalhadores e camponeses luso-brasileiros, tenha sido o mais atingido nas perseguições políticas de 1964.

Também havia, regional e historicamente, um preconceito segundo o qual os partidários do PTB eram considerados a “negrada”. Dizia-se também que “aquele sujeito, era petebê” como manifestação de desprezo, termo pejorativo, denotando falta de qualidade pela sua postura ideológica e política. Nessa ótica e analisando quem foram os enquadrados como líderes, especificamente em Pinheirinho e Palmitinho, Gláucio Soares esclarece: “São inúmeros os casos de preconceito relatados na literatura, nos jornais, nas revistas. Porém, há pouquíssimos estudos sistemáticos, usando um instrumento padronizado que permita generalizações [...] havia um preconceito marginalmente mais forte contra pretos do que contra pardos [...] os negros têm mais probabilidade de serem vítimas da violência policial [...] e pela seletividade na ação da polícia e da justiça.”²³⁷

Nos estudos do sociólogo Soares, fica evidenciada a preferência do eleitorado negro e também pardo, ou regionalmente identificado como “luso-brasileiro”, pelo PTB, porque esse partido conseguiu uma identificação com as classes trabalhadoras, cuja representatividade, tanto em nível federal como no estadual, era crescente no quadro da política nacional. Assim, Soares afirma que “não resta dúvida de que as preferências partidárias e eleitorais das diferentes raças não eram as mesmas. Havia uma clivagem política com base nas raças”.²³⁸

Todos os cidadãos da região aqui citados foram enquadrados, como Leonel de Moura Brizola, no artigo 24 da lei nº 1 802, de 5 de janeiro de 1953, “que definia os crimes contra o estado e a ordem política e social”,²³⁹ além de prever outras providências. O crime previsto pelo artigo 24 é relativo à constituição e manutenção de partidos, associações em geral ou mesmo particulares, milícias ou organizações de caráter militar de qualquer natureza, armadas ou não, com ou sem fardamento, os quais se caracterizavam pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.

²³⁷ SOARES, *A democracia interrompida*. 2001. p. 245-247.

²³⁸ SOARES, op. cit., p. 250.

²³⁹ CAMPANHOLE, Hilton Lobo; CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998. Ver também: LAZZARINI, Álvaro (Org.). *Constituição Federal, Estatuto dos Militares, Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 439.

A pena de reclusão estabelecida pela lei era de um a três anos “aos cabeças” e a metade disso para os demais agentes, além da perda, em favor da União, do material utilizado. Ainda de acordo com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 de setembro de 1946, título IV, capítulo I, da “Nacionalidade e Cidadania”, no artigo 130, inciso I, perderia a nacionalidade o brasileiro que, por sentença judiciária, em processo a estabelecer, tivesse cancelada a sua naturalização por exercer atividade nociva aos interesses nacionais. Registrava-se ainda, no artigo 135 da Constituição de 1946, que a suspensão dos direitos políticos dar-se-ia por condenação criminal, enquanto durassem os seus efeitos, e a perda, nos casos estabelecidos no artigo 130 da referida lei.

Assim, por serem considerados “os cabeças” do movimento, Adão Martins, João Manoel de Freitas, Luiz Jacoboski, Izidoro Magalski, Abel da Rosa e José Alves de Oliveira responderam a processos de 1964 a 1968, tendo sido, ao final, inocentados das acusações. Contudo, sofreram as pressões psicológicas de um período que esteve mergulhado na turbulência política.

O depoimento de José Alves de Oliveira registra uma confissão ao Exército:

Formou um Grupo dos Onze, por ter ouvido, pela rádio, as palestras do Sr. Brizola, nas quais pedia ao povo que organizasse os referidos grupos. Fez a sua lista em fins de janeiro ou fevereiro, visando apenas à união dos agricultores para vencerem as múltiplas dificuldades existentes na colônia, desconhecidas pelo governo. Recebeu do Sr. Brizola um telegrama dizendo que enviaria, por carta, instruções para o grupo. Era ouvinte da Rádio Mayrink Veiga, porém, não a ouviu durante, nem nos dias anteriores à Revolução de março. Não fez reunião do seu grupo e não ousaria para lutar numa revolução armada. Era intenção de lutar pacificamente.²⁴⁰

Também declarou que, na eleição para prefeito, falava-se que houvera fraude. Manifestou-se sobre a administração municipal, caracterizando-a como regular, pois a parte de assistência ao agricultor estava sob a influência política. Registrou ainda “que o sargento Ernesto Tiesck, subdelegado de Caiçara, perseguia os petebistas de sua zona”.²⁴¹

No depoimento de Adão Martins ao Exército consta:

Fez listas de Grupos dos Onze, mas por sua própria iniciativa, sem interferência de quem quer que seja, nem mesmo do Sr. Vitalino Cerutti. Fez uma primeira lista e mandou para o Sr. Leonel Brizola, recebeu dele uma carta com o modelo e estatuto dos grupos, que o declarante distribuiu com os vizinhos. Tomou essa iniciativa porque o Sr. Brizola dizia que era para solicitar as “reformas”. Nunca pensou que os Grupos dos Onze tivessem como finalidade impor pela “força” as reformas. É do PTB e admirava as palestras do Sr. Brizola, motivo pelo qual fez o seu grupo. Não pegaria em arma para nenhum fim, nem mesmo sob rigorosas ordens do Sr. Brizola.

²⁴⁰ OLIVEIRA, José Alves. Depoimento que consta no IPM, datado de 27 jan. 1964.

²⁴¹ OLIVEIRA, Depoimento que consta no IPM, datado de 27 jan. 1964.

Apesar de ser diferente da declaração dada à polícia local, no dia 17 de abril, continuou o declarante: Não possuía nenhuma arma em seu poder e nem promessa de receber armas para os ditos grupos. Pegaria somente em armas caso fosse convocado pelo Exército para defender a legalidade.”²⁴²

Quanto a Dalmiro da Rosa, seu depoimento registra:

Resolveu assinar no Grupo dos Onze por iniciativa própria, por ter ouvido as palestras do Sr. Brizola, através da Rádio Mayrink Veiga. Não foi incentivado por ninguém e não sabe se o Sr. Vitalino Cerutti fez alguma lista. Essa lista foi feita depois de ouvir, juntamente, com o Sr. Adão Martins e outros agricultores, as referidas palestras. Fizeram para pleitear as reformas ao Congresso Nacional, porém sem idéias de pegar em armas. Quando da revolução, ouviu as notícias pelo rádio, juntamente com o Sr. Adão Martins, durante várias horas, quando o Sr. João Garcia chegou em sua residência, dizendo que era chegada a hora e não podiam ficar parados. Saíram e resolveram telefonar para Frederico Westphalen, para saber como proceder. Tentaram telefonar para o Delegado de Polícia e para o Sr. Edgar Marques, da residência do Sr. Setembrino da Silva. Foi, então, que ligaram para uma estação radiofônica de São Paulo e, diante das notícias, esfriou o Sr. Garcia e voltaram todos para casa.²⁴³

Já, no depoimento de João Manuel de Freitas Garcia, lemos:

Assinou uma lista de formação do Grupo dos Onze, bem como seu filho, de nome José Garcia. Quando soube do movimento de 31 de março, procurou o Sr. Dalmiro da Rosa em sua residência, a fim de se informar sobre o que estava havendo. Na residência do sr. Dalmiro, encontrou o Sr. Adão Martins. Nenhum dos dois soube lhe informar o que estava acontecendo. Convidou o declarante, então, os dois senhores, que também tinham assinado em listas de grupos, para telefonarem a Frederico Westphalen para se interarem da realidade dos fatos. Estava interessado em saber o que acontecia, por julgar que tinha assumido compromisso com as Forças Armadas, no instante em que assinou na listas dos onze, isso porque o Sr. Leonel Brizola dizia, pelo rádio, que tinha o Exército junto. Procurou telefonar para qualquer autoridade.²⁴⁴

Conforme a auditoria da 3ª Região Militar, localizada em Santa Maria, tendo como representante do Ministério Público Militar o promotor de justiça Octávio Duval Meyer de Barros, na denúncia apresentada em 18 de março de 1965 contra Adão Martins, consta o seguinte teor: “Foi, nos últimos tempos, no município de Frederico Westphalen, o líder mais autêntico do movimento dos ‘Grupos dos Onze’, formando ele próprio vários Comandos Nacionalistas, sob a sua orientação direta, e inspirando outros, através de seu trabalho de aliciamento e organização de outros.”²⁴⁵

O Ministério Público baseou-se em alguns quesitos para instalar o processo a que respondiam Adão Martins e outros. Foram testemunhas dos fatos pessoas envolvidas nas

²⁴² MARTINS, Adão. Depoimento que consta no IPM.

²⁴³ ROSA, Dalmiro. Depoimento que consta no IPM.

²⁴⁴ GARCIA, João Manuel de Freitas. Depoimento que consta no IPM, datado de 5 ago. 1964.

²⁴⁵ Documentação que compõe o IPM, datada de 18 mar. 1965.

assinaturas de listagens para recontagem de votos ou para a formação dos Grupos dos Onze. As perguntas realizadas pelo Ministério Público destacavam a formação de fato do Grupo dos Onze e a assinatura das listas; se os grupos iriam ou não receber armas de Leonel Brizola, como seriam remetidas essas armas, se, na ocasião da divisão de terras, seriam tomadas terras dos ricos, qual seria a finalidade do Grupo dos Onze, bem como o que as lideranças locais dos grupos comentavam. Todas essas eram questões que interessavam ao Ministério Público.

Entre 1964 e 1968, as pessoas acusadas de serem as lideranças dos Grupos dos Onze na região em estudo foram sendo intimadas a prestar depoimentos e esclarecimentos, tendo de se dirigir até Santa Maria. Esse fato trazia uma constante angústia para os envolvidos e seus familiares, pois sabiam que isso significava muitas vezes em não-retorno. Foram, sem dúvida, quatro anos de angústia para simples trabalhadores camponeses que pertenciam ao PTB. Por essa razão, muitas vezes eles alegavam motivos fúteis para não comparecer, ou o tormento psicológico era tanto que acabavam tendo problemas de saúde. Assim, Ayres Marinho Cerutti, médico local, atestou em determinada ocasião que o Izidoro Magalski encontrava-se baixado no Hospital Santo Antônio por apresentar diarreia aguda.²⁴⁶ Já José Alves de Oliveira escreveu de próprio punho uma carta dirigindo-se ao auditor, na qual declarou: “Venho mui respeitosamente a vosa presença dizer ao Sr. Conforme a intimação que recebi para o dia 28 do corrente não é possível comparecer-me por falta de dinheiro para aviação so um trabalhador que ganho muito pouco. Sub Escrevo-me com apreso e com consideração.”²⁴⁷

É necessário aqui conservar o texto de acordo com o escrito original, para que possamos avaliar o grau de instrução que tinham muitos dos acusados de envolvimento na formação dos “Grupos dos Onze”, bem como na efetiva organização e liderança exercida junto aos referidos grupos.

4.4 A manifestação do líder do Grupo dos Onze: Vitalino Cerutti responde às acusações

Em 13 de agosto de 1964, Vitalino Cerutti respondeu às acusações que o vereador Ênio Flôres de Andrade proferira contra ele numa réplica de doze folhas datilografadas,

²⁴⁶ CERUTTI, Ayres Marinho. Conforme atestado médico anexado ao IPM, datado de 27 mar. 1968.

²⁴⁷ OLIVEIRA, José Alves de. Carta que está anexa ao IPM, datada de 27 maio 1968.

nas quais afirmava: “[...] nos revoltamos contra tais infâmias, porque, sinceramente, não é nosso feitio, silenciar, acovardar-nos quando as hienas do mal, sornateiramente, lançam-se, contra tudo e contra todos, por quererem abocanhar exclusivamente tudo para si, o direito de pensar, de dirigir, e julgar seus semelhantes.”²⁴⁸

Vitalino também argumentava que as Comissões de Inquérito que tinham se deslocado até Frederico Westphalen, Polícia Estadual, Exército Nacional e a Brigada Militar, haviam constatado a inexistência de chefes da subversão no município.

Quanto à acusação de o escritório da Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen ter sido utilizado para se datilografarem as listas dos Grupos dos Onze, Vitalino afirmou ser mais uma inverdade, pois não autorizara ou sequer fora conhecedor desse fato. Sobre a denúncia de não estarem defendendo os interesses dos associados e de terem transformado a entidade em um antro de subversão, escreveu Vitalino: “[...] antro de subversão, certamente, deverá ser a consciência do denunciante, e seguramente falou com conhecimento de causa, pois estava ele muito bem preparado para promover a subversão, haja visto as armas de tiro longo que a comissão de inquérito resgatou de um dos depósitos de sua residência.”²⁴⁹

Em relação ao fato de que Adão Martins e João Garcia, residentes no Km 16, localidade situada, na época, no território do município de Frederico Westphalen, teriam recebido ordens de Leonel Brizola e de Vitalino Cerutti para transportar os afeiçoados à causa até a cidade, Vitalino Cerutti afirmou que não passava de falsidade, pois jamais ambos haviam dado essas ordens, já que ele se encontrava em Porto Alegre a serviço da cooperativa. Acontecera, porém, que Adão Martins recebera correspondência direta do Rio de Janeiro do tenente Respício, do Exército Nacional, solicitando-lhe esclarecimentos, ao que ele respondeu que havia votado em Vitalino Cerutti (PTB) para prefeito em Edgar Marques de Mattos para vereador. Os transportes que a cooperativa realizava não passavam de atos de solidariedade, haja vista que muitos sócios residiam no interior e precisavam de condução no caso de enfermidades. Inclusive Vitalino completara o numerário necessário para que os indigentes pudessem sair do hospital, que era dirigido pelo vereador e doutor Ênnio Flôres de Andrade, que, mesmo se dizendo defensor dos humildes, não deixava um enfermo dar alta sem efetuar o pagamento. Se isso era

²⁴⁸ Destaque da defesa apresentada por Vitalino Cerutti no dia 13 ago. 1964, após as acusações feitas pelo vereador Ênnio Flôres de Andrade, no dia 22 maio 1964.

²⁴⁹ Destaque da defesa apresentada por Vitalino Cerutti.

considerado um ato de subversão, Vitalino Cerutti declarou que queria continuar sendo subversivo.

Quanto às promessas de “paredão”, Vitalino questionou por que somente alguns nomes teriam sido citados no discurso do vereador, ao passo que outros, como o do bispo diocesano, do vigário geral da diocese, do delegado de polícia, do comandante da Brigada Militar, do tenente da Junta de Alistamento Militar, do juiz de direito, não o teriam sido. Por que citar apenas alguns cidadãos e não os demais líderes e dirigentes com cargos estaduais, federais e eclesiásticos?

Vitalino escreveu ainda que nunca se pronunciara dizendo que o país viveria sob o tação militar e, inclusive, reconheceu em seu discurso os favores da revolução à pátria, fazendo referência à Delegacia Regional da Secretaria de Segurança Pública (Saps), no estado da Guanabara, como uma repartição eficiente. Também, quanto à denúncia de receber dinheiro para fins de subversão, bem como de sócios terem dado “vivas” a Fidel Castro e a Cuba em Taquaruçu, disse que isso não passava de boataria e mentira do denunciante, mesmo porque apareciam como supostos inimigos da cooperativa e amigos do vereador Ênnio Flôres de Andrade. Sobre a acusação de comungar idéias comunistas, Vitalino afirmou:

[...] não sou indivíduo que comungo idéias comunistas ou quaisquer que sejam simpatizantes com doutrinas esquerdistas, pois sou católico, cristão praticante, democrático, daqueles que acreditam que uma *Rerum Novarum*, uma *Mater Et Magistra* e uma *Pacem in Terra* são e deverão ser a solução para os problemas que afligem o nosso país e todas as nações do mundo. Não sou homem dado a mistificações, a paixões, nem a credices dos insanos, e muito menos sou daqueles que rastejam em busca do vil metal e da felicidade terrena, muito menos calcada na desgraça alheia e, de forma nenhuma esmolando recursos de governos espúrios como o do famigerado Fidel Castro e seus comparsas.²⁵⁰

Em se tratando das acusações de presidir várias entidades, inclusive o Grupo dos Onze, Vitalino fez o seguinte comentário:

[...] de ser eu presidente do Grupo dos Onze, ou de 20, ou de que número ele queira? Eu não tenho conhecimento disso, pode ser que o denunciante tenha sonhado, porque, doutra forma, só seria explicável ser o denunciante um irresponsável mentiroso. Quanto às demais presidências, eu devo dizer que realmente exerci muitas, e ainda exerço alguma, para as quais exerci e exerço, fui eleito

²⁵⁰ Destaque da defesa apresentada por Vitalino Cerutti na Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen em agosto de 1964.

democraticamente por votação e, na maioria, por unanimidade dos presentes, com exceção de um voto, o meu, naturalmente.²⁵¹

Fez ainda questão de registrar a democracia dos processos eleitorais nos quais concorrera à presidência das associações, observando que não eram votações de cabresto.

Fato importante que aparece nos registros histórico é a influência de Vitalino nas questões educacionais, pois, em Frederico Westphalen, não existia ginásio, o correspondente ao ensino médio na atualidade. Como liderança, Vitalino encampou o movimento pró-ginásio. O primeiro ginásio chamou-se Engenheiro Frederico Westphalen, e muitos professores que contribuíram nessa primeira fase com dificuldades, foram posteriormente demitidos por não terem títulos e por terem sido contratados professores mais “esforçados”²⁵² para os cargos.

Em se tratando de acusações de suborno eleitoral, Cerutti negou ter realizado essa prática, ao contrário dos adversários, que perdoavam dívidas contraídas, auxiliavam com valores para a compra de geladeiras, com numerário para cada voto, ou com consultas médicas gratuitas. Isso, no seu entendimento, era suborno eleitoral.

Outro aspecto a considerar no discurso de Vitalino são as acusações que envolveram denúncias de irregularidades na Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen, pois, na interpretação do ex-presidente, não teria ocorrido qualquer tipo de irregularidade e, sim, uma espécie de maledicência por parte do vereador, que queria se associar à entidade, mas tivera o pedido negado. Havia a intenção do vereador em se associar à cooperativa e em obter lucros com a exploração financeira da produção dos agricultores, aproveitando-se do tão falado “trigo-papel”.²⁵³ Vitalino Cerutti reportou-se a ações irregulares registradas no hospital onde Ênnio Flôres de Andrade exercia sua atividade profissional como médico.

A região do Médio Alto Uruguai destacou-se entre as décadas de 1950 e 1960, como produtora nacional de feijão, porém houve períodos de crises. A respeito também foram registradas acusações de falcatruas, que, na visão de Vitalino Cerutti, presidente da cooperativa e responsável pela comercialização e repasse de dinheiro para os produtores, não teriam ocorrido. No que diz respeito a multas e sonegações, os fatos não haviam se

²⁵¹ Destaque da defesa apresentada por Vitalino Cerutti. Op. cit.

²⁵² A expressão “esforçados”, manifestada por Vitalino Cerutti, significava a indicação de profissionais comprometidos politicamente com partidos liberal-conservadores.

²⁵³ Consta no Anexo IX documento explicativo.

passado como eram apresentados e, sim, houvera situações de fiscalizações normais e resolvidas junto à Fazenda Estadual. Como se expressou Vitalino: “[...] diferentemente daquele médico, que quis registrar um Jeep em nome de uma sociedade religiosa a fim de sonegar o imposto devido com o registro de emplacamento, fato que revoltou todo o então município de Palmeira das Missões.”²⁵⁴

Ao tratar da vida privada do presidente da cooperativa e fazer referência à fortuna pessoal acumulada, a resposta de Vitalino Cerutti não poderia ser outra que não mostrar e relatar a origem e a procedência de seus bens, bem como a herança recebida de seus pais, ex-proprietários de uma sapataria. Ao mesmo tempo em que enumerou seus bens, afirmando a origem honesta do pequeno capital de que era dono, fez referência ao capital acumulado “honestamente” pelo padre Vitor Battistella, que repentinamente teria se tornado abastado, possuidor de uma das maiores fortunas de Frederico Westphalen, proprietário de diversos imóveis, alguns veículos, construções, loteamentos fabulosos, no estado e até em outros, contas “firmes”, caixa alta, participação em firmas industriais e assim por diante. Mas isso não seria preocupação, pois sabia que tudo tinha sido adquirido honestamente, e um patrimônio tão elevado, segundo Vitalino, não poderia ter sido construído de outra forma.

Concluindo, Vitalino fez referência ao pavor e à mancha indelével aos seus familiares causados pelas acusações a ele feitas, pois o que diriam no futuro seus filhos sobre as tremendas mentiras que punham por terra todos os anos de lutas em prol de seus semelhantes? Com essa atitude, enxovalhavam-se a vida e a honra de um defensor do bem público. E o que diriam os eleitores, na maioria com pouca escolarização, de todas as acusações das quais fora vítima? Além disso, segundo ele, jamais seriam apagados da consciência do povo aqueles dias negros vividos após as denúncias. Ficaria uma mancha na história triunfante do município, a qual deveria ser recordada com amargura e repúdio por todos e por quantos dela tinham tomado conhecimento.

Para Vitalino Cerutti, Frederico Westphalen jamais haveria de esquecer-se daqueles dias: a família barrilense guardaria por muitos anos o sulco das lágrimas que haviam corrido em suas faces, lamentando tamanha ignorância. Desapareceria, na ocasião, dos rostos juvenis aquela alegria sadia e cristã que cultivavam desde os seus primeiros dias; as sociedades tornar-se-iam desertas e, os poucos, recordariam os bem-aventurados dias da história passada de nossa gente. Tudo ficara abalado, o comércio perdera, desmoronaram-

²⁵⁴ Destaque da defesa apresentada por Vitalino Cerutti na Câmara.

se esperanças. Escrevia ele, finalmente, que não fora chefe do Grupo dos Onze, porém aprendera com seu pai, chefe de uma família de onze pessoas, a trabalhar pelo bem e pela dignidade humana.

5 OS GRUPOS DOS ONZE: EXÍLIO E CANDESTINIDADE

No dia 31 de março de 1964, os sinos da catedral de Frederico Westphalen, deram batidas fúnebres pela queda do regime democrático, sinalizando para todos os petebistas, dias ruins e futuro incerto, nós todos católicos, começávamos a ser tratados como comunistas, sem saber o teor da doutrina, e as perseguições começaram.

José Balestrin

5.1 A clandestinidade e o exílio do militante político

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, em *A subversão do eu*, reporta-se às poucas escolhas que os militantes políticos tiveram após o início da repressão militar, processo em que muitos foram tolhidos pelas forças militares antes de poderem escolher; outros foram barbaramente torturados; vários, assassinados. Os que tiveram tempo de se defender passaram imediatamente à clandestinidade ou saíram do país. Sobre o militante clandestino, Maria Auxiliadora escreve: “O militante clandestino foi perseguido sistematicamente pelas forças policiais [...] cair na clandestinidade não foi uma decisão individual, foi uma decisão política, e o ato de ‘ser clandestino’, o cumprimento desta decisão.”²⁵⁵

Ser clandestino supõe um disfarce, uma mudança total de vida e, até mesmo, de personalidade. O clandestino continuava militante, porém com a desvantagem de não poder fazê-lo na legalidade, pois a “legalidade militar” não o permitia. Assim continua Arantes: “A clandestinidade como defesa da própria vida (porque o militante escolheu a vida) não durou apenas um momento: durou o tempo em que durou a ditadura militar.

²⁵⁵ ARANTES, Maria Auxiliadora. *A subversão do Eu*. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Isaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p. 441. A autora trabalha com psicanálise em São Paulo e seu trabalho também foi publicado na revista *Pulsional*, n. 112, ago. 1998.

Durou até 15 anos para muitos; durou toda uma vida para quem foi assassinado; durou a vida interrogada para os que estão desaparecidos.”²⁵⁶

Para Maria Auxiliadora, existe uma diferença entre passar à clandestinidade e se tornar um clandestino. Passar à clandestinidade é aceitar as causalidades e, interpretando a realidade, defender-se; já, tornar-se um clandestino significa assinar um papel em branco, com resgate a perder de vista, e ninguém será avalista desse pacto.

Com certeza, o período de maior repressão e violência militar foi protagonizado pelo general Médici quando esteve na presidência. Ele implantou no seu governo os principais aparelhos de repressão da ditadura militar, tais como a Operação Bandeirantes (Oban), o Destacamento de Operações e Informações (DOI), o Centro de Operações de defesa Interna (Codi) e os Dops, que são exemplos dessa conduta.

O governo também articulou uma propaganda política capaz de impregnar a população com sentimentos nacionalistas. Foram exemplos dessa propaganda a seleção “Canarinho” de futebol, a novela exibida pela Rede Globo de Televisão, que apoiava o regime militar, *Irmãos coragem*, e a censura imposta a anúncios e publicidades veiculadas pela imprensa. O trabalho da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), do governo Médici, através da propaganda ideológica, consolidava o regime.

A estratégia utilizada pelo regime militar para aniquilar a oposição levou a que os militantes de esquerda caíssem na clandestinidade. O caminho da luta armada foi seguido por muitos que acreditavam ser esta a única forma de contestação ao regime militar implantado. Assim Reis Filho escreve:

Por isso uma grande parcela das organizações armadas de esquerda dos anos 60 e 70 tinham ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se diferenciavam por questões programáticas, estratégicas e táticas. Nem todas as organizações defenderam o uso de métodos militares, a idéia de revolução estava mais atrelada a tomada do Estado através de um golpe, organizado por revolucionários. Acreditavam basicamente em dois pontos: na crença e na inevitabilidade da revolução e no papel histórico que a classe operária desempenharia na mesma.²⁵⁷

Surgiram desse contexto do golpe entre os anos de 1964 e 1974 vários grupos revolucionários, que, contudo, não afetavam a ordem nacional porque suas ações não eram de muita repercussão. Todavia, com a Guerrilha do Caporaó, o governo passou a dar uma maior atenção a esses grupos, embora, se comparados aos “tupamaros” uruguaios ou aos

²⁵⁶ ARANTES, *A subversão do Eu*. p. 4.

“montoneros” argentinos, os guerrilheiros brasileiros fossem poucos, e não tivessem estrutura financeira e bélica. As ações mais marcantes foram assaltos a agências bancárias e seqüestros de nomes relevantes internacionalmente.

Essas ações praticamente se voltaram contra as guerrilhas, pois o governo recebeu mais dinheiro, mantendo e aprimorando os aparelhos de repressão, bem como intensificando a repressão com maior violência. Essa prática desgastou as organizações guerrilheiras junto à opinião pública, pois estavam à mercê da propaganda da imprensa, que, atrelada ao governo militar, divulgava os atos terroristas.

Surgiu em 1967 a Ação Libertadora Nacional (ALN), de uma união do PCB²⁵⁸ após uma assembléia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), em Cuba, onde foi traçado um plano de ação revolucionária. Liderada por Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, a ALN recusava qualquer apoio da burguesia e pregava a luta urbana para viabilizar a guerrilha rural, em termos financeiros; em 1971, sofreu grandes baixas e dissidências, sendo quase que completamente aniquilada.

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, conhecida pela sigla Polop (Política Operária), foi criada em 1961 e reunia estudantes mineiros, membros da liga camponesa de São Paulo, alguns trotskistas e dissidentes do PCB. A Polop não se constituiu numa organização de âmbito nacional, possuía grande prestígio entre universitários cariocas, mineiros e paulistas, tendo a participação de alguns militares nacionalistas.

A Polop surgiu após desentendimentos entre os membros do Comando de Libertação Nacional (Colina), que buscavam novos meios e métodos de engajamento das massas. Em 1968, o Colina aprovou a “Concepção de Luta Revolucionária”, incorporando camponeses à luta para a criação do Exército Popular, bem como para a formação de áreas auxiliares às delimitadas pela guerrilha para dispersar as forças opressoras. Essa organização não possuía uma estrutura clandestina capaz de escapar dos órgãos de repressão; por isso seus militantes foram sendo presos, torturados e assassinados.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) teve por origem dissidentes da Polop, uma grande parte do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e membros do

²⁵⁷ REIS FILHO, Daniel. Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade no Brasil*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/Gramsci/arquiv148.htm>>. Acesso em: 31 maio 2002.

“Grupo de Osasco”, formado por metalúrgicos e militantes das comissões de fábricas da cidade de Osasco. A VPR foi uma das organizações mais atuantes no país e a que mais se destacou em ações, sob a liderança do capitão Carlos Lamarca. A maioria dos seus integrantes foi presa e outros se uniram a membros do Colina, criando a Vanguarda Armada Revolucionária (Palmares), que teve como grande ação o roubo do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. A VPR ressurgiu tentando, através de um projeto no Vale do Ribeira, a organização e o treinamento de guerrilheiros liderados pelo capitão Lamarca.

Essas organizações armadas levaram os militares, durante o governo Médici, a tornar mais dura a repressão, para o que a guerra psicológica foi a estratégia utilizada pelo governo militar, instrumento esse capaz de desestruturar as organizações. Com o controle dos meios de comunicação, o regime passou a veicular a sua concepção da imagem e da intenção dos guerrilheiros junto à opinião pública, levando a que as organizações não consolidassem seu projeto de aproximação das massas. Sob coação, através de torturas,²⁵⁹ sobretudo, ocorria a retratação pública por arrependimento de ter feito parte de guerrilhas, prejudicando a pátria; assim, os órgãos de repressão do regime militar conseguiam que militantes renunciassem à luta armada ou revolucionária.

A proposta do presidente Médici, difundida pelos meios de comunicação da época, em especial pela televisão, era de que o militante preso teria vantagens se renegasse sua ideologia. Se esse militante aceitasse a retratação, deveria redigir um manifesto, a ser publicado em jornais, e prestar declarações em frente às câmeras de televisão, ocasião em que renegaria a sua luta e alertaria os jovens dos riscos de serem cooptados pelos comunistas, além de ter de declarar seu amor à pátria, reconhecendo os benefícios do regime militar.

O primeiro grupo de “arrepentidos” foi apresentado em maio de 1970 em São Paulo e pertencia à VPR; o último caso de “arrependimento” ocorreu em agosto de 1975. Essas retratações eram levadas ao ar pela principal emissora do país, a Rede Globo, entre o *Jornal Nacional* e a novela *Os irmãos coragem*, em horário nobre.

²⁵⁸ Ler sobre guerrilhas e guerrilheiros, bem como sobre as divergências das esquerdas e a luta armada na ditadura militar em CHIAVENATO, *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 1995. p.107-134. Especialmente os capítulos 10 e 11.

²⁵⁹ Sobre torturas durante o regime militar ver *Brasil nunca mais*, um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985. Foram analisados 707 processos completos, totalizando mais de um milhão de páginas. Foram cinco anos de trabalho, e a equipe de pesquisa concluiu um relatório de cinco mil páginas, que foram distribuídos

Essa atitude estava vinculada à troca de militantes presos por personalidades políticas seqüestradas. Os órgãos repressores conseguiam a declaração de arrependimento nos primeiros dias de prisão, porém o militante era forçado a assinar documentos, recusando uma possível troca.

Os militantes políticos presos durante o regime militar que se declaravam arrependidos viviam um drama. Mais de oitocentas pessoas perderam a vida levando os ideais à frente, ao passo que pouco mais de três dezenas se “arrependeram” publicamente por terem se engajado nessa mesma luta. Esses sofreram sérias conseqüências, pois os companheiros os acusaram de covardia, de fraqueza ideológica, razão pela qual eles delataram outros militantes, levando-os à morte.

O militante político da década de 1960 no Brasil foi alguém que se consolidou como sujeito de seu desejo, alguém que, segundo Maria Auxiliadora, decidiu apostar no que considerava que valia a pena. Não sabia qual era a pena, nem quanto valia a sua aposta, porém, instigado pelos ideais externos de liberdade, de autonomia política e de independência nacional, aliado aos ideais internos de compromisso com o novo, lutou com quem, como ele, fazia o mesmo, porém com ideais diferentes, contrários.

O novo, o risco, o radical e o revolucionário encontram solo fértil na postura do militante que apostava a vida a serviço de um ideal, de um projeto que não atendia a interesses individuais, mas, sim, coletivos, e que, sobretudo, serviu a muitos e a seu país. É interessante o pensamento de Arantes, ao definir militante:

O militante tem ainda um componente específica no seu jeito de ser. Como se dispõe a arriscar o que tem, só o faz porque considera que o risco pode vir a seu favor. Há uma certa crença que vai, ao final, ser vitorioso. Essa é uma crença específica e própria das organizações de qualquer natureza que tem militantes voluntários. O militante político se enlaça a duas âncoras; de um lado, a um outro que lhe serve como referência identificatória, que torna possível seus investimentos psíquicos e afetivos, e que serve como “avalista” de seu desenvolvimento como sujeito. Em outra âncora, está o ideário político, a carta de princípios, a tábua de leis com as quais concorda e que, em geral, consolida a organização à qual pede a filiação ou a organização que resolve fundar. Nada mais fascinante do que se consolidar como sujeito e exercer seu desejo, vinculando-se a propostas que inscrevem como artífice da história política de seu próprio país.²⁶⁰

Nessa segunda âncora, conceito trabalhado por Maria Auxiliadora, estão as concepções do ideário político, da afinidade partidária ideológica, da postura política, da

a universidades e arquivos públicos do Brasil e do exterior. Disponível em: <<http://www.geocities.com/hot>>. Acesso em: 13 set. 2001.

organização partidária, das organizações políticas, que cerceiam e fazem dele um clandestino, o alvo de toda a propaganda e de toda a ação militar em anos “de chumbo”. A clandestinidade e o exílio estavam presentes na história política do país, do estado do Rio Grande do Sul e da região do Médio Alto Uruguai.

5.2 O exílio de José Balestrin e o fechamento do Bar Harmonia

Podemos atribuir a José Balestrin a característica de exilado político voluntário e clandestino. Ele se tornou uma referência na pesquisa sobre a história política de Frederico Westphalen em virtude dos momentos por que passou durante o regime militar, o que resultou no seu exílio político voluntário na Argentina. Passados quarenta anos desse episódio, Balestrin relatou-nos como foi o início de sua atividade na política: “Em 1951, com 26 anos, filiei-me ao PTB no Distrito de Palmitinho, com o aval do presidente e subprefeito daquele distrito, Alfredo Santini, de ideais nacionalistas, político apaixonado pelas causas getulistas.”²⁶¹

Para José Balestrin, surgiram no Rio Grande do Sul, na década de 1950, grandes lideranças, como João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari. Esses líderes tinham a missão de “continuar o pensamento de Getúlio Vargas e eles praticavam uma política de angariar mais adeptos a suas causas, todas, obviamente nacionalistas e antiamericanistas”.²⁶²

Foi nesse cenário estadual e nacional que José Balestrin foi participando da vida política e, em 1957, transferiu sua residência para Frederico Westphalen, a convite do médico Ayres Cerutti. Nessa cidade, tornou-se sócio do getulista Vergínio Cerutti, sobre o qual Balestrin relata: “Era adversário das forças reacionárias da comunidade liderada por João Muniz Reis e, nesse ambiente, era freqüente e constante a abordagem política e partidária.”²⁶³

A situação política da época colocava Brizola como candidato a governador do estado do Rio Grande do Sul. Para Balestrin:

²⁶⁰ ARANTES. *A subversão do Eu*. 1997. p. 441.

²⁶¹ BALESTRIN, José. Mensagem recebida por <hballestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002. (Entrevista realizada por Elenice Szatkoski com a colaboração de Hélio Balestrin, que foi interlocutor em Goiânia, onde reside José Balestrin).

²⁶² BALESTRIN, op. cit.

²⁶³ BALESTRIN, mensagem recebida por <hballestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

Leonel Brizola chegou ao Poder de Governo no Rio Grande do Sul e, em sua campanha, fui um ardoroso propagandista, levado não só pelo meio, mas pelos ideais, inclusive, de Família; todos os Balestrin eram petebistas, o primeiro João Balestrin, meu primo, quando da emancipação de Frederico Westphalen foi eleito Vereador, e em outro pleito, o vereador também eleito Carlos Balestrin, em Palmitinho meus irmãos Francisco e João Izidro, vereadores, e mais tarde candidato a Prefeito Municipal. A política era uma fonte de engajamento de todos; tínhamos consciência que, através dela, haveria as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida, vivíamos em uma região desprovida da presença do Estado, e principalmente, educacional, as elites locais queriam um povo analfabeto, para subjugar-los, assim tínhamos somente um curso primário. Os engajado no PTB eram uma presença incômoda a essas elites dominadoras e, então, vivíamos sob o estigma de adversários e rotulados como desestabilizadores da ordem. Assim, éramos conhecidos como petebista e brizolista, o Arquilino Marcon, o Nívio Ludwig, o João Sucolotti, o Diunysio Cerutti, o Alberto Lizotti e outros tantos amigos engajados nos ideais nacionalistas de mudança.²⁶⁴

Vários desses amigos citados por Balestrin faziam parte do Grupo dos Onze, não como lideranças, mas como articuladores e militantes do PTB. A Figura 9 mostra alguns desses integrantes.



Fonte: Arquivo pessoal da família de Arquilino Marcon.

Figura 10: Os trabalhistas acusados de integrar o Grupo dos Onze, da direita para a esquerda: João Mariotti (MDB), os petebistas, encontro com cinco dos acusados de compor o Grupo dos Onze: Arquilino Marcon, José Balestrin, Vitalino Cerutti, Dionysio Cerutti, João Balestrin, (Aires Zabot – PMDB)

²⁶⁴ BALESTRIN, op. cit.

Em se tratando de partidos políticos, além do PSD, da UDN, PL, PTB, PDC, existia o PRP, que, para Balestrin, era “o fiel da balança política municipal, apoiado pela Igreja, pois seus integrantes eram os dirigentes leigos da Igreja Católica local, assim, nos pleitos municipais, os dois lados disputavam essas simpatias”.²⁶⁵

O primeiro líder local do PTB, Vergínio Cerutti, perdeu a primeira eleição municipal concorrendo com Pompilho Gomes Sobrinho. O segundo candidato do PTB foi Vitalino Cerutti, que perdeu as eleições para João Muniz Reis por uma diferença de votos muito pequena; no segundo pleito, na década de 1960, o candidato do PTB era o sobrinho de Vergínio Cerutti. Cerutti possuía uma liderança carismática, um bom discurso, e todos entendiam que aquela eleição era do PTB, pois o candidato da UDN, Arisoly Martelet, funcionário público da Inspetoria de Terra e situacionista, não tinha muita expressão. Balestrin explica que a derrota do PTB deveu-se a “[...] dez votos de diferença, ocasionada, por fraude na urna da localidade de Laranjeiras, a qual foi violada e chegou, assim ao escrutínio no Clube Harmonia, e nos do PTB não a impugnamos, porque aquela localidade era um reduto 100% PETEBISTA, e tínhamos a certeza de que ali estaria a vitória mais esmagadora para Vitalino Cerutti, foi um momento de ingenuidade, sem malícia, que a Direita nos deu uma surra”.²⁶⁶

Todas as lideranças políticas, especialmente as do PTB, freqüentavam o Bar Harmonia, que é citado nos depoimentos como um ambiente que marcou a história de Frederico Westphalen, por se constituir num ponto de encontro de discussões acerca da política local e regional. Balestrin escreveu sobre isso:

O fato mais marcante e que me levou a uma mudança de vida e alteração completa de meu futuro, foi quando adquiri o Bar Harmonia, local de ponto de encontro de lideranças locais, ponto de lazer das famílias, que à época, tinham poucas opções, os Clubes, o Bar Elite, voltado para a Juventude e o Bar Harmonia, com sua mesa de *snook*, suas mesas de carteados de final de semana, que praticamente ficavam 24 horas em funcionamento, onde era assistido pelo Delegado de Polícia, pelo Coletor Estadual, pelos revendedores de cerveja e bebida quente, pelos funcionários públicos e comerciantes locais, profissionais liberais, em especial algumas figuras que diariamente o freqüentavam até com duas paradas por dia, os farmacêuticos Benaldo Pedroso na sua Pepsi com Gim, alternada com Vodka, e seu rival Sr. Anuchker, bebedor de chope, fumante de charuto com suas discussões acirradas sobre política nacional e mundial, mostrando assim toda a diversidade intelectual e de costumes, assim era o ambiente, adulto, que fervia política diariamente, destacando ser um reduto puramente brizolista.²⁶⁷

²⁶⁵ BALESTRIN, mensagem recebida por <hballestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁶⁶ BALESTRIN, mensagem recebida por <hballestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁶⁷ BALESTRIN, op. cit.

A vivência no Bar Harmonia levou José Balestrin a se tornar mais interessado pelas questões políticas, dedicando atenção aos discursos de Leonel Brizola. Ele mesmo narra:

A época Deputado Federal no Rio de Janeiro, pela Rádio Mairick Veiga, ouvíamos as suas colocações e seus pontos de vista, sobre a situação do Brasil, os rumores apresentavam um cenário de incerteza, onde o Governo de João Goulart era contestado pela oposição cada vez mais americanizada, que contrariavam as reformas de bases, necessárias e defendidas pelo PTB. Quando Brizola percebeu que se encaminhava para um golpe de Estado, pela rádio, como fizera em 1961, segurando a época à democracia brasileira a qual levou João Goulart a Presidência pela renúncia de Jânio Quadros. Era uma volta a 1961, porém sem o poder de Governo, e neste ano de 1964 ainda no início de ano, Brizola pregava a formação dos Grupos dos Onze, os quais seriam a resistência civil e militar, fortalecendo as liberdades institucionais, dos que queriam Goulart mantido na Presidência e no caso de deposição como ocorreu, haveria a resistência pelos valores democráticos e a retomada inclusive de poder. Prontamente no Bar Harmonia, começamos a agrupar os companheiros em Grupos dos Onze, os quais por formulário, eram remetidos a Rádio Mayrink Veiga no Rio de Janeiro, mas, como a situação se agravou, e por segurança retivemos o envio, inclusive do primeiro grupo organizado, ficando na história, um episódio sem efeito, porém na comunidade, todos falavam e diziam haver muitos grupos dos onze, mas, a tempo, o material foi todo incinerado.²⁶⁸

A Campanha da Legalidade, coordenada pelo governador Leonel Brizola, e, posteriormente, o chamamento do deputado Brizola para a formação dos Grupos de Onze foram episódios de inquietude política que colaboraram para a afirmação dos partidos da direita reacionária, instituindo o golpe de 1964. Em Frederico Westphalen e região, um fato que aconteceu quando da instalação da ditadura e que ainda está presente na memória histórica coletiva, também narrado por Balestrin: “No dia 31 de março de 1964, os sinos da catedral de Frederico Westphalen, deram batidas fúnebres pela queda do regime democrático, sinalizando para todos os petebistas, dias ruins e futuro incerto, nós todos católicos, começávamos a ser tratados como comunistas, sem saber o teor da doutrina, e as perseguições começaram.”²⁶⁹

Os Grupos dos Onze Companheiros, os petebistas ou brizolistas, como gostavam de ser chamados, pensavam que não aconteceria o golpe, que estaria sendo preparada uma resistência, porém isso não se concretizou, como Balestrin relata:

Nos dias que antecederam e nos posteriores a 31 de março, nós achávamos que haveria um contra golpe, uma resistência, os boatos corriam, o Bar Harmonia era

²⁶⁸ BALESTRIN, mensagem recebida por <hbalestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁶⁹ BALESTRIN, op. cit.

infestado de notícias, As noites, reuníamos para saber o que fazer; do Destacamento da Brigada Militar, os meus companheiros Sargento João e Cabo Goulart informavam-me os passos para uma eventual resistência, tínhamos um planejamento de como agir, inclusive para tomar o poder municipal, a rádio, o destacamento militar, a delegacia de polícia, a telefonia e a energia elétrica e o telégrafo do correio, postos de gasolina [...] em cada cidade do Rio Grande do Sul, havia grupos de resistência prontos à voz de comando.²⁷⁰

Todos os brizolistas tinham a certeza de que, a qualquer hora, poderia acontecer a reação ao golpe de 1964, porém, para José Balestrin: “Nosso Líder Brizola informava que o contragolpe não aconteceria, pois o Rio Grande não estava unido, e haveria um derramamento de sangue, o que, principalmente Goulart, não desejava.”²⁷¹

O período tornou-se tenso e preocupante, pois, conforme Balestrin: “A operação do Cel Jefferson facassou e foi preso no Paraná, os documentos revelaram os líderes locais de vários municípios do Sul do País. As denúncias começaram, reforçadas por posições demagógicas de Udenistas locais, era a caça, o revide, a demonstração de poder, o puxaquismos aos militares, era a caça as bruxas, e lá nós estávamos como a principal liderança local de oposição ao Regime Militar.”²⁷²

José lembra que o cenário nacional era de cassação aos direitos políticos de todos os brizolistas e dos comunistas partidários. A revolução de 1964, segundo Balestrin, foi a revolução do entreguismos ao capital internacional, que deixou o país mais pobre e dependente do capital americano.²⁷³ Em Frederico Westphalen, já em 1964 começaram as prisões. José Balestrin conta:

O Exército levou a interrogatório mais de 150 frederiquenses, durante três dias foram ouvidos e soltos. Meses mais tarde, novo interrogatório, resumiram para cinco frederiquenses, dentre eles e Eu, Diunysio, Vitalino Cerutti. Mas não paravam as denúncias contra minha pessoa, assim em 1965, houve a minha prisão de 31 dias no quartel de Ijuí, como companheiro de cela o advogado e o capitão de reserva Josino de Assis, foram dias terríveis, nem banho de sol tivemos; nossas saídas da cela era para as refeições ou para ir ao banheiro e os depoimentos, com diferentes emissários, sem um fundamento, que levaram ao desespero, principalmente de Josino Assis, querendo, inclusive, se enforcar com o cinto de sua calça, que eu impedi, eram dias amargos, incertos e tristes.²⁷⁴

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ BALESTRIN, mensagem recebida por <hbalestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁷² BALESTRIN, op. cit.

²⁷³ Ibid.

²⁷⁴ Ibid.

Enquanto estavam presos, os companheiros de partido zelaram pela liberdade de José Balestrin, conforme seu próprio relato:

Principalmente o advogado e, posteriormente, Deputado Estadual pelo PMDB, Vilmar Taborda (amigo de juventude, quando estudei em Palmeiras das Missões), lutaram bravamente até obterem o meu *habeas corpus* antes de detonar o Ato Institucional n. 5, e junto com o Dr. Burmann que fora especialmente ao Rio de Janeiro para obter o despacho. Assim solto voltei a Frederico e fechei definitivamente o Bar Harmonia, que fora por mais de vinte anos um centro cultural e de lazer da cidade.²⁷⁵

Depois da prisão, a situação tornou-se mais difícil; sair do Brasil parecia a solução mais recomendada no momento, porém os problemas não terminariam com o exílio, como nos relata Balestrin: “Como o meu nome foi vinculado no levante da Serra do Caparaó, os jornais Globo e Correio do Povo noticiavam os denunciadores no caso o General Mourão, denunciando-na, sem que houvesse transposto qualquer fronteira estadual.”²⁷⁶ Acusado e denunciado de subversivo, de comunista, ele viu que:

Todas as portas se fechavam, a amargura tomou conta de mim, estava arrasado, sem forças, não fora à mão amiga de Arquelino Marcon, leal e solidário com minha tristeza, nunca me abandonou, também me lembro de Diunyzio Cerutti, Edgar Marques de Mattos, Alberto Lizotti, José Oliveira, fiquei isolado, as pessoas tinham medo de estar e falar, para não se comprometer, minha casa e meus passos eram vigiados pelo Tenente Heitor e informantes civis da cidade que se prestavam para tais atitudes.²⁷⁷

Juntamente com os problemas de ordem social, psicológica, o dinheiro começava a escassear e os projetos idealizados de um posto avançado de serviços Volkswagen, em sociedade com o ex-mecânico da Panambra Roig, estavam ruindo. O fechamento do bar e os empecilhos para a conclusão de um prédio na rua Maurício Cardoso descapitalizaram José Balestrin, que, para reunir dinheiro, teve de vender lote, veículo, instalações do bar, parte na sociedade da oficina mecânica. Contudo, o que conseguiu reunir era pouco para as despesas que teria pela frente, pois os fatos ocorridos, como a prisão em Ijuí, prenunciavam que a perseguição não pararia e que precaução era a palavra de ordem. Todos os companheiros eram unânimes em relação à saída de Balestrin do país. Arquelino

²⁷⁵ Ibid.

²⁷⁶ BALESTRIN, mensagem recebida por <hbalestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁷⁷ BALESTRIN, op.cit.

Marcon²⁷⁸ aconselhava José Balestrin a buscar informação em Palmeira, Passo Fundo e Porto Alegre.

Em novembro de 1965, Balestrin recebeu uma intimação para, em trinta dias, comparecer ao Doi-Codi de Curitiba-PR para se manifestar sobre o processo militar da V Zona Aérea, movido contra o coronel Jefferson e seus companheiros líderes do levante, e que fracassara. A partir disso, Balestrin começou a buscar uma saída para a situação; foi a Passo Fundo e encontrou-se com Jerônimo Vargas, primo de Getúlio Vargas, que o conduziu até o comandante do Regimento do Exército de Passo Fundo, junto ao qual reivindicou auxílio para a situação, porém ele lhe respondeu que nada podia fazer. Colocou, porém, uma viatura à disposição para que fosse a Curitiba. Registra Balestrin: “Diante disso, vi que a coisa era muito complexa, e que a saída era fugir do país.”²⁷⁹

Quanto ao retorno a Frederico Westphalen relata:

Falando com meu confidente, Arquelino Marcon, decidimos que iríamos falar com o Dr. Josino de Assis, pois, ele indicaria um caminho a seguir, e me aconselhou a sair do país, com exceção do Uruguai. Disse Josino: “Tu não deves ir para o Uruguai, vá para outro lado”. O amigo Sula Lima me falou: “vá para o Paraguai, meu irmão te ajuda por lá”. Arquelino Marcon, me orientou: “eu tenho um amigo Ângelo Buzella, em S.Miguel do Oeste, bem relacionado na Argentina”. Assim foi decidido que após o Sr. Buzella, confirmar procederíamos à viagem para Argentina.²⁸⁰

Conforme José Balestrin, Josino Assis esperava que Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul, fosse ajudá-lo quando esteve preso. Então registra o que Josino falava: “Meneghetti vai me tirar dessa, ele é meu sócio, não vai me abandonar.”²⁸¹ Balestrin conclui:

E aconteceu. O Dr. Josino de Assis saiu ileso depois daqueles 31 dias de cela, para nunca mais saber de política e se “reclusou” em sua fazenda em Palmeiras das Missões vindo a me visitar na Argentina em 1970. Aí entendi por que ele não queria que eu fosse para o Uruguai, ora se conto a história para Brizola do acordo que ele teria feito com o Dr Meneguetti, então Governador do Rio Grande do Sul e arquiinimigo de Brizola, sua amizade com Brizola, desmoronaria como manteiga no calor.²⁸²

²⁷⁸ MARCON, Leonida. Em entrevista concedida a Elenice Szatkoski em 11 nov. 2002. Arquelino Marcon era militante do PTB; dentista prático, trabalhou na cooperativa na parte de assistência dentária; foi preso em 1964 quando trabalhava em Caiçara, sendo transportado para a Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen, localizada onde atualmente é o prédio da Loja Quatrin. Trabalhista, getulista, brizolista, guardou por longos anos o quadro de Getúlio Vargas na principal sala da casa, tomando lugar de honra pela importância histórica do líder trabalhista. Fez questão de estar presente no retorno do exílio de Brizola e também no velório de Jango.

²⁷⁹ BALESTRIN, mensagem recebida por <hbalestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁸⁰ BALESTRIN, op. cit.

²⁸¹ Ibid.

²⁸² Ibid. José Balestrin encontrou-se com Brizola em Goiânia em 1981, onde recordaram os idos de 1964.

Para fugir para a Argentina, Balestrin seguiu a sugestão de Josino e recebeu o apoio do amigo Arquelino Marcon.²⁸³ Sabia, durante o tempo todo, que era vigiado; mesmo assim, correu o risco e, na véspera do Natal, com o automóvel de Arquelino Marcon, dirigiu-se para a barranca do rio Uruguai. Sobre o fato relata:

Eu peguei um barco e atravessei o rio, em uma noite de chuva e enchente de rio foi terrível. Em Mondaí, passei a noite no hotel da rodoviária e naquele Natal, juntamente com o Sr. Ângelo Guzella, com sua camioneta, por estrada de terra, fomos até a cidade de Barracão no Paraná, fronteira da Argentina e atravessamos a fronteira como turistas. O Sr. Ângelo Guzella, tinha um excelente relacionamento com os Argentinos, e fomos à casa de seu amigo Sr. Hovel Fernandez, fomos muito bem recebidos por ele e seu irmão professor Dilmer; fui apresentado como inocente e perseguido e que pretendia ficar na Argentina por problemas políticos, porém com um capital bom para investir em negócios, o que não era verdadeiro, mas era a maneira de eles se interessarem por mim.²⁸⁴

Com a intenção de estabelecer negócios na Argentina, os irmãos Fernandez providenciaram, juntamente com um amigo pessoal e chefe da polícia local, a confecção da documentação de imigrante para Balestrin, tudo movido, a princípio, pelo interesse de negócios. Assim, na posse de atestados de residência e de permanência, Balestrin dirigiu-se à capital da província de Misiones, cidade de Posadas e, em dois dias, obteve a cédula de identidade argentina, que lhe dava livre trânsito naquele país e igualdade de condições para abrir negócio com todos os direitos e as obrigações de um cidadão legalizado. Convém lembrar que, na década de 1960, a Argentina encontrava-se em regime democrático, o que facilitava muito as ações para a fixação de residência no país. No entanto, Balestrin escreve: “Como eu residia em região de fronteira, os militares (Germanderia Nacional), exerciam um poder de controle muito rigoroso sobre a população e seus atos, o que fazia com que eu fosse observado em minhas atitudes e atos.”²⁸⁵

²⁸³ MARCON, Leonida Marcon, ao relatar acontecimentos históricos da década de 1960, conta que as indisposições eram tantas entre os partidários do PTB e do PSD/UDN que nem mesmo os cães ficaram de fora das brigas políticas. Seu esposo, Arquelino, que exercia o ofício da caça, tinha um cão de valor estimativo especial, porém, como eram vizinhos do prefeito Arizoly Martellet, este, usando de sua autoridade de prefeito, exigiu que o cão fosse retirado do perímetro urbano através de carta oficial com o seguinte teor: “Em data de 10 de abril p. passado, nos dirigimos a V.S. solicitando a retirada de um cão de sua propriedade que, com uivos e latidos durante a noite, vem perturbando o sossego público.” Assim que recebeu a correspondência, Marcon respondeu: “Tão logo recebi o primeiro dos ofícios acima referidos, providenciei para que se aquietasse o animal, o que efetivamente consegui, pela mudança de instalações e afastamento das causas que o excitavam [...] Tenho necessidade de mantê-lo em minha residência, a exemplo, aliás, de outros munícipes [...] segundo informações colhida de meus vizinhos, para confirmar minha própria constatação, meu cachorro não está perturbando o alheio descanso.” Assim a indisposição política entre o prefeito do PSD/UDN e seu vizinho do PTB fica para a história como “o caso do cão”.

²⁸⁴ BALESTRIN, mensagem recebida por <balestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁸⁵ BALESTRIN, op. cit.

Com suas escassas economias, Balestrin realizava negócios *free-lance*. Como era um cidadão que mostrava boas atitudes e disciplina, logo construiu amizades e integrou-se aos costumes locais. Com o tempo, passou a ter uma certa independência, obtida com o fruto do trabalho que realizava com Susini, comerciante em atividades de importação de madeiras, proprietário de posto de gasolina e padaria. José Balestrin estava instalado precariamente, porém sentia segurança. “Em junho de 1966, minha esposa e filhos se mudaram também, e nos unimos e passamos a morar em Bernardo de Irigoyen e, com as vendas de bens do Brasil, comprei uma casa e montei um estabelecimento comercial e ali ficamos até março de 1971, quando retornei ao Brasil.”²⁸⁶

No período em que permaneceu na Argentina, a situação de Balestrin era de preocupação, pois os companheiros e as notícias que chegavam eram de que a revolução no Brasil fazia vítimas e fora um período de protestos e seqüestros, fazendo com que a investigação brasileira chegasse às fronteiras. A maior coincidência foi, conforme escreve Balestrin, que,

em 1968, o Pe. Grassi esteve frente a frente comigo em meu estabelecimento comercial, acompanhado de outras três pessoas estranhas e, cordialmente o recebi, porém, a partir daí, minha situação passou de tranquilidade para um novo terror, pois passei a ser investigado pela Inteligência do Exército Argentino, que me levou a fazer depoimentos com oficiais que queriam saber os motivos de minha estada naquele país e que, de comunistas e terroristas, eles não fariam questão em seu país, aí, então, passei a ter que provar que eu não era comunista e terrorista, me utilizando até da visita do Monsenhor Vitor Battistella, para mostrar que eu era uma pessoa injustiçada e de boa índole.²⁸⁷

José Balestrin, com a experiência mais de um perseguido político do que de um exilado político, percorreu um longo caminho de sofrimento e angústia para garantir a sua liberdade e a de sua família. Escreve ele:

A minha convivência com a comunidade de Bernardo de Irigoyen era fazer só amigos e, participando da Igreja Católica na Argentina, davam-me respeito e condição para enfrentar as dificuldades. Em 1971, fui julgado na III auditoria de guerra em S. Maria, à revelia, porém com advogado constituído, o Deputado Estadual Vilmar Taborda. Obtive minha inocência quanto às denúncias. Assim, recebi, em Bernardo de Irigoyen, a visita dos Irmãos Taborda, Vilmar e Valmir e do amigo Arquelino Marcon, que me informaram da decisão, solicitando todos a minha volta, como uma demonstração de vitória, e é óbvio que, mesmo estando economicamente razoável na Argentina, meu país era o Brasil, e o sentimento patriótico falou mais alto; e decidi voltar, fiz liquidação de meus negócios e coloquei minha propriedade a venda; retornei a Frederico Westphalen.²⁸⁸

²⁸⁶ BALESTRIN, mensagem recebida por <hbalestrin@uol.com.br> em 27 set. 2002.

²⁸⁷ BALESTRIN, op. cit.

²⁸⁸ Ibid.

O retorno foi outra realidade enfrentada por Balestrin e sua família, pois nem mesmo sua propriedade ele pôde ocupar, tendo de solicitar a desocupação. Como as economias eram insuficientes para recomeçar uma atividade para o sustento de sua família, tomou a decisão de viver no estado do Mato Grosso e, após, em Goiás. Em meio à adaptação em Goiânia, Balestrin encontrou-se com Leonel de Moura Brizola e com ele tratou das dificuldades passadas durante o período do exílio e da clandestinidade.



Fonte: Acervo histórico da família Marcon de Arquelino.

Figura 11: Encontro entre Leonel de Moura Brizola e José Balestrin em Goiânia e 1981, momento em que recordaram os idos de 1964

José Balestrin é um mito da época da repressão política em Frederico Westphalen, e todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, no caso familiares e amigos, sabem de algum detalhe desse episódio e do envolvimento de Balestrin no Grupo dos Onze e em outras manifestações de ordem política. Foram esses fatos que o levaram a buscar o exílio.

Balestrin foi defensor do trabalhismo, adepto do brizolismo nacionalista. Os discursos inflamados que eram produzidos no Bar Harmonia na defesa de reformas de base

e da necessidade de criação dos Grupos dos Onze estavam inseridos num processo de redemocratização que era necessário segundo a configuração que o Brasil e o resto do mundo estavam buscando, com a afirmação de democracia no pós-Segunda Guerra Mundial. Os companheiros do Bar Harmonia não sabiam, no entanto, que as suas falas, os seus discursos lhes iriam provocar perseguição e repressão política que vivenciaram.

5.3 A Igreja Católica e o poder local

Durante a década de 1920, no auge da colonização da região do médio Alto Uruguai, fração territorial do nordeste do Rio Grande do Sul, os representantes locais eram Vazulmiro Dutra e Frederico Westphalen, que controlavam o poder político e institucional que possuíam ao terem organizado e disposto terras para comercializar ou assentar colonos oriundos de outras regiões do estado.

Esse poder de mando local na indicação de nomes para cargos públicos, no controle eleitoral, na busca da ordem e na implementação dos ideais positivistas caracteriza a primeira fase política da então Vila Barril, que pertencia, política e administrativamente, a Palmeira das Missões. Loiva Otero Félix,²⁸⁹ quando trabalha sobre o coronelismo, faz referências às ações de Frederico Westphalen e à sua participação política nessa fração do estado.

Há uma segunda fase política regional na qual queremos nos deter por considerarmos ser o momento de formação da mentalidade. Foi a presença, desde 1932, do padre Vitor Battistella,²⁹⁰ que se transformou numa figura mitológica na região em virtude de seus feitos junto à comunidade dos migrantes italianos, poloneses e dos nativos caboclos e, mais tarde, dos “taquarianos” (trabalhadores nacionais que migraram do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, para esta região), dos analfabetos, desprovidos de instrução e que viam, na figura do religioso o grande líder local. Trata-se de um cidadão que foi padre e político e que estabeleceu o controle cultural e político da comunidade, ditando regras a partir dos discursos pronunciados no púlpito da igreja. Utilizando o saber

²⁸⁹ FÉLIX, *Coronelismo*. 1996

²⁹⁰ Padre Vitor Battistella nasceu em 1905 em Tapera - RS; estudou em São Leopoldo; foi ordenado em 1930, mudando-se para a vila Barril em 1932, período que se estendeu até 1973, ano de seu falecimento. Durante aproximados quarenta anos exerceu forte influência cultural, política e econômica na mentalidade do povo que formava uma região de recente colonização.

da fé e da palavra como arma de poder, esse religioso manteve influência sobre a população até os dias atuais.

Para essa discussão, que envolve um controle social, mentalidades, mitos, heróis, faz-se necessária a utilização de um referencial teórico sobre o universo político, o que envolve a memória e o imaginário. Assim Evelyne Patlagean escreve:

O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que ultrapassam o limite dos fatos comprováveis pela experimentação e pelos encadeamentos dedutivos que esta autoriza, o que equivale a que cada cultura e, portanto, cada sociedade, logo cada nível de sociedade complexa, tenha o seu imaginário [...] a angústia inspirada pelas inquietantes incógnitas do futuro e do presente; a consciência do corpo vivido, a atenção prestada aos movimentos involuntários da alma, aos sonhos, por exemplo; o questionamento sobre a morte; as harmônicas do desejo e da sua repressão; a convenção social, geradora de encenações da evasão ou da recusa, tanto pela narrativa utópica lida ou ouvida e pela imagem como pelo jogo, pelas artes da festa e do espetáculo. Daí resulta que, se quisermos conhecer, através de todos estes temas, o imaginário das sociedades distantes de nós no tempo e no espaço, teremos de traçar a linha divisória que o separa do real exatamente no ponto em que ela passa por nós próprios e pela nossa própria cultura.²⁹¹

A autora trata de um ponto fundamental: para compreendermos o imaginário das sociedades distantes de nós, temos de compreender o que isso significa na nossa própria cultura. No caso da Igreja e da influência na construção do imaginário local, Eduardo Colombo, em *El imaginário social*, escreve: “[...] a Igreja coordenou o real e o imaginário através das explicações transcendentais e exerceu um poder inigualável sobre as populações a ela subjugadas [...]. Este pensamento que controla e usufruí do imaginário para deter o econômico, político e religioso, vai ser objeto de discussão de um novo pensamento mais racional.”²⁹²

Citar Eduardo Colombo é importante nesse contexto uma vez que as ações de padre Vitor na comunidade de Frederico Westphalen basearam-se num modelo de organização que envolveu a construção de obras e a participação do povo, a exemplo da relação Igreja/povo na Idade Medieval.

Quando nos debruçamos sobre os discursos do padre Vitor na capela, utilizando o púlpito, espaço de realização dos sermões e da afirmação do poder das palavras do sacerdote, percebemos o quanto o discurso é um dos instrumentos da história da memória e

²⁹¹ LE GOFF, Jacques. et al. *La nouvelle histoire*. Coimbra – Portugal: Almedina, 1990. p. 292. Texto: “A história do imaginário.” Evelyne Patlagean é professora de História da Antiguidade na Universidade de Paris-X. Autora de diversos artigos e obras, colaboradora na *Revista dos Anais, Economias, Sociedade e Civilizações*.

da produção do imaginário largamente utilizado pela Igreja para a afirmação de seus dogmas. Um dos discursos mais interessantes a ser analisado aqui é o pronunciamento do padre a respeito da teoria marxista, com o título “Capital e trabalho”. No decorrer da leitura do discurso, podemos perceber como as palavras do sacerdote poderiam interferir ou marcar a memória e o imaginário social da época. O discurso foi intitulado de “Conferência, no festival em homenagem ao Papa Pio XI, pelo Pe. Vitor Battistella em 29 de junho de 1936”.²⁹³

O discurso “Capital e trabalho” reflete o pensamento do padre Vitor a respeito do capitalismo e do socialismo e mostra como o tema foi trabalhado localmente. O religioso demonstra conhecimento, faz análises de situações globais ao se referir às situações de trabalho e comunismo no mundo no período. Em nível nacional, aborda temas que perpassam a ação do Estado Novo, de Getúlio Vargas, com as leis trabalhistas, e, para melhor se fazer entender no meio onde atuava, discursa com exemplos típicos do interior, tratando da exploração e da mais-valia e citando produtos originários da terra. Também é importante observar a defesa que ele fez dos capitalistas, citando os Matarrazos e alertando sobre o caos em que se transformaria uma sociedade governada por trabalhadores. Isso porque política e economia eram assuntos que somente os “cultos”, na concepção de padre Vitor, poderiam debater e trabalhar.

Essas idéias de cultura, poder e política estão vivas no imaginário e na memória dos frederiquenses, que delegaram poderes políticos a quem demonstra ser “iluminado” para essa prática. O poder político da “ala direita” (padres que atuam em favor da elite local) da Igreja Católica também era muito forte, apoiado por antigos adeptos dos seus discursos e seguidores de suas doutrinas. A Igreja teve uma forte influência no “ser” da comunidade, resquícios de tempos passados/recentes. Padre Vitor, ao reproduzir o discurso da Igreja e o seu próprio discurso, ajudou a construir uma sociedade apegada a bens materiais e possuidora de um elevado *status* social aparente, que não correspondia muitas vezes à realidade. O mito do padre líder do povo, empreendedor, permanece nas mentes e no imaginário. Esse mito e as palavras do padre, claramente em favor do capital e contra as teorias marxistas, resultaram num processo de aversão, até na atualidade, a partidos de esquerda, a movimentos sociais, a manifestações populares, a formação sindical etc. Vavy Pacheco Borges registra a respeito: “[...] os mitos têm função explicadora, fornecendo um

²⁹² COLOMBO, Eduardo. *El imaginário social*. Montevideu - Buenos Aires: Altamira, 1993. p. 9.

certo número de chaves para a compreensão do presente, têm também um papel mobilizador.”²⁹⁴

O imaginário está na ordem do dia como uma das mais instigantes tendências de análise de nosso *fin de siècle*. Apresenta-se no bojo de uma série de constatações relativamente consensuais e caracterizou a nossa contemporaneidade no apagar das luzes do século XX: a crise dos paradigmas de análise da realidade, o fim da crença nas verdades absolutas legitimadoras da ordem social e a interdisciplinaridade. Ainda que o controle do imaginário, de sua produção, de sua difusão e de seu gerenciamento assegure, em degraus variáveis, um impacto sobre as condutas e atividades individuais e coletivas, permite canalizar energias, influenciar as escolhas coletivas nas situações surgidas tanto incertas quanto imprevisíveis. Estar-se-ia, pois, diante de um novo ingrediente: o da manipulação, que jogaria com os sonhos coletivos e com as forças da tradição herdadas de um cotidiano imemorial, forjando mitos, crenças e símbolos. Não queremos reduzir o imaginário social à ideologia, nem opor a esse jogo de intenções e socialização de idéias deliberadas o potencial libertador e subversivo da utopia. Não cabem posições maniqueístas, que, inclusive, reduzem a complexidade do contexto social e a riqueza das representações possíveis que ele comporta.

Bronislaw Baczko inspira-se na tradição antiga e retoma amplamente a experiência da propaganda real contra o poder eclesiástico (especialmente o dos legistas), daí elaborando a sua teoria: governar é fazer crer. Põe em destaque as relações íntimas entre o poder e o imaginário, ao mesmo tempo em que resume a atitude técnico-instrumental perante as crenças e o seu simbolismo, em especial perante a religião. O exemplo de Maquiavel é importante na medida em que tratamos o poder, o governar, o usar o sacerdócio como forma de poder simbólico manipulador para impor a forma de pensar e de interferir nas mentalidades.²⁹⁵

Peter Burke trabalha a imagem construída através de símbolos que expressavam a forte personalidade do rei Luís XIV²⁹⁶ e revela também como as imagens são construídas no cotidiano. Essa exemplificação, para Frederico Westphalen, apesar da inexistência do

²⁹³ BATTISTELLA Vitor. Discurso conferência, no festival em homenagem ao Papa Pio XI pelo Padre Vitor Battistella, em 29 de junho de 1936. Arquivo pessoal do historiador Breno Antonio Sponchiado.

²⁹⁴ BORGES, Vany Pacheco. História política: totalidade e imaginário. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, v. 9, p. 158, 1996.

²⁹⁵ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Brasília: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986. Enciclopédia Einaudi, v. 5, p. 301.

²⁹⁶ BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

rei, mostra que se produziu a imagem forte do sacerdote todo-poderoso, que andava montado no seu “Cavalo Zaino”; que dominou a cultura; construiu obras nas quais fortaleceu o seu poder e exerceu o controle social por meio da fé. A catedral, sua obra mais importante construída entre 1950-1959, é o templo que expressa a concretização última da personalidade do padre Vitor, que utilizou todo o seu conhecimento para impor a sua vontade.

Hoje, ao falar do padre Vitor, ou de suas marcas deixadas na sociedade, aparecem expressões como “grande líder, homem forte, imponente, dotado de uma oratória perfeita, baluarte da história local, um grande sacerdote, ensinou o povo a ser ávido por bens capitais, dominava a cultura, manipulava com palavras o povo” etc. Loiva Otero Félix reforça a teoria de que um imaginário social se organiza como um campo de força em torno de alguns significantes-chave contidos no mito e nos mitos fundadores da cultura que lhes são próprios. O mito é o contexto global da significação e da experiência primária do indivíduo.²⁹⁷

Márcia Regina Capelari Naxara aborda a importância da reflexão sobre a criação e circulação dos mitos na sociedade moderna, ou nas sociedades de forma geral, no sentido de, ao falar das coisas, dar-lhes um sentido de constatação, de modo que a sua existência pareça ser decorrente da própria natureza. É essa a força do mito.²⁹⁸

Os mitos são criados historicamente e somente um processo de desvendamento com relação aos mecanismos que possibilitaram a sua criação é que pode permitir sua mudança ou substituição. O imaginário coletivo é o conjunto de imagens que estabelecem valores, que instigam ações, definem objetivos e punem desvios de conduta. Inseparáveis do grupo que as originou, essas imagens são capazes de conferir identidade à sociedade política e aos integrantes de cada um deles. São evidências implícitas que, ao distribuir identidades, expressam as necessidades coletivas e asseguram (ou buscam assegurar) a recondução/pacificação das relações sociais. O imaginário coletivo pode ser dividido em ideologia, religião e mito.

Raul Girardet mostra o papel das manipulações que estão a serviço, no exemplo francês, do complô e da conspiração: a corrupção, o aviltamento dos costumes, a desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais, ou seja, manipulações

²⁹⁷ FÉLIX, Loiva Otero. *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS. p. 143.

²⁹⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. A construção da identidade: um momento privilegiado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, V. II, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992, p. 181-190.

que atingem “as fontes mais profundas da vida”.²⁹⁹ Também é importante o trabalho sobre o campo do imaginário, do simbólico, dos rituais do poder. Em outros períodos ocorrem debates sobre o papel do imaginário e dos sentimentos na política, na qual passam a importar crenças, idéias, normas e tradições, que dão colorido e significado à vida política em determinado contexto.

Em outros discursos, padre Vitor expressou a emoção que tivera ao ver Mussolini na Itália, bem como revelou seu apoio a atitudes do Estado Novo de Vargas no Brasil. Em um segundo momento, criticou manifestações que haviam ocorrido na cidade em repúdio às ações de Hitler e Mussolini, dizendo que, com tais atitudes, o povo insultara dois cristãos. Nesses líderes, ele buscava a imagem do poder, do autoritarismo, este que o faria exigir dinheiro dos agricultores, proibir a leitura de determinados livros, abrir um cinema de cunho católico, falar das “bebedeiras”, da moda dos “cabeludos”, do comportamento de “boa moça, esposa e mãe, que as mulheres deveriam ter”.

Como se constitui o poder? Para que o poder? Michel Foucault refere-se à concepção marxista de poder e trata da funcionalidade econômica do poder.³⁰⁰ O papel do poder seria manter as relações de produção e reproduzir uma dominação de classes. A razão do poder político estaria na economia. Na concepção jurídica, o poder apresenta-se como um direito através de um bem que pode ser transferido ou alienado, por cessão ou contrato, pelo poder concreto para constituir um poder político, representativo, numa troca contratual, na relação econômica.

Loiva Otero Félix trabalha conceitos das várias faces da memória, sendo elas subterrâneas; nesse caso, das memórias de minorias, de excluídos e marginalizados, bem como a clivagem entre a memória oficial dominante e memórias subterrâneas. Escreve Félix: “[...] as lembranças, constituídas nas relações sociais, são mantidas nos diversos grupos de referência e também nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religião, ancoradas no vivido, na experiência histórica”.³⁰¹ A memória está intimamente ligada ao imaginário; é através da ligação entre ambos que poderemos entender a história vivida pelas sociedades, principalmente aquelas de que fazemos parte.

Nos primeiros tempos em que o padre Vitor foi responsável pelo distrito de Frederico Westphalen, já demonstrava em seus discursos um combate ao desenvolvimento

²⁹⁹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 12.

³⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: 1990. p. 166-167.

³⁰¹ FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupef. p. 41-42.

de teorias e práticas comunistas. Nos cadernos de “prédicas”,³⁰² ele registrou discursos nos quais alertava o povo para o momento importante pelo qual o mundo estava passando, um período constituído de agitação e que marchava para as grandes transformações sociais, econômicas e religiosas. Assim o religioso escreveu: “Surgem, por toda parte, novas idéias, novos conceitos e prega-se a necessidade de ‘reformas’”³⁰³ e de atitudes diferentes.”³⁰⁴

Para padre Vitor, o cristão deveria saber orientar-se em meio a todos esses fatos e doutrinas sem perder a fé e sem prejudicar a alma. Ainda que, no mundo de então, existisse um grande choque de idéias e ensinamentos, esses projetos, se viessem para a verdade, eram bem-vindos; porém, muitos desses não procuravam a “verdade, mas sim o seu próprio interesse e do seu partido”.³⁰⁵

Segundo o padre Vitor, a resposta estava no Evangelho, onde todo o cristão deveria buscar orientação, pois o reino dos céus seria semelhante a um campo semeado onde se espalhara o joio, e também semelhante a uma rede lançada ao mar, com a qual se apanha toda espécie de peixes. Dizia o catecismo: “Qual o verdadeiro cristão? Verdadeiro cristão é aquele que é batizado, crê e professa a doutrina de Jesus Cristo (J. C.), sob a obediência dos legítimos pastores, especialmente o papa.”³⁰⁶

É importante perceber no discurso do padre Vitor o alerta em relação ao trabalho, quando citava as passagens bíblicas que reportam à atividade da pesca, bem como à agricultura, com a semeadura dos campos, reforçando que o sustento vem do suor da atividade humana; logo, somente quem trabalhasse teria direito a chegar ao reino dos céus e a gozar os bens materiais terrenos. Esse religioso conclamava os fiéis para que ficassem unidos com a Igreja Católica e grifava palavras-chaves em seu discurso:

Fala o comunismo, fala o socialismo, fala o capitalismo, fala o nacionalismo e fala a Igreja – nós estaremos com a Igreja! Falam estadistas, falam políticos, falam homens de partido, falam demagogos, falam agitadores, falam exploradores do povo e fala o Papa: Nós estaremos com o Papa! O papa falou ultimamente com voz clara e forte que todo o mundo ouviu em duas grandes cartas encíclicas “Mater et Magistra” e “Pacem in Terra” apontando rumo certo e as soluções que conseguem dar, que é preciso dar aos problemas que afligem hoje a sociedade humana e os factos no terreno social, político, econômico e religioso.”³⁰⁷

³⁰² Caderno de Prédicas de Pe. Vitor Battistella. *Recomendações aos fiéis-Vida Cristã*. Texto datado de 19 maio 1963. Arquivo pessoal do historiador Breno Antônio Sponchiado.

³⁰³ Várias palavras serão grifadas no texto pelo próprio padre Vitor numa tentativa de reforçar o discurso.

³⁰⁴ *Cadernos de Prédicas*.

³⁰⁵ BATTISTELLA, *Recomendações aos fiéis - Vida Cristã.. Cadernos de Prédicas* [1963]

³⁰⁶ BATTISTELLA, op. cit.

³⁰⁷ Ibid.

Habilidoso na oratória e na escrita, conhecedor dos problemas políticos e econômicos do Brasil que estavam em pauta no início da década de 1960, e especialmente em 1963, época em que escreveu as prédicas, o padre era defensor e partidário do PSD e apelava para o Evangelho para justificar suas tendências políticas. Escrevia:

Cuidado com os falsos profetas que se apresentam, a nós cobertos com pele de ovelha mas por dentro são lobos roubadores. Há atualmente em nossa pátria muitos destes falsos profetas que fingem pretender a salvação do povo, que parecem ter dó do povo que sofre e geme. Entretanto pregam abertamente contra a Igreja, criticam surpreendentemente os [...] e o clero, procuram dividir os católicos e as forças da ordem e espalhar a confusão e a revolução para dela tirar proveito e o [...] resultado de tudo isso no final é o povo ficar escravo na pior de todas as misérias, sem liberdade, sem propriedade, sem família, transformado em uma máquina do Estado, em instrumento de humilhação e de vilipêndio. Cuidado com os falsos profetas! A Igreja falou, os bispos do Brasil também estão falando e avisando ouçam em quanto é tempo!³⁰⁸

Padre Vitor sempre teve prestígio em razão da autoridade que exercia. Ele mesmo escreveu em diversos momentos sobre a sua admiração por Benito Mussolini, entre outros. Também sempre se envolveu nas atividades político-administrativas da vila Frederico Westphalen, posteriormente município, coordenando suas “ovelhas” de acordo com o grupo político que representava. Assim, em meados de 1960, momento político delicado também na região, ele escreveu: “O prefeito que realmente se esforça e se dedica ao seu árduo labor de prover o bem público necessita e merece sentir-se cercado de acatamento, de aplauso e de admiração.”³⁰⁹

A “dura cruz” do administrador, para o padre, tornar-se-ia menos pesada se ele estivesse cercado de apoio, mas, na sua opinião, por mais brilhante e fecunda que pudesse ser uma administração, sempre apresentaria falhas, pontos fracos. Era, segundo ele, praticamente impossível um administrador cuidar de tudo; então, referindo-se ao que não fora realizado, o padre Vitor alertava: “E esta coisa que fica para trás é que se presta aos maldizantes para denegrir o trabalho do administrador, uma injustiça que reflete grande [...] do bom senso e de sinceridade [...]. Nada adianta limitar-se a criticar nas rodas de amigos, desfazer a administração.”³¹⁰

Além de explicar o papel do administrador público, o padre utilizava-se dos meios que lhe eram propícios para chamar a atenção dos contrários à administração do PSD,

³⁰⁸ BATTISTELLA, Recomendações aos fiéis - Vida Cristã. *Cadernos de prédicas*. (1963).

³⁰⁹ BATTISTELLA, Vitor. Administração pública. *Cadernos de prédicas*. (1960).

³¹⁰ BATTISTELLA, op. cit.

representada no período pelo prefeito Arisoly Martellet, o qual possuía adversários políticos nas fileiras do PTB/PRP.

Todas essas ações e discursos estavam inseridos dentro da campanha do anticomunismo pregada abertamente pela Igreja Católica no pós-1945, em pleno processo de redemocratização do país. Nesse contexto, a Igreja fundou a Liga Eleitoral Católica (LEC) com o objetivo claro de “incentivar a qualificação do maior número de católicos; orientar os eleitores católicos sobre os partidos e candidatos com condições de merecer o voto; apresentar aos partidos e candidatos um programa mínimo de reivindicações atinentes aos interesses superiores da Igreja e da consciência católica e exigir o compromisso formal de respeitá-las e defendê-las como condição para obter o voto do eleitorado católico”.³¹¹

Diante disso, na vila Frederico Westphalen, o padre Vitor organizou uma junta da LEC, tendo uma comissão central e, em cada capela, uma comissão auxiliar. Sponchiado relata que “nas igrejas, desencadeou-se uma forte propaganda sobre o dever cristão do voto e da prevenção contra a ameaça comunista”.³¹² As ações da LEC foram consideradas vitoriosas, pois apoiaram candidatos que tinham como objetivo a garantia da paz, da tranqüilidade, do progresso e da religião. A Igreja desprezava candidatos cuja orientação era comunista ou que tivessem alguma tendência de “esquerda”, pois o socialismo não era bem-vindo em lugares onde a estrutura do capital estava começando a se enraizar.

As ações da LEC não passavam despercebidas pelas lideranças do PTB, as quais se sentiam, por vezes, prejudicadas politicamente. Nesse sentido, Vergínio Cerutti enviou telegrama, datado de 13 de outubro de 1954, ao deputado estadual eleito Leonel Brizola, no qual se percebe a campanha anticomunista, bem como o não-apoio da Igreja ao PTB, o que fortalecia os candidatos do PSD. Assim Vergínio se expressou: “Felicito amigo grande votação. Sinto traição padres indo casa colonos entregando cédulas alegando PTB comunista e caso votassem nosso partido ficariam sem padres. Dia eleição Pe. fez verdadeiro comício dentro da Igreja quando um cabo do Exército foi até o púlpito mandando calar. Creio temos razões anulação eleição.”³¹³

³¹¹ SPONCHIADO, Breno Antônio, op. cit., p. 91.

³¹² Ibid. Junta da LEC era formada por Luiz Gaviolli, Arcelino Pujol, Vitalino Cerutti, Ciro Binotto, Luiza Gaviolli e Pe. Albino Busato.

³¹³ Telegrama de Vergínio Cerutti a Leonel de Moura Brizola, datado de 13 out. 1954, conforme documentação do AHM.

Em 1954, foi expedido um aviso da LEC no qual o padre Vitor comunicava a padre Luizinho Sponchiado³¹⁴ que a LEC proibira os católicos de votarem no deputado Rui Ramos, candidato a senador pelo PTB, bem como nos candidatos da Frente Popular, isso nos partidos socialistas e comunistas, sob pena de “pecado mortal”.³¹⁵ O padre Vitor recomendava também uma votação maciça, evitando dispersão de votos, nos homens de que a religião precisava mais, citando os candidatos Daniel Faraco, Líbero S. V. Cunha, Mariano Beck e Armando Câmara.

Esses fatos mostram a influência da Igreja no trabalho da LEC, bem como a formação de uma mentalidade que se construiu ameaçada por “penas” que seriam pagas no inferno, pois o pecado mortal não teria perdão; também vigorava a concepção de se evitar a dispersão de votos, de votar para não perder o voto, ou, ainda, votar nos candidatos indicados pela Igreja ou guiados pelo cabresto da Igreja local.

A Igreja precisava combater o comunismo pelo seu próprio temor, por ser uma instituição capitalista e que ensinava seus fiéis a se tornarem capitalistas, na mesma medida e ao mesmo tempo em que repudiava qualquer manifestação de cunho comunista. Assim, o imaginário popular era lapidado constantemente por discursos e pregações, estimulando-se uma total aversão da população a qualquer manifestação de caráter oposicionista.

Analisando os integrantes da comissão central da LEC, notamos que Vitalino Cerutti, que mais tarde foi acusado de ser comunista e chefe do Grupo dos Onze, ocupava o cargo de tesoureiro, mostrando nessas ações a integração que tinha com a Igreja, bem como sua postura anticomunista.

Além da ação dos padres nas comunidades e dos discursos do padre Vitor, circulava nas comunidades, e especialmente entre as “pessoas mais cultas”, o jornal católico inicialmente conhecido na região da Serra por *Liberta*, redigido em italiano; mais tarde o periódico passou a chamar-se *Colono Italiano* e *Stafetta Rio-grandense* e, a partir de 1941, *Correio Riograndense*. Esse jornal também teve papel fundamental na divulgação dos valores cristãos e na propaganda anticomunista desencadeada no período. Assim Sponchiado registra: “Em 1942, havia 17 assinaturas do diário porto-alegrense ‘A Nação’, 60 do semanário católico ‘Correio Rio-grandense’, 10 do ‘Estrela do Sul’, 200 do

³¹⁴ SPONCHIADO, Luizinho. *Diários do Pe. Luizinho Sponchiado*. Nova Palma: Centro de Estudos Genealógicas, 18 set. 1954.

³¹⁵ *Ibid.*, Expressão conforme consta no documento.

semanário 'O Domingo', outras das revistas 'Flores do Carmelo', 'Vida e cultura', 'Mensageiro de N. Sra. da Salette'."³¹⁶

Desse modo, fica claro que as leituras, mesmo que reduzidas, realizadas na paróquia eram todas diretamente ligadas à Igreja, fortalecendo o pensamento e a divulgação do catolicismo, cuja verdade centrava-se nos ensinamentos propagados através do papa ou de seus representantes legítimos, os padres. Para Carla Simone Rodeghero, "o combate ao comunismo foi, na verdade, um combate a tudo aquilo que a Igreja identificou como comunismo e que atingia diretamente a questão da moralidade, e é isso justamente o que distingue o anticomunismo católico dos demais".³¹⁷

Quanto à relação do anticomunismo com as eleições, é necessário o entendimento de acontecimentos políticos ocorridos em nível mundial e nacional, de caráter determinante, sobre os quais Rodeghero disserta:

A possibilidade da utilização do anticomunismo como uma arma eleitoral estava, assim, relacionada aos acontecimentos do período, alguns deles considerados de fundamental importância: o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no quadro da guerra fria; a atuação do PCB tanto na legalidade como fora dela; a denúncia dos crimes de Stálin; a política desenvolvida no governo de Leonel Brizola; a repercussão da Revolução Cubana; o crescimento das manifestações populares em torno das reformas de base de João Goulart.³¹⁸

A maioria das pessoas acusadas de pertencerem ao Grupo de Onze em Frederico Westphalen e região, que fossem correligionárias do PTB ou lideranças políticas, fez questão, nos depoimentos prestados durante a sindicância, de afirmar a sua postura católica e anticomunista. Entendemos essa postura de negação comunista e de afirmação do catolicismo como forma de fugir da perseguição e da repressão de que eram vítimas.

Nesse contexto, José Alves de Oliveira declarou que era um homem doente do coração, com família numerosa e que nunca fora simpatizante do comunismo, ideologia que contrariava sua formação religiosa.³¹⁹ Já o depoimento de Emílio Dal Piva registrou: "É católico e, como tal, não aceitaria ideologias comunistas, nem lutaria contra seus irmãos."³²⁰

³¹⁶ SPONCHIADO, Breno. Escola Católica x Escola Leiga. In: Meio século de educação cristã. *Revista Escola Nossa Senhora Auxiliadora*, Frederico Westphalen: Propagare, 1997. p. 14.

³¹⁷ RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 71.

³¹⁸ RODEGHERO, op. cit., p. 108.

³¹⁹ OLIVEIRA, José Alves de. Depoimento prestado em 29 maio 1964; consta no IPM.

³²⁰ DAL PIVA, Emílio. Depoimento prestado em 28 maio 1964; consta no IPM.

Complementando, em seu depoimento, Severino Candatem contou: “É católico praticante e jamais aceitaria a ideologia comunista, não tendo a que atribuir que seja denunciado como participante do chamado Grupo dos Onze.”³²¹ Rodeghero explica que isso acontecia porque

a Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população e, portanto, dos eleitores. Tal discurso foi apropriado pelos candidatos e usado como escudo ou lança contra seus oponentes, independentemente até do posicionamento ideológico de cada um. Assim, pode-se depreender que o combate da Igreja ao comunismo não atingia apenas os fiéis isoladamente, mas repercutia no plano político-eleitoral e na definição de quem passaria a dirigir os destinos do Rio Grande do Sul. Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política; por isso os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas.³²²

No tocante aos acontecimentos que envolveram o episódio de 1964, o bispo diocesano João Hoffmann escreveu uma carta datada de 2 de fevereiro de 1964 para Vitalino Cerutti, indagando-o sobre o que estava ocorrendo, sobretudo em nível local. Assim escreveu Hoffmann:

Para meu governo, venho pela presente solicitar-lhe o obséquio de me informar o seguinte: 1º Quais os termos exatos do telegrama de apoio que V. S. disse ter enviado ao dep. L. Brizola? 2º Quem o redigiu? 3º Quem assinou? 4º Qual o destino do famoso abaixo-assinado em que prometiam a fundação de inúmeros comandos nacionalistas? 5º Quem o redigiu? 6º Quais as respostas dadas ao questionário enviado recentemente a todos os Diretórios Municipais pelo Estadual? 7º Quem o preencheu? 8º Quem o assinou? 9º Quais os integrantes do clube dos 11 neste município? 10º Quem é o Snr. Arend, ex-candidato a vereador? 11º Qual sua profissão neste município?³²³

A correspondência dirigida a Vitalino Cerutti mostra a presença marcante da Igreja, momento em que o bispo João Hoffmann questionou, impositivamente, as atividades político-partidárias de cidadãos da comunidade, aproximadamente sessenta dias antes do golpe militar de 1964 e das acusações que passaram a pesar sobre Vitalino Cerutti e demais membros do PTB, veiculadas pelo vereador Ênnio Flôres de Andrade.

Outra análise necessária refere-se à postura do padre Grassi, considerado por Adjalmo Cerutti como um dos mentores das acusações sofridas por seu pai, Vitalino Cerutti. Aquele religioso teria declarado:

³²¹ CANDATEM, Severino. Depoimento prestado em 28 maio. 1964; consta no IPM.

³²² RODEGHERO, *O diabo é vermelho*: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). p. 109.

³²³ CERUTTI, Adjalmo. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski em 17 mar. 2002.

Minhas declarações, que entrego por escrito, se prenderão unicamente aos dois pontos de meus cargos. No *affaire*, cooperativa, atuei como coordenador da FAG (Frente Agrária Gaúcha) e consultor jurídico do Sindicato; no processo de suborno, na qualidade de auxiliar da Paróquia em cuja jurisdição ele se manifestou.³²⁴

O padre Grassi explicava que a postura na sua manifestação junto à Comissão Militar de Inquérito devera-se ao fato de ser coordenador regional da FAG e consultor jurídico do Sindicato Rural de Frederico Westphalen, além de ex-vigário substituto da paróquia de Taquaruçu e auxiliar da mesma por ocasião da tentativa de suborno eleitoral na capela de São Paulo, onde fora indiciado Vitalino Cerutti.

Conforme documentos e depoimentos orais, Grassi apoiara o PSD, bem como combatia as tendências comunistas. Registrava ainda: “Fugindo a apreciações de ordem pessoal, tenciono abordar tão-somente questões de ordem técnica, objetiva, tendo em mira apenas a ordem pública, sem intenção de atingir pessoalmente a ninguém.”³²⁵

A corrupção na cooperativa de Frederico Westphalen, para o padre Grassi, é explicada a partir da FAG, que fundara mais de 150 sindicatos rurais e tinha como ponto alto do seu trabalho o cooperativismo. Essa meta ficara evidenciada nos congressos de 1962 e 1963 realizados na capital do estado. Por ocasião do último congresso de agricultores, João Muniz Reis “chefiara” o grupo de agricultores que foram ao referido congresso, sendo destaque por apresentarem um documento sobre o preço do feijão e sobre o cooperativismo, no qual declaravam que 90% das cooperativas não atendiam aos interesses dos sócios; ou seja, as cooperativas seriam meras organizações comerciais camufladas, atendendo aos interesses de uma diretoria, ou de alguns associados “mais vivos”. Esse tipo de organização atingia 90% das cooperativas, entidades essas que deveriam funcionar como associações de prestação de serviços, e não como meras casas comerciais, na concepção do grupo “chefeado” por Muniz Reis e conforme depoimento de Grassi: “sócio não era freguês”. Para eles, as cooperativas não mantinham um planejamento de assistência social, nem um planejamento educacional para difundir o espírito e a doutrina cooperativista entre a população.

Grassi, padre e advogado, observou em seu depoimento que as conclusões a que haviam chegado os sócios não somente desta zona, mas de todo o estado, revelavam uma corrupção do ideal cooperativista, e, em particular, da cooperativa de Frederico

³²⁴ GRASSI, Fiorindo. Depoimento entregue e anexado no IPM, datado de 1º ago. 1964.

³²⁵ GRASSI, op. cit.

Westphalen. Explicou que “a cooperativa de Frederico Westphalen, num ano, chegou a distribuir mais de 30% dos lucros entre quatro membros, incluindo o gerente Vitalino Cerutti, que recebeu 15%”.³²⁶ Concluía, então: “Não somos absolutistas nessas declarações e, por isso, achamos conveniente que haja uma intervenção na cooperativa para apurar a verdade do alegado. Bateremos palmas se os errados formos nós.”³²⁷

Quanto ao suborno eleitoral, Vitalino Cerutti foi acusado de ter ofertado dinheiro à capela da Linha São Paulo, distrito de Vista Alegre, município de Frederico Westphalen, perfazendo um total de R\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros), em troca da vitória na urna 17 da localidade. Esse dinheiro seria aplicado na serragem da madeira para a construção do pavilhão da capela. Aqui, deve ser levado em consideração toda a propaganda anticomunista que a Igreja, através das LEC, desenvolveu e com a qual os padres da paróquia eram coniventes.

O padre Grassi saiu em defesa da capela a fim de testemunhar plenamente o fato, envolvendo suborno eleitoral, com o objetivo primeiro de salvaguardar o colega padre Marchesan de possíveis contestações. Porém, não havia comprovação sobre o suborno em mãos, e desejavam evitar que os católicos daquela freguesia viessem a se tornar coniventes com fatos como o relatado. Era desejo do Padre Grassi cooperar com a justiça eleitoral no sentido de que candidatos não se elegessem por meio de benefícios imediatos dispensados aos eleitores, deixando de lado a apreciação da moral, a capacidade e a honrabilidade dos mesmos.

Para apurar a veracidade dos fatos, em 5 de novembro de 1963, os delegados constituídos dos partidos políticos PDC, representado com Nerone Campo, a UDN, com Carlos Henrique Caovilla, e o PSD, com Leonel Flores da Rosa, solicitavam que, sendo Vitalino Cerutti candidato,

[...] resolve ele abrir sua recheada bolsa para dar dinheiro a uma sociedade com a qual ele nunca teve a menor ligação ou aproximação [...] o partido político ao qual pertence o senhor Vitalino Cerutti, nunca conseguiu vencer uma eleição na mesa receptora da linha São Paulo. Pelo jeito, pretendia vencer a de 10 do corrente a peso de dinheiro [...]. Ao levar esse lamentável fato ao conhecimento de V. Excia, os signatários têm como finalidade, exclusivamente, a moralização do processo eleitoral em nosso município, pois, se tais processos não tiverem um fim, no futuro,

³²⁶ GRASSI, depoimento entregue e anexado no IPM, datado de 1º de ago. 1964.

³²⁷ GRASSI, op. cit.

só vencerão candidatos endinheirados [...] sejam os culpados devidamente punidos, para exemplo dos mal intencionados e falsos democratas.³²⁸

Adjalmo Cerutti explicou que

até 1959 estava tudo bem. Com o surgimento da cooperativa fortaleceu-se a ação do PTB nos anos de 1959, 1960, 1961 e 1962. Anos que registram o surgimento de novas instituições, além da cooperativa. A cooperativa reunia nas regiões de abrangência mais de 5.000 sócios, porém a partir de 1963, 1964, 1966, 1967, que começaram as ações do Dr. Ênio Flôres de Andrade e do Pe. Grassi para tirar Vitalino Cerutti da direção da cooperativa, com acusações de roubo e fraude, acusações estas que até hoje não têm nada comprovado.³²⁹

Quando foi inquirido na sala de espera da prefeitura municipal, Vitalino Cerutti assim respondeu à pergunta referente à doação de dinheiro para a igreja de Alto Alegre condicionada à vitória na urna local:

Em sua campanha, foi àquela comunidade acompanhado do candidato a vereador dali. Foi, então, visitar a construção da igreja, onde recebeu o pedido do Sr. Ângelo Folle de uma patola para a terraplanagem ali. Como respondeu não ser possível conseguir, lhe foi solicitada, então, ajuda monetária, para serrar a madeira. Conseguiu o dinheiro e deu para o sr. Ângelo Folle, dizendo-lhe, na ocasião: se vocês querem votar em mim, meu plano de governo é este (e explicou). Tendo conhecimento de tal fato, o Pe. Fiorindo Grassi foi ao local recolhendo assinaturas numa declaração que datilografou com o intuito de provar um “suborno eleitoral”. Por isso, o declarante foi com um advogado, e o Sr. Ângelo assinou uma declaração verdadeira. Sabendo disso, alguns políticos da oposição lhe pediram que não tomasse nenhuma providência, pois o caso estava encerrado. Alguns dias antes das eleições, porém, a oposição transmitiu através da rádio local, notícia de suborno eleitoral, em vista do documento em mãos do Pe. Grassi.³³⁰

Breno Sponchiado abre a discussão sobre a importância dessas “novas instituições” citadas por Adjalmo, referindo-se ao controle que padre Vitor exercia na comunidade em todas as esferas públicas e partidárias, relatando que havia pontos em que o pároco não tinha poder de decisão ou maior influência, que eram, como já vimos, a escola pública, a Inspetoria de Terras e Colonização (instalada em 1939) e os clubes esportivos e recreativos. “Desses pontos, partiam as maiores brigas com o ‘padre caudilho’, além dos partidos de oposição ao partido de preferência do padre.”³³¹

Dentre as novas instituições nas quais o padre Vitor não estava presente, estava a Associação Rural de Frederico Westphalen, criada em 1º de setembro de 1955; o Esporte

³²⁸ Parte da declaração de acusação de suborno eleitoral movida contra Vitalino Cerutti, a qual foi anexada ao IPM e datada com reconhecimento da Justiça através do cartório do Cível e Crime, Júri e Execuções Criminais de Frederico Westphalen em 14 ago. 1964.

³²⁹ CERUTTI, Adjalmo. Entrevista concedida a Elenice Szatkoski em 17 de mar. 2002.

³³⁰ CERUTTI, Vitalino. Depoimento prestado na Sala de Espera da Prefeitura Municipal em 13 ago. 1964.

Clube Itapagé, o Aéreo-Clube de Frederico Westphalen, fundado em 29 de dezembro de 1951, e o Centro de Tradições Gaúchas “Pé-no-Chão”, fundado em 19 de abril de 1957, cuja primeira reunião ocorreu em 1º de maio do mesmo ano para a eleição da primeira diretoria. Nessas instituições, não tuteladas pelo padre Vitor, observa-se a presença de pessoas de outros municípios e que passaram a residir em Frederico Westphalen, bem como a integração de pessoas de outras confissões religiosas, que não a católica.

Notamos a reunião de pessoas nas lideranças dessas instituições ligadas ao PTB, partido a que o padre Vitor não pertencia, ou melhor, que não defendia. Também é oportuno notar aqui que mais que a importância cultural e social, o CTG Pé-no-Chão teve uma influência política, muito importante na região ao congregar lideranças do PRB e ser um local de encontro das camadas populares regionais, que, sem dúvida, eram as bases políticas do PTB.

A figura humana que mais representou o apogeu do CTG em Frederico Westphalen foi Henrique Caovilla, que deve ser visto como um político importante dentro das fileiras do PRP e nas alianças que estabeleceu com o PTB nas disputas acirradas pela prefeitura de Frederico Westphalen. A figura política de Henrique Caovilla é mais relevante do que a visão histórica que se construiu dele ligada ao movimento tradicionalista, ou meramente como uma das lideranças do CTG local, ou, ainda, apenas como o apresentador de programas gauchescos através da rádio, transmitidos nos domingos à tarde.

A importância dessas instituições sociais traduz a tentativa da busca de uma mudança da mentalidade da população, inserida dentro do espírito coletivo de organização social, a qual começava a observar as formas de manipulação de poder, representada até então pela figura do padre ou da Igreja, ao mesmo tempo em que despertou o acirramento da disputa pelo poder, provocando a perseguição e a repressão política .

A Igreja Católica local, através das ações praticadas, que se concretizaram no combate ao comunismo, representado aqui pelos integrantes do PTB, especialmente aqueles acusados de pertencerem ao Grupo dos Onze, impôs seu de poder religioso e cultural atrelado ao poder político, que também defendia por ter seus sacerdotes aliados dos partidos liberal-conservadores.

³³¹ SPONCHIADO, Breno. O dragão do comunismo. *Revista Nossa*, p. 15.

CONCLUSÃO

As perseguições e disputas políticas por poder entre partidários do PSD e PTB, principalmente, originaram-se no pós-45, quando do processo de redemocratização do Brasil, após o Estado Novo implantado por Getúlio Vargas. Esses dois partidos, coligados com o PRP, PL, PDC ou UDN, congregavam alianças e disputavam as eleições tanto em nível regional como no local. Esse embate político, configurado no transcorrer de aproximadamente vinte e cinco anos, construiu a fragilidade do PTB na região e as perseguições aos seus militantes, motivadas pela formação dos Grupos dos Onze, os quais significavam “perigo social”.

Os partidos PSD, UDN, PDC, liberal-conservadores, abocanharam as eleições algumas vezes ilicitamente, como ocorreu em 1963, e, quando não conseguiam obter a vitória através do sufrágio popular, apelavam para ações judiciais, como foi o caso de Iraí, na destituição do prefeito eleito pelo PTB, e de Palmeira das Missões, sem sucesso nas ações que moveram.

A Igreja Católica, uma das detentoras do poder regional, sempre apoiou os partidos liberal-conservadores, especialmente o PSD, através da figura mais pedessista do padre Vitor e de seus seguidores, impondo a sua vontade política, manipulando os fiéis conforme interesses particulares e da Igreja. O comunismo, através das ações da LEC, foi amplamente combatido, o que se refletiu na aversão à doutrina, bem como a qualquer manifestação de caráter socialista, havendo o repúdio a ações e a partidos identificados regionalmente com tendências de esquerda.

Também é notório que, na região do Médio Alto Uruguai, no período de 1945 a 1968, não houve eleições nas quais candidatos de oposição viessem a obter vitória. Todos os candidatos situacionistas ganhavam forte apoio da Igreja e dos meios de comunicação em detrimento de candidatos que representavam bases mais populares.

Especificamente, isso se aplica no que tange ao ocorrido em 1964, quando da denúncia proferida pelo vereador Ênnio Flôres de Andrade na Câmara Municipal de

Frederico Westphalen, o qual citou irregularidades que estariam ocorrendo na Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen, instituição classificada como local de subversão, onde seriam organizadas as listas e onde eram reunidas assinaturas para a constituição de Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas. Tais fatos não foram comprovados; tendo havido apenas evidências, entendeu-se que as acusações não passavam de perseguição política de ordem pessoal e partidária, que envolviam desde as eleições para prefeito de 1947 até o processo de emancipação do município de Frederico Westphalen, quando PSD e UDN começaram a controlar a vida política local e regional.

Quando da instalação do IPM, foi ouvida mais de uma centena de testemunhas, sendo que os acusados eram do PTB/PRP e os acusadores, do PSD/UDN, os quais indicavam outras pessoas como organizadores dos Grupos dos Onze e como angariadores de assinaturas com a mesma finalidade. Havia, assim, algumas listas circulando com o objetivo de promover atividades políticas mais conscientes e ostensivas, como a formação dos Grupos dos Onze; e outras listas que reivindicaram a apuração dos fatos decorrentes da fraude eleitoral na qual o PTB perdera as eleições, em 1962. Em razão disso, os ânimos acirraram-se entre os membros dos partidos PTB, PRP contra PSD, UDN, PDC etc.

Poucas pessoas inquiridas assumiram a prática de envolvimento com o comunismo, mais especificamente, com a formação dos Grupos dos Onze, que se caracterizavam perante a lei como uma forma subversiva de organização. Observou-se nos depoimentos a ocorrência de uma certa confusão sobre a circulação de listas para a organização dos Grupos dos Onze, bem como para a recontagem dos votos da eleição de 1963, processo em que teria havido evidente fraude eleitoral, como ficou claro em todas as entrevistas e depoimentos orais, bem como em documentos históricos estudados, tanto do IPM como na Justiça Eleitoral.

O IPM concluiu que somente Adão Martins, vulgo “Madruga”, Dalmiro da Rosa, João Manuel de Freitas Garcia, Luiz Jacoboski, Izidoro Magalski, Abel da Rosa e José Alves de Oliveira tinham sido líderes e organizadores de Grupos dos Onze. Esses, então, foram acusados e atenderam ao chamamento judicial, ficando durante quatro anos, conforme a documentação anexada no IPM, prestando declarações e apresentando-se ao Exército em Santa Maria. A exceção foi Luiz Jacoboski, cuja sentença foi decretada à revelia, pelo seu não-comparecimento diante da Justiça. Todos os envolvidos confessaram

que haviam organizado Grupos dos Onze, angariado assinaturas para a sua criação, tendo, assim, cometido delito conforme prescrevia a lei.

Em Frederico Westphalen, município onde aconteceram os fatos delituosos relatados nos autos, população e cidadãos de bem sofreram como nas demais comunidades gaúchas, onde boa parcela da população adepta da democracia, da liberdade de expressão, viu-se influenciada pela pregação empolgada do ex-governador Leonel Brizola através de suas palestras na Rádio Mayrink Veiga. Esse era um dos veículos de comunicação com o qual o ex-deputado contava para divulgar suas idéias e intenções, para pregar a legalidade e combater o golpe de 1964, que estava prestes a ser implantado no Brasil.

Todos os militantes do PTB e simpatizantes da causa de Brizola estavam abertos às recomendações da causa brizolista e eram ouvintes assíduos da Rádio Mayrink Veiga; acreditavam nas palavras do líder. A liderança de Brizola influenciava a todos que viam nele a verdade absoluta, pelo homem público que era; ninguém deixava de acreditar nas palavras do ex-governador e do deputado federal. Precisamos, aqui, nos reportar ao passado, quando as personalidades que atuavam na política eram respeitadas e representavam um mito, quase que uma referência de incorporação de todos os valores humanos em uma mesma pessoa. Brizola, com seu dom de oratória, de empolgar multidões, com seu conhecimento de causa, seu histórico como político e como pessoa, incorporava isso, identificando-se com as classes populares.

Poucos dentre os envolvidos no episódio ignoravam a finalidade da organização dos Grupos dos Onze, caracterizada como subversiva, segundo a lei; outros, ao escutarem as palestras na rádio, diziam conhecer a que se destinavam os Grupos dos Onze, testemunhando, inclusive, que contaria com as armas e, em momento oportuno, defenderiam Jango, as reformas de base, enfim, a democracia.

Outra acusação que pesou foram as reuniões que os acusados de serem líderes dos “Grupos dos Onze” organizavam e realizavam em suas residências, visando à coordenação e à criação de tais grupos. Podemos, no entanto, considerar que os Grupos dos Onze foram organizados, existiram como instituição civil em defesa da democracia, das reformas de base, entre outras as pregadas por Jango e Brizola, porém não chegaram a se concretizar; eles não tomaram atitudes violentas com a eclosão da revolução, pelo contrário, as possíveis ações de violência voltaram-se contra eles.

Não estiveram militarmente armados, não se constituíram em guerrilhas urbanas ou rurais, mas, segundo a lei, a sua organização constituiu um “crime de perigo” em razão do fato de terem organizado a entidade ou terem angariado assinaturas para sua constituição. Tudo isso bastou para criar um clima de alarme social, que foi o maior crime pelo qual pagaram, principalmente aquele que, neste estudo, chamamos de “Comunistas de Pinheirinho”, camponeses, trabalhadores, semi-escolarizados, alguns luso-brasileiros.

Nos autos da Justiça consta que os acusados eram modestos colonos que viviam do suor de seu trabalho e que se encontravam envolvidos no processo por pura rivalidade política entre partidários e lideranças do PSD e PTB e por acreditarem nos Grupos dos Onze, que existiam unicamente no papel. Na verdade, as reuniões e debates em residências e bares eram uma espécie de arregimentação com o objetivo de organizarem os agricultores para que obtivessem pela melhora nas suas condições sociais e econômicas..

A Justiça absolveu os acusados de líderes do Grupo dos Onze de Frederico Westphalen aos 28 dias do mês de março de 1968, por unanimidade dos votos. Os acusados nada mais visavam senão a fortalecer a agremiação política à qual pertenciam, sem criar organismos sujeitos a rígida disciplina, paralelos a partidos políticos e sem qualquer hierarquia semelhante à militar. A simples tentativa de organização do Grupo dos Onze não constituía delito, pois não ocorrera dolo, mas seus membros foram submetidos à guerra os que tentaram defender as orientações de Leonel Brizola.

No que se refere ao pronunciamento do vereador Ênnio Flôres de Andrade na Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen, o qual originou todo o processo de instauração do IPM em Frederico Westphalen, ficaram evidentes a exacerbação por parte do vereador e a disputa política pelo poder que existia entre os dois partidos dominantes e influentes na política local e regional. O vereador Ênnio Flôres de Andrade representava as forças políticas que se movimentavam em torno do PSD, UDN, PDC e o PL, apoiado por outras lideranças locais, civis e religiosas, com destaque ao prefeito municipal da época, João Muniz Reis, pessedista, arquinimigo de Vitalino Cerutti e desafeto político de todo o PTB em razão da fraude eleitoral nas eleições de 1963.

Outro apoio significativo com que o vereador Ênnio Flôres de Andrade contava vinha da Igreja, através do pessedista padre Vitor Battistella e, conseqüentemente, da Rádio Luz e Alegria, fundada pelo padre e que veiculava nos seus programas basicamente o que a Igreja determinava. O papel da Igreja e a postura adotada por seus representantes foram fundamentais para a formação da mentalidade anticomunista que se instalou na

[região, “plantando” no imaginário coletivo uma aversão por qualquer movimento social que tivesse um caráter de esquerda.](#)

Quanto a Vitalino Cerutti, que foi acusado de ser o grande líder dos Grupos dos Onze pelo Vereador Ênnio Flôres de Andrade, concluímos que Vitalino Cerutti representou a luta histórica e heróica do PTB em conquistar a Prefeitura Municipal desde 1948, quando Vergínio Cerutti, seu tio, perdeu as eleições graças às articulações do PSD de Pompilho Gomes Sobrinho com a Igreja local, representada pelo padre Vitor Battistella.

A seqüência de tentativas de disputas eleitorais representadas por Vergínio, Ivone, Vitalino e novamente Vergínio reflete o quanto o PTB não se abalava com as pesadas investidas de seus adversários políticos do PSD/UDN/PL/PDC. Esses representantes políticos do PTB, aliados com o PRP, representavam também as bases populares da região na tentativa de tomar o poder da elite, respaldada pela Igreja local.

Quanto a Vitalino Cerutti, Dionysio Cerutti e Edegar Marques de Mattos, ao findar o processo, saíram debilitados política e moralmente, com as famílias abaladas, inconformados com a acusação de serem comunistas. Com o passar dos tempos, eles e seus descendentes, quando da fundação do bipartidarismo no Brasil, ingressaram no MDB, cujos componentes mantiveram acesa uma aversão ao comunismo ou a partidos que representassem de alguma forma essa doutrina. Entendemos que essa população esteve à mercê da doutrina católica, que influenciou seu pensar e a formação de opinião a respeito do comunismo através de abordagens nos discursos mostrando que a figura do mal estava no outro, no intocável, no desconhecido.

No IPM consta que, ao ouvir outros cidadãos implicados, entre os quais Vitalino Cerutti e Edegar Marques de Mattos, indicados pelo prefeito João Muniz Reis como “os cabeças”, ficou constatado que houvera violência do prefeito ao proferir essa afirmação. O Exército concluiu que Vitalino Cerutti era presidente do PTB local e Edegar, vereador do PTB, porém ambos se defenderam com consistência de todas as acusações que lhe tinham sido feitas. Nesse sentido, ficou claro até mesmo para o Exército a divergência política que transparecia nas acusações infundadas que pesavam sobre Vitalino, Edegar e Dionysio Cerutti, os quais, por isso, não foram enquadrados como líderes dos Grupos dos Onze.

Recorrendo à lei nº 11 042, de 18 de novembro de 1997, e ao processo judicial pelo qual a família de Vitalino Cerutti e de tantos outros perseguidos políticos buscaram, e ainda buscam, o reparo, sobretudo moral, pelos atos de que foram vítimas com a falta de liberdade e de democracia, constatamos que Vitalino era uma das poucas lideranças efetivamente capazes de ameaçar a preponderância política do PSD no Executivo municipal. Seus opositores políticos, por esse motivo, iniciaram uma ampla campanha difamatória com a intenção de desmoralizá-lo. Depoimentos orais deram conta de que essa atitude prejudicou Vitalino e foi responsável pelo desencadeamento da doença de Parkinson que o levou à morte, pois, segundo a literatura médica, é uma enfermidade intrinsecamente relacionada a distúrbios de ordem emocional/psicológica.

Quando da sindicância efetuada pelo Destacamento Especial da Brigada Militar da cidade de Três Passos, nos dias 27, 28, 29 de maio de 1964, Vitalino depôs e ficou preso, ocasião em que sofreu ofensas físicas e morais de toda a ordem; ficou sem água, sem condições de dormir, por estar preso em um cubículo juntamente com outras pessoas e não existirem leitos; passou frio e ouviu ameaças do que poderia acontecer a si próprio e aos seus familiares. Como líder político do PTB em nível local e regional, mantinha uma relação de amizade com Leonel Brizola e João Goulart e, arcou também com as acusações de pertencer e divulgar idéias comunistas, bem como teve sua imagem e seus negócios afetados, o que lhe acarretou perdas financeiras que abalaram sua família. Vitalino Cerutti foi liderança de um partido que caracterizava a oposição ao regime militar na época. Não foi líder regional do Grupo dos Onze, e as acusações de corrupção da cooperativa não tinham consistência; não foi enquadrado como guerrilheiro, nem teve de buscar exílio político, contudo sofreu perseguições políticas do PSD e dos inimigos políticos locais.

Conforme está documentado,³³² os inquiridos, durante o ano de 1964, eram agricultores, trabalhadores da roça, como consta no IPM, cidadãos simples que eram intimados por terem sido de alguma forma delatados, acusados de pertencerem ao PTB, ou, quando não havia a identificação partidária, manifestavam que tinham votado em Vitalino Cerutti e nos candidatos do PTB. Lideranças do PSD foram os acusadores e confirmadores

³³² Consta no Anexo XII, no quadro sobre os inquiridos de 1964 a 1968 sobre a formação do Grupo dos Onze na região do Médio Alto Uruguai.

das denúncias proferidas pelo vereador Ênnio Flôres de Andrade, que levaram à instalação do IPM em Frederico Westphalen.

Por essa razão ocorreu a repressão política, que pode ser entendida como todo o ato de opressão a qualquer contestação da ordem vigente. Pode ser também a contenção, opressão e sufocação de movimentos políticos que possam estar sendo organizados. Nesse sentido, a repressão política que ocorreu na região do Médio Alto Uruguai manifestou-se através da proibição de participar de manifestações políticas que não estivessem sendo respaldadas pelos partidos liberal-conservadores e pela Igreja local, que exercia um poder de controle religioso-cultural e político na região.

Os acusados viveram um processo de tortura, entendida aqui como o tormento e a aflição pelos quais as pessoas podem passar ou ser submetidas. Com esse entendimento, compreendemos que os acusados de pertencerem ao Grupo dos Onze, ou de serem ligados à ideologia comunista, passaram por tortura psicológica, pois tiveram suas mentes atormentadas, bem como torturaram-se individualmente e afligiram-se diante da situação política por que o Brasil estava passando, tendo consciência política do que as acusações poderiam gerar. Um dos pontos da tortura psicológica foi o abalo não somente físico, mas mental, tudo aquilo que moralmente pode afetar a reputação pessoal. Assim, ao serem presos e inquiridos, expostos ao público, bem como a carregarem por décadas, ou até a morte, a culpa pelo ato proibido de exercerem seus direitos políticos como cidadãos, os militantes políticos passaram por um tormento psicológico. Isso perpassa os depoimentos, o modo como eram tratados durante os depoimentos e o tratamento que a comunidade local e regional lhes deu, acusando-os e rotulando-os de “comunistas” e outros adjetivos cujo entendimento no período era difícil em virtude da falta de instrução, de informações e do controle cultural exercido pela Igreja Católica. Podemos dizer que os registros constantes nos autos do IPM e os depoimentos orais ajudaram na elucidação dos fatos, caracterizando a tortura psicológica à qual foram expostos os militantes do PTB na região.

Diante da tortura psicológica e da repressão, alguns optaram por se exilar voluntariamente no momento em que a perseguição política se acirrou. Como exemplo, o exílio político foi o escolhido por José Balestrin, que estudamos neste trabalho.

Concluindo este estudo, que abordou o tema “Os Grupos dos Onze: política, repressão e poder na Região do Médio Alto Uruguai 1947-1968”, mostramos que a luta pelo poder local e regional ocorreu desde 1947 e sempre foi motivo de acirramento

político entre elementos do PTB e do PSD, partidos políticos que detinham a maior representatividade regional, tanto nas eleições para o Executivo Municipal, como nas disputas para ocupar as vagas do Legislativo Municipal, bem como junto à população local e regional. A partir de 1961, a região, como o restante do estado, participou ativamente do processo da Campanha da Legalidade e, após, houve a tentativa de organização dos Grupos dos Onze, ambos os movimentos coordenados por Leonel de Moura Brizola. Isso levou os partidos políticos opositores ao petebismo, com o auxílio da Igreja Católica, a organizarem um processo de repressão política, perseguição, tortura psicológica e exílios voluntários.

FONTES

- Fontes impressas

Jornal Diário de Notícias – Palmeira das Missões, 3 jan. 1948

Jornal Diário de Notícias – Palmeira das Missões, 26 abr. 1952

Jornal A Razão – Palmeira das Missões, 22 jan. 1948

Jornal Correio do Povo – Porto Alegre, 09 set. 1953

Jornal Correio do Povo – Porto Alegre, 25 ago. 2001

Jornal A Palmeira – Palmeira das Missões, 24 dez. 1953

Jornal Zero Hora – Porto Alegre, 20 de jan 200

- Fontes orais

Adjalmo Cerutti – Frederico Westphalen, mar. 2002.

Arisoli Adão Franciscatto – Frederico Westphalen, set. 2002.

Augusto Tagliapietra – Frederico Westphalen, fev. 1998.

Bejjamin Dal Piva – Frederico Westphalen, jan. 2002.

Benilda Franciscatto Zachi – Frederico Westphalen, jul. 2001.

Ernestina Barros Giraldeello – Frederico Westphalen, out. 2002.

Ivan Benhur Cerutti – Frederico Westphalen, jan. 2002.

Joarez Amaury dos Santos – Frederico Westphalen, 1997

José Balestrin – Goiânia, set. 2002.

José Vicente Brizola – Porto Alegre, 28 de jun. 2002.

Léo Pedroso – Vicente Dutra, out. 1997.

Leonida Marcon – Frederico Westphalen, nov. 2002.

Lindo Ângelo Cerutti – Frederico Westphalen, fev. 1998.

Lourdes Franciscatto Scapin – Frederico Westphalen, jul. 2001.

Nerone Campo Mocelin – Frederico Westphalen, ago. 2002.

- Acervos particulares

Arquivo de documentos pessoais e familiares de Adjalmo Cerutti – Frederico Westphalen - RS

Arquivo de documentos do historiador Breno Antônio Sponchiado – Taquaruçu do Sul - RS

Documentos da família de Arquelino Domingos Marcon – Frederico Westphalen - RS

Arquivo de documentos pessoais de Elenice Szatkoski – Frederico Westphalen - RS

Arquivo particular do advogado Ismael Dalpiva – Taquaruçu do Sul - RS

- Acervos públicos

AHM - Arquivo Histórico Municipal de Frederico Westphalen – Frederico Westphalen - RS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre - RS.

Museu Municipal Wilson Jehovah Lütz Farias – Frederico Westphalen - RS.

Arquivo Documental da Inspeção de Terras de Frederico Westphalen – Frederico Westphalen – RS.

Arquivo da CD-AIB/PRP (Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira e do Partido da Representação Popular) – Porto Alegre - RS.

Cartório Eleitoral – Frederico Westphalen - RS.

Delegacia de Polícia Civil – Frederico Westphalen - RS.

Centro de Estudos Genealógicos – Nova Palma - RS.

Biblioteca da OAB – Porto Alegre – RS.

Biblioteca da Escola Estadual Técnica José Cañellas – Frederico Westphalen – RS.

Biblioteca Pública Carlos Luis Vendruscullo – Frederico Westphalen – RS.

Centro Cultural Mozart Pereira - Palmeira das Missões – RS.

Câmara Municipal de Palmeira das Missões – Palmeira das Missões - RS.

Câmara Municipal de Frederico Westphalen – Frederico Westphalen - RS.

Biblioteca e acervo de documentos do Exército de Ijuí – 27 GAC – Ijuí - RS.

Justiça Militar Federal – Santa Maria – RS.

Referências

À MARGEM da crise, feijão tem produzido fortunas repentinas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 47, 1º set. 1962.

ABREU, Hugo. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial: 1929-1945. In: BORRIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986. v. 4. p. 1930-1964.

ALDANA, Tamon Losada. *Dialética do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sábina, 1966.

_____. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. Poema nosso tempo. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ARANTES, Maria Auxiliadora. A subversão do eu. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Isaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

ARNS, D. Paulo Evaristo. *Um relato para a história: Brasil nunca mais*. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Brasília: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986. Enciclopédia Einaudi. v. 5.

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *O governo João Goulart*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

- BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BATTISTELLA, Vitor. *Painéis do passado*. Frederico Westphalen: Gráfica Marin, 1969.
- BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e guerrilheiros*. São Paulo: Populares, 1981.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma discussão política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de la politica*. México: XXI - Siglo Veintiuno, 1981. v. 1.
- _____. *Diccionario de la politica*. México: XXI - Siglo Veintiuno, 1982. v. 2.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, 1992.
- BRUM, Argemiro Jacob. *O Brasil no FMI*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- CAMPANHOLE, Hilton Lobo; CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- CANTARINO, Geraldo. *A revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos; idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.
- CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- COLOMBO, Eduardo. *El imaginário social*. Montevideu-Buenos Aires: Altamira, 1993.
- CORBELLINI, Juliano. Encontros e desencontros entre histórias e ciência política. *Canoas: Logos, Canoas*, v. 11, n. 1, maio 1999.

- CORTÉS, Carlos E. Gaucho Politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964). Albuquerque – México: University of New México Press, 1974. In: TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Universidade e Sulina, 1991.
- CHAUÍ, Marilene. Cultura popular e autoritarismo. In: *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1995.
- CODO, Vanderley. *O que é alienação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do livro, 1999.
- COSTA, Adolpho Mariano da. O DOPS e os trabalhadores. *Cadernos UPT*, Curitiba, ano 1, n. 1, 1993.
- DALL'AGNOL, Flávio. *Brizola esperança de um povo*. Porto Alegre: Epecê, 1979.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1889 a 1930*. 12. ed. São Paulo: Atual, 1991.
- DECKERS, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica nos anos 80*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.
- _____. *Do método histórico*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ELMIR, Cláudio Pereira. História política e história presente: uma contribuição para o debate. *Logos*, Canoas, v. 11, n. 1, maio 1999.
- ENDERLE, Armando. *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*. Frederico Westphalen: URI, 1996.
- FALCON, Francisco. História e poder. In.: CARDOSO F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- FARIA, Antônio Augusto; BARROS, Edgard Luiz. *Getúlio Vargas e sua época*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.
- FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, [s.d.].

_____. *Mitos e heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, [s.d.]

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: Quiróz, 1982.

_____. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

FERREIRA, Oliveira S. *O fim do poder civil*. São Paulo: Convívio, 1966.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILHO, Nilson B. *Os militares no poder*. São Paulo: Academia, 1994.

FISCHER, Ernst. *O que Marx realmente disse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. . v. 1.

FLEISCHER, David. *Revistas Brasiliense de Políticas Comparadas*. Sistema partidário brasileiro 1945-1997. Brasília: Arko Advice, 1997. v. I, n. 2.

FON, Antônio Carlos. *A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. *Revista Mexicana de Sociologia*, Instituto de Investigaciones Sociales/Unam, año 1, n. 3, jul./sep. 1988.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville [Org. "Tiradentes"]. *Um presídio de ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

FURIATI, Claudia. *Fidel Castro uma biografia consentida: do menino ao guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tomo I.

_____. *Fidel Castro uma biografia consentida: uma biografia consentida, do subversivo ao estadista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tomo II.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

GERTZ, René E. História política. *Logos*, Canoas, v. 11, n. 1, maio 1999.

GIACOMELLI, Jussara. *Frederico Westphalen na lógica do Estado positivista: cartilista e borgista*. Passo Fundo: UPF, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE & NORA, Jacques Piere (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.

LAMBERT, Jacques. *América Latina*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

LAZZARINI, Álvaro. (Org.). *Constituição Federal, estatutos dos militares, código penal militar e processo penal militar*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Org.). *A nova história*. Rio de Janeiro: Almedina, 1990.

LE GOFF, Jaques et al. *Nouvelle histoire*. Coimbra – Portugal: Almedina, 1990.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente 1964-1992*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MORAES. *Relatório Azul*. Garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul. CCDH-Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1996

_____. Garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul. CCDH-Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997.

_____. Garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul. CCDH-Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1998-1999.

MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAIS, Fernando. *Olga*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediciones Altaya, 1994.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. A construção da identidade: um momento privilegiado, *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. II, n. 23-24, set. 1991/ago. 1992.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais: comparativas do Rio Grande. 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular: Caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PAUL, Singer. *Curso de introdução à economia política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

PCB. *Quais as diferenças entre o PCB e o PCdoB?*. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/diferencas.html>. Acesso em: 30 jul. 2002. [Nota do Secretariado Nacional do PCB. Ivan Pinheiro Secretário de Organização e Zuleide Faria de Melo Secretária Política].

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PUC. *HISTÓRIA do PCB*. Disponível em: <http://www.pcd.org.br/hiatória.html>. Acesso em: 30 jul. 2002.

RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade no Brasil*. <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>. Acesso em: 31 maio 2002.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões metodológicas. *História. Debates e Tendências*, Passo Fundo: Ediupf, v. 1, jun. 1999.

RÉMOND, René. Uma história presente. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Maria Eurydice. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História*. Brasília: UnB, 1994.

RIDENTE, Marcelo. *Política pra quê?* São Paulo: Atual, 1992.

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. *Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Marin, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROMANO, Roberto. *História do pensamento: cultura contemporânea*. São Paulo: Nova cultural, 1987. v. 4.

SCHIMIDT, Mario. *História crítica do Brasil*: São Paulo: Nova Geração, 1998.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SILVA SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1979.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília R. *1964: golpe ou contragolpe?* 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

_____. *O poder militar*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.

SOBRINHO, Antônio Porto. *A guerra psicológica no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Mons. Vitor Battistella na história de Barril*. Passo Fundo: Berthier, 1989.

SPONCHAIDO, Breno Antônio; SZATKOSKI, Elenice, FRANCISCATTO, Sandra, (Org.). *Revista Nossa Senhora Auxiliadora Meio Século de Educação Cristã Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Propagari, 1997.

Suplemento - *As eleições no Rio Grande*. Dados de 1982-1985-1986-1988-1989, Porto Alegre: Síntese. [s.a].

Suplemento I - *As eleições no Rio Grande*. Porto Alegre: Síntese, 1995, [s.a].

Suplemento II - *As eleições no Rio Grande*. Porto Alegre: Síntese, 1994, [s.a].

Suplemento III - *As eleições no Rio Grande*. Dados Eleitorais dos anos 1992, 1967, 1971, 1975 e 1979, 1824 a 1889 e 1889 a 1987. Porto Alegre: Síntese, 1995, [s.a].

SZATKOSKI, Elenice. *A história da construção da catedral de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Marin, 1994.

SZATKOSKI, Elenice; LUFT, Celito. *Frederico Westphalen: Comissão de Terras e coronelismo*. Frederico Westphalen: Marin, 1996.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Sulina, 1991.

VANNUCHI, Paulo; FREI, Betto. *O plebiscito de 1993: monarquia ou república, parlamentarismo ou presidencialismo*. Rio de Janeiro: Iser, 1993.

WAGNER, Carlos. *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WESTPHALEN, Cecília Maria. História nacional, história regional. *Revista Estudos Brasileiros*, Curitiba, n. 3, jun. 1977.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)